

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO ISSN 1676-4994
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA ISBN 85-7173-042-3
Siegfried Emanuel Heuser

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) tem estimulado e apoiado as iniciativas de aprimoramento técnico e acadêmico de seus pesquisadores. Dentro dessa perspectiva, a titulação representa a elevação do patamar de competência do corpo técnico e também um elemento estratégico frente às exigências institucionais que se colocam no campo da produção de conhecimento. Na última década, o esforço coletivo da FEE tem se direcionado para o Doutorado. A série **TeSES FEE** foi criada para divulgar as teses de Doutorado recentemente produzidas pelos pesquisadores da FEE.

**TRABALHADORES NA RECICLAGEM DO LIXO:
DINÂMICAS ECONÔMICAS, SOCIOAMBIENTAIS
E POLÍTICAS NA PERSPECTIVA DE
EMPODERAMENTO**

Clitia Helena Backx Martins

TESES FEE Nº 5

Porto Alegre, setembro de 2005



SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser

CONSELHO DE PLANEJAMENTO: **Presidente:** Aod Cunha de Moraes Junior. **Membros:** André Meyer da Silva, Ernesto Dornelles Saraiva, Ery Bernardes, Eudes Antidis Missio, Nelson Machado Fagundes e Ricardo Dathein.

CONSELHO CURADOR: Fernando Luiz M. dos Santos, Maria Lúcia Leitão de Carvalho e Suzana de Medeiros Albano.

DIRETORIA:

PRESIDENTE: AOD CUNHA DE MORAES JUNIOR
DIRETOR TÉCNICO: ÁLVARO ANTÔNIO LOUZADA GARCIA
DIRETOR ADMINISTRATIVO: ANTONIO CESAR GARGIONI NERY

CENTROS:

ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS: Marinês Zandavali Grando
PESQUISA EMPREGO E DESEMPREGO: Roberto da Silva Wiltgen
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS: Adalberto Alves Maia Netto
INFORMÁTICA: Antônio Ricardo Belo
EDITORAÇÃO: Valesca Casa Nova Nonnig
RECURSOS: Alfredo Crestani

M386 Martins, Clitia Helena Backx, 1954-
Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento / Clitia Helena Backx Martins. - Porto Alegre: FEE, 2004. — (Teses FEE; n. 5).
242p.: tab.
ISBN 85-7173-042-3
ISSN 1676-4994
Tese (doutorado) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2003.
1. Limpeza urbana. 2. Ciência ambiental. 3. Trabalhadores — natureza e sociedade.
I. Título. II. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. III. Série.
CDU 331.105.24:502.3
628.46:504

CIP
Ivete Lopes Figueiró
CRB 10/509

Tiragem: 100 exemplares.

Toda correspondência para esta publicação deverá ser endereçada à:
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser (FEE)
Rua Duque de Caxias, 1691 — Porto Alegre, RS — CEP 90010-283
Fone: (51) 3216-9049 — Fax: (51) 3225-0006
E-mail: diretoria@fee.tche.br
www.fee.tche.br

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Sociologia.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Professora Anita Brumer, pela dedicação, pela disponibilidade, pela generosidade e pela atenção criteriosa durante todo o período de elaboração da tese.

Ao Professor Nilton Bueno Fischer, por me conduzir ao campo de pesquisa, pelo repasse generoso do banco de dados da pesquisa **Projeto Galpão: Escolarização nas Unidades de Reciclagem, em Porto Alegre**, realizada através do Convênio UFRGS-PMPA/Smed, por todos os comentários realizados ao projeto que resultou neste trabalho e por, mais uma vez, aceitar compor a Banca Examinadora, desta vez para a defesa da tese.

Aos Professores Pedro Jacobi, Clarissa Baeta Neves e Raul Rojo, que também acederam, prontamente, ao convite de participação na Banca Examinadora para a defesa da tese.

À Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE), pelo apoio recebido por parte da Direção e dos demais colegas.

Ao Departamento de Economia da PUCRS, igualmente pelo apoio recebido durante o período de realização deste trabalho.

Ao Instituto do Meio Ambiente da PUCRS, pela oportunidade de convívio com os alunos e de intercâmbio frutífero com os colegas.

À minha grande amiga e colega Tania Steren, que me ajudou a vislumbrar luzes no final do túnel, em um momento decisivo para a consecução da tese.

Ao corpo técnico do Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, pela paciência e pela disponibilidade para as infindáveis entrevistas realizadas no decorrer do trabalho.

À Socióloga Jussara Pires, da Metroplan, pelo repasse de bibliografia e documentação e por todas as demais informações através de conversas e debates animados.

À recicladora Eliane Nunes Peres, pela colaboração e pela paciência em relação às minhas dúvidas e questionamentos.

Aos recicladores Roque e Odete Spies, de Dois Irmãos, da mesma forma, por sua abertura e disponibilidade.

Aos demais entrevistados, assessores, catadores/recicladores, funcionários do setor público ou de outras entidades, cujas informações me ajudaram a montar o “quebra-cabeças”.

Aos estagiários Analiza Zorzi, César Augusto Nunes e Ana Monteiro Costa, pela colaboração competente e estimulante na pesquisa de campo.

Aos amigos e à família, pela ajuda e pela compreensão.

RESUMO

Esta pesquisa enfoca as dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas de organização, de construção da identidade coletiva e de empoderamento de trabalhadores em associações de reciclagem, levando-se em conta suas relações com diversos agentes externos. A escolha do objeto deste estudo prende-se a dois aspectos principais: à caracterização dessa atividade como uma ocupação em estruturação e processo de reconhecimento, representando uma possibilidade de sustentabilidade e autonomia para setores da população de baixa renda em países em desenvolvimento; e a uma situação peculiar de relação entre Estado e sociedade, na qual as associações de catadores/recicladores interagem simultaneamente com órgãos dos governos municipais respectivos, do Governo Estadual e com entidades não-governamentais, como setores da Igreja Católica e organizações não-governamentais (ONGs) nacionais e internacionais. Através da análise comparativa das características de três associações de reciclagem na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), verificam-se resultados diferenciados no que diz respeito a processos internos de organização do trabalho e de participação nas decisões, bem como em relação às percepções, motivações e expectativas dos catadores/recicladores quanto à sua ocupação.

Palavras-chave

Recicladores; identidade profissional; empoderamento.

ABSTRACT

This research focuses on the economic, socio-environmental and political dynamics related to organization, construction of collective identity and empowerment of workers in recycling cooperatives, taking into account their relationships with several external agents. The choice of this object relies on two main aspects: the characterization of this activity as an occupation being structured and recognized, representing a possibility of sustainability and autonomy for sectors of low income people in developing countries; a peculiar kind of State-civil society relation, in which recycling cooperatives interact simultaneously with local and regional public entities, and non-governmental organizations, like catholic institutions or other NGOs. Through a comparative analysis of characteristics of three recycling cooperatives in Porto Alegre Metropolitan Region, distinct results were found, concerning internal processes of work organization and decision-making participation, as well as the perceptions, motivations and expectations of the recycling workers towards their occupation.

Key words

Recycling workers; professional identity; empowerment.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS	15
LISTA DE SIGLAS	19
APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	23
Temática da tese: a questão socioambiental urbana e os processos de gestão dos resíduos sólidos	23
Problema da pesquisa	37
Objetivos e hipóteses	39
Objetivo geral	39
Objetivos específicos	39
Hipótese principal	39
Hipótese secundária	40
Procedimentos metodológicos	40
Métodos de análise	44
Plano da tese	44
1 - AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO	51
1.1 - O trabalho na sociedade global de risco	51
1.1.1 - Globalização, reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho	51
1.1.2 - Alternativas para a geração de ocupação e renda	61
1.2 - Mercado de trabalho e participação feminina no setor informal	67
1.2.1 - As noções de gênero e de divisão sexual do trabalho ...	67
1.2.2 - Mulher e trabalho: mão-de-obra feminina e setor informal	77

2 - RESÍDUOS, RECICLAGEM, RECICLADORES: A ESTRUTURAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DOS “TRABALHADORES DO LIXO”	81
2.1 - Origem e estruturação de associações de trabalhadores de reciclagem de resíduos	81
2.2 - A formação de três associações de catadores/recicladores na RMPA	105
2.2.1 - Associação Ecológica de Reciclagem Rubem Berta (Porto Alegre)	105
2.2.2 - Associação dos Recicladores de Dois Irmãos	108
2.2.3 - Associação Profetas da Ecologia (Porto Alegre)	111
3 - TRABALHO, PODER E LIDERANÇA: A ORGANIZAÇÃO E O PROCESSO DECISÓRIO NAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM	115
3.1 - Organização do trabalho nos galpões de reciclagem	115
3.2 - Participação nas decisões internas e na formação de lideranças entre os catadores/recicladores	132
3.3 - Desafios e conflitos enfrentados pelas associações de reciclagem	138
4 - AS RELAÇÕES ENTRE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS E CATADORES/RECICLADORES	145
4.1 - Esfera pública e novas formas de relação Estado-sociedade	145
4.2 - Formas de vinculação e de interação do poder público e de organizações não-governamentais com as associações de reciclagem	148
4.3 - Autonomia e sustentabilidade — significados e buscas	165
5 - TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE “PROFISSIONAL” DOS CATADORES/RECICLADORES: RUMO AO EMPODERAMENTO?	171
5.1 - Identidade e profissão: papel do trabalho na constituição de identidades individuais e grupais	171
5.2 - Trabalhadores na reciclagem — o reconhecimento de uma nova ocupação	175

	13
5.3 - Empoderamento: uma nova categoria de análise	185
5.4 - Determinações e limitações para os processos de construção da identidade “profissional” e empoderamento de catadores/ recicladores	191
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	197
REFERÊNCIAS	203
APÊNDICE	223
Apêndice 1: Roteiro de entrevista dirigida	225
Apêndice 2: Roteiro de entrevista semi-estruturada	233
ANEXO	239
Mapa 1: Localização geográfica das unidades de triagem de Porto Alegre — 2003	241

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figuras

Figura 2.1 - Agentes socioeconômicos na cadeia dos resíduos sólidos recicláveis	104
Figura 3.1 - Esquema simplificado do fluxo de atividades nas unidades de triagem/reciclagem, na RMPA	117
Figura 3.2 - <i>Layout</i> interno de galpões de reciclagem na RMPA	119
Figura 4.1 - Agentes governamentais e não-governamentais que interagem com as associações de catadores/recicladores	149

Quadros

Quadro 1.1 - Aspectos comparados dos modelos de associação e de cooperativa	66
Quadro 2.1 - Características gerais das associações de reciclagem do Município de Porto Alegre — 1986-01.....	93
Quadro 3.1 - Síntese das características da organização do trabalho nas três associações analisadas, na RMPA — 2003	131
Quadro 3.2 - Síntese das características de liderança e de participação no processo decisório, nas três associações analisadas da RMPA	134
Quadro 4.1 - Órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e suas atribuições em relação às associações de reciclagem — 2002	157
Quadro 4.2 - Matriz de envolvimento dos agentes externos e poder de organização e de pressão por parte dos catadores/recicladores	170
Quadro 5.1 - Síntese das características de identidade “profissional” nas três associações analisadas — 2003	184

Tabelas

Tabela 1 - Composição física de resíduos sólidos domiciliares de cidades do RS, Brasil, dos Estados Unidos e do Japão em anos selecionados	31
Tabela 2 - Custos com a coleta seletiva e com a coleta convencional e percentual de orçamento municipal destinado à coleta seletiva em seis municípios brasileiros — 1996	33
Tabela 2.1 - Distribuição dos catadores, por sexo, em nove associações de Porto Alegre — 2001	96
Tabela 2.2 - Distribuição dos catadores, por cor, em nove associações de Porto Alegre — 2001	96
Tabela 2.3 - Distribuição dos catadores, por escolaridade, em nove associações de Porto Alegre — 2001.....	97
Tabela 2.4 - Distribuição dos catadores, por faixa etária, em nove associações de Porto Alegre — 2001	97
Tabela 2.5 - Distribuição dos catadores, por faixas de renda, em nove associações de Porto Alegre — 2001	99
Tabela 2.6 - Distribuição dos catadores, segundo faixas de renda anterior e atual, em nove associações de Porto Alegre — 2001.....	100
Tabela 2.7 - Distribuição dos catadores, por faixas de renda e escolaridade, em nove associações de Porto Alegre — 2001....	101
Tabela 2.8 - Distribuição dos catadores, por faixas de renda e sexo, em nove associações de Porto Alegre — 2001	102
Tabela 2.9 - Distribuição dos catadores, por faixa etária e sexo, em nove associações de Porto Alegre — 2001	102
Tabela 3.1 - Composição percentual do material reciclado nos Municípios de Dois Irmãos e Porto Alegre — 1998 e 2002	129
Tabela 5.1 - Distribuição, por tipo de motivação para o trabalho de reciclagem, dos catadores de nove associações de Porto Alegre — 2001	176
Tabela 5.2 - Distribuição dos entrevistados, por tipo de motivação para o trabalho, por associação de reciclagem — 2003	177
Tabela 5.3 - Distribuição dos entrevistados, segundo aspectos prioritários no trabalho, por associação de reciclagem — 2003	178

Tabela 5.4 - Distribuição dos entrevistados, segundo tipos de expectativa “profissional”, por associação de reciclagem — 2003	179
Tabela 5.5 - Distribuição dos entrevistados, segundo a situação de separação de resíduos nas residências, por associação de reciclagem — 2003	180
Tabela 5.6 - Distribuição dos entrevistados, segundo o tipo de percepção sobre como seu trabalho é considerado pela comunidade, por associação de reciclagem — 2003	181

LISTA DE SIGLAS

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária
Acrer - Associação dos Classificadores de Resíduos Recicláveis
AIA - Avaliação de Impacto Ambiental
ARCAN - Associação dos Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza
Arlas - Associação de Reciclagem Amigas Solidárias
Asmare - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
Caju - Casa da Juventude Marista
CBO - Classificação Brasileira de Ocupações
CEA - Centro de Educação Ambiental
CEB - Comunidade Eclesial de Base
Cempre - Compromisso Empresarial Para a Reciclagem
Centrocape - Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor
Cesmar - Centro Social Marista
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente
Coopamare - Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel e Aparas de
Materiais Reaproveitáveis de São Paulo
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos
DMLU - Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EPI - Equipamento de Proteção Individual
EPTC - Empresa Pública de Transporte e Circulação
FAG - Federação Anarquista Gaúcha
FARRGS - Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FEE - Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
GIRS - Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
IAF - Inter-American Foundation
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE - Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI - Imposto Sobre Produtos Industrializados
IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas

Metroplan - Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
MST - Movimento dos Sem-Terra
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OP - Orçamento Participativo
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEA - População Economicamente Ativa
PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
PET - Polietileno-tereftalato
PEV - Posto de Entrega Voluntária
PGU - Programa de Gestão Urbana
PIEC - Programa Integrado Entrada da Cidade
PMPA - Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos
PNSB - Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP - Polipropileno
PT - Partido dos Trabalhadores
PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre
SEAD - Sistema Estadual de Análise de Dados
Smam - Secretaria Municipal do Meio Ambiente
Smed - Secretaria Municipal de Educação
Smic - Secretaria Municipal do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio
SPSS - Statistical Package for Social Sciences
UBMP - Usina de Beneficiamento de Material Plástico
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unicef - Fundo das Nações Unidas Para a Infância
Unifem - United Nations Development Fund for Women
UT - Unidade de Triagem
VAB - Valor Adicionado Bruto

APRESENTAÇÃO

Nesta tese, analisam-se os processos relativos à organização, à construção da identidade ocupacional e ao empoderamento de catadores/recicladores de lixo, observando-se a teia de relações sociais no envolvimento ou no comprometimento das entidades externas com as associações de reciclagem e na formação e no poder de organização, de cooperação interna e de pressão dos trabalhadores.

Ao lidar com situações diversas concernentes às experiências desse universo de trabalhadores nas suas interações sociais internas e externas, a tese aborda questões sobre conflitos e desafios, contribuindo para a visibilidade e a clarificação dos limites respectivos em cada uma das situações.

Um dos desafios diz respeito à própria construção da identidade ocupacional ou “profissional”, ainda incipiente, desses trabalhadores e ao fato de que alguns preferem a identificação de catadores, enquanto outros se apresentam como recicladores. Por essa razão, no desenvolvimento de todo o trabalho, coloca-se, preferencialmente, a denominação catadores/recicladores.

O que alinhava os diversos temas-objeto do trabalho é o fundo teórico referente aos conceitos de estruturação, de reflexividade e de sociedade global de risco, desenvolvidos por Anthony Giddens e Ulrich Beck. Recorre-se a essas idéias para a compreensão das situações de semi-informalidade no processo de trabalho, nas relações entre associações de catadores/recicladores e agentes externos e nas trajetórias individuais e coletivas na perspectiva de empoderamento.

A fundamentação da tese é a de que a crise decorrente do modelo predominante de desenvolvimento, com profundas e graves conseqüências socioambientais, tem engendrado “soluções” dentro dos limites impostos pelo próprio sistema. Uma das “soluções” diz respeito aos procedimentos em relação ao crescimento acelerado do volume de resíduos sólidos, causado tanto pelo aumento da população quanto pela expansão relativa do consumo de bens duráveis e não duráveis. Em todo o mundo, essa questão tem suscitado debates técnicos e políticos, com tentativas diversas de remediação do problema. Em países em desenvolvimento, como Brasil, Índia e Colômbia, apenas para citar alguns, essa situação se conjuga com a existência de amplos setores da população que literalmente “vivem” do e, em alguns casos, no lixo.

Que a parcela mais pobre da população, em todas as épocas, tenha sobrevivido com as sobras, com os restos do consumo dos mais abastados, não constitui nenhuma novidade. Em virtude do seu meio de sobrevivência,

historicamente execrado e discriminado, os catadores de resíduos têm permanecido à margem da sociedade.

No Brasil, uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas Para a Infância, realizada em 2000, indicou a presença de catadores informais em cerca de 3.800 municípios brasileiros, com a participação massiva de crianças e de adolescentes catando em lixões, em aterros ou nas ruas, em situação de risco de contaminação e sujeitos à violência decorrente da disputa pelo material e à própria vulnerabilidade de suas condições precárias de vida.

Assim sendo, em que a situação dos atuais catadores de lixo se mostra diferente da condição dos miseráveis de séculos anteriores? O que há de novo nessa questão?

A tese dirige-se ao fenômeno emergente relativo às formas de organização e de integração desses trabalhadores, na tentativa de construção de uma identidade coletiva e de empoderamento, através da análise das trajetórias diferenciadas de associações de reciclagem na Região Metropolitana de Porto Alegre e das relações sociais que se estabelecem entre os catadores/recicladores e os demais agentes envolvidos nessas dinâmicas. A novidade está no estabelecimento dessa teia de relações, com a participação de setores diversos da sociedade, e na própria valorização dos resíduos sólidos como matéria-prima pós-consumo e dos seus “alquimistas”: os trabalhadores na reciclagem do lixo.

Como categorias analíticas, têm-se, por um lado, o nível de envolvimento ou comprometimento dos agentes externos (do setor público e de outras entidades) com as associações de catadores/recicladores e o grau de organização, de cooperação interna e de pressão por parte dos trabalhadores; e, por outro, a construção da identidade ocupacional e o empoderamento.

INTRODUÇÃO

Temática da tese: a questão socioambiental urbana e os processos de gestão dos resíduos sólidos

As atividades organizadas do trabalho de separação e reaproveitamento dos resíduos sólidos no Brasil são relativamente recentes e vêm se acentuando, nos últimos 10 anos, na esteira da crescente preocupação com a preservação do meio ambiente e com o esgotamento de recursos não renováveis.

Nesse sentido, a ação de setores da sociedade civil organizada e do poder público vem tentando coibir ou remediar atividades predatórias ao meio ambiente, através de instrumentos legais e fiscalizadores de atividades infratoras, ou mesmo de incentivos e medidas educacionais, no caso de empreendimentos que preservem ou melhorem as condições ambientais.

Assim, seja por razões socioambientais, seja por razões econômicas ou políticas, a tendência histórica de descaso e negligência em relação aos resíduos industriais e domésticos tem dado lugar a um maior cuidado no tratamento desses resíduos, possibilitando a criação de nichos de trabalho e de geração de renda para setores mais pobres da população urbana.

É importante ressaltar que, até duas décadas atrás, as implicações ambientais do crescimento e da concentração urbana eram escassamente contempladas nas análises e nas políticas públicas voltadas ao tema da degradação do meio ambiente, as quais se detinham em outras questões de igual importância, como a destruição das florestas tropicais e as grandes alterações climáticas.

Entretanto, a partir dos anos 80 e especialmente após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992,¹ e a Conferência Habitat II, em Istambul, em 1996, o meio ambiente urbano e os desafios representados pelos grandes assentamentos humanos passaram a ter maior relevância nos cenários político e científico mundial.

¹ Em setembro de 2002, ocorreu, em Johannesburgo (África do Sul), a Conferência RIO+10 sobre o Meio Ambiente — Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, onde re-

Por sua vez, com base em informações que apontam o fenômeno de intensa concentração urbana e concomitante metropolização em países do chamado Terceiro Mundo², pesquisadores têm-se defrontado com uma inter-relação entre crescimento acelerado das cidades, degradação ambiental e pobreza urbana.

Em trabalhos como os de Gutman (1982), Hardoy e Satterthwaite (1990), Cardoso (1991), Serva (1991), Torres e Martine (1992) e Alva (1997), essa vinculação fica clara. Para Gutman (1982), coloca-se como fundamental situar a crise ambiental urbana na América Latina dentro da dinâmica social e econômica de conjunto, bem como destacar as formas como se distribui a deterioração ambiental nas grandes metrópoles latino-americanas. Já Hardoy e Satterthwaite (1990), ao enumerarem os principais impasses enfrentados por nações do Terceiro Mundo no que se refere a questões socioambientais, afirmam que existe pouca preocupação por parte de governos ou de entidades internacionais sobre os problemas ambientais concretos das cidades nesses países, principalmente com aqueles relacionados às condições de vida das camadas mais pobres da população; nesse sentido, todas as cidades do Terceiro Mundo apresentam problemas de saneamento básico (esgotamento, abastecimento de água e disposição de resíduos), sendo essa carência a principal causa de morbidade entre a população das grandes metrópoles em países do Hemisfério Sul.

Reconhece-se, pois, que o processo de produção da cidade representa potencialmente o principal mecanismo para a distribuição desigual da deterioração ambiental entre os diferentes setores da população urbana,³ por meio da valorização discriminatória e da apropriação privada do solo urbano. Desse

presentantes governamentais e de organizações não-governamentais (ONGs) de todo o mundo fizeram um “balanço” da **Agenda 21** — documento firmado pelos participantes da ECO-92, no Rio de Janeiro, que incentiva a adoção de medidas globais de preservação e recuperação do meio ambiente e de desenvolvimento sustentável, incluindo-se aí a gestão urbana e problemas envolvendo a destinação final do lixo.

² De acordo com o relatório **Política Urbana e Desenvolvimento Econômico — uma Agenda para os Anos 90**, publicado, em 1990, pelo Banco Mundial e citado em Serva (1991), a instituição projetava que, no ano 2000, 80% dos maiores núcleos urbanos mundiais estariam em países do Hemisfério Sul, o que tem sido confirmado por dados mais recentes.

³ Jacobi (1993), ao relatar os resultados da pesquisa **Meio Ambiente e Qualidade de Vida Domiciliar na Cidade de São Paulo**, constata que as percepções de moradores de bairros centrais e periféricos da capital paulista sobre problemas ambientais urbanos são bastante distintas. Enquanto os moradores das áreas mais bem equipadas enfatizam problemas relativos à poluição do ar e sonora, os que habitam as áreas periféricas se preocupam primordialmente com carências estruturais referentes à falta de esgotos, a irregularidades no abastecimento de água e à falta de outros equipamentos urbanos básicos.

modo, a segregação de áreas marginais, a dotação diferencial e a qualidade dos serviços construídos atuam distribuindo social e espacialmente a deterioração ambiental de uma forma desigual. O primeiro e fundamental mecanismo dessa distribuição nas metrópoles latino-americanas consiste na exclusão e na marginalização pura e simples; por não poder participar do mercado formal de trabalho e de moradia, a população de mais baixa renda é expulsa para áreas de menor valorização, com limitações físicas para a construção de habitações e fraca dotação de serviços. Outro mecanismo está relacionado à apropriação privada do gasto público com serviços urbanos, o qual é destinado, preferencialmente, aos setores de renda alta, através de procedimentos diversos, tais como a justificação de recuperação comercial dos investimentos, ou simplesmente pela maior capacidade das classes médias e altas urbanas de orientarem as decisões que dizem respeito aos gastos públicos. No entanto, o esgotamento das capacidades assimilativas do meio pode levar a alguns fatores de deterioração ambiental que atingiriam o conjunto da população urbana (Gutman, 1982).

Com posições convergentes às de Gutman, Seabra afirma que problemas ambientais como ausência de conforto térmico, existência de carências sanitárias e configuração geral de guetos de miséria emergem do processo de produção da própria cidade. Ela também coloca que a deterioração do meio ambiente atinge genericamente os indivíduos, mas a amenização dos efeitos da contaminação dá-se conforme a posição de cada indivíduo na estrutura social e sua localização espacial na cidade: condomínios fechados, bairros mais ou menos poluídos, áreas periféricas, etc. O pressuposto básico do seu estudo é de que "(...) a concentração metropolitana redefine globalmente as condições do meio ambiente, ou seja, as condições necessárias para a reprodução da vida nas suas diferentes formas" (Seabra, 1991, p. 18). As leis dos fenômenos naturais estão, pois, associadas a condições históricas e sociais. Nesse sentido, ocorre, dentre outros aspectos, o "racismo ambiental", presente não só em países do Terceiro Mundo, mas também em países ricos. Como exemplo, pode-se citar a utilização de áreas ou bairros habitados por populações de baixa renda ou de grupos étnicos marginalizados para depósito de lixo, muitas vezes tóxico (Martinez-Alier, 1997).

Observa-se, portanto, que a distribuição desigual da deterioração ambiental nas metrópoles se traduz no rebaixamento de padrões de qualidade de vida, principalmente para as populações excluídas do mercado formal de trabalho e do de habitação. Além disso, o estabelecimento de projetos de forte impacto ambiental em áreas urbanas geralmente atinge em maior proporção camadas mais pobres da população.

Contudo a participação da sociedade civil e a formulação de políticas públicas sobre a qualidade de vida urbana, bem como de geração de trabalho e de renda, têm assumido configurações distintas de acordo com o contexto socioeconômico e político de cada país ou região.

No Brasil, onde cerca de 50% da população vivem em áreas metropolitanas ou em pólos regionais, novas experiências têm surgido, visando equacionar desafios referentes à gestão urbano-ambiental em termos de aumento da pobreza e precarização do trabalho nas metrópoles.

Uma delas se relaciona ao gerenciamento dos resíduos sólidos nas regiões metropolitanas. Como um dos itens que constituem o serviço de saneamento básico⁴, a coleta e a disposição adequadas dos resíduos sólidos correspondem, modernamente, a um dos maiores dilemas das grandes cidades,⁵ apresentando facetas socioambientais, econômicas e políticas.

Pelo aspecto econômico, pode-se ressaltar o fato de que alguns dos processos atuais de produção industrial têm sido orientados por critérios de rápida obsolescência, breve vida útil e baixa qualidade dos bens finais elaborados, além da multiplicação de embalagens desnecessárias, o que faz aumentar exponencialmente o volume de produtos descartáveis. A consequência óbvia é o crescimento de resíduos que se acumulam e acabam sendo depositados em áreas muitas vezes impróprias para essa finalidade.

De acordo com a **Agenda 21** brasileira, a recomendação aos gestores municipais e às organizações da sociedade civil que participam das discussões acerca das questões relativas à gestão urbana é, dentre outros itens, de que se combata o desperdício e a geração de resíduos por parte dos consumidores domésticos e das empresas. O mesmo documento ressalta a relevância de se estimularem soluções comunitárias, promovendo-se, primordialmente, o desenvolvimento institucional, através do fortalecimento de canais democráticos de participação (Brasil, 2000).

No que toca ao papel do Estado, percebe-se que, a partir do final dos anos 80, o poder local no Brasil passou a ter novas funções e responsabilidades, dentre elas, não só a de prover a população com serviços de bem-estar outrora de alçada da União,⁶ mas também, em alguns casos, formulando e

⁴ Os outros itens que compõem os sistemas de saneamento básico se referem ao abastecimento de água, ao esgoto pluvial e ao esgoto cloacal.

⁵ Evidentemente, não só no Brasil. Pode-se citar o caso de Nova Iorque, cidade global por excelência, que produz 11.000 toneladas de lixo por dia, tendo que "exportar" boa parte desses resíduos para outros estados dos EUA, o que acarreta custos altíssimos e sérios problemas ambientais (Brown, 2002).

implementando políticas de geração de trabalho e renda. Assim, além de novas funções sociais e das tarefas habituais relativas aos serviços essenciais urbanos, que constituem desafios renovados, dentre os quais, a coleta e a disposição do lixo,⁷ as municipalidades vêm-se às voltas com tentativas de amenizar os efeitos de reestruturações produtivas globais e de políticas macroeconômicas nacionais, muitas vezes responsáveis pelo aumento da taxa de desemprego e da pobreza. Esse quadro, que ocorre em todas as regiões do País, mostra-se mais perceptível nas regiões metropolitanas, em função da conurbação e da concentração populacional.⁸

Por outro lado, a intervenção do Estado enquanto gestor do meio ambiente no Brasil tornou-se mais estruturada e enfática a partir também da década de 80, quando novos instrumentos de monitoramento e controle ambiental⁹ começaram a ser implantados, em função do ativismo ecológico e da pressão de agências internacionais financiadoras de projetos no País. Quanto às administrações municipais, estas assumiram a responsabilidade por uma parcela con-

⁶ A Constituição de 1988 promoveu a descentralização do planejamento e a execução de políticas públicas, como as de saúde, educação, habitação e assistência social, além de um aumento do repasse de recursos tributários aos municípios. Se, por um lado, esse aspecto pode ser considerado como um passo rumo à democracia, por outro, levando-se em conta que existem, no Brasil, mais de 5.500 municípios e que as situações financeiras, administrativas e de suporte técnico variam consideravelmente entre eles, podem-se imaginar as dificuldades que os poderes locais enfrentam para fazer face aos novos desafios de prover serviços básicos, anteriormente sob responsabilidade do Governo Federal, em suas respectivas comunidades.

⁷ De acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas/Compromisso Empresarial para a Reciclagem, um plano de gerenciamento integrado de lixo envolve, atualmente, um "(...) conjunto articulado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que uma administração municipal desenvolve, baseado em critérios sanitários, ambientais e econômicos para coletar, tratar e dispor o lixo da sua cidade" (Grimberg; Blauth, 1998, p. 29).

⁸ Se, por um lado, o percentual de população vivendo abaixo da linha de pobreza em áreas rurais é superior ao percentual dessa população em áreas urbanas, por outro, em termos absolutos, a população indigente nas cidades, especialmente nas metrópoles, é consideravelmente maior, tendo em vista a concentração urbana (Tolosa, 1993; Peliano, 1993).

⁹ A Lei Federal nº 6.938, de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, constituindo o Sistema Nacional de Meio Ambiente, criando o Conselho Nacional do Meio Ambiente e instituindo o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental. Entre estes, inclui-se a Avaliação de Impacto Ambiental. Em 1983, a AIA foi regulamentada pelo Decreto nº 88.351 e, finalmente, em 1986, através da Resolução Conama 1, ela passou a ser implementada em todo o território nacional, com definição de competências, critérios técnicos, diretrizes básicas e a especificação das atividades vinculadas aos procedimentos de avaliação. Desde então, a AIA tornou-se um dos principais instrumentos de planejamento ambiental no Brasil (Rohde, 1995).

siderável das tarefas de planejamento e gestão ambiental¹⁰, em atendimento a determinações contidas na Constituição de 1988 e na Lei Orgânica do Município, apesar de que muitos municípios não dispõem ainda de estrutura adequada para o cumprimento dessas funções.¹¹

Sendo a questão da destinação final do lixo entendida como um dos grandes desafios para as gestões locais, observa-se que, além de ser um fator causador de poluição ambiental, o acúmulo indevido de lixo interfere estética e funcionalmente na cidade, nos casos em que os resíduos não são recolhidos nas ruas e calçadas, ou são dispostos em terrenos e córregos ou se chegam a obstruir os canais de circulação das águas pluviais.

A introdução de aterros sanitários no Brasil entre as décadas de 60 e 70 foi vista como uma solução ótima para a destinação dos resíduos sólidos domésticos na época, pelas suas características de não contaminarem o lençol freático, terem cobertura e possuírem drenagem e tratamento dos líquidos e gases. No entanto, o aumento da quantidade de lixo tem gerado o esgotamento da capacidade dos aterros existentes, fazendo com que se tenham que buscar áreas próximas aos grandes centros urbanos, que sejam apropriadas para novos aterros. Como nem sempre se consegue obter áreas disponíveis e acessíveis, os custos de transporte e a disposição do lixo nas regiões metropolitanas tendem a crescer exponencialmente (Ruberg; Aguiar; Philippi Junior, 2000).

Portanto, o dilema que se coloca — equilibrar processos de produção e consumo com a geração e a disposição de resíduos —, tem levado a mudanças na forma de tratar os dejetos. Nesse sentido, através dos processos de separação e reciclagem, os resíduos passam a ser encarados como “matéria-prima pós-consumo” ou matéria-prima secundária: materiais como plásticos, papéis, metais e vidros, que seriam colocados em aterros ou lixões a céu aberto, readquirem valor econômico e voltam ao ciclo do produto. Efetivamente, a massa de resíduos urbanos tem atraído interesses econômicos, tanto por seu conteúdo material quanto pelo seu potencial energético (através da conversão térmica), considerando-se que o conteúdo material comporta também um componente poupador de energia, nos casos em que o processo de reciclagem apre-

¹⁰ O planejamento ambiental no Brasil está circunscrito a diferentes abrangências, conforme as distintas Unidades de Planejamento, que podem ser: os estados da Federação, as bacias hidrográficas, as microbacias, as regiões metropolitanas, as áreas de proteção ambiental, os municípios e as propriedades rurais (Teixeira, 1998).

¹¹ Em 1993, o Ministério do Meio Ambiente publicou o documento **Administração Municipal para o Meio Ambiente: Roteiro Básico**, recomendando às municipalidades a criação de um órgão administrativo e técnico específico para as questões ambientais (Teixeira, 1998).

senta vantagens sobre os processos de obtenção e extração da matéria-prima virgem (Figueiredo, 1995).

De acordo com Ruberg, Aguiar e Philippi Júnior, o processo de reciclagem de materiais abrange, em geral, três etapas:

- a) a coleta seletiva, que pode ser do tipo porta a porta, isto é, o recolhimento de materiais recicláveis pelos serviços de limpeza pública municipal, por empresas privadas, por catadores de rua, ou por outras entidades, diretamente nos domicílios. A coleta pode ocorrer, alternativamente, com participação direta da população; nesse tipo de coleta, conjuntos de contêineres são instalados em diversos pontos da cidade pelo poder público municipal, para que a população deposite ali os recicláveis. Esses locais constituem os PEVs. Enquanto a primeira modalidade representa um aumento dos custos do sistema de lixo, por causa do transporte separadamente do resíduo orgânico, a coleta por entrega voluntária requer maior envolvimento da população para separar e levar o material até os pontos de recolhimento; além disso, nessa forma de coleta, algumas vezes, os contêineres são depredados ou arrombados. Reconhece-se que, em ambos os casos, um dos fatores para que os programas de coleta seletiva sejam bem-sucedidos é a regularidade do serviço de coleta, seja diretamente dos domicílios, seja dos contêineres;
- b) a triagem e o pré-beneficiamento do material reciclável em galpões, usinas ou UTs¹²; nessa etapa — pós-coleta —, faz-se a seleção dos materiais inorgânicos, de acordo com o tipo de material, e um beneficiamento preliminar, com atividades como lavagem, prensagem e enfardamento. Os materiais considerados sem potencial de reciclabilidade, como alguns inorgânicos que ainda não são vendidos para indústrias

¹² Os centros de triagem/reciclagem podem assumir diferentes formas, que se traduzem em técnicas diferenciadas de tratamento dos resíduos. Assim, o galpão serve a um processo simplificado de triagem, com pouca disponibilidade de equipamentos mecanizados, e, em geral, não prevê planejamento de operação. Já a usina corresponde a um processo que conta com planejamento de operação e processo mecanizado, com esteiras por exemplo; o método de trabalho na usina pode incluir, além da triagem, os processos de compostagem e de destinação final de uma parte dos resíduos a um aterro (METROPLAN..., 2000). Grimberg e Blauth (1998) ressaltam que algumas usinas de reciclagem foram vendidas ao Brasil por empresas de países desenvolvidos já com tecnologia obsoleta e com manutenção cara, o que as transformou em verdadeiros “elefantes brancos”. Unidade de triagem, por sua vez, é o nome oficial utilizado pelos órgãos públicos municipais para designar os centros de reciclagem operados pelas associações de catadores/recicladores.

recicladoras por questões de viabilidade¹³, ou mesmo materiais orgânicos que vêm misturados aos “recicláveis”,¹⁴ constituem os rejeitos não aproveitáveis, que são, em geral, descartados nos aterros após a seleção; e c) o beneficiamento do material em uma indústria recicladora, modificando suas características físicas e resultando na fabricação de um novo produto (Ruberg; Aguiar; Philippi Junior, 2000).

A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico¹⁵, (PNSB), realizada pelo IBGE, informa que, em 2000, o total do lixo produzido diariamente no Brasil correspondia a 228.413 toneladas, das quais 36% tinham como destino final aterros sanitários, 37% iam para aterros controlados, 21% para lixões a céu aberto, 3% para estações/usinas de compostagem e 1% para estações/usinas de triagem e reciclagem. Se, por um lado, isso significa que quase 80% de todo o lixo gerado no País tinha uma destinação “adequada”, por outro, tomando-se os dados por municípios, verifica-se um resultado diverso, já que 64% dos municípios brasileiros ainda utilizavam vazadouros a céu aberto (lixões) para dispor seus resíduos sólidos, 32% usavam aterros adequados, e os restantes não informaram. De qualquer maneira, isso representa um avanço, já que, na mesma pesquisa realizada pelo IBGE em 1989, o percentual de municípios que dispunha “corretamente” o lixo era de cerca de 11% (Pesq. Nac. Saneam. Básico, 2002).

Pode-se, ademais, inferir a relação entre o tamanho das cidades e a proporção de lixo produzido: quanto maior a cidade, mais alta é a produção de lixo por habitante. Assim, nas cidades brasileiras com até 200 mil habitantes, reco-

¹³ De um ponto de vista convencional e estritamente econômico, alguns tipos de materiais inorgânicos pós-consumo ainda não apresentam vantagens comparativas em relação a matérias-primas virgens, o que inviabiliza seu aproveitamento; contudo, nos últimos anos, com a introdução e o aprimoramento de técnicas de reciclagem, além do aumento de preço das matérias-primas, diversos materiais vêm sendo incorporados ao rol daqueles potencialmente recicláveis. Um dos exemplos refere-se a tipos de plásticos, cuja utilização em processos de reciclagem tem aumentado consideravelmente, apesar da restrição relativa ao fato de ser este o único material reciclável que não é isento do Imposto sobre Produtos Industrializados pagando um IPI maior do que a matéria-prima virgem e sofrendo bitributação quanto ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (Calderoni, 1998).

¹⁴ Vem crescendo a tendência de aproveitamento do resíduo orgânico para compostagem, havendo, porém, poucas unidades de triagem que se dedicam à fabricação de composto a partir desse material.

¹⁵ A Pesquisa Nacional sobre Saneamento Básico, do IBGE, apresenta dados sobre abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza pública e coleta de lixo, tendo sido realizada duas vezes: em 1989 (Pesq. Nac. Saneam. Básico, 1992) e em 2000 (Pesq. Nac. Saneam. Básico, 2002).

lhem-se entre 450 e 700 gramas diariamente por habitante, enquanto, nas cidades com população superior a 200 mil, o volume de lixo varia entre 800 e 1.200g/hab./dia (Pesq. Nac. Saneam. Básico, 2002). Por outro lado, em épocas de recessão econômica, a tendência é de se reduzir o consumo geral, principalmente de produtos supérfluos, o que faz com que se reduza também o volume de resíduos coletados.

Além dos dados estatísticos contidos na PNSB sobre a coleta de resíduos no Brasil, existem vários levantamentos de investigadores e órgãos privados, como a pesquisa Ciclossoft do Compromisso Empresarial Para a Reciclagem¹⁶ (Ruberg; Aguiar; Philippi Junior, 2000), que exemplificam casos de implantação e manutenção de sistema de coleta seletiva em cidades brasileiras.

Observa-se também que a composição total do resíduo doméstico varia conforme o consumo local de cada população, sendo distinta entre cidades de diversos países ou regiões, de portes diferentes ou, até mesmo, entre bairros de uma mesma cidade. Assim, a composição do resíduo domiciliar em cidades de países industrializados do Hemisfério Norte revelava-se, em geral, no início da década de 90, com um percentual médio de material orgânico de, aproximadamente, 10%, ou seja, bastante inferior ao encontrado, na mesma época, no resíduo doméstico em cidades brasileiras, superior a 50% em média, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1

Composição dos resíduos sólidos domiciliares de cidades do RS, Brasil, dos Estados Unidos e do Japão em anos selecionados

COMPONENTES	(% do peso)				
	PORTO ALEGRE-RS (1994)	SÃO CARLOS-SP (1989)	CAXIAS DO SUL-RS (1991)	DAVIS- -EUA (1990)	OSAKA- -JAPÃO (1989)
Matéria orgânica					
putrescível	58,6	56,7	53,4	6,4	11,7
Papel e papelão .	21,3	21,3	21,0	41,0	35,7
Plástico	8,4	8,5	8,9	10,7	20,3
Vidro	1,3	1,4	2,6	5,8	7,1
Metais	4,4	5,4	5,4	7,9	5,3
Outros	6,0	6,7	8,7	28,2	19,9

FONTE: REICHERT, Geraldo. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos — uma proposta inovadora. Ciência e Ambiente, Santa Maria: Editora da UFSM, n. 18, p. 59, jan.-jun. 1999.

¹⁶ O Cempre consiste em uma associação, fundada em 1992, da qual fazem parte grandes empresas de ramos industriais diferenciados, que visa "(...) apontar alternativas viáveis do ponto de vista técnico, econômico e social para concretizar a visão de gerenciamento integrado de resíduos sólidos no Brasil" (Vilhena, 2002, p. 4).

Através dos dados da Tabela 1, verifica-se que a proporção de material reciclável no total dos resíduos era, em média, de 45% em algumas cidades brasileiras de porte médio a grande; atualmente, contudo, o percentual médio de recicláveis gira em torno de 35% no Brasil (Jardim apud Ruberg; Aguiar; Philippi Junior, 2000).

Há que se levar em conta, outrossim, que grande parte das experiências de coleta seletiva e reciclagem nos municípios brasileiros não podem ser consideradas ainda como “auto-sustentáveis”, nem desviam dos aterros e lixões parte considerável de resíduos com potencial de reciclabilidade.¹⁷ Os custos dos serviços municipais, quando estes não são adequadamente planejados e gerenciados, constituem um dos obstáculos para que se ampliem os programas de coleta seletiva de resíduos domiciliares (Ruberg; Aguiar; Philippi Junior, 2000).

Por outro lado, o fato de que, em geral, não se levam em conta os danos ao meio ambiente provocados pela disposição de resíduos sólidos em áreas impróprias, nem se contabilizam todas as externalidades sociais e ambientais geradas nesse procedimento, faz com que não se tenha a exata dimensão da relação custo/benefício que envolve todo o processo de separação e reciclagem de resíduos.

À guisa de ilustração, a Tabela 2 demonstra os valores relativos aos custos com a coleta seletiva e com a coleta convencional, bem como as parcelas do orçamento municipal destinadas à coleta seletiva em seis municípios brasileiros, em 1996.

Percebe-se que, para todos os municípios pesquisados, a coleta seletiva tem custos superiores aos da coleta convencional, mas, para se chegar a um valor mais exato, seria necessário subtrair os valores da segunda coluna dos valores da primeira, já que os resíduos coletados seletivamente são desviados da coleta convencional, sem falar nos prejuízos ao meio ambiente, que são evitados ou reduzidos com esse procedimento. Contudo, mesmo não se considerando os ganhos ambientais obtidos através da separação e da coleta seletiva de resíduos, salienta-se que, ao longo dos anos, os custos têm diminuído; assim, se, em 1994, o custo médio da coleta seletiva no Brasil era de US\$ 240.00/t, em 1999, esse custo caiu para US\$ 157.00/t (CEMPRE apud Delevati et al., 2002a).

¹⁷ A taxa de desvio é o nome técnico dado à relação expressa pela proporção da quantidade de lixo coletado seletivamente sobre o volume total do lixo diário, não se considerando a parcela de lixo orgânico compostável e o rejeito da coleta seletiva, que, normalmente, segue para o aterro sanitário. No Brasil, embora o percentual de materiais recicláveis no lixo domiciliar seja de 35% em média, sendo este o teto máximo que a taxa de desvio poderia alcançar, ela chega a apenas 4% na maioria dos municípios (Jardim apud Ruberg; Aguiar; Philippi Junior, 2000).

Tabela 2

Custos com a coleta seletiva e com a coleta convencional e percentual do orçamento municipal destinado à coleta seletiva em seis municípios brasileiros — 1996

MUNICÍPIOS	PERCENTUAL DO ORÇAMENTO DESTINADO À COLETA SELETIVA	CUSTO/t DA COLETA SELETIVA (R\$)	CUSTO/t DA COLETA CONVENCIONAL (R\$)
Angra dos Reis	0,90	450	70
Belo Horizonte	0,08	250	43
Campinas	-	245	70
Embu	0,20	100	46
Porto Alegre	0,18	77	-
Santos	3,50	129	-

FONTE: GRIMBERG, Elisabeth; BLAUTH, Patrícia. **Coleta seletiva**: reciclando materiais, reciclando valores. São Paulo: Instituto Polis, 1998. p. 58. (Polis, n. 31).

Com base em estudos sobre viabilidade econômica e aspectos sociais da atividade de reciclagem, pode-se afirmar que, em geral, o nível ótimo da atividade de reciclagem difere do nível considerado de equilíbrio de mercado dessa atividade, estando acima deste último. Isso ocorre porque o mercado só recicla até o ponto onde seus custos e receitas se equilibram, sendo necessários, a partir daí, incentivos estatais para manter a atividade. Portanto, somente a partir das “livres forças de mercado” não se alcança o nível ótimo de reciclagem. Contudo, para se fazer esse tipo de análise, é necessário ter-se em conta os ganhos obtidos com a opção pela alternativa de reciclagem, mensurando-se os custos ambientais evitados, incluindo-se aí os custos com a disposição dos resíduos em áreas verdes ou com sua incineração, além dos aspectos sociais envolvidos (Pimenteira, 2002).

Não obstante, em vários municípios brasileiros, a urgente necessidade de se reduzir o volume de lixo nos aterros tem sido equacionada com a proposta de geração de trabalho organizado e de renda, propiciada pela separação e pela reciclagem dos resíduos.

A PNSB indica que, no ano 2000, dos 5.507 municípios existentes no Brasil, 451 (8,2% do total) dispunham de coleta seletiva, e 352 (6,4%) contavam com reciclagem. Já no Rio Grande do Sul, dos 467 municípios existentes na época da pesquisa, 138, isto é, quase 30% do total, possuíam o serviço de coleta seletiva, e 105 (22%) tinham reciclagem (Pesq. Nac. Saneam. Básico, 2002), sendo estas as maiores médias respectivas dentre todos os estados brasileiros.

É relevante observar também que os 138 municípios gaúchos com coleta seletiva correspondem a 31% do total de municípios brasileiros que têm esse serviço. Essa situação, no Rio Grande do Sul, está respaldada pela legislação estadual para o meio ambiente, que estipula a responsabilidade de toda a sociedade, e em especial dos órgãos públicos, sobre a separação dos resíduos sólidos na sua origem, “visando ao seu reaproveitamento otimizado” e à implantação gradativa desse procedimento nos municípios, mediante programas de educação ambiental, projetos de sistemas de coleta seletiva, projetos de triagem dos recicláveis e reaproveitamento do material orgânico através da compostagem (Cappelli, 2002).¹⁸

Por outro lado, em pesquisa realizada em 2002 pela Research International, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Pernambuco, observou-se que, dentre o total de entrevistados, os gaúchos apresentavam uma postura mais efetiva à prática de separação do lixo doméstico, adotando-a com maior frequência no seu cotidiano. Em termos percentuais, essa resposta correspondia a 58% dos entrevistados no Rio Grande do Sul, a 24% em São Paulo, a 23% em Minas Gerais, a 18% em Pernambuco e a 17% no Rio de Janeiro (CEMPRE, 2002).

Os materiais mais utilizados na reciclagem, no Brasil, são, por ordem, o alumínio, com cerca de 85% do total que é descartado como resíduo, o papelão com 72%, o vidro com 42% e o plástico tipo PET (polietileno-tereftalato), usado comumente para garrafas de refrigerantes com 26%.¹⁹

Na Região Metropolitana de Porto Alegre, que conta com uma área total de 8.212km², coletam-se 3.566 toneladas de lixo por dia para uma população de 3.718.778 habitantes. Dos 28 municípios que compunham a RMPA em 2000, 61%, ou seja, 17 municípios, incluindo Porto Alegre, tinham tanto coleta seletiva quanto reciclagem (Anu. Estat. RS, 2001; Pesq. Nac. Saneam. Básico, 2002; IBGE, 2001).

Sendo a responsabilidade pela destinação dos resíduos sólidos urbanos primordialmente das prefeituras, o primeiro município na RMPA a ter sistema de coleta seletiva foi a própria Capital, implantado pelo Departamento Muni-

¹⁸ Ver Lei Estadual nº 9.493, de 07.01.92, que determina a condição da coleta seletiva e da reciclagem de lixo “como atividades ecológicas de relevância social e de interesse público” (Cappelli, 2002, p. 120), bem como a Lei nº 9.921, de 27.07.93, que “(...) dispõe sobre a gestão dos resíduos sólidos, nos termos do artigo 247, parágrafo 3º da Constituição do Estado e dá outras providências” (Ibid. p. 121).

¹⁹ Informações divulgadas por Emerson Kapaz durante o II Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em fevereiro de 2002.

pal de Limpeza Urbana em julho de 1990. Até o final dos anos 80, o sistema vigente para depositar o lixo da cidade era o de “lixões” a céu aberto, o que, em termos ambientais, levou a uma “situação de calamidade pública”²⁰.

A partir dessa constatação, as diretrizes básicas do DMLU passaram a se fundamentar no lema ecológico de “reduzir, reaproveitar e reciclar” o lixo gerado na Cidade. O Código de Limpeza Urbana do município, Lei Complementar nº 234/90, que entrou em vigor em 1990, pautou a implementação da coleta seletiva nos bairros de Porto Alegre, sendo o instrumento legal que disciplina questões relativas à geração e à disposição dos resíduos e define as competências do órgão municipal (DMLU, 2003).

Cumpra ressaltar, no entanto, que os esforços para resolver o problema do lixo na Cidade datam de quase um século. Em 1920, técnicos do Município de Porto Alegre apresentaram ao então Prefeito Alberto Bins um documento sugerindo nove diferentes métodos para solucionar a questão do destino final de resíduos domésticos da Capital, onde constavam idéias relativas à compostagem, para aproveitamento do resíduo orgânico como adubo, ou à queima do lixo, para gerar energia elétrica (Fritsch, 2000).

Somente na Capital, hoje com 1.360.590 habitantes, são coletadas, diariamente, cerca de 1.600 toneladas de lixo, sendo 900 toneladas correspondentes a lixo domiciliar, das quais cerca de 450t/dia são de material orgânico, 300t/dia correspondem a material reciclável, e o restante constitui rejeito. Do material reciclável, apenas cerca de 60t/dia (20% do total diário) são recolhidas pela coleta seletiva oficial e levadas para os galpões de reciclagem, e aproximadamente 120t/dia são coletadas por papaleiros e catadores informais de rua, que as vendem a intermediários ou sucateiros. Assim, somando-se os dois grupos, da coleta oficial e da informal, chega-se a 180t/dia de recolhimento de material potencialmente reciclável²¹.

²⁰ Segundo depoimento de Maria Angélica Mallmann, da Assessoria Ambiental do DMLU, no I Fórum UFRGS em Gestão Ambiental, em Porto Alegre, em 16.05.01. Efetivamente, essa situação de “calamidade pública” foi reconhecida de maneira oficial pelo então Prefeito Olívio Dutra, através do Decreto nº 9.696, de 02.05.90 (Fritsch, 2000).

²¹ Esses são os dados que constam no *site* do DMLU e em suas publicações oficiais; entretanto, em informação concedida pelo Diretor da Divisão de Destino Final desse órgão para a revista **Veja**, em 29.10.03, admite-se uma ligeira redução no volume total do resíduo doméstico coletado diariamente, que passou a 870 t/dia em 2003. O volume da coleta seletiva, porém, sofreu uma queda proporcionalmente maior, baixando para 50 t/dia. O motivo para essas reduções, segundo o DMLU, prende-se a questões relativas à crise econômica e à decorrente queda da renda dos consumidores, podendo-se acrescentar aí o aumento da coleta informal dos materiais recicláveis.

Existem em Porto Alegre mais de 600 recicladores trabalhando em nove galpões e em uma usina e aproximadamente 1.500 trabalhadores informais.²² O Departamento Municipal de Limpeza Urbana estima que mais de 50% dos moradores de Porto Alegre praticam a coleta seletiva,²³ sendo que aqueles que ainda não separam o lixo alegam três motivos para tanto: a separação “dá trabalho”; eles não dispõem de espaço em casa para o armazenamento diferenciado; ou simplesmente não sabem como fazer.²⁴

O DMLU conta com 9,5% do orçamento da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, e sua experiência de gerenciamento de resíduos na Capital tem tido repercussão nacional e internacional, sendo escolhida pelo Programa de Gestão Urbana da Organização das Nações Unidas como um dos modelos para a gestão integrada de resíduos sólidos em cidades latino-americanas e caribenhas (Pereira; Santos, 1998; DMLU, 2003).

Nos outros municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, a coleta seletiva foi introduzida ao longo dos anos 90 e no começo da presente década; conforme a PNSB, o volume total de material encaminhado às unidades de triagem com fins de reciclagem na RMPA corresponde a 250t/dia (Pesq. Nac. Saneam. Básico, 2002). Os sistemas, contudo, não são padronizados nos tipos de coleta que cada municipalidade oferece (porta a porta ou por entrega voluntária em pontos estratégicos da cidade), na frequência da coleta e, especialmente, na relação dos respectivos poderes públicos municipais com as associações de recicladores que trabalham em usinas ou galpões na triagem e no pré-beneficiamento dos resíduos.

Ressalta-se que uma das características que têm marcado a organização dos catadores/recicladores em associações refere-se à presença majoritária de mulheres nos galpões construídos para a separação e a reciclagem do lixo, fato que está relacionado ao aspecto de maior taxa de desemprego ou de ocupação precária entre a População Economicamente Ativa de sexo feminino, nas regiões metropolitanas brasileiras.

²² Esse dado, fornecido pela Assessoria às Unidades de Triagem do DMLU, é passível de questionamentos, já que o número “oficial” de carroceiros que recolhem e comercializam resíduos em Porto Alegre se refere somente aos que estão registrados na EPTC, órgão municipal que concede as licenças de trânsito.

²³ Informações divulgadas pela Assessoria Ambiental do DMLU durante o II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em fevereiro de 2002.

²⁴ Informação divulgada pelo Professor Luis Felipe Nascimento, da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no I Fórum UFRGS em Gestão Ambiental, em 16.05.01

Problema da pesquisa

Na elaboração do problema da pesquisa, uma das primeiras questões levantadas reportou-se aos limites estruturais e político-institucionais das ações governamentais e não-governamentais sobre a atividade dos catadores/recicladores.

Outrossim, verificou-se a carência de estudos que busquem examinar a reflexividade entre esfera pública e sociedade civil, ou seja, que avaliem como se dão as ações de órgãos governamentais sobre setores da sociedade civil organizada e o reverso — as demandas e os impactos das ações desses setores da sociedade sobre as políticas públicas. Raciocínio similar pode ser empregado no caso de ações das organizações não-governamentais imbricadas no processo. No trabalho da tese, pretendeu-se, pois, investigar como essas ações induzem ou influem no cotidiano das associações de catadores/recicladores e como as práticas destes se refletem na orientação e na atuação dos assessores e dos técnicos das organizações. Nesse sentido, surgiram dúvidas sobre as formas de relação entre os poderes públicos municipais e as associações.

Por outro lado, abordando-se o aspecto de organização, identidade “profissional” e trajetórias de empoderamento dos catadores/recicladores, surgiram questões relativas a:

- como os trabalhadores chegaram a fazer parte de cada associação de reciclagem?
- tendo em vista sua trajetória anterior, como eles se definem em termos de sua ocupação? Como catadores ou recicladores?
- em que medida essa atividade implica certo saber e determinada organização social?
- quais são os códigos e o linguajar próprio que constroem a identidade “profissional” do reciclador?
- existe um perfil diferenciado assumido por homens e mulheres na constituição dessa identidade “profissional”?
- o que permite a essas pessoas se reconhecerem como membros de um grupo ocupacional específico? Sentem-se realmente como um grupo?
- em termos comparativos, como se colocam em relação aos seus trabalhos anteriores e em relação a outros grupos ocupacionais?

- como se colocam frente aos órgãos públicos, como a Previdência Social, e nas estatísticas oficiais?
- como crêem que são vistos pelos outros? Como lixeiros, carroceiros, carrinheiros, papeleiros, separadores de lixo, catadores, recicladores?
- o que se transformou na vida deles, por assumirem essa ocupação?
- têm consciência da questão ambiental que envolve seu trabalho?
- como são as percepções sobre a divisão das tarefas entre homens e mulheres e suas respectivas remunerações?

Para além dos aspectos relativos à inserção na atividade, vieram à tona questionamentos sobre a transmissão dos conhecimentos necessários para o desempenho do trabalho. Considerando que esta é fundamental para a reprodução do saber profissional, as dúvidas emergentes diziam respeito a:

- como os conhecimentos são repassados?
- é uma ocupação na qual vale a pena investir?
- qual é o grau de motivação dos trabalhadores?
- como se dá a renovação destes?
- torna-se, ou não, um privilégio para alguns?
- quais habilidades são exigidas?

Uma questão que surgiu em decorrência do interesse sobre a perspectiva de empoderamento se refere ao processo de tomada de decisões e à formação de lideranças, o que levou a indagações como:

- quais são as formas de participação no processo decisório da associação?
- como se dá a escolha dos dirigentes e com que frequência?
- como ocorrem os processos de mobilização e de representação dos associados em negociações que envolvem as entidades externas?

Em suma, o que se colocou como problema da pesquisa remete, em primeiro lugar, à própria ação e à dinâmica interna das associações de reciclagem — o que faz com que elas tenham desempenhos e resultados tão diversos? Simultaneamente, o questionamento básico direcionou-se às formas pelas quais as entidades governamentais e não-governamentais têm participado nos processos de organização, construção das identidades e empoderamento dos trabalhadores na reciclagem. Quais são as especificidades das trajetórias de cada

associação nas suas interações com o poder público e com outras entidades externas? Quais são as perspectivas de crescimento autônomo e sustentabilidade das associações de catadores/recicladores rumo ao empoderamento?

Objetivos e hipóteses

Objetivo geral

Investigar as dinâmicas concernentes a processos de organização, construção da identidade “profissional” e empoderamento de trabalhadores da reciclagem de resíduos sólidos, verificando as vinculações e as interações das associações de catadores/recicladores com entidades externas, governamentais e não-governamentais.

Objetivos específicos

Perceber as influências de diversas entidades governamentais e não-governamentais no que diz respeito à origem e à implantação de três associações de catadores/recicladores na Região Metropolitana de Porto Alegre e na manutenção de suas respectivas atividades econômicas e socioculturais.

Estudar, de forma comparativa, a construção de identidades “profissionais” de catadores/recicladores no trabalho de separação do lixo e de reciclagem em cada uma das unidades.

Verificar as formas de transmissão de conhecimentos e de reprodução profissional nas associações, levando em conta a renovação de trabalhadores nas atividades de reciclagem.

Observar de que maneira se dá a formação de lideranças e a participação dos trabalhadores no processo de tomada de decisões.

Analisar o processo de organização político-social de catadores/recicladores na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Hipótese principal

A organização, a construção da identidade “profissional” e o empoderamento de membros das associações de catadores/recicladores ocorrem tanto por questões internas relativas a processos de crescimento pessoal e coletivo, quanto por fatores externos referentes ao tipo e ao grau de vinculação desses grupos

com órgãos do poder público, Igreja e organizações não-governamentais, empresas e outras entidades.

Hipótese secundária

As diferenças entre as dinâmicas de organização, construção da identidade “profissional” e empoderamento das diversas associações de catadores/recicladores na RMPA são determinadas pela combinação entre o envolvimento ou o comprometimento das entidades externas com cada uma dessas associações, por um lado, e, por outro, pela formação e pelo poder de organização e de pressão dos catadores/recicladores de cada associação.

Procedimentos metodológicos

Em termos de métodos de pesquisa, utilizaram-se, para a elaboração da tese, três modalidades: o método descritivo, o método comparativo e o método quantitativo, na perspectiva de se abranger a generalização, através do quantitativo, e a profundidade, através do qualitativo.

O método descritivo não se limita a uma mera coleta de dados, mas, sim, visa “(...) apresentar precisamente as características de uma situação, um grupo ou um indivíduo específico” (Selltiz et al., 1974, p. 59). Ao contrário do método exploratório, esse método pressupõe um conhecimento prévio do objeto de pesquisa, havendo necessidade de uma clara formulação do que ou de quem será medido, no intuito de se obter uma informação plena e exata, isto é, a descrição precisa de uma determinada situação.

No trabalho de campo, o método descritivo foi aplicado no levantamento de dados sobre cada uma das três associações de catadores/recicladores.

Após se descrever cada caso, a etapa seguinte correspondeu ao uso do método comparativo para casos similares, ou seja, as três associações de reciclagem. A escolha desse método deve-se ao fato de que ele possibilita

“(...) descobrir regularidades, perceber deslocamentos e transformações, construir modelos e tipologias, identificando continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais” (Schneider; Schmitt, 1998, p. 49).

Por fim, utilizou-se o método quantitativo, recorrendo-se às entrevistas dirigidas e ao Statistical Package for Social Sciences, com questões sobre

perfil, características, origem e trajetória dos trabalhadores(as). Salienta-se também o uso de um banco de dados relativo ao Convênio UFRGS-Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Secretaria Municipal de Educação (Projeto Galpão, 2001), com dados tabulados através do SPSS, com informações sobre os trabalhadores nos galpões de reciclagem de Porto Alegre referentes a: dados de identificação, escolaridade, composição e condições familiares, orçamento familiar, condições de moradia, condições de saúde, existência de documentação pessoal, acesso e participação cultural.

Como *loci* da pesquisa, elegeram-se dois galpões e uma usina de reciclagem, o da Associação Ecológica de Reciclagem Rubem Berta e o da Associação Profetas da Ecologia, ambos em Porto Alegre, e a da Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

As razões da escolha prendem-se a aspectos de relevância para a análise comparativa e a questões específicas detectadas na pesquisa exploratória, como a relação dos galpões e da usina com as respectivas prefeituras dos seus municípios e com representantes da Igreja Católica, como é o caso das duas associações de Porto Alegre. No caso da Associação de Dois Irmãos, o interesse está também relacionado ao fato de que ela é apontada como uma das associações de reciclagem com maior produtividade e melhores resultados econômico-financeiros no Rio Grande do Sul e, talvez, no Brasil, bem como pela singularidade de ter, entre esses seus componentes, uma maioria absoluta de trabalhadores do sexo masculino, o que difere do padrão de maioria feminina em praticamente todas as outras associações de recicladores no Estado. Além disso, pesou o fato de que, em duas das unidades escolhidas, houve a indicação direta e a intermediação para os contatos preliminares do Professor Nilton Fischer, da Faculdade de Educação da UFRGS.

As técnicas empregadas, além de ampla pesquisa bibliográfica e documental, esta última mais prejudicada pela carência de registros de atividades e reuniões internas das associações ou com as entidades externas, foram, basicamente, a observação direta, entrevistas dirigidas e entrevistas focalizadas (semi-estruturadas).

A observação direta referiu-se às visitas aos galpões e à usina de reciclagem durante a fase da pesquisa exploratória, realizada em 2002, e, posteriormente, durante a fase final de pesquisa de campo, durante o ano de 2003. Nesse período, houve a participação da pesquisadora nas reuniões do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Porto Alegre, e no respectivo Fórum Estadual²⁵, com a presença das diversas entidades envolvidas, do setor público e de ONGs, assim como das principais lideranças dos catadores/recicladores.

²⁵ Até o presente momento, não foi constituída essa instância no Município de Dois Irmãos.

As entrevistas dirigidas, apresentadas de maneira padronizada, foram feitas com o auxílio de três estudantes de graduação, Analiza Zorzi e César Augusto Nunes, do curso de Ciências Sociais da UFRGS, e Ana Monteiro Costa, do curso de Economia da PUCRS, sendo aplicadas a 39 catadores/recicladores entre as três associações.

Sobre essa parte da pesquisa, cabe mencionar que, nas duas associações menores, houve, proporcionalmente, uma receptividade maior em relação às entrevistas, já que, na maior delas, onde trabalham 40 catadores, apenas 13 concordaram em ser entrevistados. Uma particularidade é que, nesse galpão, apesar de os homens serem minoritários em número (oito trabalhadores num total de 40), praticamente todos quiseram ser entrevistados, enquanto as mulheres foram menos acessíveis, negando-se a responder à entrevista. Nas outras duas unidades, uma delas com ampla maioria de homens na sua composição (15 homens num total de 19 trabalhadores) e a outra composta majoritariamente por mulheres (10 mulheres entre 16 trabalhadores), não houve problemas, tendo-se conseguido que a totalidade de trabalhadores que estava presente nos dias combinados respondesse às questões da entrevista.

Nessa entrevista padronizada, além de dados gerais correspondendo à identificação pessoal, foram levantados também alguns relativos à situação anterior e à posterior à atividade de cada trabalhador em cada unidade, referindo-se principalmente à antiguidade na atividade de reciclagem, ao tipo de atividade anterior, à renda média, à independência financeira, à satisfação com o trabalho, ao engajamento em outros trabalhos remunerados, além do serviço no galpão/usina, e à participação em treinamentos relativos ao trabalho de reciclagem. Em outros blocos de perguntas, os trabalhadores foram questionados a respeito de questões sociais, culturais e políticas, como acesso a serviços de saúde e de saneamento, condições de moradia e de transporte, índice de alfabetização e de escolaridade, participação política em instâncias externas ou internas, nas reuniões da associação e em eventos culturais, e acesso a informações através de meios de comunicação.

A questão da equidade entre homens e mulheres nas relações de trabalho e na família e a identificação pessoal com o trabalho de catador/reciclador foram alguns dos temas recorrentes que perpassaram vários itens da entrevista, desde aqueles relacionados aos processos de trabalho e à distribuição dos ganhos no galpão e/ou usina, até os itens concernentes à questão cultural e ao lazer. Ademais, tentou-se verificar as expectativas e os desejos que os trabalhadores projetam para o futuro, no sentido de desvelar o que os mantém na atividade de reciclagem e se esta constitui para eles uma proposta continuada e concreta de vida e de trabalho, ou se é simplesmente mais um ganha-pão precário,

que se estabelece em termos provisórios até que possam obter uma outra fonte de subsistência.

Nas entrevistas focalizadas ou semi-estruturadas, parcialmente assistemáticas, o pesquisador focaliza a atenção em determinados tópicos ou aspectos de uma questão que deseja abranger e aprofundar. Partindo de algumas perguntas abertas, o entrevistador pode adicionar outras perguntas para clarificar questões ou reconstituir um determinado contexto. Assim, embora haja uma certa flexibilidade na condução da entrevista, tenta-se limitar o entrevistado aos problemas e às questões que estão sendo investigados.

Essa técnica foi aplicada a 16 informantes-chave, os quais são definidos como “pessoas detentoras de informação válida, relevante e utilizável” acerca do objeto selecionado para a pesquisa (Ander-Egg, 1995, p. 152), a saber: uma funcionária da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan), quatro funcionários do DMLU, uma funcionária da Prefeitura Municipal de Dois Irmãos, lideranças das três unidades num total de cinco pessoas, duas lideranças dos catadores/recicladores vinculadas à Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul e uma liderança que não pertence a nenhuma das unidades pesquisadas, nem à atual coordenação da FARRGS, mas que exerce grande influência sobre a organização dos catadores/recicladores no Estado, tendo vínculos indiretos com uma das associações pesquisadas.

Além desses informantes, foram entrevistadas duas pessoas vinculadas à Igreja Católica e que possuem ligações antigas e permanentes com as associações de catadores/recicladores, em especial com as duas associações pesquisadas em Porto Alegre.

As questões formuladas às lideranças dos catadores/recicladores referiam-se, em primeiro lugar, à situação geral de cada associação, como a origem, a formação, a composição e os resultados econômico-financeiros. Em seguida, as entrevistas derivaram para processos de trabalho e organização interna, com perguntas sobre o modo como conduzem as tarefas e técnicas e equipamentos empregados, bem como sobre as formas de inserção na associação, escolha da coordenação, participação nas decisões e desafios enfrentados cotidianamente. Nos demais blocos de questões, buscaram-se elementos sobre os vínculos com entidades externas, como os tipos de reivindicações e obstáculos no contato com essas entidades e também aspectos quanto à identidade da associação e das próprias lideranças em termos das expectativas quanto à trajetória profissional como catadores/recicladores.

As lideranças estaduais dos catadores tiveram questões similares às que foram colocadas às lideranças das unidades no que diz respeito aos contatos e às interações com o poder público e ONGs de assessoria e sobre expectativas quanto à consolidação da profissão de catador/reciclador; como pergun-

tas específicas, essas lideranças responderam sobre suas linhas de atuação, com as principais ações, reivindicações e sobre a inserção dos catadores.

No caso dos representantes do setor público e das assessorias, estes foram questionados acerca de formas de vinculação com as associações, tipos de atividades efetuadas com os catadores/recicladores, limitações no trabalho junto às unidades e os reflexos da organização e reivindicações dos trabalhadores sobre a forma de atuação dos órgãos governamentais e não-governamentais.

Métodos de análise

Após a coleta de dados através das técnicas utilizadas, foi realizada a análise das informações recolhidas, articulando-as com os referenciais teóricos predefinidos no plano da tese e com outros elementos teóricos selecionados a partir de leituras de textos específicos.

Alguns dados quantitativos foram tabulados e classificados de acordo com as técnicas estatísticas de análise do programa SPSS, enquanto os dados qualitativos foram analisados após a transcrição das fitas relativas às entrevistas focalizadas e a tabulação dos dados referentes às entrevistas dirigidas.

Plano da tese

Como plano da tese, coloca-se a fundamentação teórica que perpassa e une os diversos elementos que compõem a temática, fazendo a “costura” desses elementos.

O principal aporte teórico que abarca e dá coerência interna à tese se refere às conceituações de Anthony Giddens e Ulrich Beck sobre a dualidade da estrutura, a modernização reflexiva e a sociedade de risco.

A teoria da estruturação de Giddens inscreve-se no marco de uma abordagem recente das Ciências Sociais, que visa superar a contraposição entre as teorias da ação (de orientação subjetivista) e as teorias estruturalistas (alinhas em uma posição objetivista), propondo uma metateoria alternativa de dualidade da estrutura, que incorpora ambas as dimensões da realidade social, a objetiva e a subjetiva. Como cerne da teoria da estruturação, encontra-se um processo social envolvendo as interações recíprocas dos atores humanos e as características estruturais das organizações. Na concepção de Giddens, as propriedades estruturais traduzem-se em regras e recursos que os agentes usam em suas interações cotidianas; ao mesmo tempo em que

essas regras e recursos mediatizam a ação humana, elas são reafirmadas através de sua utilização pelos agentes, escapando tanto do voluntarismo quanto do determinismo estruturalista (Orlikowski, 1992).

Dessa maneira, aspectos como meio ambiente, trabalho, poder, autonomia e organização social são vistos sob uma nova ótica, que enfoca as transformações globais e a crise da modernidade.

Concomitantemente à iminência de crise socioambiental planetária, podem-se apontar alguns componentes relevantes dessas transformações na alta modernidade, ou modernidade tardia, como o papel da tradição, a globalização em suas diversas acepções e dimensões e a reflexividade social, que constituem eixos das análises de Giddens e Beck.

Como Giddens assinala, a crise da modernidade está relacionada, sobretudo, a uma mudança de valores e a uma crise nas tradições, não no sentido de que estas desaparecem completamente, mas, sim, de que seu *status quo* se altera. Ante uma situação anterior, em que as tradições eram reverenciadas como a normatização básica da vida social, na sociedade “pós-tradicional” elas são alvo de questionamentos no momento de tomadas de decisão, pessoais ou coletivas. Dito de outra forma, nesse tipo de sociedade, as tradições são levadas a se expor, devendo apresentar constantemente justificativas discursivas e diálogo aberto com outras tradições e estilos de vida, para sua permanência ou recriação. Por contraste, os fundamentalismos, sob quaisquer formas, são apresentados como “a tradição defendida de forma tradicional”, constituindo uma ameaça ao diálogo e beirando um potencial de violência; assim sendo, Giddens situa o surgimento da ordem social pós-tradicional num contexto de sociedade globalizante e culturalmente cosmopolita (Giddens, 1994; 1997).

Como terceiro elemento de mudança e relacionada aos elementos anteriores, tem-se a expansão da reflexividade social, explicada como “(...) o uso de informações sobre as condições de atividade como um meio de reordenar e redefinir regularmente o que essa atividade é” (Giddens, 1996, p. 101). A reflexividade diz respeito à capacidade das pessoas de tomarem decisões tendo em conta as transformações das estruturas.

De acordo com Giddens, na sociedade “destradiconalizada”, o indivíduo deve selecionar e inclinar-se de maneira reflexiva sobre os tipos de informação relevantes para sua sobrevivência e agir na vida cotidiana com base nesse processo de “filtragem”. Conseqüentemente, o conhecimento não se dá sobre uma realidade social independente, já que, nessa prática, o indivíduo influencia a própria realidade, em uma dinâmica híbrida, relacional, interativa.

As decisões devem, então, ser tomadas tendo por base uma reflexão constante sobre as condições das ações de cada indivíduo, levando-se em conta o aspecto de que, quanto mais alta a reflexividade, maior é a autonomia de ação de indivíduos ou grupos sociais. Quanto a esse ponto, Giddens enfatiza que a autonomia individual, decorrente da reflexividade, não é sinônimo de egoísmo ou de busca de auto-interesse isolado (conduta de maximização da utilidade ou do lucro na visão de mercado), mas, ao contrário, implica, necessariamente, reciprocidade, interdependência e confiança ativa, objetivando reconstruir solidariedades danificadas, através da renovação do princípio de responsabilidade pessoal e social para com os outros. A reflexividade na alta modernidade e a perda de importância da tradição levam, portanto, à inevitabilidade de tomadas de decisão por parte dos indivíduos; assim, nos contextos pós-tradicionais, não há outra escolha senão decidir como ser e agir (Giddens, 1994; 1996; 1997).

A alta reflexividade também pressupõe sistemas sociais bastante complexos, com uma grande quantidade de insumos de baixo impacto e fluxos sociopolíticos e econômicos. Relacionando-se a esse aspecto de complexidade, pode-se situar a importância que Giddens atribui ao que ele chama de “política da vida”, que diz respeito a estilos de vida, compreendendo-se aí as disputas sobre como viver em uma sociedade pós-tradicional, sujeita às decisões humanas tomadas conscientemente. A “política da vida” não seria uma preocupação apenas de grupos melhor situados socialmente, pois a destradicionalização atinge também e principalmente os grupos sociais mais vulneráveis, como famílias de baixa renda constituídas por mulheres e seus filhos.

Em uma ordem reflexiva, contudo, torna-se necessária a adoção de formas radicais de democratização, onde questões-chave encontrem arenas para serem debatidas e, se possível, resolvidas, o que vale tanto para as macropolíticas quanto para questões no nível da intimidade, como as que envolvem as relações entre homens e mulheres. Essa nova forma de lidar com questões ligadas às tradições e a fontes de poder é denominada “democracia dialógica”, sendo sublinhada, no caso específico das relações pessoais, a relevância da “democracia das emoções”²⁶. Na visão de Giddens, a democracia

²⁶ Conforme Giddens, a “democracia das emoções” é fundamental para o avanço da democracia formal e pública. Como ele salienta, “(...) os indivíduos que têm bom conhecimento de seu feito emocional e que são capazes de se comunicar de forma efetiva com os outros, numa base pessoal, são, provavelmente, bem preparados para as tarefas amplas e para as responsabilidades da cidadania” (Giddens, 1994, p. 23).

dialógica oferece a única alternativa para a violência, tanto na vida pessoal como na ordem global, representando a oportunidade de se desenvolverem formas autênticas de vida humana, não vinculadas a verdades “formulares”, mas com a utilização da tradição no seu sentido discursivo (Giddens, 1994; 1996; 1997).

Vinculando-se os elementos de tradição/destradiconalização, globalização e reflexividade à iminência de crise ambiental em vários níveis (local, regional, planetário), percebe-se que o que se apresenta para o coletivo humano é um mundo de incerteza e de risco produzido. Isso não significa que não havia riscos para a vida anteriormente, mas que as origens e a abrangência desses riscos, na modernidade, se modificam de maneira considerável, trazendo um componente de imprevisibilidade ao conhecimento e à intervenção humana sobre o meio ambiente. A modernidade trouxe a fé inabalável no constante progresso material e a idéia de que, enquanto coletivo, quanto mais a humanidade se apropriar da realidade social e física, mais capaz será de controlá-la e utilizá-la para seu próprio interesse, o que é confrontado com a realidade de graves acidentes e catástrofes ambientais²⁷ em proporções nunca antes experimentadas (Beck; Giddens; Lash, 1997; Giddens, 1994). Por sua vez, Giddens (1997) refere-se ao paralelo direto entre tradição e natureza, colocando como “natural” aquilo que permanece fora de alcance da intervenção humana, e comparando o conceito de “meio ambiente” com “natureza”: o meio ambiente seria a natureza completamente transfigurada (dissolvida como a tradição) pela ação humana, chegando à idéia do fim da natureza, isto é, à sua completa socialização.²⁸ Assim, muitos sistemas naturais primitivos ter-se-iam tornado produtos da tomada de decisão humana, e, como resposta à destruição progressiva do ambiente físico pelo homem, teria surgido a preocupação ecológico-ambiental.

²⁷ À guisa de lembrete, pode-se enumerar uma longa lista de ocorrências graves afetando o meio ambiente a partir da segunda metade do século XX: o “*smog*” de Londres, em 1952, que causou a morte de 1.600 pessoas e provocou um grande debate público sobre a qualidade do ar nas grandes cidades britânicas; o acidente na plataforma Torrey Canyon, da British Petroleum, no Mar do Norte, em 1967; a contaminação em massa por mercúrio no Japão, que se evidenciou em 1968, no porto de Minamata; os outros graves acidentes causadores de contaminação tóxica ou nuclear em Seveso, na Itália, em 1976; Three Mile Island, nos EUA, em 1979; Bophal, na Índia, em 1984 — este responsável por 2.500 mortes imediatas —; Love Canal, nos EUA, em 1984; Vila Socó, no Brasil, em 1984; e Chernobyl, na ex-URSS, em 1986, além de vários derramamentos de petróleo ocasionados por acidentes diversos nas últimas décadas.

²⁸ Pesquisadores vinculados à Sociologia e à Geografia Urbana costumam colocar essa distinção em termos de ambiente natural (natureza para Giddens) e ambiente produzido, aquele que é ocupado pela presença humana, podendo distinguir-se dois tipos de ambiente produzido: o rural e o urbano.

A concepção de Giddens sobre “política da vida”, já comentada, inclui problemas e dilemas ecológicos, mas articulando-os com questões como identidade pessoal e coletiva e escolha de vida. Nesse contexto, ele cita os movimentos ecológico, pacifista e feminista como grupos que expressam e contribuem para a reflexividade da atividade social nos níveis local e global, tendo a capacidade de ampliar e difundir formas de democracia dialógica, já que mesmo ações individuais têm o potencial de provocar efeitos globais, com a interação entre questões do cotidiano e questões sociais “amplas”.²⁹ Por outro lado, Giddens assinala que, em relação a políticas públicas de bem-estar social, estas devem “dar poder” em vez de simplesmente concederem benefícios, de maneira assistencialista. Ele afirma que, ao contrário das medidas convencionais de bem-estar social, o que ele chama de “bem-estar positivo”

“(...) coloca muito maior ênfase na mobilização das medidas de política da vida, visando, mais uma vez, relacionar a autonomia com as responsabilidades de nível pessoal e coletivo” (Giddens, 1994, p. 25).

Buttel assinala a diferença entre a visão da sociologia ambiental, mais ligada a aspectos materiais sobre o meio ambiente, e a perspectiva sobre o ambientalismo de Giddens e Beck, “figuras influentes [na] nova sociologia cultural em ascensão”, ressaltando, contudo, que ambas as correntes “(...) reconhecem que o movimento [ambiental] está se tornando um dos principais eixos da política e das instituições culturais das sociedades avançadas” (Buttel, 2001, p. 29-30).

Como resultado desse enfoque e desse interesse acadêmico, vinculados a uma crescente conscientização da sociedade sobre a “visão de mundo ocidental dominante”, que diz respeito ao progresso humano medido apenas em termos materiais, Buttel aponta o fortalecimento de um “novo paradigma ecológico”, imbuído de uma ética que se contrapõe à visão de progresso material irrestrito e irresponsável. Esse novo paradigma, portanto, configura-se na articulação de valores pós-materiais, como a prudência e a sobriedade ecológica, a ênfase na qualidade de vida e a preocupação com riscos ambientais (Buttel, 2001).

Sobre o conceito de risco, ligado de maneira estreita às preocupações socioambientais, ele ocupa correntemente uma posição central na teoria social contemporânea, pela ênfase dada por Giddens e Beck a essa questão

²⁹ A liderança “em círculo”, praticada na comunidade (ecovila) de Findhorn, na Escócia, incluindo medidas inovadoras de tomada de decisões e resolução de conflitos, é um exemplo dessa contribuição.

para o entendimento das transformações e dos limites da modernidade. Como os autores enfatizam, as questões ecológicas não se reduzem a uma preocupação com o “ambiente” como algo alheio à vida social, mas como uma esfera que é penetrada e reordenada pela ação humana. Dessa maneira, eles afirmam que “(...) se houve um dia em que os seres humanos souberam o que era a ‘natureza’, agora não o sabem mais. Atualmente, o que é ‘natural’ está tão intrincadamente confundido com o que é ‘social’, que nada mais pode ser afirmado como tal, com certeza” (Beck; Giddens; Lash, 1997, p. 8).

Pode-se indagar, no entanto, qual a razão de se atribuir um papel tão central, na teoria social, ao conceito de risco, ao que Guivant (2000) replica, com base na argumentação de Giddens e Beck:

“(...) porque na sociedade da alta modernidade os riscos emergem como produto do próprio desenvolvimento da ciência e da técnica, com características específicas: são globais, escapam à percepção e podem ser localizados na esfera das fórmulas físicas e químicas e, por tudo isto, é difícil fugir deles. São riscos cujas conseqüências, em geral de alta gravidade, são desconhecidas a longo prazo e não podem ser avaliadas com precisão” (Guivant, 2000, p. 287).

Outrossim, o conceito de sociedade de risco não se refere apenas ao fato de que se enfrentam novas formas de perigo³⁰, mas sinaliza uma sociedade “(...) na qual leigos e peritos em áreas específicas devem fazer escolhas diariamente em termos de riscos, num contexto em que a estimação dos mesmos é em grande parte imponderável” (Guivant, 2000, p. 287).

A visão de sociedade global de risco é aplicada por Beck (2000) também para analisar a situação de intensa flexibilização e precariedade do trabalho na sociedade contemporânea, o que tem afetado principalmente as mulheres trabalhadoras. Ele aponta o fenômeno de internacionalização crescente dos riscos e as interdependências do novo sistema mundial e afirma que o Brasil se coloca como o modelo por excelência da sociedade de risco no tocante ao processo de predominância do setor de economia informal e do trabalho instável, frágil e temporário.

Finalizando, reafirma-se que esses elementos teóricos não só unem, como contribuem para a compreensão dos diversos aspectos contemplados na tese, tais como as transformações na sociedade do trabalho, a informalidade, a organização dos catadores/recicladores — suas buscas, suas lutas e seus

³⁰ Giddens (1997) e Beck (1996) assinalam duas formas de risco: o risco dado, calculado, implícito nas sociedades ainda coordenadas pela tradição, e o risco imprevisível (como o problema do aquecimento global).

sonhos, por um lado, e as ações das entidades externas, por outro lado — a constituição de identidades e o empoderamento, dentro de uma sociedade de risco, globalizada, em processo de rápidas e profundas transformações.

Tendo, portanto, como fio condutor a fundamentação teórica referente aos conceitos de estruturação, reflexividade e sociedade global de risco, formulados por Giddens e Beck, a tese é composta por cinco capítulos.

No Capítulo 1, examinam-se os principais aspectos referentes às transformações recentes no mundo do trabalho, como os processos de reestruturação produtiva e das condições e relações de trabalho, e as alternativas de geração de ocupação e renda para a parcela de população excluída da economia formal; enfoca-se também a situação de divisão sexual do trabalho e a condição específica da mão-de-obra feminina no mercado laboral.

No Capítulo 2, apresenta-se o histórico e a análise da formação e da organização de associações de catadores/recicladores de resíduos, na forma como isso tem ocorrido no Brasil, em geral, e, particularmente, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

No Capítulo 3, analisam-se questões relativas a poder e liderança nas associações de reciclagem, com ênfase específica no processo de organização do trabalho e no âmbito político-social de catadores/recicladores de lixo.

No Capítulo 4, trata-se dos pontos que dizem respeito aos vínculos e às interações entre os catadores/recicladores e entidades externas, do setor governamental e do não-governamental.

Finalmente, no Capítulo 5, abordam-se os temas da construção da identidade profissional e do empoderamento, apontando-se algumas das determinações e limitações, internas e externas, nas trajetórias individuais e coletivas dos catadores/recicladores.

1 - AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Neste capítulo, enfocam-se questões teóricas sobre as formas como se apresenta o trabalho na sociedade contemporânea, dando-se atenção aos processos de precarização e de provisoriedade nas relações de trabalho atuais, bem como às alternativas que se oferecem, de geração de ocupação e renda, dentro do espectro da economia solidária. Observa-se também a delimitação de aspectos referentes à divisão sexual do trabalho e à participação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho informal.

1.1 - O trabalho na sociedade global de risco

1.1.1 - Globalização, reestruturação produtiva e flexibilização das relações de trabalho

As transformações no mundo do trabalho, na sociedade contemporânea, advindas dos processos de reestruturação produtiva e de globalização, pressupõem não apenas uma nova configuração de relações laborais e de organização econômica, mas também um tipo de cultura pelo qual se amplia a sujeição dos trabalhadores e das trabalhadoras (Castro, 2001).

Giddens (1994; 1996; 2000), Beck (1999; 2000) e outros cientistas sociais, como Harvey (1992; 1996) e Castells (1999), remetem ao processo de globalização como um dos fatores que têm efetivamente ocasionado a mudança acelerada nas últimas décadas. Para Giddens (1994), a globalização não pode ser vista como um fenômeno puramente econômico ou um processo único, mas, antes, como “(...) uma mistura complexa de processos que freqüentemente atuam de forma contraditória, produzindo conflitos, desarticulações e novas formas de estratificação”.¹

¹ Vários autores consideram a globalização um processo multidimensional, sendo que, para Viola e Leis (2001), ela englobaria seis dimensões principais e inter-relacionadas: econômica, política, militar, ecológico-ambiental, cultural e social. A dimensão econômica da globalização comporta ainda as seguintes subdivisões: comercial, financeira, produtiva e tecnológica.

Essencialmente, a globalização configura-se como a transformação do espaço e do tempo, estando a sua trajetória relacionada ao rápido e intenso desenvolvimento das tecnologias de automação, de comunicação de massas e de transportes. Assim sendo, as atividades locais e até pessoais, relativas à vida cotidiana dos indivíduos, podem ser influenciadas ou determinadas por acontecimentos ou instituições distantes, constituindo uma dinâmica de interdependência global (Giddens, 1994, p. 11).

De maneira similar, Harvey (1992) enfoca a globalização através da caracterização do processo de compressão do tempo-espaço, isto é, a presença, na história do capitalismo, de uma tendência à aceleração do ritmo da vida, simultaneamente a uma conquista paulatina das barreiras espaciais, provocando uma sensação de “encurtamento do tempo” e de “encolhimento do espaço”.²

Castells (1999), por sua vez, reporta-se à sociedade em rede, nova forma de sociedade, resultante da criação e da implementação das novas tecnologias de informação e da reestruturação do capitalismo, que é orientada por organizações e por trocas globais estratégicas. Nos aspectos socioculturais de transformação propriamente ditos, para bem ou para mal, a informatização tem, portanto, um papel fundamental na disseminação de idéias e de valores nos níveis regional, nacional e internacional, possibilitando o acesso quase imediato a dados e a informações. Ressalva-se, contudo, que, não apenas no plano das idéias, mas também para a execução de projetos de organizações governamentais e não-governamentais, têm-se formado redes mundiais em vários níveis e com propósitos variados. Como exemplos, colocam-se as redes de entidades, que atuam globalmente na defesa de direitos humanos e dos ecossistemas terrestres, como a Anistia Internacional, a Friends for Life ou o Greenpeace.

Por outro lado, assinala-se a importância, em nível mundial, do aprofundamento do movimento de internacionalização da economia na sua etapa atual de **globalização**, bem como da intensa transformação nos processos produtivos, envolvendo a reestruturação do trabalho e das estratégias empresariais. Esses fenômenos vinculam-se à introdução, especialmente nos últimos 20 anos, de um conjunto poderoso de inovações técnicas baseadas na aplica-

² Em palestra proferida em 21.03.95, em Porto Alegre, David Harvey referiu-se à temporalidade como algo socialmente construído, assinalando a gradual introdução das medidas de tempo ao longo da história: a hora no século XIII, o minuto no século XIV e o segundo já no século XVIII, sendo essas medidas de controle do tempo fundamentais para o *modus operandi* do capitalismo.

ção da microeletrônica, que configura a Terceira Revolução Industrial (Coutinho, 1992).³

A criação e a difusão de novas tecnologias de base microeletrônica que vêm ocorrendo nas duas últimas décadas, atingindo desde os países centrais do capitalismo até a periferia do sistema, têm provocado impactos significativos sobre todos os setores da economia, apontando o surgimento de um novo paradigma tecnológico. Para Castells (1999), as tecnologias da informação criam as condições para uma nova estrutura social dominante — a sociedade-rede —, com uma nova economia informacional-global e uma nova cultura, a da virtualidade real.

A globalização, vista, então, como compressão do mundo, leva à idéia, contudo, de não se tratar de um fenômeno absolutamente novo, mas, sim, de “(...) um processo de longa duração, cuja origem remonta às primeiras viagens dos exploradores europeus, e que só se acelera e se aprofunda na era contemporânea” (Gómez, J., 1999, p. 134). Em outras palavras, representaria a dinâmica mais recente da expansão do Ocidente em busca de novos territórios e de novas fontes de lucro.

Na visão estritamente econômica da globalização, ela é descrita, primordialmente, como a crescente integração e interdependência das economias nacionais. Nesse sentido, o termo “globalização” é encarado, por alguns autores, como “a palavra da moda para um fenômeno muito antigo”⁴ (Batista Junior, 1997, p. 222), o qual assumiu formas variadas no decorrer das diversas etapas do capitalismo. Pode-se ponderar, porém, que esse tipo de integração e de

³ As grandes ondas de inovações tecnológicas que dão substrato ao movimento de acumulação do capital nas suas diversas etapas são situadas em três momentos cruciais: o da Primeira Revolução Industrial, no século XVIII, com a invenção da máquina a vapor e a utilização do ferro e do carvão como matérias-primas básicas; o da Segunda Revolução Industrial, a partir do final do século XIX, com a criação e a aplicação da eletricidade e do motor à explosão, baseando-se no uso de aço e de derivados de petróleo e adotando o padrão fordista de produção; e, finalmente, o da Terceira Revolução Industrial, que, segundo algumas correntes, tem sua origem nos anos 40 do século passado e se fundamenta na automação da produção, com o emprego da microeletrônica e o desenvolvimento de novas fontes de energia, utilizando padrões pós-fordistas de produção e gerenciamento (Sandroni, 1994). A Terceira Revolução Industrial, todavia, não se completou totalmente, já que as inovações trazidas por ela ainda se encontram em fase de consolidação e de difusão, abrangendo novas áreas e campos de atividade, como a biotecnologia, e a introdução de programas gerenciais, como qualidade total e *downsizing* (Pochmann, 1999).

⁴ Embora McLuhan já tivesse proposto a metáfora da “aldeia global”, na década de 60, como o resultado das novas tecnologias de informação e de comunicação, foi somente a partir de meados da década de 80 que passaram a emergir os termos global, tecnoglobal e globalização, tendo sido divulgados no meio das *business schools* norte-americanas e expandidos através da mídia econômica e financeira especializada (Gómez, 1999).

interdependência das economias, mesmo não sendo inédito na história, nunca teve a escala e a velocidade que apresenta hoje em dia (Dupas, 1999).

O esgotamento do modelo de produção fordista prenunciou a crise que se instaurou no sistema produtivo, em meados da década de 70, ocasionada, originalmente, pelo “choque do petróleo”, que levou ao aumento drástico dos preços desse produto, bem como à crise fiscal do Estado de Bem-Estar Social. Simultaneamente, ocorreram drásticas mudanças no paradigma do trabalho e da empregabilidade, trazidas por uma nova lógica de organização das cadeias produtivas no capitalismo global (Fiori, 1995; Pochmann, 1995; Dupas, 1999).

A etapa capitalista que se sucedeu, de caráter conglomerante-transnacional⁵, assinalou uma fase de transformações na estrutura produtiva referentes à aceleração das mudanças tecnológicas dentro do processo da Terceira Revolução Industrial nos países desenvolvidos. Ainda nesse contexto, consolidou-se a formação de blocos econômicos regionais, bem como a crescente concentração empresarial, através de fusões e aquisições, estimulando a oligopolização e a integração global do sistema financeiro (Alonso, 1995).

Em face dessa crise, teóricos neoliberais propugnam o fim da intervenção estatal tanto no setor produtivo como na área de dispêndios sociais. Entretanto, mesmo defendendo uma proposta de Estado mínimo, o neoliberalismo, paradoxalmente, pressupõe que este se mantenha forte o suficiente para poder propiciar “um bom clima de negócios” (*business climate*), estabelecendo um controle estrito sobre os trabalhadores, colocando os impostos em um patamar baixo, restringindo reivindicações sobre o meio ambiente e favorecendo investimentos externos, mesmo sob o alto risco de atrair capitais especulativos (Harvey, 1996).

No entanto, como assinala Fiori:

“(...) neste momento, parece que só no ex-mundo socialista e em alguns países periféricos que, como o Brasil, chegaram tardiamente à era ultraliberal, ainda se defende incondicionalmente a possibilidade de que os mercados por si mesmos sejam capazes de promover uma

⁵ Batista Junior (1997) contesta a idéia da predominância na economia atual de empresas “transnacionais”, que para ele, seriam empresas que operam sem lealdades nacionais, acima das fronteiras. Sua argumentação é que são poucas as empresas realmente transnacionalizadas (como, por exemplo, a Nestlé), já que a ampla maioria das grandes corporações tem base nacional definida. Para ele, essa seria mais uma forma de reforçar “o mito do declínio do Estado”. Contudo outros autores consagram o termo “transnacional” ou “multinacional” para designar empresas que desenvolvem “uma estratégia internacional a partir de uma base nacional, sob a coordenação de uma direção centralizada”, ou seja, que não se colocam acima dos aparelhos de Estado de cada país (Sandroni, 1994, p. 235-236). A maioria dessas empresas tem origem norte-americana, o que reforçaria a hegemonia desse país em nível mundial.

reorganização industrial de longo prazo e dar conta, simultaneamente, de seus efeitos sociais indesejados. Fora deste circuito, nos países mais desenvolvidos a questão que se coloca já não é o Estado *versus* não-Estado” (Fiori, 1995, p. 210).

Não obstante, a aplicação de políticas neoliberais nos países menos desenvolvidos ocorre de acordo com um padrão estabelecido pelas economias centrais e que se consubstancia nas determinações conhecidas como Consenso de Washington⁶, que dizem respeito, dentre outros aspectos, à redução nos gastos sociais, à reforma tributária, a uma ampla abertura comercial, ao controle do déficit fiscal, à privatização de empresas públicas, ao investimento direto de capital externo, à flexibilização dos direitos trabalhistas e à desregulação dos mercados e do regime cambial (Gómez, J., 1999; Reis, 1997).

A flexibilização das relações de trabalho e a instabilidade geral nas condições de vida têm levado à exacerbação de um individualismo narcisista (Lasch, 1990; 1991), contrário à solidariedade associativista, bem como ao processo que Sennet (2001) descreveu como a corrosão do caráter. Nessa prevalência de novas regras, a precariedade do trabalho leva à fragmentação das lealdades e à competição acirrada entre os trabalhadores. Um dos aspectos cruciais referentes a essa problemática consiste nas dificuldades enfrentadas por mulheres e homens que buscam uma inclusão nesse mercado aviltado de trabalho e nas resistências que emergem na sociedade.

Nesse sentido, os estudos sobre a questão do trabalho e da inserção social têm sofrido uma mudança do foco principal de análise: se, antes, a preocupação maior se dirigia às condições de exploração de trabalhadores “inseridos”, o enfoque atual é localizar as formas ainda possíveis (dentro de condições mínimas de trabalho e remuneração) de inserção⁷ (Dupas, 1999), já que, como consequência das orientações neoliberais que defendem o Estado mínimo, tem-se observado o dismantling de instituições públicas responsáveis pelos programas de bem-estar, especialmente nos países periféricos, como o Brasil, fazendo recrudescer o problema da exclusão social.

Sobre esse aspecto, cabe observar que, embora a corrente neoliberal situe a origem do problema da exclusão na própria intervenção do Estado, se nota

⁶ Segundo Fiori (1995), o termo Washington Consensus foi cunhado por John Williamson, correspondendo a um programa de reformas estruturais concernentes ao projeto neoconservador do Estado mínimo, almejando uma determinada estratégia de desenvolvimento econômico.

⁷ Pochmann (1999) observa que, atualmente, o exemplo de incorporação econômica possível surge através da geração de ocupações de baixa qualidade, com características de irregularidade, de atipicidade e de cumprimento em tempo parcial.

que o “livre jogo do mercado” nunca garantiu o pleno emprego, que só foi obtido em circunstâncias de substituição do Estado mínimo pelo modelo de Estado de Bem-Estar Social ou, ainda, em virtude da situação de economia de guerra, como nos Estados Unidos, no início da década de 40, representando a retomada econômica definitiva desse país após a Grande Depressão dos anos 30 (Pochmann, 1999).

Como um termo que ainda não foi devidamente definido, a exclusão social tem sido alvo de debates, em função do crescimento da população dos moradores de rua e da pobreza como um todo, fenômeno causado, primordialmente, pelo desemprego de longo prazo e pela precarização das relações de trabalho, decorrentes do processo de reestruturação do sistema produtivo.

Tendo sido originalmente desenvolvido pela sociologia francesa, o conceito de exclusão foi bastante discutido em trabalhos elaborados no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, na década de 90, como o de Rodgers (1994). Nesse estudo, a exclusão social é abordada como essencialmente multidimensional, abarcando não só a falta de acesso a bens materiais, mas também a inacessibilidade à segurança, à justiça e à cidadania; portanto, a exclusão social relaciona-se tanto às desigualdades econômicas quanto às desigualdades políticas, culturais e étnicas.⁸

O próprio termo exclusão tem sido alvo de controvérsias sobre a conveniência de seu uso — similarmente à noção de globalização, não seria apenas mais uma nova denominação para um velho problema?

De certa forma, a idéia de exclusão social traz alguns elementos novos a assuntos já tradicionais e amplamente estudados, como pobreza, desigualdade e marginalização, pois ela incorpora uma relação intrínseca com os aspectos do processo de reestruturação socioeconômica trazidos pela última grande onda de inovações tecnológicas. Nesse sentido, Rodgers (1994) e Singer (1996; 1998) assinalam a emergência de uma “nova pobreza”, vinculada à exclusão social, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento.

Essa “nova pobreza” tem como marco de diferenciação da pobreza tradicional o fato de que ela se refere fundamentalmente a grupos de trabalhadores de classe média, nos países desenvolvidos, que perderam recentemente seus

⁸ Em relatório recente sobre a situação de moradores de rua (*homeless*) do Município de Los Angeles, nos Estados Unidos, apontam-se algumas características desse grupo: em média, são mais jovens que a população local como um todo, havendo uma grande proporção de crianças e jovens mães (entre 18 e 29 anos) e uma composição majoritária de afro-americanos. Além disso, 42% apresentam algum tipo de deficiência mental ou física, o que corresponde ao dobro da taxa de deficiência para a população total do Município (Economic Roundtable, 2003).

empregos, em função da introdução de novos equipamentos, como robôs, ou por causa da transferência de plantas industriais para países periféricos.

Como Singer (1998) sublinha, em situações anteriores de transformações tecnológicas profundas ou de mudanças na divisão internacional do trabalho, a perda de empregos advinda desses processos era compensada, em parte, pela redução da jornada laboral e pela aceleração do crescimento econômico, que acabavam criando condições para a geração de novos postos de trabalho. Entretanto, no modelo atual de produção e de consumo, existe uma característica forte de eliminação definitiva de empregos, sem chance de recuperação. Dessa maneira, a “nova pobreza” pode atingir até mesmo as pessoas qualificadas, que se vêem excluídas, permanentemente, do mercado de trabalho formal.

Pochmann (1999), por sua vez, indica o aprofundamento de formas tradicionais de exclusão, tais como subemprego, baixos rendimentos e informalidade, às quais se agregam novas formas de exclusão relativas a desemprego aberto⁹, a ocupações atípicas e à precarização das condições e das relações de trabalho. Ele alerta para o fato de que, simultaneamente à consolidação dessas novas formas de exclusão, os mecanismos de proteção social destinados a enfrentar e a amenizar as formas tradicionais de exclusão encontram-se comprometidos.

Efetivamente, as transformações nas condições e nos vínculos de trabalho, bem como no *status* do assalariado, tendem a quebrar as trajetórias de identificação social e de integração comunitária. Dessa maneira, a ocorrência de novas vulnerabilidades sociais no capitalismo representa um dos elementos que conformam o fenômeno da exclusão social no final do século XX e no início do século XXI.

O surgimento dessas novas vulnerabilidades sociais, com acelerada expansão das desigualdades e do desemprego, põe em xeque os mecanismos relacionados ao “padrão sistêmico de integração social”, identificado com a busca do pleno emprego e da segurança socioeconômica para toda a população, que vigoraram em países avançados durante o período conhecido como os “anos dourados” do capitalismo, de 1945 até 1974-75 (Pochmann, 1999, p. 21).

Pochmann explica que

“Embora os excluídos sejam parte integrante da sociedade em cada país (estado de privação), estes tendem a se encontrar desprovidos das condições materiais que os possibilitem usufruir de benefícios socioeconômicos (emprego, rendimento) ou de condições institucionais (direitos e deveres) possíveis nos marcos do desenvolvimento

⁹ O desemprego aberto refere-se à proporção da População Economicamente Ativa que não está exercendo nenhuma atividade, limitando-se a buscar emprego.

capitalista. Se a inclusão depende da capacidade de o indivíduo participar do processo de tomada de decisão e negociação — admitida no marco de institucionalidade econômica, social e política —, a exclusão pode ser associada à inexistência de condições básicas para a participação e negociação” (Pochmann, 1999, p. 20).

Conseqüentemente, ao ser excluído do mercado de trabalho, um indivíduo pode ser levado não somente à privação material, como também à limitação de seus direitos e a uma fragilização psicológica, que tem implicações variadas sobre sua auto-estima e autodeterminação. Pode-se afirmar, então, que o desemprego (ou a desocupação) representa um risco individual e coletivo, com graves impactos sobre a manutenção do bem-estar e do processo de cidadania.

Dupas, entretanto, faz um recorte econômico da questão, selecionando a renda como uma das variáveis-chave para entender a exclusão social em países periféricos como o Brasil, com Welfare State precário; nestes, o nível de pobreza¹⁰ e a incapacidade de renda própria para satisfazer às necessidades básicas apresentam-se como o centro da definição de exclusão. Junto à variável central renda, porém, ele coloca alguns outros aspectos que indicam a existência de “exclusão efetiva”, ou seja, a inserção ocupacional, a etnia, o gênero, as condições de moradia e a condição de cidadania (1999, p. 24).

Além dessas necessidades básicas insatisfeitas, o mesmo autor menciona a questão da elevação das aspirações de consumo da maioria da população mundial, inspiradas em padrões ocidentais (principalmente norte-americanos) e difundidas globalmente. Desse modo, a sociedade dividir-se-ia em três grupos: os que podem comprar (os permanentemente incluídos); os que gostariam de comprar, mas ainda não têm como fazê-lo e aguardam a oportunidade de penetrar no paraíso da sociedade consumista (os excluídos provisórios); e um terceiro grupo, o das pessoas que se situam totalmente à margem das possibilidades de consumo (os permanentemente excluídos) (Dupas, 1999).

A importância dada ao consumo como parte da realização pessoal e social cria, assim, um dilema para indivíduos que buscam se sobressair através do uso de produtos símbolo de *status*. O sentimento de exclusão pode, então, escapar aos limites absolutos de satisfação das necessidades primárias e mais urgentes e atingir um nível exclusivamente relativo: o de alguém se sentir excluído por não possuir o que outras pessoas têm.

Entretanto pode-se levantar a questão sobre o que constitui as necessidades básicas. Nesse sentido, Sen (2001) discute a limitação do critério

¹⁰ Pobreza aqui é considerada como a “dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna” (Dupas, 1999, p. 34).

fisiológico (dieta mínima e indigência¹¹), já que a moradia, o saneamento, a educação e outros bens e serviços, como cultura e lazer, podem estar incluídos entre as necessidades básicas em uma determinada sociedade. Diferentemente de diversos autores ligados à abordagem de exclusão social, que têm como termo de referência os países centrais do capitalismo, Sen focaliza, em suas análises, os países pobres, orientando-se preferencialmente por questões como a extrema pobreza e a fome generalizada. Como abordagem fundamental para entender esses problemas, Sen propôs a utilização do *entitlement approach*¹², que se detém na análise das estruturas prevaletentes em cada sociedade, verificando as falhas ocorridas nessas estruturas que teriam ocasionado os casos de miséria e fome epidêmica.

Tomando-se outro aspecto da questão das mudanças no mercado de trabalho, pode-se apontar o aumento acelerado do setor informal em relação ao setor formal da economia. Conforme a definição elaborada pela Organização Internacional do Trabalho em um estudo pioneiro, no começo dos anos 70, no Quênia, o setor informal compreende as atividades com as seguintes características: facilidade de entrada, pequena escala de operação, intensidade no fator trabalho, relação com mercados não regulados e competitivos e aquisição de habilidades para o trabalho fora do sistema escolar formal (Burger et al., 1985).

Por outro lado, buscando uma delimitação mais clara do que esses setores comportam no caso brasileiro, Sabóia esclarece que o setor informal no Brasil tem sido identificado com os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, os que trabalham por conta própria e aqueles sem remuneração. Em contrapartida, no setor formal, situam-se os empregados com carteira assinada e os funcionários públicos estatutários (Sabóia, 1988).

Segundo Marcuse (2000), partindo do pressuposto geral de que o setor informal consiste na parcela não regulada da economia, as atividades informais podem, contudo, apresentar diferentes definições, compreendendo de maneira alternativa ou complementar:

¹¹ Esses são, em geral, os critérios fundamentais que definem a construção de linhas de pobreza nas metodologias utilizadas em grande parte das pesquisas feitas por organizações internacionais.

¹² Não existe consenso sobre a tradução para o português que melhor expresse o significado de *entitlement*. Para Dupas (1999), o sentido dado por Sen direciona-se a termos como qualificação, poder, capacidade ou condição, mas nenhuma dessas palavras exprime totalmente o original em inglês. Ricardo Doninelli Mendes, tradutor e apresentador da versão em português do livro **Desigualdade Reexaminada**, de Sen (2001), usa o neologismo “intitlamento”, explicando em nota que, tanto em inglês como em português, os termos se originam do latim *intitulare* — atribuir títulos, dando a idéia de **ter direito a** (recursos ou bem-estar por exemplo).

- todas as atividades que não fazem parte da economia regulada pelo Estado, desde o trabalho doméstico até o tráfico de drogas, não importando se a atividade é “legal” ou não;
- qualquer atividade não regulada, porém passível de ser submetida à regulação (excluem-se daí as atividades criminais);
- as atividades isentas de pagamento de taxas ou de tarifas específicas;
- as atividades que se encontram no mercado de trabalho “secundário” (esse conceito vincula-se à idéia de economia dual, com um mercado de trabalho primário e um secundário);
- qualquer atividade marginal à economia central (*mainstream economy*);
- as atividades que se organizam conforme padrões “tradicionais”, também categorizadas como não capitalistas ou pré-capitalistas;
- qualquer empreendimento com pequena escala de produção, ou microempresa;
- todas as atividades inseguras e com baixos níveis de remuneração.

A partir do espectro de concepções sobre o setor informal, pode-se passar às razões que explicitam a conveniência para o Estado em regular e controlar a informalidade na economia, estabelecendo políticas públicas gerais ou específicas para esse amplo conjunto de atividades. Essas razões abrangem: a proteção dos interesses governamentais, notadamente os interesses referentes aos retornos financeiros, através de impostos e taxas que não são pagos pelo setor informal; a prevenção em relação ao funcionamento de atividades ilegais (criminosas); a proteção à lucratividade dos que estão inseridos no setor formal e que sofrem a concorrência dos informais; e, com um foco bastante distinto, outra razão se vincula à necessidade de melhorar a posição dos mais pobres e explorados que se encontram no trabalho informal. Sobre este último aspecto, ressalta-se que uma das medidas principais para a melhoria de condições de vida dos mais pobres, no setor informal, tem a ver com o empoderamento¹³ dessa camada da população (Marcuse, 2000).

¹³ Empoderamento é uma palavra que vem sendo crescentemente usada na literatura sobre desenvolvimento alternativo, correspondendo à noção de processo em que as pessoas obtêm poder sobre as próprias vidas e, dessa maneira, passam a definir suas próprias agendas. Em geral, o termo é associado aos interesses daqueles que se encontram desprovidos de poder, pressupondo-se que ele manifesta uma expressão de mudança desejada para a emancipação (Deere; León, 2002). Esse tema é tratado com maior especificidade no Capítulo 5.

Em síntese, uma definição do setor informal utilizável para a adoção de políticas públicas deve contemplar as atividades onde os trabalhadores estão sujeitos a um nível socialmente inaceitável de compensação e de segurança e que poderiam ser conduzidas de maneira mais eficiente, deixando de ser econômica e socialmente prejudiciais (Marcuse, 2000).

Na visão da OIT, o setor informal é, por definição, precário, situando-se fora do controle estatal e mantendo os trabalhadores isolados e com poucas condições de organização. Contudo ele demonstra um peso crescente nos países em desenvolvimento, tendo expressão, fundamentalmente, na economia urbana, onde predomina o Setor Terciário. Ainda segundo a OIT, não há evidências de que existam atores significativos no setor informal de países periféricos. Mesmo as associações de trabalhadores informais são consideradas limitadas, por sua amplitude operacional reduzida e por sua pouca efetividade em termos de gerar renda e estabilidade aos associados. Esses aspectos desafiadores levam a uma situação de desconfiança e de pouca integração entre membros das associações, que não conseguem vislumbrar a possibilidade de ações coletivas para melhorar as condições de trabalho dentro da informalidade. No entanto, a OIT reconhece a necessidade de chamar e de incluir, nas organizações e nas representações de trabalhadores, os autônomos, os trabalhadores precários, os microempresários e os desempregados (Dupas, 1999).

Já na visão de Giddens, há que se considerar com cuidado as separações entre os setores formal e informal da economia. O autor alerta para o fato de que, em países em desenvolvimento (como é o caso do Brasil), a economia informal atinge índices altíssimos, chegando a representar 80% da ocupação urbana. Assim sendo, continua Giddens, como se pode afirmar que esse setor tem um papel secundário, se emprega a maior parte da população? Citando Latouche, Giddens propõe a hipótese de que a sociedade informal não é tão-somente um “entulho da modernidade”, mas, ao invés disso, ela pode representar uma perspectiva de uma outra sociedade, “do outro lado do moderno” (1996, p. 190).

1.1.2 - Alternativas para a geração de ocupação e renda

As visões alternativas sobre a geração e a manutenção de ocupação e renda passam pelo questionamento de uma série de pressupostos que orientaram historicamente as políticas de trabalho no modelo fordista de produção. O aspecto principal concerne à garantia exclusiva do pleno emprego, por parte do Estado, nos países onde vigorava plenamente o Welfare State.

De acordo com Lipietz, a responsabilidade em garantir o emprego seria, agora, da sociedade como um todo, e a noção de Estado de Bem-Estar Social deveria ser substituída por uma de “comunidade de bem-estar social”. Face aos problemas do desemprego e da quebra de políticas sociais de bem-estar, Lipietz sugere a redução da jornada de trabalho, obrigatória e geral, para todas as categorias; uma outra medida diz respeito à criação ou ao fortalecimento de um terceiro setor¹⁴ de interesse social, limitado a uma parcela de 10% da população ativa e absorvendo uma parte do total de desempregados. As organizações pertencentes a esse setor não pagariam encargos e receberiam subvenções do Estado equivalentes ao subsídio do desemprego ou a outras formas de subsídio social, que seriam partilhadas entre os trabalhadores. As atividades desempenhadas nesse setor estariam voltadas a melhoramentos sociais e ambientais, bem como à animação cultural, sendo basicamente intensivas em mão-de-obra, poupando energia e capital fixo (Dupas, 1999).

Com uma visão muito próxima à de Lipietz, Rifkin propõe também, como solução para o desemprego, a redução da jornada de trabalho, a expansão do terceiro setor através de um novo tipo de contrato social e o apoio a organizações não-governamentais em países mais pobres. Essa ênfase às atividades do terceiro setor é justificada em função do declínio do papel do Estado no setor produtivo e no social. Dessa maneira, o terceiro setor é apontado como uma alternativa ao vazio deixado pelo Estado em diversas áreas, configurando a passagem de um modelo de Welfare State a um de “*welfare* da cidadania”. Rifkin assevera que o trabalho comunitário, acima de tudo, constitui “uma alternativa revolucionária às formas tradicionais de trabalho”, bem como “(...) uma ação de auxílio, uma forma de alcançar os outros”, que pode contribuir para restabelecer redes sociais e para abrir novas perspectivas de ocupação e renda (Rifkin apud Dupas, 1999, p. 173). Atuando em uma esfera pública não estatal, as entidades do terceiro setor têm como propósito prestar serviços de interesse social, sem

¹⁴ Além da classificação usual dos três setores produtivos da economia (agricultura, indústria e serviços), atualmente se faz uma outra divisão na cadeia produtiva, conforme a identidade dos agentes econômicos, entre primeiro, segundo e terceiro setor, respectivamente relacionados ao governo (primeiro setor), a empresas privadas que visam ao lucro (segundo setor) e a organizações não-governamentais sem fins lucrativos e voltadas para fins sociais (terceiro setor) (Barros, 2003). Contudo, como Cattani (2002) assinala, o terceiro setor compõe um espaço “indefinido” e “nebuloso”, em decorrência da variedade de entidades nele incluídas, que vão de federações de empresários a ONGs e a associações de trabalhadores. Nesse contexto, ao abrigo dessa nova configuração de ativistas, reúnem-se entidades que realmente desenvolvem ações de promoção social, mas também as que visam apenas ao *marketing* e a isenções fiscais, ou, ainda, as meramente assistencialistas, no estilo convencional.

se tornarem dependentes diretamente do Estado, isto é, tentando se manter auto-sustentáveis na medida do possível.

Entretanto Pochmann (1999) ressalta que o desemprego, a precarização e outras questões que dizem respeito ao mundo do trabalho dificilmente podem ser enfrentados meramente por meio de políticas trabalhistas estritas; ao contrário, mesmo o apoio ao desenvolvimento de novas formas de ocupação, como as que surgem nas cooperativas e nas associações de trabalhadores, só tem condições de surtir bons e permanentes efeitos se vinculado a um contexto de políticas públicas amplas e reguladoras.

No contexto de propostas alternativas para o desemprego, percebe-se a formação de uma rede de iniciativas diferenciadas, tendo em comum, porém, a prioridade concedida a trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho. Com nomes diversos, como economia solidária, economia popular, economia cidadã, economia comunitária, “outra” economia ou socioeconomia solidária¹⁵, essas experiências estão, em grande parte, vinculadas a políticas públicas, muitas vezes a projetos de desenvolvimento local, que se contrapõem à exclusão e ao desemprego ocasionados pelos planos macroeconômicos de cunho neoliberal.

Em parte recriando e revivendo tradições ligadas às históricas cooperativas e às associações autogestionárias dos séculos XIX e XX, mas também inovando em aspectos de organização e de estratégias, a economia solidária traz no seu bojo a concepção utópica de uma **vida melhor** para as pessoas que a adotam, não no sentido econômico estrito,

“(...) mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo, etc.; na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado” (Singer, 2002, p. 114-115).

A economia solidária está, portanto, fundamentada na visão da solidariedade (ou cooperação) como mecanismo orientador, em contraponto à fórmula de competição do modelo econômico capitalista, buscando práticas que desenvolvam melhores condições e relações de trabalho (Souza, 2000).

¹⁵ Similarmente ao termo Deep Ecology (Ecologia Profunda), já se usa em inglês a denominação Deep Economics (Economia Profunda), que expressa o interesse pelo tipo de relação econômica voltada para as necessidades mais básicas de produção e de consumo, sintetizadas nos princípios de “simplicidade voluntária” e “conforto essencial” de movimentos ecológicos.

No III Congresso da Cidade,¹⁶ realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 2000, foram discutidas propostas para o desenvolvimento econômico, nas quais a economia solidária é caracterizada

“(...) pelas iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas na livre associação de trabalhadores e nos princípios de autogestão e cooperação. Concretiza-se através dos empreendimentos solidários, cooperativas de produção (de um único ou diversos produtos), de serviços (de um único ou diversos serviços), de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares” (Porto Alegre, 2000a, p. 7).

Entre as formas mais representativas de economia solidária, encontram-se o cooperativismo e o associativismo, que funcionam, basicamente, segundo os modelos de autogestão e de participação plena. Embora existam grandes semelhanças entre as cooperativas e as associações, como no funcionamento de modo autogestionário, observam-se também algumas diferenças entre elas, em especial no que diz respeito à formação, aos tipos de operações e à distribuição dos rendimentos arrecadados com os serviços e os bens produzidos pelos associados. No tocante à formação, essas diferenças se evidenciam pelo fato de que a associação, do ponto de vista jurídico, é mais simples; por outro lado, entretanto, em relação à cooperativa, ela apresenta maior limitação para a obtenção de recursos financeiros oficiais, como créditos bancários (Albuquerque, 2003).

O Novo Código Civil Brasileiro, em vigência desde 10.01.03, dedica um capítulo específico para “Associações”, no seu Título II — “Das Pessoas Jurídicas”, artigos 53 a 61, definindo e regulamentando a constituição e a gestão dessas entidades, enquadradas como “sociedades civis sem fins econômicos” (Castro, 2003). Nesse sentido, em questões referentes aos resultados financeiros, fica estabelecido que os associados não poderão mais dividir as sobras de atividades produtivas, as quais deverão ser totalmente reinvestidas na própria associação. No caso de dirigentes das associações, estes poderão apenas

¹⁶ Os Congressos da Cidade, de iniciativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em conjunto com entidades da sociedade civil, têm ocorrido desde 1993; nesse ano, houve o I Congresso, colocando-se a questão central de “que cidade queremos”? Já no II Congresso, em 1995, procurou-se detalhar a Cidade desde o ponto de vista do seu desenvolvimento urbano, definindo-se novos parâmetros para o Plano Diretor da Cidade. O III Congresso, realizado em 2000, abarcou questões relativas às políticas sociais, desenvolvimento econômico, desenvolvimento urbano e políticas de cultura, lazer e turismo. O IV Congresso, encerrado em outubro de 2003, focalizou questões relativas à gestão e à participação (Porto Alegre, 2003).

receber reembolsos de despesas efetuadas para o desempenho de suas funções (Albuquerque, 2003).

Cumprе ressaltar que essas mudanças no Código Civil trazem alguns desafios às “associações de trabalho”¹⁷, como as associações de catadores/ recicladores, no sentido de elas se enquadrarem às novas determinações, principalmente nos aspectos relativos aos recursos financeiros e à remuneração dos associados.

É importante ressaltar que, embora as razões de formação de associações e cooperativas estejam, em geral, ligadas a questões como o desemprego, a falta de oportunidades e a desigualdade na sociedade capitalista, uma parcela dos trabalhadores envolvidos nesse processo não possui a visão geral sobre o que ele representa, atendo-se às questões imediatas (mas também relevantes) de conquista e manutenção de uma fonte de sobrevivência. Contudo essas formas de economia solidária têm buscado a reintegração e a ressocialização de pessoas que se encontravam à margem do mercado de trabalho e com inserções periféricas na sociedade, visando à conscientização e ao empoderamento desses trabalhadores, através dos crescimentos individual e coletivo.

No caso específico dos trabalhadores na reciclagem, a transformação de suas associações em cooperativas é uma das questões relativas à autonomia com as quais eles se têm defrontado, aspecto que se analisa no Capítulo 5 desta tese.

A seguir, apresenta-se, no Quadro 1.1, um comparativo com as principais diferenças e semelhanças entre associações e cooperativas, de acordo com o Centro de Capacitação e Apoio ao Pequeno Empreendedor.

No item a seguir, aborda-se a questão da participação das mulheres no mercado de trabalho, reportando-se à presença feminina majoritária na atividade de reciclagem de resíduos.

¹⁷ Albuquerque identifica as “associações de trabalho” como aquelas que “(...) incluem as associações de trabalhadores ou de pequenos proprietários organizados para a realização de atividades produtivas; a prestação de serviços ou de trabalho de produção e comercialização de mercadorias” (2003, p. 17).

Quadro 1.1

Aspectos comparativos dos modelos de associação e de cooperativa

ASPECTOS	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Conceito básico	Sociedade de pessoas físicas ou jurídicas, sem fins lucrativos.	Sociedade de pessoas com fins econômicos, porém, sem fins lucrativos.
Patrimônio e capital	Seu patrimônio é formado por taxas pagas pelos associados, doações, fundos e reservas. Não possui capital social, o que dificulta a obtenção de financiamentos junto às instituições financeiras.	Possui capital social, facilitando, assim, a obtenção de financiamentos nas instituições financeiras. O capital social é formado por quotas-partes, podendo a cooperativa receber doações, empréstimos e outras formas de capitalização.
Finalidades	Representar e defender os interesses dos associados. Estimular a melhoria técnica, econômica, social e profissional dos associados. Organizar as atividades, de diversas naturezas, de seus associados.	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, de acordo com os interesses de seus sócios. Atuar no mercado. Formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade.
Legislação	Constituição Federal (art. 5º, incisos XVII a XXI e art. 174º, §2). Código Civil.	Lei nº 5.764/71 da Constituição Federal (art. 5º, incisos XVII a XXI e art. 174º, §2). Código Civil.
Constituição	Mínimo de duas pessoas.	Mínimo de 20 pessoas físicas.
Representação	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. São representadas por federações e confederações.	Pode representar os associados em ações coletivas de seu interesse. São representadas pela OCB em nível nacional e pelas OCEs nos estados.
Operações	Auxilia no processo de comercialização dos produtos de seus associados. Pode realizar operações financeiras e bancárias usuais.	Realiza plena atividade comercial. Realiza operações financeiras, bancárias e pode candidatar-se a aquisições do Governo Federal.

(continua)

Quadro 1.1

Aspectos comparativos dos modelos de associação e de cooperativa

ASPECTOS	ASSOCIAÇÃO	COOPERATIVA
Remuneração	Os dirigentes não são remunerados, mas recebem reembolso das despesas realizadas no desempenho dos cargos.	Os dirigentes podem ser remunerados através de pró-labore, sendo o valor definido em assembléia geral.
Recursos financeiros	As sobras das operações entre os associados são aplicadas na própria associação.	Após a decisão em assembléia geral, as sobras podem ser divididas entre os associados, de acordo com o volume de negócios de cada um. Destinam-se os mínimos de 10% para o Fundo de Reserva e de 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social.
Dissolução	Definida em assembléia geral ou mediante intervenção judicial realizada pelo Ministério Público.	Definida em assembléia geral ou mediante processo judicial. A assembléia geral deve nomear um liquidante e um conselho fiscal.

FONTE: Centrocape, 2003.

1.2 - Mercado de trabalho e participação feminina no setor informal

1.2.1 - As noções de gênero e de divisão sexual do trabalho

Na atividade relativamente recente de trabalho organizado em galpões de reciclagem, observa-se que as mulheres se destacam em termos numéricos na composição de uma parte substancial dos grupos, chegando a ter visível participação em cargos de liderança; apesar disso, subsistem, com frequência, diferenças a favor dos homens em termos de rendimentos.

Assim, apesar da existência de diferenças na constituição e na organização das associações de catadores/recicladores atualmente em funcionamento na Região Metropolitana de Porto Alegre, essa maioria absoluta de mulheres

entre os trabalhadores nos galpões de reciclagem coloca claramente uma questão de gênero e de divisão sexual do trabalho.

Uma indagação inicial sobre essa característica de predominância de mulheres nos galpões de reciclagem em Porto Alegre diz respeito ao que as motiva a participarem desse tipo de atividade, além das razões meramente econômicas.

Por sua vez, considerando essa maioria de mulheres entre os recicladores, seria essa uma profissão que tende a se feminizar? A resposta mais efetiva, por parte das mulheres, para o trabalho nos galpões significa uma solução para o desemprego de uma parcela de mão-de-obra feminina? Existe uma característica identitária de gênero na constituição da profissão de reciclador(a)?

As questões acima remetem aos estudos de gênero e, especificamente, ao conceito de divisão sexual do trabalho. Por gênero, entende-se a atribuição de papéis sociais diferenciados a homens e mulheres nas sociedades dominadas política, econômica e culturalmente por membros do sexo masculino; a construção social de gênero como categoria corresponderia ao acúmulo de pesquisas que vêm tentando desvelar as formas hierárquicas de poder e subordinação determinadas pelas diferenças sexuais nas sociedades humanas. Já no caso da divisão sexual do trabalho, esta consiste, basicamente, em uma “separação e distribuição das atividades de produção e reprodução social de acordo com o sexo dos indivíduos” (Silva, 1997, p. 61).

Embora gênero seja uma categoria amplamente utilizada desde meados dos anos 70 (no Brasil, a partir dos anos 80), existem vários aspectos que dizem respeito a essa categoria que requerem aprofundamento de análise, como as políticas direcionadas a grupos particulares, especialmente em tempos de enxugamento do Estado e corte em medidas públicas de bem-estar.

A categoria gênero foi introduzida nas Ciências Sociais por acadêmicas feministas, que propuseram esse termo visando dar conta das assimetrias existentes entre homens e mulheres. Enquanto categoria analítica, pode-se definir gênero como “(...) uma construção cultural, social e histórica, que, com base biológica no sexo, determina valorativamente o masculino e o feminino na sociedade” (CIM apud Prá, 2001, p. 186). Como aponta Souza-Lobo (1991), a representação do gênero inclui qualidades que são desenvolvidas socialmente por meio da educação e do trabalho.

O gênero tem, basicamente, um caráter relacional, pois envolve a construção simbólica das relações de poder entre homens e mulheres, contendo o conjunto de atributos dados às pessoas a partir da determinação biológica do sexo. Desse modo, faz-se uma clara distinção entre sexo e gênero: enquanto o sexo é vinculado a instintos ou a características universais que derivam da

biologia, gênero refere-se a características socialmente produzidas e historicamente variáveis (Chhachhi, 1986).

Nesse sentido, o gênero permite decifrar e explicar questões relacionadas ao poder e à transmissão de ideologias, dentre outros aspectos. Essa orientação pressupõe identificar as mulheres enquanto categoria que atravessa classes, grupos étnicos e comunidades, mas que não constitui um grupo social em si.

Na visão de Joan Scott, historiadora e uma das precursoras no uso de gênero, a utilização dessa categoria não implica somente focalizar as ações da mulher na história, mas, sim, tentar perceber o que o gênero e a diferença sexual têm a ver com o funcionamento do poder como um todo, ou seja, como o gênero interfere nas relações de poder mais globais. Para “reescrever a História”, ela afirma que uma investigação sobre a vida das mulheres e sobre os processos de transformação da condição feminina deve ter como eixo principal o gênero, isto é, os papéis sexuais estereotipados atribuídos pela cultura a homens e mulheres.

Nesse contexto, o objetivo fundamental é o de não apenas fazer novas descobertas sobre a história das mulheres, mas, através do desvelamento das construções de gênero, reelaborar a história política e social como um todo. Partindo, pois, do pressuposto de que o gênero é mais uma metodologia de pesquisa do que simplesmente uma teoria, Scott ressalta a necessidade de investigar como o gênero produz a história política e social e como esta constrói o gênero (Scott, 1983).

De acordo com Scott, o gênero define-se, então, na conexão entre duas proposições: “(1) O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p. 86).

Além disso, a autora ressalta que o gênero compreende quatro aspectos que se inter-relacionam: (a) os símbolos culturalmente disponíveis, com evocação de representações simbólicas; (b) os conceitos normativos, expressos em doutrinas jurídicas, religiosas e outras, que interpretam os significados dos símbolos; (c) uma concepção de política com referência às instituições e à organização social; e (d) a identidade subjetiva (Scott, 1995).

As relações sociais de gênero são hierarquicamente permeadas pela subordinação feminina e pela dominação masculina, sendo o termo subordinação, nesse caso, preferido por teóricas feministas em relação aos termos exploração, opressão ou desigualdade, os quais são considerados como “(...) formas historicamente específicas que devem ser empiricamente estabelecidas” (Chhachhi, 1986, p. 16). A forma específica de subordinação das mulheres pressupõe a interação das relações de gênero e das relações de produção, ou da

cultura e da economia, o que determina a posição das mulheres na sociedade (Whitehead apud Chhachhi, 1986).

Sheila Rowbotham, outra teórica pioneira no uso de gênero, argumenta que, implícito nesse conceito, reside um questionamento sobre a idéia de patriarcado, a qual foi concebida pelo feminismo radical como um modo de distinguir a subordinação das mulheres, como sexo, da opressão de classe. A palavra patriarcado, de acordo com esse ponto de vista, apresenta problemas intrínsecos, como o fato de implicar uma forma de subordinação original universal que retorna ao nível biológico. Ao focalizar o controle dos homens sobre a sexualidade e a fertilidade femininas, a teoria do patriarcado — poder do pai — reforça a noção de existir uma única e homogênea causa para a supremacia masculina. Assim, o patriarcado remete a uma estrutura fixa, que não contempla “o caleidoscópio de formas” através das quais mulheres e homens se relacionam, nem indica como as mulheres devem atuar para transmutar sua situação de subordinação, prendendo-se à causa da dominação original e sugerindo uma “submissão fatalista” a ela (Rowbotham, 1981, p. 73).

Nesse sentido, embora se reconheça que existem formas hierarquizadas nas relações humanas, oriundas e determinadas por diferenças sexuais, observa-se também que as relações masculino-feminino não são de todo opressivas, dando margem à inclusão de graus variados de ajuda, interdependência e reciprocidade entre homens e mulheres. Pode-se falar, então, da evidência da subordinação econômica e sociopolítica das mulheres, bem como da dependência dos homens nos planos da família e da comunidade. É através desses “interstícios de troca” que as mulheres têm podido negociar e resistir, sendo necessária uma abordagem que dê conta não só dos conflitos, mas também da associação complementar entre os sexos (Rowbotham, 1981).

Assim, levando em consideração a fluidez e a complexidade das relações humanas em constante mutação, o cerne de reflexão em pesquisas que utilizam a categoria gênero se torna “(...) o da busca dos significados das representações do feminino e do masculino” (Souza-Lobo, 1991, p. 187) em cada circunstância temporal e social. Como Souza-Lobo ressalta,

“Isso significa enfatizar que as representações de mulheres e homens contidas nas formas históricas de suas relações não são as mesmas. A sexualidade, a maternidade, ou a força de trabalho femininas foram objeto de concepções distintas, e, conseqüentemente, as relações de controle ou dominação entre homens e mulheres configuram formas distintas” (Souza-Lobo, 1991, p. 186).

Compreendendo que as relações de gênero não são estáticas nem confinadas ao âmbito do privado, pode-se inferir disso que o conceito de gênero é

capaz de abarcar padrões diversos e cambiantes de dominação masculina, bem como suas interfaces com os aspectos de poder (ou influência) das mulheres. Outrossim, ele serve para identificar os antagonismos nas relações entre homens e mulheres e as possibilidades de mudança dos padrões que subordinam o feminino ao masculino.

Por outro lado, cumpre lembrar que a ausência de uma perspectiva de gênero nas pesquisas sobre movimentos sociais no Brasil, nos anos 70 e 80, usualmente provocava uma classificação que separava os movimentos de mulheres envolvidas em clubes de mães, grupos de mulheres rurais ou grupos que pleiteavam por creches, de outros movimentos, como os de invasões urbanas ou contrabarragens, omitindo tanto a participação das mulheres nestes últimos quanto a “(...) articulação entre vida privada e vida pública, focalizando as práticas tradicionais de mulheres e homens nos espaços que ocupam na sociedade e nas relações que estabelecem com as instituições e o Estado”. Em um terceiro segmento, colocavam-se os movimentos feministas, identificados de acordo com sua orientação, propostas e composição dos grupos, geralmente de classe média universitária (Souza-Lobo, 1991, p. 189).

Entretanto novos temas e métodos vêm sendo incorporados ao escopo de pesquisas no campo das Ciências Sociais, incluindo as preocupações com a sexualidade da mulher trabalhadora e com a atividade política exercida por donas-de-casa da periferia quanto a reivindicações comunitárias urbanas. Nesse âmbito, incluem-se estudos sobre políticas públicas elaboradas com recorte de gênero, que visam ampliar a cidadania feminina, ou cidadania de gênero, que abarca: “(...) a associatividade, o exercício de direitos e obrigações individuais e coletivas, o acesso a decisões políticas, a voz pública pelos direitos das mulheres e o controle cidadão das políticas públicas” (Prá, 2001, p. 184).

No tocante às questões vinculadas à participação feminina no mercado de trabalho, percebe-se que, embora esta tenha aumentado consideravelmente nas últimas décadas, na maioria dos países segue ainda sendo caracterizada por uma inserção marginal, frágil, instável e com um nível médio de remuneração bastante inferior ao dos trabalhadores de sexo masculino.

Assim, apesar de apresentar um crescimento significativo, a participação da mão-de-obra feminina no mercado laboral é marcada pela segregação ocupacional, concentrando-se em setores de menor *status* e com remuneração inferior à dos homens, mesmo exercendo jornadas de trabalho de igual extensão e com níveis de escolaridade equivalentes. Em termos de características do trabalho feminino, percebe-se que as mulheres se concentram em empregos não qualificados ou semiquilificados; as tarefas, em geral, são monótonas, de ciclo curto, requerendo destreza manual e atenção minuciosa; o controle sobre

a mão-de-obra feminina é exercido de forma diferente daquelas adotadas para o controle da mão-de-obra masculina, como, por exemplo, o controle dos chefes sobre o uso do banheiro (Souza-Lobo, 1991).

Historicamente, constata-se que a transição “do mundo do lar para o mundo do trabalho, do mundo das relações familiares para o das relações contratuais”¹⁸ não se realizou sem sofrimentos e necessidades de ajustes para o conjunto da população feminina, que, no decorrer de dois séculos, protagonizou as mudanças que levaram a uma presença massiva das mulheres no mercado de trabalho (Tilly; Scott apud Corrêa, 1984, p. 34).

Nesse processo, houve uma grande mudança: se, até o início do século XX, a força de trabalho feminina era composta basicamente por operárias e camponesas, com a primeira onda do movimento feminista (sufragismo), passou a ocorrer, paulatinamente, a incorporação, no mercado de trabalho, de vastos contingentes de mulheres de classe média urbana, munidas de um nível de escolaridade maior do que suas antecessoras e que pleiteavam postos de trabalho compatíveis com essa escolaridade.¹⁹

No caso brasileiro, a inserção das mulheres no mercado de trabalho obedeceu a padrões atávicos ainda não completamente modificados, onde a imagem da mulher correspondia às definições sobre seu papel como esposa e mãe. Essa imagem remete aos primórdios da inserção da mulher no trabalho remunerado, no Brasil, tendo horários de trabalho e acessos restritos pela legislação trabalhista e pelo Código Civil (Corrêa, 1984). Assim, apesar de que, no início do século XX, havia uma forte participação de mão-de-obra feminina na indústria têxtil, a inclusão da mulher no mercado de trabalho ocorreu fundamentalmente em áreas de serviços definidas como “femininas”, como serviços

¹⁸ Em Pena (1981), relata-se a trajetória da mulher brasileira pelo reconhecimento de sua cidadania, com alusão ao fato de que sua inserção no trabalho, fora do ambiente doméstico, foi obstruída tanto por sua situação de dependência na família quanto por restrições legais. Assim, o Código Civil de 1916 limitou o acesso das mulheres ao trabalho e à propriedade, confirmando a incapacidade da mulher casada, presente no Decreto nº 181, de 1890. Apenas a partir de 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, a mulher casada passou a ter o direito de trabalhar sem precisar de autorização do marido, com a ressalva de que este poderia retirá-la de sua atividade de trabalho extradoméstico “(...) caso o julgasse suscetível de prejudicar os vínculos da família ou se constituir um perigo manifesto às condições peculiares da mulher” (Moraes Filho apud Pena, 1981, p. 148). Essa situação veio a se transformar em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, que fez com que esta deixasse de ter o *status* de relativamente incapaz.

¹⁹ Considerando a questão também de raça e etnia, Singer (1979) refere-se ao exemplo dos Estados Unidos, onde, em 1900, trabalhavam cerca de 15% das mulheres brancas nativas e 40% das mulheres negras; já em 1930, o percentual era de 20% das mulheres brancas e cerca de 38% das mulheres negras.

domésticos e trabalhos auxiliares de escritório, bem como no ensino e no tratamento e cuidado de idosos e doentes, reforçando a diferença na inserção ocupacional de homens e mulheres.

Essa diferenciação está relacionada ao processo de divisão sexual do trabalho, que segue um padrão de discriminação sexual subjetiva e é reforçada por noções preconcebidas sobre o que sejam tarefas tipicamente masculinas e femininas (Posthuma; Lombardi, 1997).

A divisão do trabalho, entendida como a diferenciação e a especialização de tarefas na produção e na reprodução social, bem como a alocação dessas tarefas a indivíduos e a grupos diversos, comporta uma distinção, usualmente mencionada, entre divisão técnica e divisão social do trabalho. Enquanto a primeira se reporta à existência de tarefas específicas e especializadas no processo de produção, a segunda diz respeito à diferenciação entre as classes sociais na sociedade como um todo, sendo ambas permeadas por relações assimétricas de hierarquia e, mais visivelmente, pela separação entre concepção e controle, por um lado, e pela execução, por outro.

Considera-se que a produtividade e a maximização do lucro das empresas dependem da fragmentação das tarefas, mas não da divisão sexual do trabalho, esta muito mais relacionada a uma “cultura do trabalho” que reproduz representações tradicionais do masculino e do feminino. Assim, a divisão sexual do trabalho não obedece a critérios técnico-produtivos, mas, sim, de ordem cultural e histórico-social. Ela pode mudar conforme situações conjunturais,²⁰ nível de resistência das trabalhadoras, ou no caso específico de um setor ainda não tradicional, que emprega mão-de-obra sem qualificação e mesmo sem experiência anterior naquelas funções. Pode-se citar também o caso de ocupações que eram anteriormente de domínio masculino e que, por razões diversas, passaram a contar com uma proporção significativa de mulheres, como, por exemplo, na medicina e na magistratura. No entanto, onde se faça necessária a demarcação do espaço masculino de trabalho, surgem imediatamente restrições ao engajamento de mulheres, com súbitas referências à “fragilidade” ou à irresponsabilidade das trabalhadoras (Souza-Lobo, 1991).

Uma das hipóteses sobre a divisão sexual do trabalho aborda a separação entre esfera masculina (produtiva) e esfera feminina (reprodutiva); dentro dessa linha de pensamento, a subordinação das mulheres é explicada em termos da

²⁰ Inúmeros exemplos históricos podem ser citados, como o caso discutido por Betty Friedman, no livro **Mística Feminina** (1971), das mulheres norte-americanas que, durante a Segunda Guerra Mundial, assumiram tarefas anteriormente destinadas a homens nas fábricas e nos escritórios, sendo que, ao término da Guerra, foram reconduzidas à função de donas-de-casa nos lares, deixando os postos livres aos homens que retornavam.

própria subordinação das tarefas de reprodução relativamente às atividades concernentes à produção material. Segundo uma visão marxista convencional, a razão dessa inferioridade está relacionada ao fato de que o trabalho doméstico pertence à esfera privada, sendo, portanto, “improdutivo”. Similarmente, para algumas feministas, a subordinação da mulher decorre da sua exclusão da esfera pública, enquanto esfera da qual emana o poder e que é acessível apenas, ou em grande parte, aos homens. Já em algumas abordagens antropológicas, a desvalorização das tarefas femininas e a supervalorização das atividades masculinas estão também relacionadas a essa capacidade reprodutiva da mulher, porém no sentido biológico de que a sobrevalorização do trabalho masculino representaria, simbolicamente, uma “compensação” aos homens pela sua incapacidade de serem geradores da vida, poder reservado às mulheres²¹ (Godelier, 1980).

Reverendo a história, observa-se que a divisão entre a esfera da reprodução e a da produção material foi consagrada principalmente a partir do surgimento do ideal burguês de família, onde as mulheres deveriam ficar confinadas ao espaço doméstico. No entanto, esse ideal era restrito à própria burguesia, pois, para camponesas e operárias, “(...) a feminilidade não pressupunha reclusão doméstica, nem era considerada incompatível com atividades extradomésticas ou com o trabalho pago” (Stolcke, 1980, p. 104). Apesar de essa incorporação de mulheres na esfera “produtiva” resultar de necessidades ditadas pelo orçamento doméstico, a avaliação sobre a contribuição de homens e mulheres na renda familiar é bastante diferente: os homens “mantêm” a família, e as mulheres “ajudam”; isso afeta tanto o desempenho, a qualificação e a orientação profissional feminina quanto o seu nível de remuneração específica e a possibilidade de carreira no mercado de trabalho. Mesmo quando as mulheres são as únicas provedoras da família, seu rendimento é visto como complementar (Stolcke, 1980).

Por essas razões, mesmo que, para uma parcela de marxistas e de feministas, a incorporação das mulheres no trabalho “produtivo”, com possibilidade de superação da divisão sexual do trabalho, se constitua, por si só, no único (ou mais rápido) caminho para sua emancipação, muitas mulheres de baixa renda

²¹ Godelier (1980) relata que, entre os Baruya da Nova Guiné, se acredita que foram as mulheres que inventaram os arcos utilizados por eles para a caça, bem como as flautas, usadas para a comunicação com os espíritos. No entanto, elas, hoje, estão proibidas de olhar e de tocar as flautas ou de utilizar os arcos, sob o pretexto de que não fazem bom uso desses instrumentos. A idéia por trás do mito é a de que as mulheres têm um poder de criatividade maior, mas esse poder levaria ao caos, devendo, por isso, ser controlado através da coerção e até da violência física.

ainda preferem o trabalho doméstico não remunerado aos empregos nos quais estão engajadas, que não são encarados como potencialmente emancipadores (Stolcke, 1980).

Efetivamente, a visão monofocal de que a classe trabalhadora possui apenas um sexo tem efeitos tanto sobre a teoria como sobre a ação política de governos e sindicatos. Dessa forma, a “sexualização das tarefas, das ocupações e das relações hierárquicas” de dominação e opressão persiste até mesmo na esfera sindical (Hirata, 1991, p. 10). Nesse contexto, as tarefas destinadas às mulheres nas fábricas ou nos escritórios são aquelas consideradas como tipicamente femininas por aproximação ao trabalho doméstico, e os mecanismos de subordinação, desigualdade e inferiorização encontram dinâmicas de resposta, ação e resistência diversas daquelas apresentadas por homens trabalhadores.

Outrossim, constata-se a existência de um “(...) discurso de adequação do ‘masculino’ e ‘feminino’, ou seja, conteúdos que a partir do sexo biológico constroem representações de gênero” (Stolcke apud Souza-Lobo, 1991, p. 55). “Trabalho de mulher” na linha de montagem seria o “trabalho leve”, ou o “trabalho delicado”, que requer dedos finos, mãos delicadas, em outras palavras, destreza e habilidade, enquanto o trabalho pesado é atribuído aos homens, em função da força física. Todavia, enquanto a qualidade de força é recompensada em termos de salários, o mesmo não acontece, ou, pelo menos, não na mesma proporção, com a qualidade de destreza.

Outro aspecto diz respeito à disciplina no trabalho: as mulheres trabalhadoras em geral são consideradas mais disciplinadas ou “disciplináveis” do que os homens, sendo a elas reservadas as funções com pouca movimentação, com ritmos de trabalho fixados pelas máquinas e esteiras, ou seja, com menor possibilidade de iniciativa por parte da mão-de-obra na determinação do tempo individual e do trabalho coletivo (Souza-Lobo, 1991). Adicionalmente, a natureza secundária do trabalho feminino determina seu papel no mercado de trabalho ainda como um “exército de reserva”, industrial e intelectual, assumindo postos de trabalho quando a economia está em expansão e voltando para casa quando faltam empregos.

Entretanto, se comparadas as tarefas “feminizadas” na indústria, que seguem normalmente o padrão de trabalho delicado, minucioso, “leve” e com menor movimentação, com aquelas das mulheres no trabalho agrícola, muitas vezes de intenso esforço físico e movimento, percebe-se o caráter de construção social e simbólica pertinente à divisão sexual do trabalho. Assim, constata-se que a divisão sexual do trabalho segue a divisão sexual na sociedade, na construção do gênero feminino e do masculino, apresentando como natural,

biológico, um condicionamento que é, na realidade, sociocultural (Stolcke apud Souza-Lobo, 1991).

Disso decorre que a divisão sexual do trabalho, por si só, não estabelece a subordinação e a desigualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho, mas reproduz os padrões de dominação existentes na sociedade, que conferem às mulheres um *status* inferior nas diversas esferas sociais. Ao mesmo tempo, a separação de operações de trabalho remete a uma hierarquização ditada pelo conhecimento teórico formalizado, que garante o controle masculino do saber-fazer e o privilégio, em parcela majoritária, dos cargos de liderança e de tomada de decisões.

Se é certo, porém, que “(...) nem a hierarquia de gêneros na sociedade funda a divisão sexual do trabalho, nem a divisão sexual do trabalho funda a hierarquia de gêneros” (Stolcke apud Souza-Lobo, 1991), por outro lado, nas sociedades de classe patrilineares, as relações desiguais de gênero e a divisão sexual do trabalho estão sempre profundamente imbricadas, podendo-se fazer uma clara relação entre a estrutura familiar e a estrutura do modo de produção. A subordinação das mulheres no espaço público, representado pelo local de trabalho, interage, portanto, com a submissão no espaço privado, em pelo menos três dimensões: econômica, política e simbólica (Godelier, 1980).

Em relação à visão dicotômica entre as esferas pública e privada, esta é amplamente questionada pela teoria feminista, que critica a separação entre o público como o mundo da política e das atividades produtivas e o privado como o mundo das atividades reprodutivas, da família, das relações pessoais. Esse pressuposto tem por trás o viés que restringe as mulheres à esfera privada²², considerada “apolítica”, e o homem à esfera pública²³, “política”, não reconhecendo as relações pessoais como políticas.

A concepção de que “o privado é político” foi assimilada de movimentos radicais norte-americanos dos anos 60 em prol dos direitos civis para minorias. Sob esse *slogan*, feministas radicais intentaram reelaborar os limites do que é político, desmistificando separações artificiais.

Contudo Rowbotham (1981) adverte que, sob a ordem capitalista avançada, se criaram formas de controle político e serviços assistenciais, e produziram-se novas tecnologias e meios de comunicação de massa que transformaram drasticamente o perfil da divisão entre a esfera pública e a privada em relação àquela que predominava até o início do século XX. Dessa maneira, as for-

²² Correspondendo à esfera das emoções e da sexualidade — o “eu interior”.

²³ Correspondendo à palavra, à política e ao trabalho — o “eu exterior”.

mas de controle masculino sobre as mulheres foram solapadas em alguns aspectos, mas em outros, reiteradas.

1.2.2 - Mulher e trabalho: mão-de-obra feminina e setor informal

Como fenômeno mundial, percebe-se que os diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres seguem a lógica discriminatória de menor valorização socioeconômica do trabalho feminino em relação ao masculino, existente em quase todos os países. O Índice de Desenvolvimento Relativo ao Gênero do **Informe sobre Desenvolvimento Humano — 2001** (Inf. Desenvolv. Hum., 2001), elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com dados de 1999, mostra que o valor estimado da renda anual por trabalho remunerado (em dólares norte-americanos) entre homens e mulheres varia consideravelmente em todo o mundo. Assim, em 1999, nos Estados Unidos, as mulheres receberam US\$ 24.302, enquanto os homens obtiveram, em média, US\$39.655; na Arábia Saudita, as mulheres tiveram rendimentos de US\$ 2.715, contra US\$17.857 recebidos pelos homens; e, no Brasil, a média de ganho das mulheres foi de US\$ 4.067, e a dos homens correspondeu a US\$10.077 (Inf. Desenvolv. Hum., 2001).

De acordo com dados da pesquisa nacional sobre as mulheres com idade acima de 15 anos, elaborada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001, 53% das mulheres brasileiras estão na PEA, sendo que, dentre estas, 43% estão no setor informal, 32%, no setor formal, e as restantes estão desempregadas. No entanto, apenas 17% do total das mulheres brasileiras nunca exerceram qualquer tipo de atividade remunerada. A mesma pesquisa indica que 42% das mulheres residem em domicílios com renda familiar de até dois salários mínimos, e cerca de um terço dos domicílios brasileiros tem como principal provedora uma mulher. Contudo o trabalho doméstico continua sendo encarado como tarefa quase exclusivamente feminina, cabendo às mulheres a maior responsabilidade pelas tarefas domésticas em 96% dos domicílios em que reside uma mulher (Anu. Estat. RS, 2001).

Por sua vez, dados da **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, do IBGE, para 1998 constatam que quase 97% dos cônjuges residem em famílias de chefias masculinas, enquanto apenas cerca de 3% dos cônjuges habitam em unidades domésticas com chefia feminina. O que ocorre é que, nestas últimas, na ausência do cônjuge masculino, prevalecem outros arranjos familiares distintos da família nuclear, como redes alternativas de apoio (Castro, 2001).

Nesse sentido, há que se considerar o fenômeno da “feminização da pobreza”, já referido, que acompanha os processos de globalização, de reestruturação produtiva e de precarização do trabalho, com a concomitante vulnerabilização de grupos específicos da sociedade, dentre eles o das mulheres, que predominam no setor informal da economia. Assim, pode-se questionar quais são os mecanismos que fazem com que alguns grupos se tornem mais vulneráveis, numa situação recessiva, quanto a emprego e renda.

O aumento da vulnerabilidade social da classe trabalhadora atinge, pois, principalmente as mulheres e as crianças, ou seja, aqueles grupos familiares nos quais a mulher é a principal ou a única provedora, não havendo um adulto do sexo masculino que compartilhe a responsabilidade pela subsistência da família. Contudo a “feminização da pobreza” não pode ser tomada literalmente como crescimento do contingente feminino entre os pobres, “mas como o aumento da visibilidade estrutural da pobreza das mulheres” (Castro, 2001, p. 91). As mulheres, em famílias monoparentais, que foram esposas, empobrecem não simplesmente por perderem o marido provedor, mas porque “(...) foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados, ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializarem-se com as regras e no mercado” (Castro, 2001, p. 92).

Observando pelo aspecto relativo a fatores educacionais e tendo-se em conta que cerca de 50% da população adulta brasileira têm até quatro anos de estudo, a forte e imediata associação que se faz entre baixa escolaridade e pobreza não é completamente determinativa.

Estudos efetuados sobre esse tema demonstram que um nível educacional baixo não leva, necessariamente, a uma situação de pobreza. Se, por um lado, isso indica a existência de mecanismos de ascensão social acessíveis a trabalhadores com baixo nível de escolaridade, por outro, sugere que outros mecanismos, como sexo, idade e etnia do trabalhador, além do nível de educação, levam a diferenciais no salário e na possibilidade de ascensão profissional. Nesse sentido, observa-se que a inserção profissional explica cerca de 25% da desigualdade salarial entre trabalhadores com baixo nível de escolaridade (Barros; Machado; Mendonça, 1997).

Identificando-se a relação entre inserção ocupacional e tratamento desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, verifica-se que 50% das mulheres se encontram em ocupações que agregam menos de 5% da força de trabalho masculina, enquanto o reverso também é verdadeiro: 50% dos homens estão em ocupações que abarcam menos de 5% da força de trabalho feminina. Assim, diferenças na inserção ocupacional explicam uma parcela representativa dos diferenciais salariais por gênero, estimando-se que estes

seriam reduzidos em torno de 33%, se os homens tivessem a mesma inserção ocupacional das mulheres (Barros; Machado; Mendonça, 1997).

Em termos de estrutura ocupacional por gênero, pode-se ressaltar também o aspecto de “feminização” do Setor Terciário da economia, fenômeno visível não só no Brasil como em boa parte da América Latina. No Brasil, a “feminização da pobreza”, dentro do contexto da globalização, convive paradoxalmente com um aumento da empregabilidade de mulheres em unidades de produção de setores modernos da economia, como o terciário avançado ou o setor “quaternário”²⁴, o que evidencia uma forte heterogeneidade do mercado de trabalho para as mulheres.²⁵ Por outro lado, com a orientação neoliberal pelo Estado mínimo, de ausência de critérios para cortes, as mulheres são penalizadas duplamente: por ser o Estado um forte empregador de mão-de-obra feminina nos serviços públicos,²⁶ especialmente nos de saúde e educação, e por serem mulheres e crianças os usuários primordiais desses serviços, como creches e atenção à infância, que facilitam a permanência das mulheres no mercado de trabalho (Castro, 2001).

Quanto aos dados relativos à Região Metropolitana de Porto Alegre, verifica-se que, enquanto a taxa média de desemprego na RMPA caiu de 16,6% em 2000 para 14,9% em 2001, por outro lado, observou-se, em 2001, um aumento da participação, entre os desempregados, dos segmentos representados pelas mulheres (de 52,7% para 54,1%), pelos de cor não branca (de 17,0% para 18,4%) e pelos cônjuges (de 19,9% para 21,1%), dentre outros atributos pessoais (Inf. PED Espec., 2002).

No que diz respeito aos rendimentos por sexo na RMPA, os dados demonstram que, em 2000, as mulheres obtinham o equivalente a 68,3% do que os homens recebiam, e, em 2001, esse percentual passou para 69,1%. Todavia essa relativa melhora se deu em um quadro de piora, em termos absolutos, para homens e mulheres: os rendimentos médios reais dos homens eram de R\$ 849,00 em 2000 e, em 2001, passaram a ser de R\$ 816,00; os das mulheres

²⁴ Gottmann sugere que se faça uma distinção entre o Setor Terciário “tradicional”, do qual fazem parte diferentes atividades do comércio, transportes e serviços em geral, do Terciário “superior” ou “avançado”, que ele denomina de “quaternário”, constituído por serviços de alto conteúdo inovador, como serviços qualificados para a produção e as consultorias especializadas na área financeira, gerencial e de informática, além de atividades ligadas aos meios de comunicação *high-tech* (Gottmann apud Cepollaro, 1999).

²⁵ A integração de um grande número de mulheres nesse mercado de trabalho em expansão é atribuída à necessidade de habilidades como comunicação e relação interpessoal (Posthuma; Lombardi, 1997).

²⁶ Considera-se, aqui, que o setor público é bastante mais equitativo quanto à empregabilidade, em termos de gênero, do que o setor privado de produção de bens e serviços.

eram de R\$ 580,00 e passaram para R\$ 564,00 (Mulher Trab., 2002). No referente à renda familiar média das famílias chefiadas por mulheres com filhos, em 2000 esta era de R\$ 809,00, representando menos de 60% da renda familiar média das famílias chefiadas por homens com filhos residentes, que era de R\$ 1.355,00 (Galeazzi, 2001).

Já o Índice Cultural de Gênero, utilizado em uma pesquisa²⁷ com o objetivo de mensurar mudanças ocorridas na família e na condição da mulher brasileira, mostrou que, entre as metrópoles, Porto Alegre foi a que mais se destacou em termos de transformações de cunho cultural no *status* feminino (Oliveira, 2002). Dados do **Censo 2000** evidenciam que, das capitais brasileiras, Porto Alegre apresenta o maior percentual de domicílios com chefia feminina, isto é, 38,2%. Contudo as informações contidas na PNAD de 1998 mostram que 34,2% das famílias chefiadas por mulheres na Região Metropolitana de Porto Alegre recebiam até um salário mínimo mensal como renda familiar, estando, portanto, abaixo da linha de pobreza (Castro, 2001).

Enfim, no Brasil como um todo, o setor onde a mão-de-obra feminina se concentra permanece sendo o Terciário, com ênfase nos tradicionais serviços domésticos, ou em outros serviços, especialmente no setor público, nas áreas de saúde, educação ou assistência social. Por outro lado, é crescente, dentre as formas de ocupação feminina, a participação no trabalho por conta própria (autônomo), que caracteriza um “refúgio de sobrevivência” para a mão-de-obra expulsa do setor mais formalizado do mercado de trabalho (Bruschini; Lombardi, 2002).

²⁷ Trata-se da pesquisa **Sistema Integrado de Indicadores de Gênero nas Áreas de Trabalho e de Educação: Uma Proposta de Construção de um Índice Cultural de Gênero**, patrocinada por Unifem, GTZ e IBAM e citada em Oliveira (2002). A pesquisa levou em consideração questões como: idade média ao casar, formação de uniões sem vínculos legais, número médio de filhos, trabalho extradomiciliar das cônjuges com filhos pequenos e diferencial de escolaridade entre cônjuges (percentual de mulheres com escolaridade superior à dos seus cônjuges).

2 - RESÍDUOS, RECICLAGEM, RECICLADORES: A ESTRUTURAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DOS “TRABALHADORES DO LIXO”

Este capítulo trata de questões referentes à constituição de associações de reciclagem no Brasil, aprofundando-se no histórico da organização dos catadores/recicladores, na RMPA, e introduzindo informações sobre esse universo de trabalhadores, através da análise de dados sobre associações dos Municípios de Porto Alegre e de Dois Irmãos.

2.1 - Origem e estruturação de associações de trabalhadores de reciclagem de resíduos

No presente tópico, apresentam-se alguns aspectos sobre a formação de associações de catadores/recicladores e sobre a organização das suas atividades, através da estruturação do trabalho coletivo e da construção de galpões, onde eles executam as tarefas de separação e pré-beneficiamento do material seco com potencial de reciclabilidade.

A atividade de separar e catar lixo nas cidades apresenta-se como uma forma de ocupação antiga e conhecida: coletando resíduos diretamente da rua, em monturos, em pilhas de rejeitos ou em “lixões” — nos locais onde estes ainda subsistem —, os catadores informais atuam em condições de trabalho extremamente insalubres, precárias e desagregadas. Carregando até 200kg de material em cada viagem, seu rendimento depende, em grande parte, do tipo e da quantidade de lixo urbano, variável conforme o tamanho de cada cidade e a época do ano. O material reciclável recolhido por eles, principalmente papel, papelão e alumínio, é repassado a sucateiros — intermediários no processo de coleta e reciclagem de materiais —, que exploram o trabalho dos catadores de rua, cuja remuneração pelo material coletado se mantém próxima ao nível de subsistência (Calderoni, 1998).

Como Calderoni aponta, as perspectivas dos catadores de rua e dos carrinheiros são limitadas pela “situação de clandestinidade ou semiclandes-

tinidade” em que eles se encontram, constituindo-se sua atividade em “uma alternativa à marginalidade” (Calderoni, 1998, p. 298).

Nesse contexto, como esclarece Bhowmik (2002, p. 380), o trabalho de recolher e separar resíduos, na Índia, é considerado “uma ocupação suja”, exercida apenas pelos membros das castas hierarquicamente mais baixas, que são tratados como “proscritos” pelos demais habitantes das cidades. Na Colômbia, onde os catadores urbanos são pejorativamente denominados “descartáveis” pelo resto da população, aconteceram, até a década de 90, processos de extermínio dessas pessoas por grupos armados, em operações qualificadas como “limpeza social” (Rodríguez, 2002).

Segundo Figueiredo (1995), no Brasil, em alguns setores industriais, como a siderurgia, o reaproveitamento de sucata já vem de longa data, envolvendo atividades de “desmanche” e “ferros-velhos” e movimentando milhares de pessoas, tanto da economia formal quanto da informal. No caso da reciclagem de latas de alumínio, estima-se que o setor seja responsável, atualmente, por cerca de 150 mil postos de trabalho para a cadeia de recicladores envolvidos no processo¹. De maneira similar, a reciclagem de papel, no Brasil, vem sendo feita por indústrias especializadas há mais de 50 anos, com isso representando uma redução de 50% no consumo da energia que seria utilizada no processamento da celulose natural.

Além dos aspectos de economia energética e de redução dos impactos ambientais associados ao processamento da celulose, ressalta-se também o fato de a reciclagem de papel e papelão ter gerado um número significativo de empregos formais na indústria de reciclados e no comércio de aparas de papel. No entanto, os catadores, responsáveis pela coleta de cerca de 60% de todo o papel reaproveitado no País, seguem majoritariamente na informalidade (Figueiredo, 1995).

Ainda assim, como Bhowmik (2002, p. 375) assinala, para vastos setores da população — “os mais pobres entre os pobres” urbanos, com mais baixo *status*, e com uma presença predominante de mulheres e crianças —, a coleta de lixo nas ruas representa, muitas vezes, a única fonte de sobrevivência.

Entretanto uma alternativa para a absorção dessas pessoas, em uma perspectiva que se aproxima da idéia de economia solidária, tem sido a geração de postos de trabalho através da criação de associações (ou pré-cooperativas)²

¹ A empresa transnacional Alcan, na sua sede brasileira, é hoje a maior recicladora de latas de alumínio na América Latina.

² As diferenças entre associações e cooperativas são referidas no Capítulo 1, em especial no Quadro 1.1.

de catadores/recicladores de resíduos sólidos. A recuperação de resíduos assume uma importância considerável como possibilidade de ocupação para populações excluídas em países em desenvolvimento, havendo, dentre outros, estudos e relatos sobre casos de cooperativas e associações de catadores na Índia e na Colômbia, onde, conforme Grimberg e Blauth (1998), cerca de 6.500 trabalhadores se beneficiam dessa atividade, além da análise de diversos exemplos brasileiros³.

De acordo com Calderoni (1998), a formação de associações ou cooperativas de catadores consiste em uma relevante inovação institucional, pois permite uma melhora nos ganhos desses trabalhadores em relação ao trabalho de catação de rua e os torna menos vulneráveis nas negociações com as indústrias ou com os intermediários que compram o material reciclável. Desse modo, atividades caracterizadas originariamente por formas de trabalho precário e não organizado, efetuado por setores marginalizados da população, vêm se configurando como uma possibilidade de geração de postos de trabalho e de renda.⁴ Associando-se, os catadores passam a trabalhar em galpões estruturados para a separação dos resíduos e para algumas tarefas de pré-beneficiamento dos materiais. Ressalva-se, contudo, que, mesmo em municípios onde já existem galpões de reciclagem e coleta seletiva oficial, uma parcela considerável dos resíduos recicláveis é ainda coletada por catadores de rua e repassada a intermediários.

O processo de triagem/reciclagem nos galpões, ou processo de “separação fina”, é intensivo em mão-de-obra, sem exigir qualificação específica prévia. A reciclagem, mais do que uma atividade privada com fins lucrativos, é considerada uma atividade que gera amplos benefícios socioambientais, tanto pelo aspecto relativo ao cuidado com o meio ambiente quanto à sua importância na geração de ocupação e renda para uma população que nunca teve acesso ou que foi excluída do mercado de trabalho formal.

³ Villegas (1989) e Rodríguez (2002) apresentam análises interessantes sobre cooperativas de recicladores na Colômbia, enquanto Bhowmik (2002) relata o processo de organização dos coletores de lixo em Ahmedabad, capital do Estado de Gujarat, na Índia. Sobre estudos feitos no Brasil, podem-se citar trabalhos como os de Fischer (1992; 1995; 1997), Rosa (1996), Hiwatashi (1998), Feitosa (2001), Cabral (2001), relativos a associações de reciclagem na RMPA, bem como a análise da formação da Associação dos Catadores de Papéis, Papelão e Material Reaproveitável, em Belo Horizonte, em 1990, realizada por Jacobi e Teixeira (1997).

⁴ Segundo um estudo econômico realizado por Calderoni (1998, p. 299), a massa de remuneração total anual dos 12 mil carrinheiros e catadores existentes na Cidade de São Paulo é de R\$ 43 milhões. Com base na perspectiva de crescimento do mercado de reciclagem e da “consciência social” dos catadores, ele sugere uma possibilidade de expansão para um total de 28 mil postos de trabalho nesse setor, na capital paulista, com uma massa de remuneração total anual de até R\$ 100 milhões.

Em alguns dos municípios brasileiros onde, através da implantação de sistemas integrados de gerenciamento de resíduos, ocorre a expansão das atividades de reciclagem, têm se firmado acordos ou convênios entre as associações de catadores/recicladores formalmente constituídas e os poderes públicos locais, no sentido de apoiar e garantir o funcionamento dos galpões. Nesses acordos, que variam bastante em cada município e mesmo em cada associação em um mesmo município, prevê-se, em geral, como contribuições da municipalidade: a garantia de fornecimento de resíduos recicláveis, obtidos por meio da coleta seletiva urbana; a cedência de espaços públicos para a instalação de centros de triagem/reciclagem e processamento dos materiais, com a infra-estrutura mínima necessária, como equipamentos básicos; isenção de pagamento de taxas e de serviços, como água e energia elétrica; e também, algumas vezes, capacitação e assessoria aos trabalhadores.⁵

Geralmente após a coleta seletiva, que pode ser feita diretamente através de um serviço municipal, por uma empresa terceirizada com concessão do município ou pelos próprios catadores/recicladores, em acerto prévio com as prefeituras, o resíduo é levado aos galpões de triagem/reciclagem, onde se faz a separação e o pré-beneficiamento pelos associados, para depois ser repassado aos sucateiros ou às indústrias recicladoras. O rendimento financeiro com a comercialização dos materiais, em geral, fica inteiramente para as associações de reciclagem.⁶

⁵ Observa-se que, mesmo onde o processo de criação e organização das associações de catadores/recicladores não se deu originalmente mediante a ação direta do poder público local, seu apoio é fundamental para a continuidade de existência das associações, não só em função do fornecimento privilegiado de resíduos da coleta seletiva, como por outras práticas e políticas dentro de um plano sistêmico de gerenciamento municipal de resíduos sólidos. Sobre isso, pode-se mencionar, como contraponto, a situação crítica a respeito dos resíduos sólidos na Região Metropolitana de Manila, nas Filipinas. Conforme Sison (2003), nas Filipinas, por questões de corrupção e poder político, as leis federais sobre gerenciamento de resíduos não são aplicadas pelas prefeituras, que não se interessam em promover atividades de reciclagem. Isso tem levado a um debate acirrado sobre as graves consequências socioambientais causadas pelo acúmulo de resíduos, incluindo tragédias, como a da localidade de Payatas, um subúrbio de Manila, onde, em julho de 2000, 400 pessoas morreram soterradas no deslizamento ocorrido em um "lixão" metropolitano disposto junto a um assentamento popular preexistente.

⁶ Esse é o caso na RMPA, porém, em outras regiões ou municípios, os resultados das vendas podem ter outras destinações. Em São José dos Campos, em São Paulo, por exemplo, o recurso arrecadado com a venda dos materiais é usado pela Prefeitura na construção de casas populares; em Diadema, em São Paulo, a renda obtida com os materiais recicláveis é revertida para o próprio sistema de coleta seletiva e reciclagem.

A organização de associações (pré-cooperativas) de catadores/recicladores tem sido incentivada também por entidades e grupos diversos vinculados a igrejas, como a Cáritas, a universidades e a outras organizações não-governamentais (Grimberg; Blauth, 1998). Os agentes da Igreja Católica fazem-se presentes na formação de uma parte significativa das associações de catadores/recicladores em grandes cidades brasileiras, como Porto Alegre, São Paulo e Belo Horizonte, através das comunidades eclesiais de base e de Pastorais que têm como público-alvo os moradores de rua, muitos dos quais sobrevivem como papeleiros ou carrinheiros, ou seja, recolhendo com carroças ou carrinhos precários os materiais com potencial de reciclagem (Fischer, 2000; Jacobi; Teixeira, 1997).

Os galpões, ou grandes depósitos, com alguns equipamentos para as primeiras etapas das atividades de reciclagem, vêm sendo construídos a partir da organização das associações, com o apoio do poder público e/ou de entidades ligadas à Igreja Católica. Mais recentemente, as associações de recicladores(as) têm recebido apoio externo de ONGs e, em alguns casos, de empresas privadas (Fischer, 2000).

Na RMPA, a primeira associação de catadores, que foi também a primeira no Rio Grande do Sul como um todo, organizou-se na Ilha Grande dos Marinheiros⁷, em 1986⁸, com o nome de Associação de Catadores de Material de Porto Alegre. Surgindo no contexto de um trabalho eclesial de base da Igreja Católica, orientado e desenvolvido pelo irmão Antônio Cechin e por sua irmã Matilde, ambos com larga experiência anterior em trabalhos pastorais pioneiros junto a comunidades carentes e a sindicatos, a associação da Ilha Grande serviu como laboratório para o programa de apoio à formação de associações de catadores/recicladores adotado pela municipalidade de Porto Alegre a partir de 1989.

Conforme o Irmão Cechin⁹, esse trabalho de organização, “dentro de uma radicalização da opção pelos pobres”, foi iniciado com o intuito de “(...) dar visibilidade aos papeleiros”, que puxavam carrinhos com material coletado nos bairros centrais da Capital. Citando uma frase do ecologista e ex-Ministro do

⁷ A Ilha Grande dos Marinheiros, que faz parte do Município de Porto Alegre, é uma das 30 ilhas que compõem o arquipélago do lago Guaíba, estuário do Delta do Rio Jacuí. Como as demais ilhas, ela é constituída, em grande parte, por áreas inundáveis; nesse sentido, sua função natural é a de funcionar como reservatório, retendo parte das águas das chuvas e dos rios em seus terrenos porosos e sedimentares (Wendhausen; Lima, 1989).

⁸ Houve o precedente de uma associação de carroceiros no Município de Canoas, em 1985, que, entretanto, não se constituiu como pessoa jurídica, como foi o caso da associação da Ilha Grande dos Marinheiros.

⁹ Em entrevista concedida em 02.10.03.

Meio Ambiente José Lutzemberger, ele diz que “(...) um só papelheiro faz mais pelo meio ambiente no Brasil do que o próprio Ministro”.

A idéia de se fazer o trabalho na Ilha Grande dos Marinheiros, considerado o maior reduto de catadores de rua de Porto Alegre na época ocorreu como uma proposta de resgate social da população local, constantemente flagelada pelas enchentes e vivendo em condições bastante precárias.

A ocupação das ilhas do Guaíba teve uma forte expansão nas décadas de 40 e 50, a partir da construção da Ponte Getúlio Vargas, quando, além dos acampamentos e das casas de operários, começaram a surgir também as primeiras “malocas” no local, modificando o padrão de ocupação tradicional, com perfil de produção econômica de base rural, até então predominante nas ilhas. Desde então, com a facilidade de acesso rodoviário, as ilhas passaram a ter, em grande parte, uma caracterização de “zona urbana periférica paupérrima” (Wendhausen; Lima, 1989, p. 126).

Na Ilha Grande dos Marinheiros, essa realidade de bolsão de miséria coexiste com a presença de casas de moradores mais antigos (“ilhéus”), em condições um pouco melhores, e com casas de veraneio e clubes de lazer, freqüentados por pessoas que não residem no local.

Uma parte da Ilha teve, historicamente, uma população flutuante composta, em sua maioria, por catadores, habitando em barracos sobre palafitas, com depósitos de lixo e criação de porcos e acesso a energia elétrica somente a partir de 1988. Na década de 80, era comum a disputa dos habitantes mais pobres por alimentos no lixo que era levado para a criação dos animais; muitas vezes, essa população recebia o que era preterido para a alimentação dos suínos.¹⁰ Para enfrentar essa situação e levar alguma proposta de melhoria de condições de vida a essa população, o trabalho social na Ilha teve a participação de pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, convidados pelo Irmão Cechin. Como ele menciona, a questão era a convivência de “porcos, lixo, crianças, tudo misturado...”, havendo sérios problemas de falta de saneamento, de contaminação e de mortalidade infantil.

De acordo com o Irmão Cechin, a opção pelo trabalho com os catadores foi, a princípio, questionada e, depois, revista por alguns setores da esquerda, que os viam como “lumpens”¹¹ e, portanto, sem nenhum papel determinativo

¹⁰ Como mostrou o premiado documentário Ilha das Flores, do Cineasta gaúcho Jorge Furtado, feito na Ilha Grande dos Marinheiros, em 1989.

¹¹ De acordo com a visão de Marx sobre lumpemproletariado, que designa “(...) a camada social que vive de subemprego ou de atividades marginais (...). Esses indivíduos seriam incapazes de qualquer ação conseqüente contra a sociedade capitalista” (Sandroni, 1994, p. 202).

para a mudança social. Por outro lado, houve críticas ao processo de “oficialização” da catação do material na Ilha, por se acreditar que isso levaria à proliferação de habitações precárias e da população flutuante e marginalizada (Wendhausen; Lima, 1989).

A experiência na Ilha Grande dos Marinheiros abrangeu, inicialmente, 10 famílias; mesmo tendo sido árdua, pela inexistência de tradição de organização entre os catadores, ela serviu como piloto para a criação de novas associações e para a construção de galpões de reciclagem, o que foi implementado nas décadas seguintes. Segundo o Irmão Cechin, efetivamente o “laboratório” na Ilha serviu de base para a constituição de cerca de 100 unidades de reciclagem, criadas no Rio Grande do Sul, desde aquela época.¹²

Sobre a organização na forma de associações, avalia-se que, para os objetivos de melhoria imediata de condições de trabalho e de renda para os catadores e para a própria continuidade dos grupos de reciclagem, ela é vantajosa em relação à organização em cooperativas. Nas palavras de Antônio Cechin, “(...) a associação é mais cômoda, mais fácil de se trabalhar”. A cooperativa daria margem a problemas como a questão de o capital social ser formado por quotas-partes compartilhadas entre os cooperativados.¹³ Como existe uma alta rotatividade entre os trabalhadores nos galpões de reciclagem, e os vínculos grupais são ainda relativamente frágeis e incipientes, a percepção é de que é pouco viável se manter o sistema de cooperativa, pois, cada vez que um trabalhador se desligasse, teria direito à restituição correspondente à sua quota.

A coleta de material para o galpão na Ilha também contava com a participação de membros da comunidade católica que se dispunham a levar o material seco para as igrejas, onde funcionavam entrepostos de entrega voluntária; nesse contexto, a coleta orientada pelos religiosos não se limitava mais à rua, abarcando também a busca do material em colégios e em edifícios. Simultaneamente, houve um trabalho de conscientização ambiental entre os paroquianos,¹⁴ para que estes passassem a dar um tratamento prévio de lavagem às embalagens plásticas ou metálicas, dessa maneira facilitando o trabalho para os catadores. Nesse trabalho de educação ambiental, também se enfatizava o papel, representado pelos catadores, de “agentes ecológicos” que despoluíam a cidade, o que proporcionava às pessoas predominantemente de classe média

¹² Destas, apenas duas têm a forma jurídica de cooperativas, situando-se na região de Santo Ângelo (norte do Estado), enquanto as demais estão constituídas como associações de reciclagem.

¹³ Ver Quadro 1.1, no Capítulo 1, com as diferenças entre associações e cooperativas.

¹⁴ Com a participação do agrônomo e ativista do movimento ecológico Jacques Saldanha.

que freqüentavam as igrejas uma outra visão sobre esses trabalhadores, antes vistos como marginais e desocupados.

Com o crescimento da campanha pela reciclagem e sua repercussão, os Cechin levaram funcionários do DMLU, de Porto Alegre, a algumas dessas igrejas, para verificar o trabalho que estava sendo realizado; além disso, os técnicos do órgão municipal participaram, durante um ano, das reuniões que os irmãos Antônio e Matilde Cechin promoviam com os catadores da Ilha, "(...) para aprender e depois fazer os galpões deles".

Antes da introdução da coleta seletiva em Porto Alegre, a Igreja Católica atuou também na organização de um grupo de catadores, na região norte da Cidade, que, mais tarde, se transformou na Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Santíssima Trindade. O fornecimento de material para a reciclagem no galpão da Santíssima Trindade também ocorria, em grande parte, por doação dos paroquianos das igrejas na região de entorno.

Em 1990, foi criada a coleta seletiva pelo DMLU, a princípio somente no Bairro Bom Fim, escolhido por ser considerado um bairro onde "(...) os moradores têm maior conscientização social e ambiental".¹⁵ O processo total de implantação da coleta seletiva levou seis anos para ser concluído e, conforme Pereira e Santos (1998), ela abrange atualmente 100% dos bairros e 97% da população do Município de Porto Alegre, pois algumas áreas periféricas e vilas populares ainda não estão incluídas nos roteiros do DMLU, como é o caso de parte do Bairro Jardim Leopoldina. O percurso das ruas do Centro da Cidade é feito com pequenos carros elétricos, para facilitar o acesso e a circulação, enquanto, para a coleta nos bairros, são utilizados 27 caminhões coletores, com capacidade média de 2,5 toneladas de lixo seco.¹⁶

A implementação da coleta seletiva em Porto Alegre foi planejada como um dos aspectos do projeto de gerenciamento integrado do lixo na cidade, em conjunto com a recuperação ambiental do "lixão" da Zona Norte e com a organização dos catadores, na forma de associações de trabalho (Pereira; Santos, 1998).

O aterro da Zona Norte, criado em 1985, em uma área de 50 hectares, na várzea do rio Gravataí, havia deteriorado-se rapidamente, transformando-se em um "lixão". Devido aos freqüentes alagamentos da área, o lixão da Zona Norte contribuía para os já elevados índices de poluição do lago Guaíba, que recebe o Gravataí. Como agravante, havia a presença de uma grande quantidade de pessoas que sobreviviam da catação informal e extremamente precária no "lixão",

¹⁵ Informação de técnico do DMLU em entrevista concedida em 26.08.03.

¹⁶ Informação de técnico do DMLU em entrevista concedida em 26.08.03.

em condições de insalubridade e risco, devido ao contato constante com o lixo e por causa do trânsito de máquinas que operavam no local para compactar os resíduos. Para tentar solucionar os problemas de degradação do meio ambiente, bem como a questão social representada pela presença e pela atividade dos catadores no “lixão”, a Prefeitura Municipal, através do DMLU, ativou programas de sensibilização e de educação ambiental, para que a população aderisse à separação do seu lixo doméstico e, com isso, viabilizasse a coleta seletiva (Pereira; Santos, 1998; Fritsch, 2000).

Segundo o depoimento de uma técnica do DMLU,¹⁷ o trabalho no depósito de lixo da Zona Norte mostrou-se bastante diferenciado em relação à experiência com o grupo na Ilha Grande dos Marinheiros, pois, nesta última situação, os catadores eram basicamente carroceiros ou “carrinheiros” que buscavam o seu material no Centro da Cidade, enquanto, no aterro, as pessoas viviam literalmente “em cima do lixão”.

De acordo com a funcionária do DMLU que acompanhou, pelo órgão, toda a implantação do trabalho com os catadores, em 1989 havia, em Porto Alegre, uma situação de “colapso iminente” em relação ao lixo, já que um dos dois lixões existentes na Cidade, o da Zona Sul, na várzea do Arroio do Salso, havia sido interditado por falta de condições de operacionalidade, restando apenas o da Zona Norte, também em péssimas condições.

No processo de transformar o “lixão” da Zona Norte em um aterro sanitário, foi necessário enfrentar o problema referente à existência de cerca de 300 pessoas que sobreviviam catando sobras de alimentos e alguns itens de material reciclável nos monturos do “lixão”. Oriundos de cinco vilas próximas, eles resolveram montar barracas e passaram a morar no local. Porém não estavam organizados, e, inclusive, ocorriam problemas sérios de disputas pelo material no momento em que chegavam os caminhões do lixo.

Para que os catadores aceitassem o trabalho conjunto com o DMLU, foram feitos diagnósticos e acompanhamentos sistemáticos da sua forma de operar. Aos poucos, foram sendo propostas modificações pelos técnicos, como a delimitação das áreas em que os catadores separavam os resíduos, a maneira de executar as tarefas e a própria regulamentação quanto aos horários de entrada e saída do “lixão”, que havia sido cercado pelo órgão municipal, bem como a proibição de permanência de crianças no processo de separação do lixo. Por outro lado, os catadores foram cadastrados, sendo induzidos a desmontar suas barracas para retornarem a suas vilas de origem, o que foi a parte mais difícil nesse contato inicial com eles.

¹⁷ Em entrevista concedida em 29.08.03.

Já desde o começo do trabalho com os catadores, foram plantadas algumas sementes em relação à formação de associações, pois, antes de se construir o galpão para as atividades coletivas, colocava-se a urgência de organizar os trabalhadores de forma a se constituírem e pensarem enquanto um grupo. Acostumados a separar o lixo em áreas abertas e sempre curvados sobre ele, os catadores levaram algum tempo para se habituarem à nova rotina de trabalho dentro do galpão e mesmo para se adaptarem às novas instalações e a equipamentos, como os banheiros, recém-construídos. Porém, mesmo após o esgotamento do aterro da Zona Norte, em 1992, a Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte/Unidade Aterro continuou operando, permanecendo no local, e não existem mais pessoas catando o lixo diretamente nos aterros de Porto Alegre.

No início dos anos 90, também com a participação do DMLU, mais um grupo de catadores/recicladores foi organizado na Capital, formando a Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta.

Complementarmente à organização dos catadores, os técnicos e assessores do DMLU também montaram programas de educação ambiental para grandes geradores de lixo seco, como condomínios residenciais, grandes empresas, bancos, supermercados, *shopping centers*, órgãos públicos e universidades, para tentar garantir o suprimento do resíduo.

Atualmente, existem em funcionamento, no Município de Porto Alegre, nove galpões de reciclagem e uma usina mista para compostagem de produto orgânico e reciclagem, sendo duas dessas unidades originárias de trabalho realizado por pastorais de base da Igreja Católica: o da Ilha Grande dos Marinheiros e o da Santíssima Trindade; no caso da associação Rubem Berta, esta se formou a partir do trabalho conjunto da Igreja com o setor público municipal, e as demais tiveram origem em ações da municipalidade.¹⁸

Dentre as 10 unidades, três apresentam algumas características distintas das restantes no que diz respeito à forma como operam e pela abrangência de suas atividades. São elas: a Unidade da Lomba do Pinheiro; o Centro de Educação Ambiental, na Vila Pinto; e a associação que funciona nas dependências do Hospital Psiquiátrico São Pedro, em experiência similar a um programa anterior desenvolvido no Município de Santos, em São Paulo, relatado por Grimberg e Blauth (1998).

De acordo com informações prestadas por um funcionário do DMLU,¹⁹ na Unidade de Triagem e Compostagem da Lomba do Pinheiro, situada em área

¹⁸ Informação dada por Antonio Cechin em 02.10.03.

¹⁹ Em entrevista concedida em 13.10.03.

rural de Porto Alegre e construída pela Prefeitura com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o suprimento de resíduos compõe-se principalmente de material orgânico. Entretanto algum material seco, reciclável, que porventura esteja misturado ao orgânico é separado e vendido pelos catadores/ recicladores que trabalham na triagem. Assim, essa unidade possui uma característica que a diferencia das outras unidades de triagem, tanto em relação à natureza do trabalho (aproveita o material orgânico e os materiais recicláveis) quanto à forma de remuneração dos trabalhadores, que recebem da Prefeitura um valor fixo pela tonelagem de matéria orgânica separada — compostável —, que é beneficiada por técnicos do DMLU, mais uma quantia pela pesagem do rejeito, sendo os recicláveis vendidos diretamente pelos trabalhadores a empresas recicladoras ou a intermediários.

O Centro de Educação Ambiental é um complexo de instalações, situado no coração da Vila Pinto²⁰, na Zona Leste de Porto Alegre, que propicia atividades profissionais de triagem e reciclagem, principalmente para mulheres de baixa renda residentes na Vila, bem como ações socioculturais e de lazer para a comunidade do entorno. Tendo como liderança maior sua mentora, a promotora popular Marli Medeiros, o CEA é bastante conhecido nacionalmente e surgiu como resultado do trabalho com o grupo de mulheres que foi organizado por ela na Vila Pinto (Bueno, 2001; Delevati et al., 2002).

Cabe ainda ressaltar a condição, também especial, da Unidade de Triagem do Hospital Psiquiátrico São Pedro, onde 50% dos trabalhadores são internos da instituição e a outra metade é composta por membros da comunidade da Vila São Pedro, situada em terreno limítrofe ao hospital. Instalada em um prédio disponível na própria área do hospital, considera-se essa situação diferenciada de uma unidade junto a um equipamento de saúde pública, o que obriga o DMLU a fornecer materiais recicláveis de boa qualidade, para reduzir ao mínimo o acúmulo de rejeitos no final do processo de triagem. Por esse motivo, e também como prevenção de possíveis acidentes decorrentes de limitações dos catadores vinculados ao hospital, essa unidade é suprida, em grande parte, com papéis e outros materiais inócuos, doados por grandes geradores, como órgãos públicos, evitando-se o envio de latas, vidros e demais objetos potencialmente cortantes (Huerco et al., 2002).

²⁰ A Vila Pinto está localizada no Bairro Mato Sampaio, de Porto Alegre, onde se situam diversas vilas populares, conformando um extenso "bolsão" de miséria urbana e já tendo abrigado um dos maiores centros do narcotráfico na capital gaúcha (Delevati et al., 2002).

As 10 unidades de triagem mantêm convênios com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre através do DMLU e da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio, envolvendo, no total, 627 trabalhadores. Através dos convênios, as respectivas associações recebem os suprimentos de resíduos sólidos resultantes da coleta seletiva em Porto Alegre, além de terem instalações e alguns equipamentos cedidos pelo poder público e, em alguns casos, isenção de pagamento de água ou luz, ou ambos. A renda líquida média dos trabalhadores nas associações, em Porto Alegre, gira em torno de um salário mínimo mensal.²¹

A participação em parceria dos dois órgãos municipais dá-se através do Programa Reciclar, que funciona desde 1997, sendo a Smic responsável pelas condições relativas à infra-estrutura física e de equipamentos, bem como por assessoria para a implementação de projetos; no caso do DMLU, este responde pelo abastecimento da “matéria-prima” representada pelo lixo coletado domiciliarmente.

A seguir, apresenta-se o Quadro 2.1, com algumas características gerais referentes às associações de reciclagem no Município de Porto Alegre.

Em muitos relatos de lideranças dos catadores/recicladores, contudo, menciona-se a existência de 12 associações de trabalhadores em Porto Alegre;²² além das 10 unidades de triagem listadas pelo DMLU, incluiriam-se aqui a Associação Profetas da Ecologia, na entrada da Cidade, e um grupo com condições mais precárias, na Avenida Padre Cacique.

No caso do galpão da Avenida Padre Cacique, a relação dos catadores/recicladores que trabalham no local com os órgãos da Prefeitura Municipal é muito tênue e ambígua; eles são tolerados, mesmo estando irregularmente numa área invadida, com instalação elétrica precária, e, eventualmente, recebem alguma carga de resíduos através do DMLU, como “doação” em épocas de grande geração e acúmulo de lixo. No entanto, os catadores desse galpão não têm nenhum tipo de convênio com o DMLU ou com a Smic para suprimento regular de material ou para cedência de equipamentos, como ocorre com os membros das associações “oficiais”²³.

²¹ Informações fornecidas por um técnico do DMLU em 13.10.03.

²² Não estão contemplados nessa contagem os galpões clandestinos de atravessadores ou os depósitos de triagem de empresas privadas.

²³ Informação prestada por técnico do DMLU em 13.10.03.

Quadro 2.1

Características gerais das associações de reciclagem do Município de Porto Alegre — 1986-01

ASSOCIAÇÕES	FUNDAÇÃO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA CONSTRUÍDA	NÚMERO DE ASSOCIADOS	TURNOS
Associação dos Catadores de Material de Porto Alegre — Ilha Grande dos Marinheiros	1986	Região Noroeste	650m ²	40	2
Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Santíssima Trindade	1991	Região Norte	360m ²	28	2
Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte/Unidade Aterro	1991	Região Norte	450m ²	45	2
Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta	1992	Região Nordeste	1.400m ²	40	2
Associação Comunitária do Campo da Tuca	1994	Região Leste	300m ²	15	2
Associação dos Recicladores do Loteamento Cavalhada	1995	Região Sul	660m ²	48	2
Centro de Educação Ambiental — Vila Pinto	1996	Região Leste	660m ²	136	2
Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica — Restinga	1996	Região Sul	600m ²	45	2
Associação de Triagem de Resíduos Sólidos Domiciliares da Lomba do Pinheiro (Unidade de Triagem e Compostagem)	2001	Região Leste	1.500m ²	190	2
Unidade de Triagem do Hospital São Pedro	2001	Região Leste	300m ²	40	1
Número total de trabalhadores	-	-	-	627	-

FONTE: PMPA/DMLU.

A situação da Associação Profetas da Ecologia é diferente das demais, por esta representar atualmente “um embrião” para um projeto de médio prazo de criação de três grandes unidades de triagem que o poder municipal pretende implantar na região dos bairros Farrapos, Humaitá e Navegantes, dentro do Programa Integrado Entrada da Cidade. Nesse sentido, mesmo não estando no rol das unidades de triagem “oficiais” do Município, a Associação Profetas da Ecologia vem recebendo suprimento de resíduos sólidos através do DMLU, que correspondem a um tipo especial, qual seja, o resíduo reciclável, não contaminado, de hospitais de Porto Alegre; por outro lado, a Associação está em vias de assinar um convênio com a Prefeitura, pelo qual deverá receber verbas para acolher e treinar moradores cadastrados dos bairros abarcados pelo Programa, que futuramente serão inseridos nas unidades de triagem a serem construídas dentro do PIEC.

Entretanto existe uma previsão de que, no curto prazo, o número de unidades de triagem em Porto Alegre suba para 14, dentro do que foi estabelecido nas prioridades do Orçamento Participativo de 2001,²⁴ em função das demandas da população de algumas regiões da Cidade (Bueno, 2001).

Um aspecto relevante sobre a formação das associações de reciclagem e a construção de seus respectivos galpões é que, em Porto Alegre, nenhuma das unidades de triagem tem licença ambiental, sendo que a da Cavallhada se situa na encosta do Morro do Osso, na Zona Sul, e a da Vila Pinto se localiza na beira de um arroio. Por causa dessa situação irregular, o Centro de Educação Ambiental, na Vila Pinto, não teve autorização do poder público municipal para construir prédios e os edificou à revelia.

Em Dois Irmãos, a usina de reciclagem possui licença ambiental, e uma das lideranças da associação dos recicladores desse município menciona a necessidade de se terem “critérios especiais” de licença ambiental para os galpões. Alguns técnicos dos poderes públicos estadual e municipal reconhecem essa falha, mas evidenciam que agora não é possível retirar os galpões já

²⁴ Modalidade de participação popular que tornou a Cidade famosa nacional e mundialmente, o Orçamento Participativo constitui uma experiência de democracia participativa que permite à população local a escolha e a decisão orçamentária sobre recursos municipais, sendo desenvolvida em Porto Alegre, desde 1989. O OP possui uma metodologia baseada em dois critérios: territorial, dividindo a Cidade em 16 regiões, que constituem a base geográfica para a participação comunitária e para a distribuição dos recursos; e temático, sendo que, desde sua implantação, o tema do saneamento básico tem sido uma das prioridades básicas apontadas pela população para aplicação de recursos municipais (Fedozzi, 1997; Genro; Souza, 1997).

existentes, embora reconheçam que se devem tomar cuidados ambientais em relação aos próximos a serem construídos.

Por outro lado, algumas associações de reciclagem em Porto Alegre surgiram em decorrência do reassentamento de parcelas da população que viviam anteriormente em áreas de risco; esse é o caso da Associação Rubem Berta, cujos primeiros membros eram pessoas originárias da Vila Tripa, junto à Avenida Castelo Branco, na entrada norte de Porto Alegre, e os associados da Cavalhada, antigos moradores da Vila Cai-Cai, na Zona Sul.

Um levantamento de dados realizado pela Faculdade de Educação da UFRGS em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, em 2001, em galpões de reciclagem, em Porto Alegre (Projeto Galpão, 2001), fornece uma série de informações sobre características socioeconômicas e culturais dos catadores/recicladores.

Na pesquisa que gerou o banco de dados, foram entrevistados 310 trabalhadores de nove galpões da Capital, com questões sobre dados pessoais, escolaridade, renda, experiência profissional e condições de trabalho, condições de saúde e de moradia e acesso e participação cultural. A partir do tratamento estatístico dos dados brutos, chegou-se a um perfil do trabalhador típico da reciclagem no Município.

Percebe-se, nos resultados totais, a preponderância de mulheres, que correspondem a 67,1% de todos os trabalhadores da reciclagem, havendo, no entanto, diferenças quanto à composição por sexo de cada associação. Se, nas associações A, C, D, E e G, as mulheres são a absoluta maioria, já nos galpões B e I predominam os trabalhadores de sexo masculino, enquanto, nas associações F e H, o número de homens e mulheres beira a igualdade (Tabela 2.1).

Quanto ao item cor, a parcela majoritária entre os catadores é composta por pessoas negras e pardas, em percentual de 54% (Tabela 2.2).

Relativamente à escolaridade, os níveis são baixos, com quase 10% de analfabetos, cerca de 15% que apenas se alfabetizaram, e 65% que têm o ensino fundamental incompleto, o que soma 90% dos catadores/recicladores entrevistados (Tabela 2.3). Quanto à idade, nesse universo predominam os jovens: mais da metade, ou seja, cerca de 51% dos catadores têm até 29 anos, havendo, entre estes, um percentual notável de adolescentes, de 12 a 19 anos, representando quase 14% do total dos trabalhadores da reciclagem. Por sua vez, a proporção de pessoas com 50 anos ou mais é de somente 7,4% do total (Tabela 2.4).

Tabela 2.1

Distribuição dos catadores, por sexo, em nove associações de Porto Alegre — 2001

ASSOCIAÇÕES	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Número	%
A	5	23,8	16	76,2	21	100,0
B	10	62,5	6	37,5	16	100,0
C	13	39,4	20	60,6	33	100,0
D	11	21,6	40	78,4	51	100,0
E	9	28,1	23	71,9	32	100,0
F	17	47,2	19	52,8	36	100,0
G	19	21,3	70	78,7	89	100,0
H	7	50,0	7	50,0	14	100,0
I	11	61,1	7	38,9	18	100,0
TOTAL	102	32,9	208	67,1	310	100,0

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

Tabela 2.2

Distribuição dos catadores, por cor, em nove associações de Porto Alegre — 2001

COR	NÚMERO	%
Branca	130	41,9
Preta	96	31,0
Parda	71	22,9
Indígena	10	3,2
Amarela	3	1,0
TOTAL	310	100,0

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

Tabela 2.3

Distribuição dos catadores, por escolaridade, em nove associações de Porto Alegre — 2001

NÍVEIS DE ESCOLARIDADE	NÚMERO	%	% VÁLIDO	% CUMULATIVO
Analfabeto	30	9,7	9,7	9,7
Alfabetizado	46	14,8	14,9	24,6
Ensino fundamental incompleto	203	65,5	65,7	90,3
Ensino fundamental completo ..	15	4,9	4,9	95,2
Ensino médio incompleto	14	4,5	4,5	99,7
Ensino médio completo	1	0,3	0,3	100,0
Subtotal	309	99,7	100,0	-
Não informou	1	0,3	-	-
TOTAL	310	100,0	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

Tabela 2.4

Distribuição dos catadores, por faixa etária, em nove associações de Porto Alegre — 2001

FAIXAS ETÁRIAS	NÚMERO	%	% VÁLIDO	% CUMULATIVO
De 12 a 19 anos	42	13,6	13,6	13,6
De 20 a 29 anos	115	37,0	37,2	50,8
De 30 a 39 anos	81	26,1	26,2	77,0
De 40 a 49 anos	48	15,6	15,6	92,6
50 anos e mais	23	7,4	7,4	100,0
Subtotal	309	99,7	100,0	-
Não informou	1	0,3	-	-
TOTAL	310	100,0	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

Outros dados de identificação sobre os catadores mostram que, em relação à religião professada, 63% se declararam católicos, 10%, evangélicos ou protestantes, e 7%, seguidores de ritos afro-brasileiros. Sobre o estado civil, 53% colocaram-se como solteiros, 9% eram viúvos ou separados, e 26% eram casados. É interessante observar, todavia, que, perguntados sobre com quem viviam, 56% dos trabalhadores afirmaram morar com esposo(a) ou companheiro(a), o que indica um percentual alto de vínculos não formalizados por casamento oficial.

Sobre documentação pessoal, 91% do total dos respondentes possuem certidão de nascimento, 90% têm carteira de identidade, e 82% dos trabalhadores acima de 18 anos dispõem de título de eleitor. Isso significa que 9% não têm certidão de nascimento, 10% não possuem carteira de identidade, e 18% estão sem o título de eleitor.

No que diz respeito aos aspectos de experiência profissional anterior, os entrevistados mencionaram 50 categorias diferentes de trabalho, que vão de “músico de boate” a “pescador”. Contudo houve uma incidência maior de experiência prévia em trabalhos domésticos, representando 35% do total; por sua vez, 14% já haviam trabalhado anteriormente com lixo, seja como papuleiros, seja como catadores ou garis; e 8% passaram pela construção civil, como pedreiros, serventes ou auxiliares.

Em relação à renda dos catadores, ela se concentra na faixa entre um e dois salários mínimos²⁵; agregando-se essa faixa à anterior, relativa a ganhos de até um salário mínimo, chega-se ao percentual válido acumulado de quase 84% dos trabalhadores, como se pode visualizar na Tabela 2.5.

Comparando-se os respectivos valores da renda no trabalho de reciclagem com os da renda anterior desses trabalhadores, observa-se uma ligeira queda, que se traduz em uma reconcentração nas faixas de menor renda. Assim, se cerca de 65% dos respondentes ganhavam até R\$ 200,00 em funções anteriores, no trabalho de reciclagem esse percentual passou a ser de 67% (Tabela 2.6). Já no que toca à contribuição previdenciária, apenas 5% dos catadores contribuem para o Instituto Nacional de Seguridade Social, revelando a condição de informalidade e de precariedade em que se situam.

Fazendo-se o cruzamento dos dados de escolaridade e de renda, percebe-se que, na pequena camada representada pelos que ganham mais de três salários mínimos, 50% têm escolaridade variando entre ensino fundamental

²⁵ Levando-se em conta que o salário mínimo, na época em que foram levantados os dados, correspondia a R\$ 150,00.

completo e ensino médio completo (Tabela 2.7). Por outro lado, cruzando-se sexo e renda, verifica-se que os homens estão sobre-representados na faixa de melhor remuneração, representando a metade dos que ganham acima de três salários mínimos (Tabela 2.8). No cruzamento entre sexo e idade, verifica-se que os homens estão concentrados nas faixas etárias mais baixas: 66% dos trabalhadores do sexo masculino têm entre 12 e 29 anos, enquanto o percentual de mulheres, na mesma faixa de idade, é de 44%. Efetivamente, as mulheres têm uma distribuição por idade mais equilibrada do que os homens e um percentual também significativo na faixa etária que vai dos 30 aos 39 anos, que representa 31% das trabalhadoras (Tabela 2.9).

Tabela 2.5

Distribuição dos catadores, por faixas de renda, em nove associações de Porto Alegre — 2001

FAIXAS DE RENDA	NÚMERO	%	% VÁLIDO	% CUMULATIVO
Até 1 salário mínimo	68	21,9	23,1	23,1
Entre 1 e 2 salários mínimos	179	57,7	60,7	83,8
Entre 2 e 3 salários mínimos	40	12,9	13,5	97,3
Mais de 3 salários mínimos ..	8	2,7	2,7	100,0
Subtotal	295	95,2	100,0	-
Não informou	15	4,8	-	-
TOTAL	310	100,0	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

Tabela 2.6

Distribuição dos catadores, segundo faixas de renda anterior e atual,
em nove associações de Porto Alegre — 2001

FAIXAS DE RENDA	RENDA ANTERIOR	
	% Válido	% Cumulativo
Até R\$ 150,00	23,6	23,6
De R\$ 151,00 a R\$ 200,00	41,8	65,4
De R\$ 201,00 a R\$ 250,00	9,3	74,7
De R\$ 251,00 a R\$ 300,00	11,4	86,1
De R\$ 301,00 a R\$ 350,00	5,1	91,2
De R\$ 351,00 a R\$ 400,00	4,6	95,8
De R\$ 401,00 a R\$ 450,00	-	-
De R\$ 451,00 a R\$ 500,00	2,5	98,3
Acima de R\$ 500,00	1,7	100,0
TOTAL	100,0	-

FAIXAS DE RENDA	RENDA ATUAL	
	% Válido	% Cumulativo
Até R\$ 150,00	23,1	23,1
De R\$ 151,00 a R\$ 200,00	44,0	67,1
De R\$ 201,00 a R\$ 250,00	9,2	76,3
De R\$ 251,00 a R\$ 300,00	7,5	83,8
De R\$ 301,00 a R\$ 350,00	4,7	88,5
De R\$ 351,00 a R\$ 400,00	6,4	94,9
De R\$ 401,00 a R\$ 450,00	2,4	97,3
De R\$ 451,00 a R\$ 500,00	0,3	97,6
Acima de R\$ 500,00	2,4	100,0
TOTAL	100,0	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

Tabela 2.7

Distribuição dos catadores, por faixas de renda e escolaridade,
em nove associações de Porto Alegre — 2001

ESCOLARIDADE	ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO		ENTRE 1 E 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	Número	%	Número	%
Analfabeto	5	7,4	20	11,1
Alfabetizado	9	13,2	26	14,5
Ensino fundamental incompleto	47	69,1	119	66,5
Ensino fundamental completo	4	5,9	6	3,4
Ensino médio incompleto	3	4,4	8	4,5
Ensino médio completo	-	-	-	-
TOTAL	68	100,0	179	100,0

ESCOLARIDADE	ENTRE 2 E 3 SALÁRIOS MÍNIMOS		MAIS DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	Número	%	Número	%
Analfabeto	4	10,0	-	-
Alfabetizado	10	25,0	-	-
Ensino fundamental incompleto	21	52,5	4	50,0
Ensino fundamental completo	4	10,0	1	12,5
Ensino médio incompleto ...	1	2,5	2	25,0
Ensino médio completo	-	-	1	12,5
TOTAL	40	100,0	8	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

Tabela 2.8

Distribuição dos catadores, por faixas de renda e sexo, em nove associações de Porto Alegre — 2001

SEXO	ATÉ 1 SALÁRIO MÍNIMO		ENTRE 1 E 2 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	Número	%	Número	%
Masculino	26	38,2	50	27,9
Feminino	42	61,8	129	72,1
TOTAL	68	100,0	179	100,0

SEXO	ENTRE 2 E 3 SALÁRIOS MÍNIMOS		MAIS DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS	
	Número	%	Número	%
Masculino	17	42,5	4	50,0
Feminino	23	57,5	4	50,0
TOTAL	40	100,0	8	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

Tabela 2.9

Distribuição dos catadores, por faixa etária e sexo, em nove associações de Porto Alegre — 2001

FAIXAS ETÁRIAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	Número	%	Número	%	Número	%
De 12 a 19 anos	23	22,5	20	9,6	43	13,9
De 20 a 29 anos	44	43,1	71	34,1	115	37,1
De 30 a 39 anos	17	16,7	64	30,8	81	26,1
De 40 a 49 anos	12	11,8	36	17,3	48	15,5
De 50 a 59 anos	4	3,9	12	5,8	16	5,2
De 60 a 65 anos	2	2,0	5	2,4	7	2,3
TOTAL	102	100,0	208	100,0	310	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre.** Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

Alguns dados adicionais sobre as condições de vida dos trabalhadores dos galpões de Porto Alegre revelam que 48% habitam em casas de material; 43%, em casas de madeira; e 8%, em casas mistas; 74% do total têm casas com uma a três peças; 19% não dispõem de sanitário; 15% não possuem água encanada; e 2% não contam com fornecimento de energia elétrica.

As informações acima expressam alguns aspectos da situação dos catadores, que se enquadram, efetivamente, na parcela da população de Porto Alegre ainda não atendida pelos serviços básicos de infra-estrutura de saneamento e outros.

Em outros municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, a implantação de projetos de coleta seletiva e de galpões de reciclagem, com estímulo à criação de associações de catadores/recicladores, tem se dado mediante o apoio financeiro e a consultoria técnica da Metroplan.

Desde 1972, quando foi fundada, a Metroplan tem, dentre suas atribuições, o planejamento sobre a questão dos resíduos na Região Metropolitana de Porto Alegre, tendo sido o órgão responsável pela elaboração, em 1997, do Plano Diretor de Resíduos Sólidos da RMPA, dentro do Programa Pró-Guaíba. Através deste, a Metroplan realiza, sistematicamente, um acompanhamento do gerenciamento dos resíduos pelas municipalidades da RMPA. Desse modo, técnicos do órgão estadual avaliam que a coleta seletiva, na maioria dos municípios da RMPA, tem planejamento deficiente, sem planificação dos itinerários, ressaltando, no entanto, o bom funcionamento do sistema em Dois Irmãos, que se constitui uma exceção (METROPLAN, 2000).

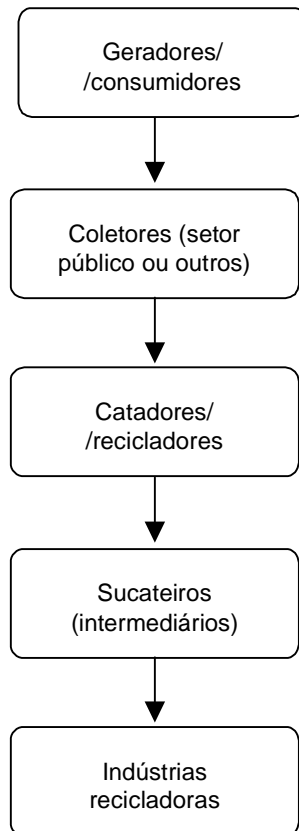
Na maioria dos municípios da RMPA que adotaram a coleta seletiva, foi escolhido o sistema porta a porta, considerado um sistema caro e complexo para ser planejado e administrado; assim, aos municípios em fase inicial de implantação do sistema, a Metroplan sugere que introduzam o sistema PEVs, por ter custo muito menor que o sistema porta a porta e por propiciar maior participação e conscientização ambiental da população (METROPLAN, 2000).

Em alguns municípios, como Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Gravataí, Guaíba, Novo Hamburgo, Viamão e Triunfo, a entidade construiu galpões de triagem, realizando vistorias e dando assessoramento às prefeituras na implantação e na continuidade dos projetos relativos a sistemas de processamento de resíduos sólidos, dentro de uma visão de se abranger “questões de drenagem urbana, de saúde pública e de proteção ambiental, temas centrais da problemática urbana” (METROPLAN, 2000, p. 16).

A Figura 2.1 mostra a cadeia de diferentes agentes que atuam diretamente no ciclo de geração e processamento dos resíduos recicláveis na RMPA.

Figura 2.1

Agentes socioeconômicos na cadeia dos resíduos sólidos recicláveis



2.2 - A formação de três associações de catadores/recicladores na RMPA

2.2.1 - Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta (Porto Alegre)

Essa associação, que foi a quarta a ser criada no Município de Porto Alegre, tomou o seu nome, Rubem Berta, do bairro onde seus membros originais foram recolocados após sua saída da Vila Tripa, em meados dos anos 80.

No Bairro Rubem Berta, situado na região norte da Cidade, quase no limite com o Município de Alvorada, percebe-se claramente uma divisão entre duas áreas distintas: uma área mais “nobre”, onde foram construídos conjuntos habitacionais e que conta com ruas pavimentadas, infra-estrutura de serviços, como escolas, postos de saúde e estabelecimentos comerciais, e um ponto central que serve como terminal de linhas de ônibus para vários pontos da cidade; e outra área, não muito distante da primeira, onde foi feito um assentamento inicial, com casas simples, para 132 famílias provenientes da Vila Tripa. Nessa área, ainda com pouca pavimentação e infra-estrutura, foi construído o galpão para triagem e reciclagem de resíduos.

Acostumados com o trabalho de papeleiros em áreas centrais da Cidade, uma parcela dos reassentados, que se dedicava a catar resíduos, passou a enfrentar distâncias bem maiores no trajeto do seu novo bairro ao Centro. A partir, porém, de um trabalho pastoral onde houve a participação do Irmão Cechin e de outros religiosos, logrou-se aglutinar um grupo de mulheres catadoras entre as famílias assentadas. Observa-se que, no início, o galpão da Rubem Berta funcionou como subsidiário do galpão da Ilha Grande dos Marinheiros, tendo, inclusive, nota fiscal para ICMS vinculada à Associação da Ilha.²⁶

Em 1992, com o apoio do DMLU, constituiu-se oficialmente a associação, tendo havido a cedência de um terreno municipal dentro da área do loteamento; a construção do galpão, na forma atual, com planta no modelo de L, foi realizada em parte pela Igreja, com apoio do setor privado, e, em parte, pelo poder municipal.

Composta inicialmente por quatro mulheres e chegando a ter um máximo de 70 membros, a Associação conta atualmente com 40 trabalhadores, sendo 32 mulheres e oito homens, estando a escolaridade do grupo, em média, na quarta série do ensino fundamental, e a idade média, em torno de 35 anos.²⁷

²⁶ Informação dada por uma liderança da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta em 15.09.03.

²⁷ Em entrevista concedida em 15.09.03.

A Igreja Católica marca ainda forte presença no cotidiano dos trabalhadores e de suas famílias, por meio de ações assistenciais e educativas no Centro Social Marista, construído em 1998, em frente às dependências da Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta. No Cesmar, são atendidos cerca de 500 crianças e adolescentes por dia, com aulas para reforço escolar e de artes, prática de esportes, bem como atendimento médico, odontológico, psicológico e treinamento profissionalizante para a comunidade, dando-se prioridade aos filhos dos trabalhadores ligados à Associação. Próximo ao galpão, encontra-se também uma creche, igualmente construída pelos maristas, que atende às crianças menores.

Outro trabalho social junto à associação Rubem Berta é feito através de convênio entre a Faculdade de Educação, da UFRGS, e a Secretaria Municipal de Educação, desde 1999, com uma escola que funciona nas dependências da Associação. Lá, os catadores têm oportunidade de se alfabetizar e de completar o ensino fundamental (da primeira à oitava série), com professores voluntários e aulas direcionadas e condicionadas a seus ritmos de trabalho. No terreno do galpão, existe ainda uma capela, que serve também como sala de aula e espaço para as reuniões da associação.

O Irmão Romildo Rizzieri Mattuella que vive e trabalha no Cesmar, acompanhou o processo de formação da Associação desde o início e conseguiu, ao longo dos anos, que alguns grandes geradores fornecessem materiais, como papel e papelão, diretamente para o galpão da Rubem Berta. Ele acrescenta que o fornecimento de material pelo DMLU corresponde a cinco ou seis caminhões de resíduos por dia, sendo que algumas farmácias e escritórios comerciais do bairro também contribuem com seu resíduo seco para a Associação.²⁸

O horário de trabalho na Rubem Berta é das 8h às 17h, de segunda a sexta-feira, com intervalo de duas horas para almoço e de meia hora em cada turno de trabalho, perfazendo um total de 30 horas de jornada de trabalho semanal. Quando o volume de lixo exige, os associados trabalham aos sábados pela manhã, até às 12 horas.

De acordo com uma das lideranças do galpão,²⁹ o faturamento médio mensal da unidade é de R\$ 10.000,00 a R\$ 11.000,00, sendo o recebimento líquido de cada associado, ou seja, a partilha dos ganhos com o trabalho na reciclagem, em torno de R\$ 150,00 a R\$ 160,00 por mês.

²⁸ Em entrevista concedida em 27.09.03.

²⁹ Em entrevista concedida em 15.09.03.

Uma conquista recente dos catadores/recicladores da Rubem Berta foi a possibilidade de abrirem contas bancárias para receberem seu pagamento. A abertura de contas para os trabalhadores em uma agência bancária relativamente próxima do galpão ocorreu também como medida de segurança, em decorrência dos diversos assaltos anteriormente sofridos pela diretoria e por outros membros da Associação nos dias de pagamento.

Segundo o assessor Irmão Romildo, o baixo retorno financeiro fez com que alguns catadores quisessem voltar a coletar resíduos diretamente nas ruas ou procurar outras ocupações. Pode-se enumerar, no entanto, alguns fatores que contribuem para que muitos continuem trabalhando no galpão, como o benefício representado pelo apoio do Cesmar e o fato de que, permanecendo lá, eles têm uma certa segurança e não gastam com transporte diário para o Centro da Cidade, já que todos os trabalhadores residem nas imediações do galpão.

Na Rubem Berta, a própria associação paga 50% da sua conta de energia elétrica, sendo os outros 50% cobertos pelo poder público municipal; a única forma de subsídio oficial permanente refere-se à isenção da tarifa de água consumida, sendo que, em situações esporádicas, a Associação pode pleitear recursos mediante procedimentos do Orçamento Participativo. As instalações e o maquinário do local pertencem à Prefeitura, havendo sua concessão de uso para a Associação.

No equipamento utilizado no galpão, aparecem os itens básicos necessários às atividades de pós-triagem e limpeza, que são comumente a prensagem e a pesagem, já se preparando os materiais para a comercialização; esses itens consistem em prensa, elevador de fardos e balança. Além destes, o galpão conta com um picador de papéis, para os casos de pré-beneficiamento de materiais que vêm de escritórios ou bancos e que exigem certo sigilo.

Um fato que alterou a rotina dos trabalhadores dessa associação foi um incêndio³⁰ ocorrido em suas instalações, em fevereiro de 2003, em pleno feriado de Carnaval. Tendo irrompido na madrugada e, provavelmente, sendo causado por falha na instalação elétrica, com sérios problemas de manutenção, o fogo alastrou-se rapidamente, atingindo uma parte do equipamento e do material e a sala onde funcionava o escritório da Associação. Conquanto, em função do horário, o incêndio não tenha causado ferimentos nos trabalhadores, por outro lado, provocou um forte abalo moral, pois eles dependem diretamente da sua

³⁰ Problemas dessa natureza são freqüentes nos registros históricos das associações de reciclagem na RMPA: em 1997, um incêndio destruiu um galpão no Município de Canoas, no Bairro Santo Operário, e, em 2000, o mesmo aconteceu com o galpão da Unidade de Triagem da Cavalhada, em Porto Alegre.

“produção” diária, e o galpão ficou sem condições de operacionalidade por alguns dias. Em decorrência desse fato, a Prefeitura concedeu um auxílio emergencial e promoveu uma campanha pública para cobrir uma parte das despesas de reparação dos danos; contudo o galpão não se encontrava, até setembro de 2003, completamente recuperado do acidente.

2.2.2 - Associação dos Recicladores de Dois Irmãos

A Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, localizada no município de mesmo nome, na Região Metropolitana de Porto Alegre, executa tarefas similares às dos galpões de Porto Alegre. Essa associação, no entanto, apresenta uma característica diferenciada no sentido de que seus trabalhadores são, na maioria, do sexo masculino e têm, normalmente, retorno financeiro médio quatro a cinco vezes superior aos das associações da Capital. Com o uso de recursos e técnicas mais aprimoradas e a partir do conhecimento especializado de alguns dos fundadores da Associação, o trabalho nessa unidade segue normas e condutas próximas de atividades ocupacionais mais consolidadas.

Efetivamente, Dois Irmãos, a 60km de Porto Alegre e integrando o pólo coureiro-calçadista do Vale do Sinos, tem uma situação bastante distinta da da Capital. Com uma população de 22.435 habitantes (IBGE, 2001) e com um setor industrial responsável por 77,17% do total do Valor Adicionado Bruto a preços básicos, enquanto a agricultura representa apenas 1% do VAB, o Município ostenta uma renda *per capita* relativamente alta — R\$ 21.162,00 em 2001, sendo esta quase três vezes a renda *per capita* de Porto Alegre para o mesmo ano (Anu. Estat. RS, 2001). O volume total do lixo no Município é de 11,4 t/dia, o que dá uma média próxima a meio kg/dia/hab., e chega a 80t/semana. O lixo seco corresponde a cerca de 25t/semana, ou 31% do total³¹.

O gerenciamento de resíduos de uma forma integrada começou a funcionar no Município, em novembro de 1994, com a instalação de um centro de triagem/reciclagem, onde atualmente ainda se encontra a usina, e com a implantação da coleta seletiva na Cidade.

Anteriormente, a questão do lixo em Dois Irmãos era tratada conforme a lógica comum da maioria dos municípios brasileiros: pouco cuidado ambiental e mínima técnica empregada no tratamento e na disposição dos resíduos. De

³¹ Dados de novembro de 2001, segundo informação de Roque Spies, da Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, em 08.02.02.

1983 até 1991, o lixo da Cidade era queimado, procedimento considerado impróprio pela Secretaria Estadual de Saúde e Meio Ambiente. Em 1991, a municipalidade passou a usar um aterro, que, contudo, não obedecia às normas ambientais. Assim, em 1994, o prefeito da Cidade e seu vice foram condenados pelos órgãos ambientais estaduais a cumprir penas comunitárias, o que os levou a procurarem um técnico em questões de reciclagem. A pessoa escolhida foi o Consultor Roque Spies, que trabalhava para a empresa VIDA-Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico Ltda., de José Lutzemberger, em Novo Hamburgo.

Dirigindo-se a Dois Irmãos, Roque montou o centro de reciclagem inicialmente como uma microempresa, onde, no entanto, havia divisão igual de ganhos entre todos, funcionários e responsáveis pela empresa. Tendo firmado um contrato com a Prefeitura, esta cedeu um local para a usina, alguns equipamentos e a manutenção dos mesmos.

Em maio de 1999, a empresa tornou-se uma associação com características técnicas de usina. O enquadramento como usina, e não como galpão, como ocorre com a maioria das unidades de triagem da Região Metropolitana de Porto Alegre, deve-se ao aspecto de que essa unidade conta com uma esteira mecânica, duas prensas hidráulicas, um elevador de fardos, uma balança e um moinho granulador, cedidos pela Prefeitura, e outros equipamentos que também permitem o beneficiamento de materiais plásticos, como um aglutinador e uma centrífuga, adquiridos pela própria Associação³².

A coleta seletiva no Município ocorre, atualmente, de segunda-feira a sábado, no Centro da Cidade e com roteiros nos bairros duas vezes por semana, recolhendo, basicamente, o lixo seco domiciliar, bem como os resíduos dos estabelecimentos comerciais e de outras atividades terciárias. Os resíduos industriais das maiores empresas de Dois Irmãos são separados e beneficiados em uma central de reciclagem e em um aterro de resíduos perigosos, ambos de uso comum dessas empresas.

A constatação dos recicladores, em Dois Irmãos, sobre a coleta seletiva local é de que a população colabora efetivamente, separando seu lixo de maneira adequada. Quanto ao desempenho da Prefeitura no processo de gerenciamento dos resíduos, este é considerado eficiente, havendo uma boa relação entre a Associação e o poder público municipal. Nesse sentido, a Associação dos Recicladores de Dois Irmãos participa ativamente de eventos no Município e tem assento no Conselho Municipal do Meio Ambiente.³³

³² Informação concedida por Roque Spies em 21.08.03.

³³ Informações dadas por Roque Spies em 28.08.03.

A usina conta hoje com 19 recicladores, havendo, entre estes, 15 homens e quatro mulheres, todos alfabetizados, com escolaridade média de sexta série do ensino fundamental, e idade média de 34 anos. Muitos deles são ex-agricultores, que passaram pelo emprego na indústria de móveis e calçados, na região, e se voltaram para a atividade de reciclagem.

Se, no início, foi difícil conseguir trabalhadores que quisessem lidar com o lixo, por causa das idéias associadas a ele, atualmente existe uma procura considerável por postos de trabalho na usina, com uma lista de espera de oito a 10 pessoas.³⁴

A jornada de trabalho começa às 7h, estendendo-se até às 17h30min, com uma hora e meia para almoço e dois intervalos de 10 minutos em cada um dos turnos, o que totaliza nove horas diárias, de segunda a sexta-feira, mais um complemento, aos sábados, de três horas, entre 7h e 10h da manhã. Entretanto, além das folgas aos sábados à tarde e aos domingos, os recicladores podem tirar uma folga adicional equivalente a meio turno a cada semana, perfazendo-se uma jornada de trabalho semanal de 43 horas e meia.

O suprimento de resíduos domiciliares à usina é garantido pela Prefeitura, através da coleta seletiva, além do material de alguns ateliês de calçados e da única empresa gráfica da Cidade. Em termos de receita, o faturamento bruto mensal da Associação, com a comercialização dos materiais é, em média, de R\$ 18.000,00. Além disso, a entidade recebe da Prefeitura um pagamento por serviços prestados, de R\$ 3.245,00 mensais, mais o valor correspondente às tarifas de água e de energia elétrica. Somando-se todos os valores, chega-se a uma receita total que proporciona aos recicladores da usina rendimentos bastante superiores aos ganhos médios dos catadores/recicladores dos galpões de Porto Alegre.³⁵

Para esse melhor desempenho, considera-se também a questão de agregação de valor aos materiais no processo de beneficiamento, que estabelece um diferencial em relação aos materiais apenas separados, limpos e prensados. Como foi mencionado, na usina de Dois Irmãos, são realizadas algumas etapas

³⁴ Um critério importante para se trabalhar na usina é o de que o candidato deve ter condução própria (automóvel, bicicleta ou motocicleta) ou conseguir carona com quem possua seu meio de transporte, já que ela se localiza fora do perímetro urbano de Dois Irmãos, em região rural, com carência de linhas de ônibus. Contudo um terço dos recicladores tem seus próprios automóveis.

³⁵ Por solicitação expressa de representantes da Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, não serão divulgados os valores médios de remuneração de cada reciclador associado.

de beneficiamento de plásticos, incrementando-se o valor destes no mercado de reciclagem. Além dos equipamentos de beneficiamento de plásticos e da esteira mecânica, a usina conta com um automóvel comprado com recursos da própria Associação, que serve para transporte eventual de trabalhadores e para atividades administrativas.

Com a obtenção desses resultados, a usina de Dois Irmãos tem conseguido destacar-se no contexto das unidades de triagem/reciclagem da Região Metropolitana de Porto Alegre, sendo apontada, em estudo elaborado pela Metroplan, como a mais eficiente, na RMPA, em termos da relação entre o total de resíduos recicláveis comercializados e o volume total de resíduos gerados: esse percentual, no caso de Dois Irmãos, chega a 20%, quando, em média, nos demais municípios, é inferior a 10% (METROPLAN, 2000). Além disso, é uma das poucas unidades na RMPA que possuem tratamento dos efluentes, além de ter licenciamento ambiental para a atividade de reciclagem³⁶.

2.2.3 - Associação Profetas da Ecologia (Porto Alegre)

Com um perfil diferente das outras duas associações de catadores/recicladores analisadas, a Associação Profetas da Ecologia, localizada no Bairro Navegantes, em Porto Alegre, foi organizada em 1996, por iniciativa do Irmão Antônio Cechin. Ele usou uma área verde, sob a ponte do Guaíba, para construir um galpão que serviria, de início, para acolher os carroceiros e papeleiros residentes nas ilhas. No entanto, a proposta de associação não funcionou, porque os carroceiros não quiseram trabalhar coletivamente, e o galpão ficou desativado por quatro anos, de 1997 a 2001. A partir daí, a Associação foi reorganizada em outras bases, em um trabalho conjunto do Irmão Cechin com Marli Medeiros, do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto.

Como foi explicado anteriormente, esse galpão serve como referencial à implantação de três novas unidades de triagem na região norte do Município, dentro do Programa Integrado Entrada da Cidade, sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, mas com apoio financeiro de entidades diversas.

O PIEC, previsto para ser totalmente implantado até 2007, consiste em um amplo plano de revitalização e recuperação urbana da região noroeste do Município, no espaço delimitado pelas principais avenidas de acesso a Porto

³⁶ Informação concedida por Roque Spies em 21.08.03.

Alegre e, na seqüência, por duas rodovias federais, a BR-116 e a BR-290 (Freeway). Ele abrange a ação conjunta de todas as secretarias municipais, através das áreas de habitação, reestruturação urbana, sistema viário, geração de trabalho e renda, recuperação ambiental, ampliação de atendimento da rede escolar, de saúde pública e de espaços de lazer.

Dentro do item geração de trabalho e renda, coloca-se como uma das metas a oferta de formas de ocupação para a população dessa região, que, tradicionalmente, já sobrevive da catação irregular e venda de materiais recicláveis. Assim sendo, quem receber as casas dentro do Programa vai ser convidado a participar organizadamente das unidades de triagem, que deverão abarcar cerca de 500 trabalhadores. Isso, todavia, implica que as famílias incluídas no projeto de habitação não poderão manter cavalos ou carrinhos na frente das casas ou acumular e fazer a separação de lixo no interior das mesmas ou no quintal.

Atualmente, a Associação Profetas da Ecologia conta com 16 membros, sendo 10 mulheres e seis homens. Os catadores associados, na sua maioria, são provenientes da Vila Pinto, sendo a coordenadora, Ana Regina Lima, uma das filhas de Marli Medeiros.

A idade média dos trabalhadores nesse galpão é idêntica às das outras duas unidades estudadas: em torno de 34 anos; porém percebe-se uma polarização etária em duas faixas, uma de “idosos”, de até 63 anos, e outra de pessoas muito jovens, a partir dos 16 anos. O nível de instrução é relativamente baixo, havendo alguns trabalhadores semi-alfabetizados ou analfabetos.

A extensão da jornada de trabalho é distinta para homens e mulheres no galpão: enquanto eles trabalham cerca de 50 horas por semana, as trabalhadoras cumprem 35 horas semanais em média. Em geral, o galpão funciona de segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, e, nos sábados, das 8h às 13h.

Os rendimentos, por sua vez, são proporcionais ao número de horas trabalhadas, cabendo aos homens um valor médio mensal de R\$ 240,00, e às mulheres, uma remuneração em torno de R\$ 160,00 mensais.

Os equipamentos são os necessários para as atividades básicas: uma prensa manual, um elevador de fardos e uma balança, “emprestada” pelo CEA.

Como Ana Lima explica³⁷, o galpão Profetas da Ecologia mantém uma “relação umbilical” com o Centro de Educação Ambiental, funcionando como uma espécie de subsidiária deste. Nesse sentido, absorve uma parte da mão-de-obra daquele bairro e a experiência de alguns que já trabalharam com separação de resíduos na Vila Pinto.

³⁷ Em entrevista concedida em 04.10.03.

A Associação está na expectativa de implantação dos projetos relativos ao PIEC. Enquanto isso não acontece, o galpão tem sofrido ataques de vândalos, e seus associados têm recebido agressões verbais e ameaças por parte de moradores da região, que contam com a possibilidade de ocupação nessa unidade ou nas próximas a serem construídas. Carroceiros que moram nas ilhas e passam diariamente pela ponte também contestam a existência desse galpão, que faria concorrência a eles.

3 - TRABALHO, PODER E LIDERANÇA: A ORGANIZAÇÃO E O PROCESSO DECISÓRIO NAS ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM

Os aspectos abordados neste capítulo dizem respeito às formas de organização do trabalho dentro dos galpões de reciclagem, apresentando questões relativas à divisão de tarefas, aos regulamentos internos, à rotatividade, à qualificação, à remuneração e aos procedimentos para a comercialização dos materiais triados e pré-beneficiados. Ademais, focalizam-se questões sobre processos de liderança e representação, assim como desafios e conflitos que surgem no cotidiano das atividades e nos procedimentos decisórios das associações de catadores/recicladores.

3.1 - Organização do trabalho nos galpões de reciclagem

As formas de organização do trabalho de reciclagem no Brasil obedecem a diferentes padrões, de acordo com as prioridades e com as políticas vinculadas aos processos de gestão de resíduos sólidos em cada município. Assim, em alguns municípios onde inexistente a coleta seletiva porta a porta, os catadores de rua, reunidos em associações, são incorporados como os principais agentes da coleta de recicláveis. Nesse sistema, que tem como um dos exemplos o caso da Asmare, em Belo Horizonte, os galpões de triagem/reciclagem são construídos com espaços demarcados para cada catador, ou seja, com pequenos *boxes*, onde os catadores, individualmente, depositam os resíduos coletados e os separam (Motta, 1998).

Nas experiências de formação das associações de catadores em Porto Alegre e em Dois Irmãos, houve o estímulo, desde o início, ao trabalho organizado de maneira coletiva, com divisão de tarefas.

De acordo com Antônio Cechin¹, quando se iniciou a formação da Associação da Ilha Grande dos Marinheiros, em 1987, os catadores ainda preferiam trabalhar

¹ Em entrevista concedida em 02.10.03.

de maneira individual dentro do galpão. O trabalho executado de maneira coletiva, com repartição de tarefas no grupo, podendo haver rodízio ou escala destas entre os catadores/recicladores, foi uma conquista paulatina: existia, no começo, uma forte resistência entre eles em modificar seu padrão habitual de fazer a separação dos resíduos. Cechin relata que “(...) eles não se conformavam em catar em cima de mesas, faziam como nas casas deles, no chão”. Como a maioria possuía dois ou três porcos, ficou constatado que, na verdade, mais do que catadores de resíduos, eles eram pequenos criadores de suínos, residindo aí o seu verdadeiro interesse no lixo, ou seja, para que este servisse de alimento aos animais. Como o lixo era trazido principalmente de restaurantes do centro de Porto Alegre, sobrava muito pouco material em condições de ser reaproveitado pelas indústrias recicladoras, já que o resíduo seco, como, por exemplo, o papel branco e o papelão, vinha totalmente misturado ao resíduo orgânico.

Em Porto Alegre, atualmente, o trabalho nos galpões é organizado de maneira simples, tendo-se a recepção do material coletado como a primeira etapa da rotina. O lixo trazido pelos caminhões do DMLU é lançado, de fora para dentro, em um grande cesto-depósito, posicionado em uma das laterais internas do galpão, o que dá início ao processo de triagem: os sacos são, então, abertos, e o lixo passa a ser separado em mesas ou esteiras. Ao lado dos trabalhadores que separam os materiais, estão dispostas grandes “bombonas” (tonéis), onde os materiais são colocados de acordo com uma classificação usual — garrafas plásticas do tipo PET, polipropileno ou outros, vidros, etc. Em alguns galpões, não existem mesas ou esteiras mecânicas de triagem,² sendo os resíduos retirados diretamente do cesto para os tonéis. Na etapa seguinte, os materiais segregados contidos nos tonéis são levados para baias ou silos, onde são armazenados para posterior prensagem (no caso de plásticos e de latas) e enfardados, procedimentos que já os deixam prontos para a comercialização. Outras tarefas usuais são aquelas de limpeza e varrição dos espaços internos e externos do galpão, pequenas compras e reparos e atividades concernentes à supervisão, à administração e à contabilidade, além de contatos com os compradores dos materiais (Projeto Galpão, 2001).

No lado de fora dos galpões, normalmente, posiciona-se um contêiner, onde é colocado o rejeito ou refugo — o material que não é aproveitado para a reciclagem e que é posteriormente levado pelo DMLU para o Aterro Sanitário

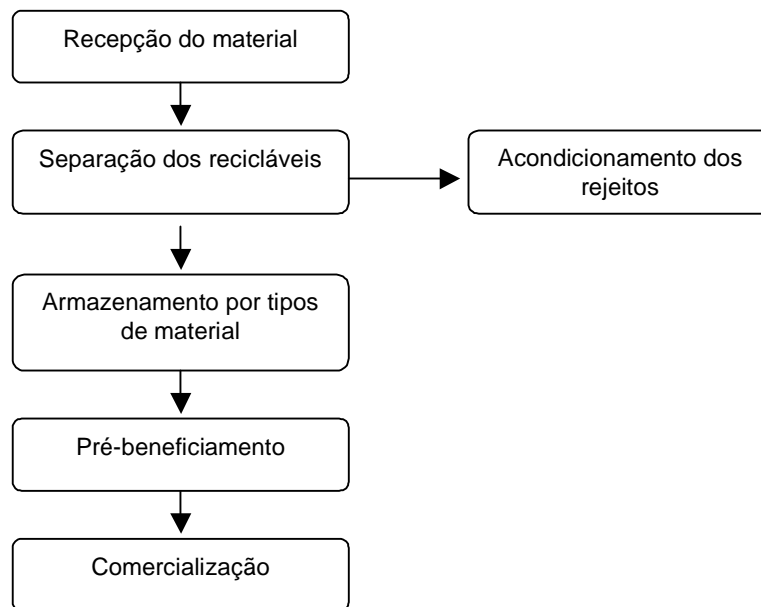
² Para que o uso da esteira no processo de triagem se constitua em uma alternativa viável, é necessário levarem-se em conta os seguintes fatores: a quantidade de material recebido, o número de pessoas que trabalharão na esteira, a área disponível para a instalação da esteira e a capacidade técnica para manutenção. No caso em que a quantidade de material é reduzida, recomenda-se o uso de mesas para a triagem dos resíduos (CEMPRE, 2000).

Santa Tecla, no Município de Gravataí. O rejeito, em geral, consiste em materiais muito misturados e sujos por resíduos orgânicos, que não podem, assim, ser aproveitados, ou em alguns itens de material seco que ainda não apresentam viabilidade econômica para a reciclagem, como as embalagens laminadas (DMLU, 2003).

Em Dois Irmãos, o esquema é bastante semelhante ao de Porto Alegre, sendo o rejeito da reciclagem e o resíduo orgânico colocados em um galpão de transbordo, junto à usina, e, depois, levados para o aterro do Município de Minas do Leão.³

Figura 3.1

Esquema simplificado do fluxo de atividades nas unidades de triagem/reciclagem, na RMPA



³ Conforme informação de Roque Spies em 21.08.03.

No que diz respeito à organização do trabalho nos galpões, evidenciam-se situações diversas referentes a: divisão e rodízio de tarefas, remuneração e benefícios, regulamentos internos, qualificação e conscientização dos associados, rotatividade dos trabalhadores e procedimentos para a comercialização dos materiais.

Quanto à divisão e ao rodízio de tarefas, observam-se, dentro dos galpões, algumas questões sobre a caracterização de divisão do trabalho entre homens e mulheres, sendo que, em alguns casos, há mulheres que se especializaram em funções consideradas “femininas”, como a separação inicial dos tipos de resíduos, e homens, em funções “masculinas”, como, por exemplo, esvaziar as “bombonas” de resíduos, manejar as prensas e pesar os fardos. Em outros casos, existe rotação de tarefas entre trabalhadores e trabalhadoras.

Desse modo, a divisão sexual do trabalho dentro dos galpões manifesta-se e mantém-se, em parte, através da alegação da existência de “habilidades específicas” determinadas pelo sexo do trabalhador. Contudo a “tecnologia corporal” das mulheres recicladoras, referida por Bueno (2001), não se mostra incompatível com as máquinas e com o universo “masculino” de trabalho, já que elas assumem, muitas vezes, as mesmas tarefas executadas pelos homens. Por outro lado, sua proclamada “maior sensibilidade” — a motricidade fina, que lhes dá melhor capacidade de tato e destreza para separar os resíduos — nem sempre é recompensada de maneira equivalente à qualidade “masculina” da força em lidar com os equipamentos mais pesados.

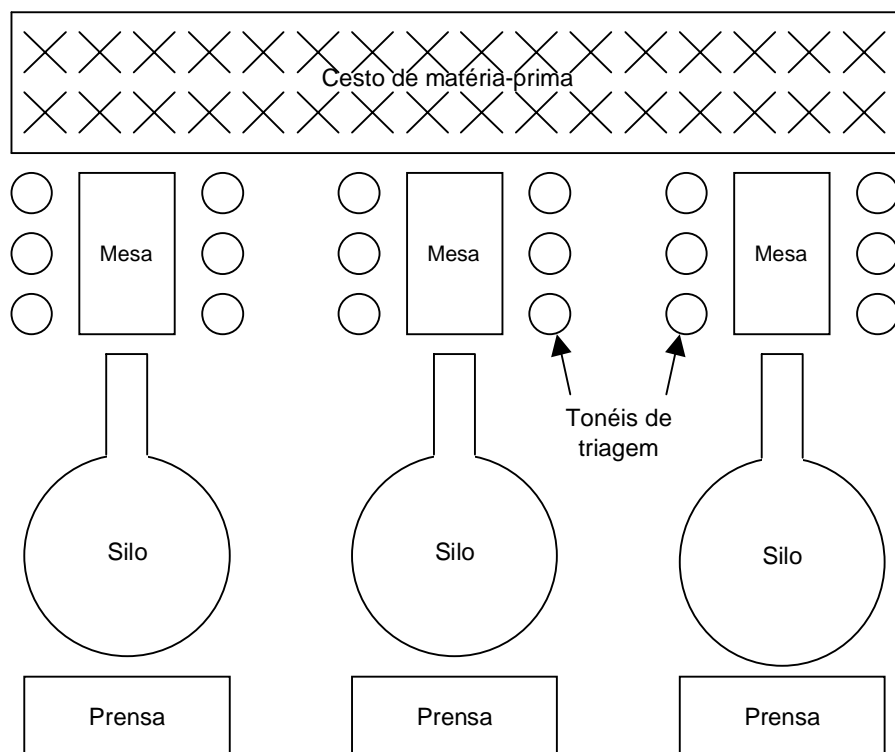
No galpão da Associação Rubem Berta, assume-se essa divisão no sentido de que a prensa é manejada preferencialmente pelos homens, embora três mulheres, todas componentes da coordenação da Associação, trabalhem eventualmente com esse equipamento. Conforme o assessor Irmão Romildo⁴, a admissão de homens deu-se por uma questão prática de “agilização do trabalho pesado”. As tarefas restantes, contudo, são divididas por escala, com rodízio entre os trabalhadores⁵.

⁴ Em entrevista concedida em 27.09.03.

⁵ Bueno (2001) ressalta o caso do galpão do CEA, em Porto Alegre, onde somente às mulheres cabem as funções de coordenação, como um princípio de “discriminação positiva”, enquanto à parcela minoritária de homens que lá trabalha são destinadas as tarefas que exigem força física.

Figura 3.2

Layout interno de galpões de reciclagem na RMPA



Ressalta-se o fato de que as funções administrativas não são consideradas pelos associados da Rubem Berta como integrantes da rotina de trabalho, não sendo, por isso, remuneradas. Dessa maneira, atividades relativas à contabilidade e outras, também de natureza burocrática, são normalmente realizadas fora do horário normal de trabalho, o que acarreta uma sobrecarga às pessoas responsáveis por elas, isto é, em geral, ao grupo que pertence à coordenação. No galpão da Rubem Berta, a associada que cumpre essas tarefas se ressentia da falta de um computador, que facilitaria a administração e a contabilidade⁶.

⁶ De acordo com depoimento em entrevista, em 15.09.03.

Na usina de Dois Irmãos, o trabalho é basicamente realizado em equipe, havendo poucas tarefas individuais na organização das atividades. Como explicam os membros da coordenação, a única esteira da usina ocupa 10 pessoas, que se “especializam”, cada uma, em retirar um tipo de material diferente na separação coletiva.

Os outros nove trabalhadores compartilham as tarefas restantes, ocorrendo revezamento em relação à participação no trabalho de separação na esteira. Como tarefas individuais, existem situações especiais, como o caso de um associado antigo, que trabalhava na prensa, mas que, atualmente, está com problemas físicos e, por isso, executa a função considerada mais leve de separar o papel dos escritórios que é enviado para a usina.

Quanto à divisão sexual do trabalho, Odete Spies⁷, esposa de Roque e também fundadora e membro da coordenação, conta que, sendo a primeira mulher a ingressar dentre as quatro associadas e já com experiência anterior de trabalhos em grupo, ficou praticamente limitada, em um primeiro momento, às funções consideradas “femininas”, como cozinhar para o grupo e limpar as dependências da usina. Entretanto ela foi “trabalhando” esse aspecto com os associados, tentando “desmistificar” essa divisão:

“(…) chegou um momento em que eu fazia pão para todos nós. Eu saía da produção, ia amassar o pão na hora do meio-dia. De repente, eu fui colocando: — mas não tem que ser só eu para fazer o pão! Aí, surgiu um rapaz que veio do interior e que fazia pão em casa, e ele se botou a fazer bem melhor do que eu (…).”

Com o decorrer do tempo, Odete e Roque foram questionando as restrições à participação feminina e vencendo resistências quanto à noção de inferioridade física das mulheres para os trabalhos pesados na reciclagem. Debateu-se, no grupo, igualmente, o fato de que apenas homens eram admitidos em novos postos para o trabalho na usina de reciclagem, o que fez com que se abrisse espaço para mais três mulheres, além de Odete, que compõem o grupo de 19 trabalhadores no total.

Uma das tarefas diárias antes restrita somente às trabalhadoras e que se tornou responsabilidade de todo o grupo de recicladores em Dois Irmãos é a preparação do almoço, pois a maioria dos associados reside em outros municípios ou em bairros distantes da usina. Em geral, um dos trabalhadores assume essa função no horário da “produção”, ocorrendo rodízio dessa tarefa entre homens e mulheres igualmente, bem como a divisão dos gastos entre todos, mesmo entre os que não almoçam todos os dias no trabalho. Na declaração de um associado,

⁷ Em entrevista concedida em 21.08.03.

percebe-se alguma mudança: “(...) em casa, nunca cozinhei, lavei uma louça ou varri, e hoje estou fazendo na Associação; isso eu aprendi aqui”.⁸ Existe um cuidado acentuado no aspecto da limpeza da usina, que é feita diariamente, havendo uma lavagem especial a cada semana, nas sextas-feiras.

O trabalho burocrático, em Dois Irmãos, é visto como parte da rotina, sendo que quem exerce as atividades de caixa e de lançamento de dados para a contabilidade da Associação faz jus a uma remuneração extra. Além disso, as saídas de membros da Associação para participarem como representantes em reuniões externas são vistas como uma tarefa extra, com despesas pagas. Roque Spies, atualmente tesoureiro da Associação, também fala da falta de um computador para agilizar os trabalhos de administração e, principalmente, poder acessar a *internet*, para “melhorar as articulações” de comercialização dos materiais.

Roque declara que, dentro da usina, existe rodízio, mas, em geral, os trabalhadores são engajados na atividade em que são mais produtivos, respeitando-se a vontade e as condições físicas de cada reciclador: “(...) estamos trabalhando muito no sentido da produtividade e da realização pessoal. Não adianta colocar a pessoa certa no lugar errado”. A exceção feita ao rodízio costuma ser a atividade de preneiro, pois esta exige, ao mesmo tempo, força e habilidade física, além de bastante cuidado. Nas palavras de Odete:

“Têm pessoas que chegam aqui e dizem ‘ah, mas não é todo mundo que prensa’, pensando que não se faz rodízio. Mas nós somos um grupo que analisa, por exemplo, têm pessoas que rendem mais em um lugar... e tem gente que é bruta com a prensa, vai lá, mas dá um coice, acaba estragando, por se querer fazer ‘aquele’ rodízio [do tipo] todo mundo tem que passar por tudo; aqui é democrático, todo mundo faz tudo. Isso dá um resultado final na produção, então a gente chegou num consenso de que, se a pessoa (não é que ela não dá!), mas se ela produz menos ali, ela está prejudicando todo mundo. E, se ela for deslocada para um serviço que ela goste de fazer, ela vai ajudar mais o grupo, vai beneficiar... então, o nosso sistema é esse”.

No entanto, isso não significa que existam tarefas que apenas uma pessoa saiba fazer: mesmo aquelas consideradas mais “melindrosas”, como afiar a navalha do moinho de plásticos, são atribuição de mais de um trabalhador, para que não ocorram paradas na produção por causa da ausência por doença ou por férias de algum associado.

⁸ Em entrevista concedida em 21.08.03.

Na Associação Profetas da Ecologia, que basicamente recebe o resíduo reciclável de hospitais de Porto Alegre, as tarefas são convencionalmente divididas entre homens e mulheres, cabendo, aos primeiros, o trabalho “mais pesado”, de esvaziar os tonéis e de prensar o material, enquanto as mulheres se restringem à separação dos resíduos. Nas tarefas de apoio, também existe essa divisão, cabendo somente às trabalhadoras as funções de limpeza e de cozinha, enquanto a vigilância do galpão cabe aos homens. Até mesmo os horários de trabalho são diferenciados, o que resulta em uma jornada semanal de 50 horas para os homens e de 35 horas para as mulheres.

Sobre o aspecto de distribuição de rendimentos, em duas das associações de reciclagem pesquisadas, a Rubem Berta e a de Dois Irmãos, a partilha é feita de maneira igualitária, sendo o valor total da produção de cada mês dividido proporcionalmente entre todos os associados, conforme o número de horas trabalhadas individualmente. Como o valor dos recebimentos individuais depende do que é faturado a cada mês pela associação, os trabalhadores só ficam sabendo quanto vão receber no próprio dia da partilha, ou seja, em geral, no final de cada mês.

Na Associação Rubem Berta, onde existe a distribuição proporcional por hora trabalhada, percebe-se que, ao se fazer o cômputo do total de ganhos de cada associado, quase sempre o resultado é de rendimentos maiores para os homens, pois estes, em geral, dispõem de mais tempo para o trabalho fora de casa do que as mulheres, sobre as quais pesa a carga maior de tarefas domésticas e de cuidado com os filhos⁹. Nessa associação, conforme o depoimento de membros da coordenação e de vários entrevistados entre os trabalhadores, existe a prática usual de “vales”, ou seja, quando existe dinheiro em caixa, é possível fazer adiantamentos de valores a quem necessite, sendo descontados, a princípio, no momento da partilha seguinte.

Nessa associação, os trabalhadores não contribuem para a Previdência Social, nem têm férias convencionais, mas desfrutam de uma folga remunerada, de uma semana a cada três meses, “(...) para aqueles que não tiverem mais de 40 horas de ausência sem justificativa”. Segundo uma liderança da Associação¹⁰, a maioria dos trabalhadores acaba perdendo o direito à folga, pois faltam ao serviço sem justificar. Em casos relativos a problemas de saúde, os catadores podem faltar ao trabalho por até 15 dias, sem serem excluídos da partilha do

⁹ Sobre esse aspecto, ver a Tabela 2.8, que mostra o cruzamento de dados sobre sexo e faixas de renda para todos os galpões de reciclagem de Porto Alegre. Nota-se que a proporção de trabalhadores homens com rendimentos acima de dois salários mínimos é de 22%, sendo de 14% a correspondente proporção de mulheres.

¹⁰ Em entrevista concedida em 15.09.03.

rendimento no final do mês. Entretanto, se algum catador se ausentar por um período maior, a não ser em caso de doença reconhecidamente grave, cria-se uma situação de desconforto entre os demais trabalhadores, devido à baixa na “produção” e à conseqüente redução no montante do faturamento do galpão, no final do mês.

A Associação de Dois Irmãos conta também com distribuição proporcional dos rendimentos entre os trabalhadores, que resulta da soma do seu faturamento, mais um pagamento realizado mensalmente pela municipalidade por serviços prestados. Por ter um valor agregado aos produtos finais, através do beneficiamento dos materiais plásticos, a Associação de Dois Irmãos pode ser apontada como uma das que têm maior retorno financeiro dentre as associações de reciclagem no País.¹¹ No dia de cada pagamento, faz-se uma reunião, com prestação de contas, onde existe uma avaliação por parte do grupo, e, se alguém tem dúvidas sobre o faturamento, as despesas ou o resultado da partilha, existe espaço para o questionamento das contas.

Por causa da sua origem como microempresa, dentre outros aspectos, ela apresenta uma formalidade maior em relação às questões legais respectivas ao trabalho do que outras unidades de triagem/reciclagem. Dessa maneira, todos os recicladores contribuem como autônomos para o INSS, tendo um sistema de férias anuais e recebimentos normais em caso de afastamento do trabalho por problemas de saúde. Além desses benefícios, existe um fundo de investimentos da própria associação, que se mantém através da destinação mensal de R\$ 600,00, retirados da receita total arrecadada. Esse fundo, que serve normalmente como capital de giro da Associação, pode ser usado para empréstimos pessoais a trabalhadores que necessitem, com amortização feita em parcelas mensais, descontando-se os valores respectivos da remuneração do trabalhador que solicitar o empréstimo.

Na Associação Profetas da Ecologia, os trabalhadores recebem um valor fixo mensal como remuneração, cabendo aos homens, que têm a jornada de trabalho maior, um pagamento de R\$ 240,00, e, às mulheres, de R\$ 160,00. A coordenadora¹² ressalta que o material fornecido à Associação pelo DMLU — apenas o lixo seco dos hospitais — “não é de muito valor”, apresentando um baixo percentual de materiais mais rentáveis, como as latas de alumínio. Nessa associação, apenas um trabalhador contribui como autônomo para a Previdência Social.

¹¹ Como já foi mencionado no Capítulo 2, os membros da Associação de Dois Irmãos solicitam que não se divulgue o valor de suas remunerações.

¹² Em entrevista realizada em 02.10.03.

Menciona-se, nas entrevistas, a existência de regulamentos internos, por vezes não formalizados, mas que estão incorporados no cotidiano do trabalho de triagem/reciclagem.

Na Associação Rubem Berta, existe uma norma quanto ao vocabulário utilizado durante o trabalho no galpão, determinando que os catadores que cometerem agressões verbais através de palavras obscenas sejam punidos com “gancho”, ou seja, suspensos do trabalho. No caso de reincidência, o trabalhador pode receber uma multa. Sobre esse aspecto, o assessor Irmão Romildo conta que a presença dos trabalhadores do sexo masculino no galpão, ainda que minoritária, trouxe um clima de “respeito” no trabalho: “(...) quando só havia mulheres, elas eram muito desbocadas, falavam qualquer coisa”.

Uma das questões cruciais em alguns galpões diz respeito à freqüência e à pontualidade. Assim, nas Associações Rubem Berta e Profetas da Ecologia, membros da coordenação fazem a “chamada” dos trabalhadores a cada turno do dia. A respeito da necessidade de se fazer esse tipo de controle, tanto o assessor da Igreja Católica, Irmão Romildo, quanto as lideranças de ambas associações acreditam que é a única maneira de se garantir a presença constante dos catadores, reforçada pelo fato de que eles ganham por hora trabalhada.

Na Associação de Dois Irmãos, esse procedimento não é efetuado, inexistindo, inclusive, uma determinação rígida sobre os horários de intervalo para lanche, no meio da manhã e da tarde, que, de acordo com membros da coordenação, giram em torno de 10 minutos, sem que se tenha estipulado exatamente o limite de tempo para esses intervalos. Segundo Roque Spies, “(...) todo mundo faz o lanche e volta”, sem haver necessidade de se chamar alguém para retornar ao trabalho. Ele menciona o exemplo reverso de uma outra associação visitada na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde os horários eram mais “frouxos” e não havia o compromisso individual com o trabalho: “(...) nós ficamos uns 40 minutos lá; eles já estavam no lanche quando chegamos e, quando saímos, não tinham voltado para a produção ainda”. Odete Spies acrescenta: “(...) nós queremos um sistema que não tem que estar dizendo ‘é hora de voltar’; acho que o grupo tem que chegar a essa consciência”.

O grau de qualificação e de conscientização no trabalho de reciclagem em cada associação determina tanto o nível de resultado final em termos de rendimento quanto o percentual de rejeito de material: quanto mais qualificados e conscientes estiverem os trabalhadores, maiores serão os benefícios e menor o índice de material não selecionado e aproveitado na esteira do galpão de reciclagem. Nesse sentido, tanto a capacitação dos recicladores quanto a segurança no trabalho são apontadas como itens relevantes para melhorar a produtividade e o resultado final do trabalho em termos de renda e de gratificação.

Além disso, a qualificação é fundamental para a autovalorização dos trabalhadores e para estimular sua capacidade de organização coletiva (Abreu, 2001).

Em Porto Alegre, o DMLU enfatiza a necessidade de treinamento dos recicladores iniciantes, mesmo em se tratando de pessoas que já estejam habituadas à catação nas ruas. As principais informações transmitidas referem-se aos tipos de matérias-primas e aos aspectos da comercialização dos materiais (RECICLOTECA, 2003).

Reforçando o aspecto de que a qualificação repercute diretamente sobre a produtividade, Roque Spies observa diferenças entre a sua unidade e os galpões de Porto Alegre, mencionando o caso de materiais, como copos descartáveis, comumente rejeitados no processo de triagem nos galpões de Porto Alegre. O mesmo tipo de material é habitualmente separado e comercializado pelos recicladores de Dois Irmãos. Ele acrescenta que cerca de 60% de todo o rejeito após a triagem dos recicláveis em Porto Alegre poderia ser aproveitado, evitando-se o custo ambiental de aumento do volume do lixo nos aterros sanitários e permitindo um retorno financeiro maior aos trabalhadores da reciclagem. Embora a proporção de material reciclável triado sobre o total do lixo recolhido em Porto Alegre, que era de 4% em 1997, tenha passado para 6% em 2002,¹³ em Dois Irmãos essa proporção já alcançava 20% (METROPLAN, 2000), índice semelhante aos da Alemanha e de Curitiba, esta última classificada, segundo Tocchio (1999, p. 102), como “a cidade que mais recicla lixo no País”.

A respeito da capacitação nas unidades de triagem, Irmão Romildo, do Cesmar, conta que, no início da Associação Rubem Berta, as catadoras receberam alguns treinamentos de entidades ligadas a empresas, como a Fundação Bettanin, para poderem separar e classificar os resíduos. No caso dos plásticos, especialmente, estes se dividem em vários tipos, que não podem ser misturados, em função do processo industrial da reciclagem, sob pena de se perderem grandes lotes de material por “contaminação”¹⁴.

No caso da Associação de Dois Irmãos, Roque Spies salienta a importância não só do treinamento inicial, mas do constante aprendizado de novos conhecimentos e técnicas e, primordialmente, do repasse ou do compartilhamento destes entre todos os associados. Esses conhecimentos incluem a ampliação de informações sobre o mercado de reciclagem, com o aumento da capacidade de negociação e de prospecção de novos compradores para os materiais, mas

¹³ Informação concedida por técnica da Metroplan, através de entrevista, em 16.04.02.

¹⁴ A “contaminação”, nesse sentido, refere-se aos processos químicos que exigem pureza dos materiais. Assim, uma carga inteira de material do tipo PET pode ser completamente inutilizada por um pequeno volume de plástico do tipo PP.

também sobre outras técnicas e outros procedimentos para beneficiar os resíduos, agregando-se valor aos produtos e proporcionando crescimento aos recicladores. Pelo fato de participarem de muitos eventos externos representando a Associação, os recicladores recebem a incumbência de transmitir as informações assimiladas ao restante do grupo durante as reuniões internas, que ocorrem pelo menos duas vezes por mês.

A experiência da Associação de Dois Irmãos tem chamado a atenção de outras associações, que vêm solicitando consultorias e treinamentos para melhorar a produtividade e aumentar seus conhecimentos técnicos. Roque, contudo, salienta que a produtividade está estreitamente vinculada ao tipo de relações interpessoais que se estabelecem dentro de cada galpão de reciclagem. Ele relata que, quando são convidados a dar palestras ou treinamentos sobre aspectos como classificação de plásticos, a primeira coisa a ser trabalhada é a gestão interna do grupo, "(...) porque não adianta tu dizer 'esse material aqui se classifica assim', e a pessoa não está nem aí com o que tu está falando". Nesse caso, a importância de se lidar com o problema de gestão dentro do grupo remete às questões de organização, coordenação, participação e identidade coletiva. No caso da classificação dos plásticos, existe uma explicação particular: se ele não for bem separado, ao ser levado para a reciclagem industrial, um tipo de material plástico pode "contaminar" o outro, ocorrendo a perda de toda a carga. Assim, o trabalho de separação exige muito cuidado e atenção, não podendo ficar sujeito a descuidos ou a "sabotagens", mesmo que em pequena escala.

Na Associação Profetas da Ecologia, apenas alguns dos trabalhadores provenientes do Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto tiveram treinamento inicial para o trabalho na sua associação de origem. A maior parte do grupo aprendeu "na prática", observando os catadores mais experientes nas atividades do galpão. De acordo com a coordenadora Ana Regina Lima, não há a perspectiva, no curto prazo, de se ter cursos de formação e de capacitação para os catadores/recicladores da Associação.

Os problemas comuns nos galpões referem-se ao alto nível de ruído, por causa das máquinas e do lançamento dos materiais mais pesados nos tonéis de triagem; aos odores relativos a resíduos orgânicos, que, por vezes, aparecem misturados ao resíduo seco; e à proliferação de vetores como ratos, baratas e outros insetos. Para amenizar alguns dos problemas e garantir a salubridade e a segurança dos trabalhadores, os manuais referentes à gestão da reciclagem recomendam a utilização de equipamentos de proteção individual nas unidades de triagem, como luvas protetoras, óculos de segurança (para a trituração de vidros), protetores auriculares e calçados adequados, preferencialmente botas (CEMPRE, 2000).

Na pesquisa realizada pelo convênio entre a UFRGS e a Secretaria Municipal de Educação em 2001, em nove galpões de reciclagem de Porto Alegre (Projeto Galpão, 2001) evidenciam-se aspectos relativos à organização e às condições de trabalho. Na questão referente aos equipamentos de proteção individual, apenas 34% dos catadores confirmaram o seu uso habitual. Conseqüentemente, não causa estranheza o índice de acidentes de trabalho que ocorrem nos galpões: na mesma pesquisa, 25% dos catadores admitem que já sofreram algum tipo de acidente, sendo mais freqüentes os que envolvem cortes e prensagem do dedo ou da mão.

No galpão da Rubem Berta, os EPIs foram disponibilizados pelos Irmãos Maristas. No entanto, a maioria dos trabalhadores não os utiliza, sendo constantes os acidentes de trabalho. Estes ocorrem, costumeiramente, no manuseio dos vidros, que são estilhaçados para a venda às indústrias de reciclagem. Mesmo nessa tarefa, é raro o uso de equipamentos de proteção, o que leva à possibilidade de ferimentos, como cortes e contaminações diversas. Nessa mesma unidade, observa-se que alguns trabalhadores fumam constantemente dentro do galpão, inclusive sobre a mesa de triagem, podendo ocasionar acidentes, em virtude, principalmente, do potencial de combustão dos materiais plásticos e dos papéis.

No galpão da Associação Profetas da Ecologia, poucas pessoas utilizam equipamentos de segurança, e, mesmo assim, somente as luvas fazem parte dos hábitos desse grupo de trabalhadores. Os outros tipos de EPIs não são utilizados sequer pelos membros da coordenação, que não observam o uso de calçados fechados, sendo comum estarem de chinelos ou sandálias.

Nos dois galpões de Porto Alegre, a rejeição ao uso dos EPIs, como luvas de proteção, aparece, nas falas de vários associados, relacionada, dentre outras razões, ao calor e ao desconforto que elas provocam e ao fato de que, por causa do seu uso, "(...) o trabalho fica mais lento", menos produtivo.

Dentre as três unidades pesquisadas, apenas a de Dois Irmãos apresenta uma postura de cuidados no uso desses equipamentos, com a utilização rotineira de luvas, sapatos apropriados, máscaras e protetores auriculares, tendo sido chamado um técnico em segurança do trabalho, em 2003, que instruiu o grupo sobre a necessidade e o uso correto dos equipamentos, daí resultando uma baixa incidência de acidentes de trabalho.

A questão ergonômica do trabalho tem sido um pouco mais observada atualmente, já que algumas posições e movimentos freqüentes no processo de triagem podem ocasionar lesões corporais, como tendinites, bursites, etc. Uma liderança do galpão da Associação Profetas da Ecologia fez referência a uma professora de Educação Física, que, como assessora voluntária, pesquisou os movimentos executados durante a separação dos resíduos e outras tarefas costumeiras e fez algumas recomendações para se evitar a ocorrência de lesões

por esforços repetitivos. Uma delas se refere à troca de lugar entre as “bombonas” onde são depositados os resíduos, no sentido de mudar a posição e o lado para o qual se lançam os materiais. No entanto, essas recomendações nem sempre são adotadas nos galpões de reciclagem.

Quanto à rotatividade da mão-de-obra, o assessor Irmão Romildo afirma que, no galpão da Associação Rubem Berta, ela não é acentuada, em função do “emprego garantido” aos trabalhadores: nesse sentido, na sua visão, o grupo permanece “sempre o mesmo”.¹⁵ Ele admite, entretanto, que, com um número menor de catadores trabalhando no galpão, como, no momento da pesquisa, o de 40 pessoas, as relações se tornam mais fáceis do que quando havia 70 pessoas, situação ocorrida em 2002.

Na Associação Rubem Berta, as pessoas que se candidatam ao trabalho de reciclagem são escolhidas por ordem de inscrição, sem que seja solicitada experiência anterior nesse tipo de atividade. O candidato passa, então, por um período de experiência de 15 dias, quando são avaliados seu empenho e sua produtividade, para ser aprovado em definitivo. Em geral, porém, observa-se a indicação de pretendentes por quem já está trabalhando no galpão, sendo comum a entrada de pessoas da família, vizinhos ou conhecidos dos trabalhadores já arregimentados.

Na Associação de Dois Irmãos, de acordo com Roque Spies, as pessoas são escolhidas conforme a sua disposição para trabalhar, sem que sejam exigidos conhecimentos prévios sobre as atividades de reciclagem. Odete Spies comenta que existe uma lista de espera de oito a dez pessoas para trabalhar na usina, porém a prioridade para novos ingressantes será dada a mulheres que queiram trabalhar na reciclagem, para “equilibrar” o número de homens e mulheres internamente. Contudo a rotatividade nessa associação é relativamente baixa.

A entrada de novos trabalhadores na Associação Profetas da Ecologia dá-se através da escolha de pessoas que, preferencialmente, já tenham tido alguma experiência prévia com triagem/reciclagem de resíduos, havendo uma predominância de moradores da Vila Pinto e de membros de uma mesma família entre os catadores. Todavia observou-se, pelas entrevistas, um nível alto de rotatividade dos trabalhadores.

Referentemente à comercialização, aponta-se a existência, na Região Metropolitana de Porto Alegre, de cerca de 70 indústrias recicladoras, distantes apenas de 5km a 30km de quase todas as unidades de triagem, o que facilita o

¹⁵ Nas entrevistas e na observação pelo período de mais de um ano durante a pesquisa, no entanto, não se confirma totalmente esse dado. O que se verificou é que existe um grupo de trabalhadores “fixos”, enquanto os restantes permanecem, em geral, menos de um ano no galpão.

transporte e torna mais rentáveis as operações de reciclagem (Grimberg; Blauth, 1998).

Atualmente, em função da maior procura por materiais para reciclagem e do crescimento da comercialização do plástico PET e das embalagens tipo Tetra Pak, o percentual total de aproveitamento dos resíduos vem aumentando. Percebendo essa tendência de mercado em relação aos plásticos, a Associação de Dois Irmãos tem adquirido máquinas, como o aglutinador, para procedimentos de beneficiamento dos plásticos, com as quais os recicladores conseguem agregar valor a esses materiais. Roque Spies e outros associados fazem, sistematicamente, pesquisa de mercado para buscar novos compradores de materiais e para tentar vender alguns itens com menor procura ou que estão ainda sendo incorporados aos processos de reciclagem. Para Roque, não existem dificuldades mercadológicas na colocação do material reciclável, por causa da existência de canais de venda intermunicipais na Região Metropolitana de Porto Alegre. Os principais compradores dos materiais triados e processados na usina de Dois Irmãos situam-se em Porto Alegre, como o Grupo Gerdau, e no Município de Farroupilha, na região serrana.

É interessante, sobre esse aspecto, mencionar a composição do lixo seco processado nas unidades de reciclagem de Porto Alegre e de Dois Irmãos, o que se reflete na comercialização: na usina de Dois Irmãos, a predominância entre os reciclados é de papel, que chega a quase 51% do total do material selecionado (PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal, 2003). Em Porto Alegre, a parcela maior de materiais reciclados nos galpões corresponde a plásticos, 30,6% do total (Pereira; Santos, 1998) — Tabela 3.1.

Tabela 3.1

Composição percentual do material reciclado nos Municípios de Dois Irmãos e Porto Alegre — 1998 e 2002

TIPOS DE MATERIAL	DOIS IRMÃOS (2002)	PORTO ALEGRE (1998)
Papel	50,8	26,3
Vidro	12,0	15,0
Plástico	23,6	30,6
Metais ferrosos	12,8	16,0
Metais não ferrosos	0,8	1,5
Outros materiais	-	10,6
TOTAL	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DOIS IRMÃOS. Prefeitura Municipal. **Dois Irmãos** — limpa e ecológica. Dois Irmãos: [s. n.], 2003. Mimeo.
PEREIRA, Sandhya Alves; SANTOS, Régis Fagundes Galvão. Porto Alegre. In: EIGENHEER, E. M. (Org.) **Coleta seletiva de lixo** — experiências brasileiras n. 2. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

A razão para a diferença de composição dos materiais reciclados entre os dois municípios, com um percentual de papel bem menor em Porto Alegre do que em Dois Irmãos, pode estar relacionada à atividade coletora intensiva dos “papeleiros” na Capital, que competem com a coleta oficial do DMLU nos dias em que o lixo seco é disposto nas ruas. Sendo um item valorizado e que permite seleção rápida, não onerosa, sem riscos, como os vidros e os metais, e sem exigência pré-beneficiamento, como os plásticos, o papel constitui-se no material priorizado pelos catadores de rua. Em Dois Irmãos, conforme os recicladores da Associação, observam-se poucos carroceiros disputando os recicláveis com a coleta oficial da Prefeitura. O poder público municipal exerce vigilância e controle para coibir a coleta informal não só por parte destes, como também de pessoas que, esporadicamente, vêm de Novo Hamburgo ou de outros municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre com caminhões, para recolher, de maneira ilegal, os resíduos dispostos nas ruas da Cidade.

Na Associação Rubem Berta, segundo uma das lideranças, não existem problemas na comercialização dos materiais. A Associação mantém ligações com cinco grandes compradores, em geral intermediários, não havendo, porém, contratos formais de compra e venda: os contratos são verbais, mantendo-se no prumo da confiança e da fidelização mútua. Sobre isso, Irmão Romildo confirma que todo o material é vendido, não ocorrendo situações de terem que estocar os resíduos por muito tempo. Os pagamentos são realizados por meio de depósitos bancários, em prazos acertados com cada comprador, e o transporte e o escoamento da produção do galpão são, em geral, de responsabilidade dos compradores.

A comercialização na Associação Profetas da Ecologia é feita também através do contato com intermediários, sendo estes quase sempre os mesmos que compram dos catadores da Associação Rubem Berta. Na Profetas da Ecologia, fazem-se acordos de repasse de material com o Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, com o qual essa associação mantém um forte vínculo.

Em alguns casos, as associações de reciclagem conseguem fazer acordos para compra casada de materiais, como, por exemplo, papel branco, vendido somente em conjunto com o papel-jornal, considerado menos nobre e com menor valor. Por outro lado, a sucata ferrosa constitui-se em um dos materiais com venda garantida, sendo inteiramente adquirida pela Companhia Siderúrgica Riograndense (Grupo Gerdau), em Porto Alegre. Outro material que para o qual não se encontram dificuldades para venda é o plástico do tipo PET, que tem sua colocação assegurada pela empresa Bettanin, na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Todavia um aspecto levantado por Calderoni (1998) sobre a questão da comercialização, refere-se às relações de caráter oligopsônico ou monopsonico,

implícitas nos acordos comerciais entre os compradores dos materiais pré-beneficiados e as associações de reciclagem¹⁶. Embora assessores e lideranças dos catadores tenham em conta essas empresas como bons parceiros pelo fato de elas promoverem treinamentos e concederem facilidades, como é o caso da Gerdau, que deixa seus contêineres em alguns dos galpões para recolher o material diretamente, não se podem deixar de lado a fragilidade que está por trás desses acordos e a inexistência de quaisquer mecanismos de controle por parte dos catadores sobre a formação dos preços dos seus “produtos” no mercado.¹⁷

Pode-se colocar, de forma resumida, a comparação entre as três associações de reciclagem investigadas do ponto de vista das características sobre a organização do trabalho, conforme o Quadro 3.1.

Quadro 3.1

Síntese das características da organização do trabalho nas três associações analisadas, na RMPA — 2003

CARACTERÍSTICAS	ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM		
	Rubem Berta	Profetas da Ecologia	Dois Irmãos
Divisão e rodízio de tarefas	De acordo com o sexo.	De acordo com o sexo.	De acordo com a produtividade e a gratificação pessoal.
Formas de remuneração	Proporcional às horas trabalhadas — partilha comum.	Fixa, sendo diferenciada para homens e mulheres.	Proporcional às horas trabalhadas — partilha comum.
Previdência Social	Apenas um contribui.	Três contribuem.	Todos contribuem.

(continua)

¹⁶ Calderoni (1998) reporta que, no Município de São Paulo, 66% dos ganhos totais proporcionados pela reciclagem de lixo ficam para as indústrias recicladoras, enquanto o conjunto de catadores e carrinheiros auferem 13% do total dos ganhos. As demais parcelas ficam para os sucateiros (10%) e para a Prefeitura (11%).

¹⁷ Em termos microeconômicos, os catadores/recicladores situam-se como agentes em um mercado de bens intermediários, atuando entre eles em concorrência perfeita, face às indústrias recicladoras, que operam em situação de oligopólio ou monopólio (Calderoni, 1998).

Quadro 3.1

Síntese das características da organização do trabalho nas três associações analisadas, na RMPA — 2003

CARACTERÍSTICAS	ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM		
	Rubem Berta	Profetas da Ecologia	Dois Irmãos
Regulamentos internos	Lista de chamada e suspensão em casos de agressões verbais.	Lista de chamada.	Não existe lista de chamada, mas estímulo à autodeterminação e ao respeito mútuo.
Qualificação e conscientização dos associados	Média.	Baixa .	Alta.
Rotatividade dos trabalhadores	Média.	Alta.	Baixa.
Procedimentos de comercialização	Em geral, com intermediários fixos.	Em geral, com intermediários fixos.	Pesquisa de mercado, busca de novos compradores e inserção de produtos diferenciados.

3.2 - Participação nas decisões e na formação de lideranças entre os catadores/recicladores

Um dos aspectos mais relevantes no que toca à organização dos catadores/recicladores diz respeito às formas de participação nas decisões dentro dos grupos e às maneiras como se dá a formação de lideranças entre eles.

Os assessores católicos entrevistados relatam que, no início do trabalho com os catadores, não havia uma liderança reconhecida por eles, e quem fazia a representação externa das associações junto a compradores e a outros órgãos eram os próprios assessores externos da Igreja e de outras entidades.

O Irmão Cechin, que participou do trabalho de organização com os catadores/recicladores de 1985 até 1997, quando resolveu se retirar, afirma que só voltou a esse trabalho para investir na formação de lideranças, o que ele efetivamente tem feito desde o início de 2003. Desse modo, ele coordena um curso por mês para 30 lideranças dos catadores/recicladores na Casa da Juventude Marista, em Porto Alegre. Inspirado pelo “sucesso do Movimento dos

Sem-Terra”, que, na sua opinião, ocorreu pela formação sistemática de lideranças, o assessor, que também foi um dos fundadores do MST no Rio Grande do Sul, propõe fazer do movimento de catadores “os sem-terra do meio urbano”.

Na Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, existe troca de toda a coordenação a cada dois anos por eleição de todos os associados. Entretanto o nível de integração do grupo é baixo. Existe, visivelmente, uma divisão que separa os coordenadores dos outros catadores: isso fica claro não só nos momentos de trabalho, mas também nos intervalos de lanches e na volta do almoço. O grupo da coordenação anda sempre em conjunto e fala como se fosse uma só pessoa, enquanto os outros trabalhadores se referem ao grupo “delas” como uma diferenciação baseada em hierarquia.

Na Associação de Dois Irmãos, segundo Roque Spies, as lideranças são escolhidas por eleição anual, com participação de todos os associados. Nessa associação, a coordenação reúne-se uma vez por semana, mas as decisões são geralmente feitas em assembléia, havendo sempre um cuidado no sentido de que certas questões atinentes ao coletivo sejam discutidas e solucionadas por todo o grupo de trabalhadores. Uma dessas questões foi a definição do horário de trabalho e das folgas semanais. Como explica Odete Spies em relação ao horário dos sábados, que foi reduzido em uma hora e meia, sendo, atualmente, das 7h às 10h e tendo alternância na frequência dos trabalhadores a cada semana:

“Nós começamos a trabalhar todo mundo o tempo todo, depois a gente foi vendo que o grupo foi rendendo mais na produção, tendo mais conhecimento; a gente, no início, trabalhava até as onze e meia, depois a gente baixou para onze, depois nós vimos que podia mudar para as dez, ir embora [mais cedo], porque [sábado] é o dia que vai menos lixo... [Depois], nós mudamos, porque não precisamos ter o grupo todo trabalhando no sábado, então começamos a nos dividir, [decidir] quem é que gostaria de ficar um sábado em casa, então a metade do grupo vem em cada sábado”.

A predominância numérica das mulheres nos galpões de reciclagem tem levado a uma correspondente proporção em termos de participação nas decisões e na formação de lideranças, o que se observa nas três associações pesquisadas. Mesmo na Associação de Dois Irmãos, onde as mulheres são minorias entre os trabalhadores, existe sempre uma representação feminina na coordenação. Sobre esse aspecto, Odete Spies afirma que o processo de participação conjunta de homens e mulheres nas decisões “não foi de mão beijada”, porém ela ressalta que se obteve uma “harmonização” no ambiente de trabalho, decorrente da maior participação feminina.

Na Associação Profetas da Ecologia, a coordenação é apontada pelas lideranças do Centro de Educação Ambiental, não havendo, aparentemente, um processo de participação dos trabalhadores nas decisões, nem nas discussões coletivas sobre temas referentes às condições do trabalho, aos vínculos com entidades externas ou sobre a comercialização. Segundo a própria coordenadora, o trabalho no galpão não é encarado de forma associativa, mas como um “emprego”, pela maioria dos catadores.

Quadro 3.2

Síntese das características de liderança e de participação no processo decisório, nas três associações analisadas da RMPA — 2003

ASSOCIAÇÕES DE RECICLAGEM	CARACTERÍSTICAS
Rubem Berta	Troca de coordenação por eleição bianual. Nível de participação baixo.
Profetas da Ecologia	Não há eleição da coordenação, que é apontada por lideranças externas. Baixíssimo grau de participação dos associados nas decisões.
Dois Irmãos	Coordenação eleita anualmente. Alto grau de participação e de envolvimento dos associados

Um outro ponto a ser abordado remete às experiências de expansão da organização dos catadores/recicladores de modo mais amplo, podendo-se verificar os esforços empreendidos no sentido de se firmar como um movimento social. Cabe aqui recordar que a idéia de **Novos Movimentos Sociais**, nos anos 80, trouxe o reconhecimento de que os antagonismos dentro dos sistemas vigentes não se limitam ao nível econômico ou das relações de produção, mas se revelam em formas variadas e sobrepostas. Percebe-se, assim, o surgimento de “novos” movimentos sociais em contraponto aos movimentos sociais tradicionais, restritos à contradição de classes.

De acordo com Scherer-Warren (1984, p. 5), um “novo” movimento social geralmente apresenta, nas suas práticas e manifestações, elementos oriundos do marxismo-leninismo, mas também, e principalmente, do socialismo utópico e do anarquismo, que se configuram nas idéias de “democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade”, etc. Dessa maneira, um “novo” movimento social puro ou ideal é definido como aquele em que estão presentes as seguintes condições: interesses afetivos, relações expressivas, orientação

de grupo e organização horizontal em contraposição ao tipo representado pelo “velho” movimento social, que se inclina para interesses materiais, relações instrumentais, orientação carismática e organização vertical. Considera-se que todos os movimentos sociais combinam valores do tipo “velhos” e do tipo “novos”, mas, na medida em que tenham mais elementos dos “novos”, conseqüentemente o movimento em questão aproximar-se-á mais do tipo ideal do “novo” movimento social (Mainwaring; Viola, 1984).

A partir dessa conceituação, pode-se tentar estabelecer parâmetros para a análise dos processos relacionados à formação e ao desenvolvimento da organização dos catadores/recicladores.

Um desses processos concerne ao surgimento da Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul, criada em novembro de 1998, em Porto Alegre, “(...) numa perspectiva de construção do Movimento de Luta pelos direitos sociais, econômicos e políticos próprios dos Catadores de Materiais Recicláveis” (Curso..., 2002, p. 1), sendo apresentada em um documento próprio como o

“(...) resultado de um processo de articulação e organização de trabalhadores extremamente explorados, que passaram a tomar consciência de sua autonomia, dignidade e possibilidade de recuperar os materiais recicláveis, de forma ecológica, preservando a natureza, garantindo a sustentabilidade e qualidade de vida a todos” (Curso..., 2002, p. 1).

Nesse mesmo documento, relata-se o processo de formação da organização dos catadores/recicladores no Rio Grande do Sul, apontando-se três fases. A fase inicial corresponde ao período compreendido entre 1985 e 1995, em que os catadores começaram a se organizar na forma de associações, fazendo reconhecer sua atividade e angariando apoio do poder público. A fase seguinte, de 1995 a 2001, caracterizou-se pelo início de articulação entre as associações constituídas e pelo seu fortalecimento, surgindo, nesse contexto, a Federação, em 1998, como “(...) forma de organização política e gestora dos processos de negociação de preços”. A origem da FARRGS remonta a um fórum de associações de Porto Alegre, formado em 1996, que teve, no ano seguinte, a adesão de 10 associações de outros municípios da RMPA, e, em 1998, a participação de associações do Interior do Estado. A partir desse fórum inicial e com o apoio de ações de mobilização de recursos e de cursos intensivos, durante dois anos, para a formação de lideranças, a FARRGS foi constituída, tendo como princípios norteadores:

“Protagonismo dos catadores enquanto sujeitos do processo de reciclagem; autonomia e independência política; prestação de um serviço de utilidade pública em parceria com o poder público; auto-

gestão socioeconômica; federalismo político e democracia direta; desenvolvimento ambiental sustentável; corpo técnico comprometido com o movimento, preferencialmente oriundo ou com experiência de acompanhamento do trabalho de base¹⁸” (Curso..., 2002, p. 10).

A terceira fase, em curso, teve como marco fundamental a inserção da FARRGS no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, quando esta participou do 1º Congresso Nacional dos Catadores, realizado em Brasília, em junho de 2001, na Semana do Meio Ambiente. Nesse encontro, que teve como um dos resultados a introdução da profissão de “catador de material reciclável” na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 2000), do Ministério do Trabalho e Emprego,¹⁹ a FARRGS teve um papel ativo na preparação e na mobilização dos catadores em âmbito nacional, durante dois anos, em conjunto com a Asmare, de Belo Horizonte, e a Cooperativa dos Catadores Autônomos de Papel e Aparas de Materiais Reaproveitáveis de São Paulo, da Cidade de São Paulo, tendo havido a participação de 1.600 catadores/recicladores de 17 estados brasileiros.

A partir dessa época, a FARRGS tem procurado exercer seu papel de reunir os catadores/recicladores organizados no Estado, promovendo cursos de qualificação e capacitação, “(...) na busca da construção de uma alternativa sustentável de trabalho, (...) para um trabalhador autônomo que se organiza e se articula de forma solidária” (Curso..., 2002, p. 1). Nesses cursos, são repassadas informações sobre como criar uma associação, seus estatuto e regimento interno, demonstrando-se a forma associativa de trabalhar com os resíduos.

Segundo a coordenadora da Associação Profetas da Ecologia, a FARRGS foi idealizada por três pessoas, das quais duas eram lideranças de associações dos catadores/recicladores, e a terceira era um assessor pedagógico que trabalhava junto às associações.

¹⁸ Aqui, os autores do texto referem-se ao caso dos assessores das associações de catadores/recicladores.

¹⁹ A Classificação Brasileira de Ocupações é o documento sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego que normaliza o reconhecimento e a codificação dos títulos e conteúdos das ocupações no mercado de trabalho brasileiro, descrevendo as características de cada ocupação. Ela é usada para registros administrativos (**Relação Anual de Informações Sociais** e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), para documentos como carteira de trabalho e para efeitos de Imposto de Renda, bem como na definição de políticas de emprego e nas estatísticas oficiais. A versão anterior data de 1994, sendo a CBO 2000, em vigor desde outubro de 2002, a nova proposta elaborada para substituí-la (Classificação..., 2003). Contudo várias instituições de pesquisa, como o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos, ainda utilizam a versão antiga da CBO na elaboração de suas estatísticas.

Uma das lideranças envolvidas na formação da Federação, Hilma Klein Cardoso, da Associação Rubem Berta, foi também sua primeira coordenadora, eleita para o período de gestão nov./98-ago./02. Em virtude de seu falecimento em março de 2002, a FARRGS foi interinamente coordenada pelo seu 1º Secretário, Alexandre “Gaúcho” Camboim, até se completar o período. Em agosto de 2002, com novas eleições, escolheu-se para coordenadora a recicladora Eliane Nunes Peres, ligada à Associação da Santíssima Trindade, de Porto Alegre. Contudo conflitos internos, agravados a partir dessa época, levaram a que todos os membros da coordenação da FARRGS pedissem demissão de seus cargos em fevereiro de 2003, sendo substituídos por uma coordenação provisória, eleita em 30 de abril desse ano. No entanto, essa eleição não foi considerada legítima pela maioria dos catadores/recicladores organizados no Estado, sendo decidida a recondução ao cargo da coordenação anterior²⁰ em assembléia realizada em 24 de setembro do mesmo ano, com a participação de 150 representantes de 44 associações de reciclagem de todo o Rio Grande do Sul (Trabalhadores..., 2003).

Nos depoimentos de membros das associações de catadores, faz-se referência às funções da FARRGS, que disponibiliza treinamentos para os associados, como cursos técnicos sobre seleção de tipos de plásticos, formas de beneficiamento desse material e sua comercialização. Além disso, menciona-se o seu papel em estabelecer uma tabela de preços dos materiais, para que todas as associações tenham as cotações ao fazerem os contatos com as indústrias recicladoras.

As principais reivindicações por parte dos associados das unidades pesquisadas em relação a ações da FARRGS referem-se à possibilidade de intermediação da Federação junto a instituições públicas ou privadas para pleitear subsídios às associações de reciclagem, como: apoio financeiro ou técnico que lhes permita o desenvolvimento de projetos no processo de triagem/reciclagem, apoio para aquisição de equipamentos de proteção individual e recursos para capacitação e qualificação profissional. Além disso, é demandado que a FARRGS assessor as unidades de triagem/reciclagem no acompanhamento do mercado

²⁰ Deste grupo, fazem parte, como Coordenadora, Eliane Nunes Peres, da Associação Profetas da Ecologia-Porto Alegre; como 2º Coordenador, Valdemar de Oliveira, da Associação do Aterro Zona Norte-Porto Alegre; como 1ª Secretária, Beatriz Aguiar da Silva, da Associação de Reciclagem Amigas Solidárias-Canoas; como 2ª Secretária, Sirlei Fátima Carvalho, da Associação de Recicladores Cidadãos Amigos da Natureza-Erechim; como 1º Tesoureiro, Roque Spies, da Usina de Reciclagem de Dois Irmãos; como 2ª Tesoureira, Lizete Terezinha da Silva, da Associação dos Classificadores de Resíduos Recicláveis-Cachoeirinha (Trabalhadores..., 2003).

de recicláveis, no sentido de dar melhores condições aos associados para articularem acordos com os compradores dos materiais e para atenderem a especificações das indústrias recicladoras.

Na visão de Eliane Peres, os movimentos dos recicladores no Rio Grande do Sul situam-se em posição de vanguarda no contexto brasileiro, sendo a FARRGS “(...) a única federação no Brasil com a finalidade de congregar e representar a classe dos recicladores, lutando pelo crescimento da categoria.”²¹

3.3 - Desafios e conflitos enfrentados pelas associações de reciclagem

Uma questão relevante concerne aos desafios enfrentados pelos catadores/ recicladores, em especial no que diz respeito aos tipos de situações conflitantes que se colocam no cotidiano de suas atividades e na sua organização enquanto uma nova categoria, em torno dos temas relativos ao processo de trabalho na reciclagem e aos procedimentos decisórios.

Podem-se enumerar quatro formas de conflitos, que, de maneira freqüente e espontânea, surgem nas falas dos trabalhadores, de suas lideranças e dos assessores, referindo-se a questões internas de cada associação; questões que envolvem os catadores de rua, ou seja, carrinheiros e carroceiros; questões relativas à coordenação e à condução da FARRGS; e questões que remetem à inserção do Rio Grande do Sul no cenário da organização nacional dos catadores/ recicladores.

Um tipo de conflito interno freqüente é o que diz respeito a problemas individuais de relacionamento de pessoas que não se acostumam ao trabalho em grupo. Na Associação de Dois Irmãos, a participação constante dos associados em reuniões e as decisões por consenso, às vezes morosas e árduas, provocam algumas manifestações do tipo “(...) reunião é perda de tempo”. De acordo com Roque e Odete Spies, para o trabalho associativo funcionar, “(...) tem que [se] gastar muitas horas em reunião, em formação, em avaliação”.

Nesse contexto, alguns trabalhadores da Associação Rubem Berta se queixam de problemas no rodízio, no sentido de se sentirem prejudicados ao exercerem predominantemente certas tarefas consideradas mais difíceis, ou porque outros associados deixam os cestos de materiais sujos no seu turno, passando aos próximos trabalhadores no rodízio a tarefa de limpá-los.

²¹ Em entrevista, em 29.09.03.

Alguns dos conflitos internos derivam de questões referentes aos valores monetários partilhados mensalmente. Como esses valores dependem do faturamento mensal da associação a partir do processamento e da venda dos materiais, a ausência prolongada dos que faltam ao trabalho, por motivo de doenças ou por questões pessoais, gera insatisfação e desconfiança por causa da conseqüente redução do montante a ser dividido para todos. Essa situação é percebida através de entrevistas com a coordenação da Associação Rubem Berta e da Associação de Dois Irmãos. Nesta última, existe uma determinação que consta em ata sobre a abonação de faltas para tratamentos de saúde ou para acompanhar algum membro da família a consultas médicas, desde que o associado comprove a necessidade através de atestado médico. Entretanto, se existe uma situação de falta sem justificativa comprovável, o associado é chamado a prestar contas ao grupo.

Além desse, um outro tipo de conflito interno está relacionado às tarefas rotineiras no trabalho de triagem/reciclagem, como, por exemplo, na esteira, onde, para se alcançar maior produtividade, é necessário ter concentração e presteza ao se separar os materiais. Na Associação de Dois Irmãos, pessoas que “gostam muito de conversar”, provocando um clima de dispersão no trabalho, são convidadas pelo resto do grupo, em reunião, a experimentar outra tarefa dentro da unidade. Na Associação Rubem Berta, a implantação de mesas (ou esteira fixa), em 2002, levou também à discussão sobre a eficiência do trabalho e a quantidade ideal de pessoas em cada mesa, de quatro no máximo, isto é, duas de cada lado, para o trabalho “render”.

Percebe-se, outrossim, uma forma de conflito estabelecida pela concorrência cada vez mais intensa nas cidades pelos resíduos sólidos recicláveis. Carroceiros, carrinheiros e outros catadores de rua, inclusive motorizados, competem sistematicamente com a coleta seletiva oficial, reduzindo o volume de lixo seco a ser coletado e encaminhado aos galpões. Segundo Ruberg; Aguiar e Philippi Junior (2000), a existência de um extenso setor “informal” dentro da informalidade do trabalho dos catadores/recicladores é confirmada pela quantidade de material reciclado industrialmente no Brasil, que se mostra muito superior à quantidade de materiais triados e pré-beneficiados a partir dos sistemas municipais, podendo-se estimar que o número de catadores de rua não ligados ao sistema oficial ultrapassa de longe o contingente de trabalhadores em galpões.

De acordo com um funcionário do DMLU, o recolhimento informal com carroças na região central de Porto Alegre dificulta a organização do trânsito pela EPTC. Através desse órgão municipal, que fiscaliza e determina o fluxo de veículos na Capital, o poder público tenta conter e restringir a atividade da coleta informal na cidade, em especial nas áreas centrais. Nesse sentido, os horários

de circulação de carroças estão sendo definidos pela EPTC, permitindo o transporte de resíduos recicláveis a partir das 19 horas, horário de fechamento normal do comércio em Porto Alegre.

Antonio Cechin critica as medidas “restritivas” do DMLU em relação aos catadores de rua: ele acredita que “os pequenos, os carroceiros”, poderiam voltar a fazer a coleta total do material reciclável, o que ocasionaria uma redução drástica nas despesas “da parafernália” do DMLU com o recolhimento do resíduo seco na cidade. Na sua visão, os gastos da Prefeitura com a coleta seletiva são exorbitantes, enquanto, por outro lado, “(...) os carroceiros fazem o trabalho de graça”. Como solução, ele propõe que o DMLU permita aos carroceiros e às associações de reciclagem fazerem acordos sobre o fornecimento de material. Os catadores de rua seriam vinculados aos galpões como “sócios externos”, e, aos poucos, “mediante um coletivo bem organizado e com prestígio”, eles seriam atraídos para se tornarem “sócios internos”.

Esse tipo de solução já está sendo testado no Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, onde a associação de catadores procura absorver os carroceiros da própria vila, como “sócios externos do galpão”, através da compra do material plástico coletado por eles, o que está provocando “uma limpeza em todos os buracos da vila”.

A Metroplan apóia algumas iniciativas que envolvam catadores de rua, colocando como uma das possibilidades de sistema de coleta seletiva uma combinação “porta-PEV”, na qual carrinheiros/carroceiros fariam uma coleta porta a porta dos resíduos secos, transportando-os para postos de entrega voluntária em locais estratégicos, de onde a Prefeitura os levaria até os galpões de reciclagem. Na visão dos técnicos desse órgão, a articulação entre poderes públicos municipais, associações de recicladores e carroceiros/carrinheiros pode resultar em redução dos gastos com a coleta e também em aumento dos rendimentos tanto para os recicladores nos galpões quanto para os catadores de rua (METROPLAN, 2000).

Porém o Irmão Romildo, do Centro Social Marista, lamenta a falta de lixo proveniente da coleta seletiva e culpa os carroceiros e intermediários: “(...) não tem mais lixo por causa dos vivos, que montam seus próprios galpões”; “(...) [quando] começou a briga com as carroças e os depósitos clandestinos, o material começou a diminuir”. Ele chega a citar casos de roubo de materiais dos galpões por carroceiros, que os levam para seus próprios depósitos.²²

O aumento do número de carroceiros vincula-se à idéia de que o serviço informal pode render mais do que o trabalho como empregado. Argumenta-se

²² Em entrevista concedida em 27.09.03.

que os ganhos dos catadores trabalhando nos galpões se limitam à média de R\$ 200,00 a R\$ 250,00 por mês, porém alguns carroceiros, trabalhando isoladamente, chegam a receber R\$ 600,00 por mês²³. Também está relacionado à visão de que, sendo um mercado próximo do regime de “concorrência perfeita” (Calderoni, 1998), não existem barreiras à entrada de novos “produtores” na catação de lixo²⁴, o que tem suscitado o debate sobre a crise da coleta seletiva oficial e a situação dos galpões que dependem dessa coleta. De acordo com o depoimento do papelheiro e líder comunitário Antônio Carboneiro, que utiliza carrinhos para catar materiais nas ruas,

“(...) quem começa no informal acostuma a receber todo dia aquele dinheirinho. Trabalhei, muitos anos atrás, como metalúrgico. Depois fui vender algodão-doce, churros, flores, frutas e acabei caindo aqui. Antigamente, o papel dava para manter a família. Agora, com essa propaganda, acho que por culpa nossa mesmo, mostramos que o papelheiro é gente. Então, começou a vir mais e mais pessoas, e muitos perceberam que, com o papel, é possível viver condignamente”²⁵.

Um terceiro tipo de conflito diz respeito ao surgimento e ao papel desempenhado pela FARRGS, que, desde o seu início, enfrenta problemas financeiros e de continuidade.

De acordo com membros da coordenação da Associação de Dois Irmãos, a relação da Associação com a FARRGS teve momentos de conflito por várias razões. Uma delas diz respeito à criação precoce da Federação e ao fato de ter sido “comandada demais por um assessor”. Outra razão se prende ao questionamento sobre a “falta de transparência administrativa e financeira da Federação” em quase todo o tempo de sua existência, de 1998 a 2003. Uma última razão, relacionada às demais, é que a Federação, ao menos no início, se manteve “ao redor do umbigo aqui de Porto Alegre”, não incluindo os grupos do Interior do Estado.

Tendo começado a participar de reuniões da FARRGS em 1999, quando deixaram de ser microempresa e se transformaram em associação, os recicladores da Associação de Dois Irmãos hesitaram em ingressar na Federação, porque não percebiam um movimento legítimo na sua constituição: ao contrário,

²³ Informação concedida por técnico do DMLU em 26.08.03.

²⁴ Como aponta Calderoni (1998, p. 299), em um mercado em concorrência perfeita, existe uma “(...) quase automática acomodação do número possível de participantes do mercado: abaixo desse número, novos concorrentes surgem; acima desse número, o ganho de cada um é insuficiente para a sobrevivência”.

²⁵ Em entrevista ao **Jornal Já** (2003, p. 13).

acreditavam que “se forçou o processo” de formação dessa instância organizativa. Mesmo após sua adesão, os representantes dessa associação não concordavam com a forma pela qual a FARRGS era conduzida e, principalmente, “utilizada” para angariar recursos de instituições financiadoras de projetos nacionais e internacionais. No seu entender, esses recursos não foram revertidos para o benefício dos catadores/recicladores, nem houve prestação de contas quanto ao que eles classificam de “megaprojetos” envolvendo a Federação ou mesmo em relação à contratação de funcionários que chegaram a estipular seus próprios salários sem o conhecimento e a aquiescência dos representantes das associações que participavam da FARRGS.

Em relação ao que os membros da coordenação da Associação de Dois Irmãos colocam como falta de transparência e uso indevido de recursos da Federação, esta acumulou dívidas que ultrapassavam R\$ 20.000,00 no final de 2003, relativas, principalmente, ao não-pagamento de impostos, tarifas de telefone e benefícios sociais dos seus funcionários.²⁶

Com a “reintegração de posse” da antiga coordenação da FARRGS em 24 de setembro de 2003, existe a esperança de que possam ser retomados o trabalho da Federação e a construção da organização das associações de catadores no Estado “de baixo para cima”.

Por fim, mencionam-se alguns conflitos surgidos entre a FARRGS e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que, em 2001, promoveu o 1º Encontro Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, para defender o reconhecimento da ocupação, com representação e direcionamento de reivindicações ao Congresso Nacional (Projeto Galpão, 2001).

Várias pessoas entrevistadas, como funcionários do DMLU, assessores católicos e lideranças das associações de catadores/recicladores, mencionaram a presença de ativistas do movimento anarquista, com nível de instrução universitária e vinculados à Federação Anarquista Gaúcha (FAG). Esses ativistas têm penetrado, como trabalhadores na separação dos resíduos, em associações de catadores/recicladores, na Região Metropolitana de Porto Alegre e em Caxias do Sul.

Antonio Cechin menciona a intromissão dos “anarquistas” — na sua opinião “polítiques que não são papeiros” —, citando que um dos seus líderes, que tem um lugar de destaque no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, tem participado, como representante do Movimento, de eventos nacionais, como o Festival Lixo e Cidadania em outubro de 2003 e da Conferência Nacional do Meio Ambiente. Esses líderes, de acordo com Cechin e outros

²⁶ Informação confirmada pela Coordenadora da FARRGS, Eliane Nunes Peres, em 29.12.03.

entrevistados, tentaram “desestabilizar” a FARRGS, em especial no período de jan.-set./03.

Irmão Cechin deu apoio ao grupo que retornou em setembro de 2003 para a coordenação da FARRGS. Referindo-se aos “anarquistas” e aos catadores vinculados a eles, Cechin afirma que “(...) eles não têm ninguém, não são representativos”. Sobre o processo de recondução aos cargos da antiga coordenação da Federação, ele diz que “(...) realmente, foi uma lavada; parecia que eles [os 'anarquistas'] tinham força, mas não tinham”. Sobre as próximas etapas, ele acrescenta que,

“(...) estamos agora reestruturando a FARRGS por regiões: tem o grupo do Vale do Sinos, tem o grupo de Viamão, o grupo de Santa Maria, o grupo de Santo Ângelo (...) a Federação realmente vai fazer um trabalho sério, de profundidade”.

A análise dos desafios enfrentados pelas associações de reciclagem indica que, embora a organização dos catadores/recicladores se apresente ainda frágil e incipiente, alguns passos já foram dados no sentido de sua estruturação e fortalecimento. Cabe lembrar que um dos elementos fundamentais para a construção da identidade desses trabalhadores enquanto grupo se vincula à sua capacidade de lidar com os conflitos internos e de avançar em processos coletivos de qualificação e de conscientização.

4 - AS RELAÇÕES ENTRE ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO-GOVERNAMENTAIS E CATADORES/RECICLADORES

Neste capítulo, analisam-se as inter-relações de entidades externas com os catadores/recicladores, verificando-se as diversas situações propiciadas pelas combinações de diferentes graus de envolvimento do setor público e de outros agentes com o poder de pressão e de organização de cada uma das associações de reciclagem investigadas. Para tanto, utiliza-se a reflexividade como categoria analítica, referente à capacidade das pessoas de tomar decisões e de adquirir controle sobre suas vidas, levando-se em conta a alteração de estruturas que reproduzem sua subordinação.

4.1 - Esfera pública e novas formas de relação Estado-sociedade

Na reação contra as desigualdades, novos valores, individuais e coletivos, perpassam as reivindicações de organizações da sociedade civil, com a incorporação de questões de gênero, ambientais e étnicas na agenda dessas organizações.

Nesse espectro de mudança, cria-se espaço para a emergência de uma esfera pública não estatal, onde se constroem as condições de participação da população nas decisões que afetam diretamente a sua vida. Aqui, participação política pode ser definida não apenas em termos de processos relativos a engajamento e ativismo político-partidário e eleitoral, mas como "(...) tudo que está relacionado com a expressão do pensamento político individual". Assim, para se definir o que é político, tem-se que ir além da "visão minimalista" de determinação de fronteiras institucionais do sistema político (Rojo, 1998, p. 1). Conseqüentemente, a participação política é explicada como "(...) o conjunto de ações dos cidadãos, dirigidas a lograr sua intervenção na produção do político", podendo ser esta de maneira convencional ou não-convencional (Rojo, 1998, p. 3).

Cumprer ressaltar, contudo, que, em termos analíticos, a relevância maior não está nas atividades políticas exercidas pelos cidadãos, porém nos conteúdos, significados e discursos” que estes trazem para a arena política, através de sua implicação nestes processos coletivos” (Rojo, 1998, p. 6).

Por sua vez, pensando-se na esfera pública como o entrelaçamento de diferentes estruturas sociais, levantam-se algumas novas questões sobre o Estado e o poder público.

Na discussão atual sobre o Estado, resalta-se, por um lado, a questão dos requisitos societais, organizacionais e políticos que permitem e mantêm a eficiência estatal (**governabilidade**) e, por outro, a questão da capacidade de governar (**governança**). As formulações resultantes desse debate têm sido utilizadas, em grande parte, por agências multilaterais, como o Banco Mundial, que as incluem como orientações em seus programas de fomento. Assim, o termo **governança** corresponde à “(...) maneira pela qual o poder é exercido no gerenciamento dos recursos econômicos e sociais de um país”, visando ao desenvolvimento, enquanto **governabilidade** se refere às “condições sistêmicas de exercício do poder em um sistema político” (World Bank citado em Melo, 1995, p. 30).

Nessa concepção, está imbricada a idéia de que “(...) a participação política e a governabilidade democrática estão indissolúvelmente vinculadas no que diz respeito aos sentimentos de implicação ou de pertinência dos cidadãos em relação ao sistema político” (Rojo, 1998, p. 16).

Dentro da visão de **governança**, é possível abranger questões relativas ao formato institucional dos processos de decisão, à definição de parcerias público-privadas em políticas, à participação e à descentralização, englobando, portanto, “padrões de coordenação e cooperação entre atores sociais” (Melo, 1995, p. 30).

Indo além, em algumas análises sobre a ordem institucional contemporânea, a **governança** é apontada como a “(...) totalidade de arranjos institucionais — incluindo normas e os agentes que formulam as normas — que coordena e regula as transações internamente e transversalmente às fronteiras de um sistema econômico” (Melo, 1995, p. 30). Desse modo, a noção de **governança** abarca, dentre outros elementos, as redes sociais e associações, com exemplos regionais, municipais ou mesmo em bairros populares, nas áreas urbanas.

No caso brasileiro, contudo, há evidências de uma crise de autoridade governamental, relacionada à cultura cívica, predominante no País, de descrédito e de cobrança quanto à eficácia do Estado, o que repercute com impacto desagregador sobre o desempenho das políticas públicas. Ademais, a fragilidade da articulação social, refletida no baixo volume de demandas da sociedade

sobre o Estado, outro aspecto da cultura cívica no Brasil, resulta em um baixo grau de sustentação de sistemas de **governança**, o que, por sua vez, tende a levar à ingovernabilidade. Assim sendo, de acordo com Melo (1995), tanto as agências multilaterais, que usualmente descrevem a sociedade brasileira como politicamente passiva e dependente do Estado para a resolução dos seus problemas, quanto a abordagem que exacerba o alcance dos atuais movimentos da sociedade civil, sem visualizar os limites à sua atuação, não retratam a realidade política do País, muito mais ampla e complexa.

De qualquer modo, o desenvolvimento dos movimentos sociais, com suas questões inovadoras, tem resultado em novas formas de participação política. Nesse sentido, observa-se a emergência, entre os cidadãos e os grupos aos quais eles pertencem, de aspectos como:

“(...) a reivindicação de novas formas de fazer política e de expressar seus interesses, o estabelecimento de relações mútuas entre estes grupos, a busca de soluções aos problemas e necessidades por eles definidos e a freqüente exigência de que o Estado cumpra suas responsabilidades sociais e políticas” (Rojo, 1998, p. 20).

Pode-se abordar também a questão dos limites político-institucionais e estruturais à implementação de políticas públicas na área do desenvolvimento local, no caso, enfocando-se a atividade de reciclagem.

De acordo com Braga (2001), os limites estruturais prendem-se a aspectos mais amplos, como conflitos entre os objetivos de políticas locais e os ditames da ordem econômica mundial no contexto da reestruturação produtiva e da globalização. As novas orientações globais levam a determinações macroeconômicas de âmbito nacional, que afetam situações referentes a emprego, renda e dinâmica da economia como um todo e que, muitas vezes, se chocam com políticas locais ou regionais. No caso da atividade de reciclagem, por exemplo, além dos fatores econômicos gerados pelas políticas de âmbito federal sobre o mercado de trabalho, Grimberg e Blauth (1998) indicam que o ganho dos recicladores tem sido afetado por medidas de importação de material reciclado, como aparas de papel, principalmente de países europeus, que os vendem por preços altamente competitivos para os padrões tecnológicos empregados nos galpões de reciclagem, no País.

Por sua vez, os limites político-institucionais surgem dos conflitos entre visões sociais discordantes — interesses opostos das forças políticas e econômicas no nível local, e entre os poderes locais e as instâncias superiores (estadual, federal), ou seja, dos conflitos entre as diferentes agências públicas e instituições privadas que conduzem as políticas sociais num mundo globalizado (Braga, 2001).

4.2 - Formas de vinculação e de interação do poder público e de organizações não-governamentais com as associações de reciclagem

Na abordagem do problema dos resíduos sólidos nas metrópoles, nota-se a confluência da dinâmica de diversos agentes. Se, por um lado, se constata a busca, por parte de segmentos carentes da população, por um trabalho que lhes dê condições razoáveis de vida, por outro, os poderes públicos municipais e estaduais têm sua responsabilidade estipulada através de leis e regulamentações de caráter urbano e ambiental¹, que recomendam programas de educação ambiental, estruturação urbana e atividades de reciclagem. Percebe-se também a participação de representantes da Igreja Católica e de outras entidades no acompanhamento, na assessoria e no financiamento parcial das associações de trabalhadores da reciclagem.

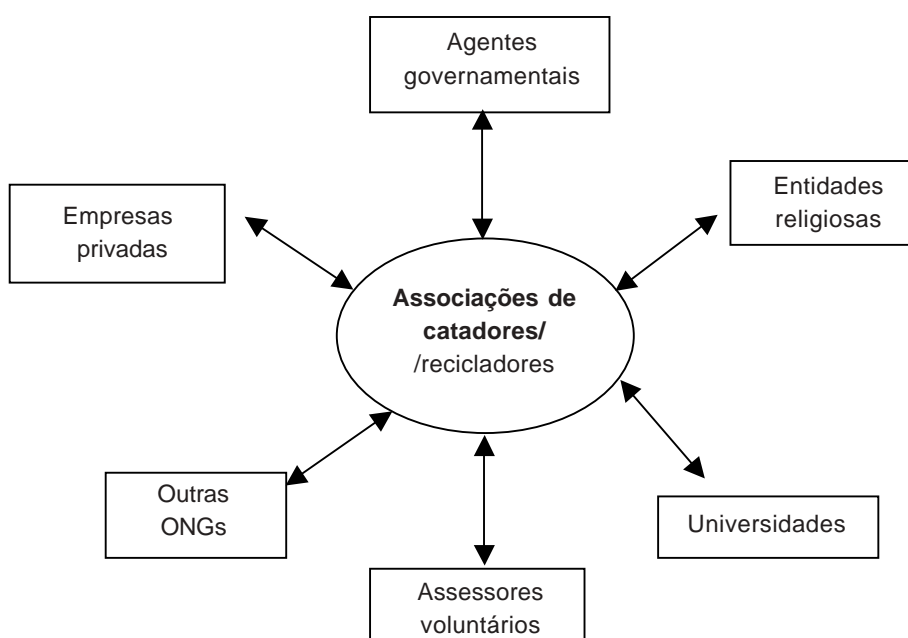
De acordo com a coordenação e a assessoria da Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul, os diferentes tipos de “parceiros” das associações de catadores/recicladores são classificados como:

- parceiros governamentais, que garantem o fornecimento de materiais, a infra-estrutura física dos galpões, a cedência e a manutenção dos equipamentos e, em alguns casos, alguns recursos adicionais para treinamento e como remuneração por serviços prestados de reciclagem. A FARRGS recomenda que as associações estabeleçam convênios com esses órgãos, para que se mantenham os compromissos assumidos, mesmo com a troca de governos estaduais ou municipais;
- parceiros não-governamentais, como entidades sociais, educacionais ou religiosas, que propiciem a qualificação dos catadores e colaborem em outras tarefas de apoio; e
- parceiros de outras instituições privadas, como empresas, de caráter industrial ou comercial, que dêem sustentação a projetos específicos nos galpões de reciclagem, além do fornecimento preferencial da matéria-prima, isto é, dos resíduos dessas instituições (Curso..., 2002).

¹ No caso específico do Rio Grande do Sul, têm-se, por exemplo, o Código Estadual do Meio Ambiente e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre.

Figura 4.1

Agentes governamentais e não-governamentais que interagem com as associações de catadores/recicladores



Há que se considerar o papel de entidades não-governamentais, como grupos ecológicos e entidades ligadas à Igreja Católica, enquanto atores coletivos relevantes nos movimentos sociais urbanos. Essa participação tornou-se particularmente notável no Brasil a partir do final dos anos 70 e no início dos 80, dentro do processo de abertura política do regime militar brasileiro (Mainwaring, 1983; Mainwaring; Viola, 1984).

No período logo após o golpe militar de 1964, no Brasil, a Igreja permaneceu como a única instituição civil com atividade política representativa fora do controle direto do Estado. Nesse contexto, alguns setores da Igreja passaram a canalizar as reivindicações e as denúncias referentes às perseguições de caráter político, no sentido de defender os direitos humanos. Com a Conferência dos Bispos Latino-Americanos em Medellín, Colômbia, em 1968, a Igreja "popular"

ou “progressista”² na América Latina, seguindo uma linha de renovação já iniciada pelo Concílio Vaticano II, recebeu um novo impulso (Mainwaring, 1983).

Na esteira dessa nova tendência e com a preocupação também de fortalecer o catolicismo junto às classes populares, as Comunidades Eclesiais de Base cresceram e se multiplicaram rapidamente. Tendo surgido no início dos anos 60, no nordeste brasileiro, as CEBs consistiam em pequenos grupos de leigos católicos, com uma composição entre 10 e 50 membros, organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural). Fundamentando-se na reflexão sobre o Evangelho, elas partiram para uma prática que aliava a religião com questões sociais e políticas, envolvendo-se com vários movimentos populares e se tornando um importante espaço para a mobilização e a organização política no Brasil sob o regime militar burocrático-autoritário³. Desse modo, configuram uma forma de organização pastoral diferente da tradicional dentro da Igreja, que anteriormente visava apenas ao atendimento sacramental pela paróquia, alcançando, nos anos 80, a cifra de 80.000 grupos, com cerca de dois milhões de participantes (Frei Betto, 1981).

Em termos de preocupação ambiental por parte da Igreja Católica, uma das primeiras vinculações ao tema explicitou-se na Campanha da Fraternidade de 1979, promovida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, e que teve como eixo central a preservação do ambiente humano, sob o título **Por um Mundo Mais Humano: Preserve o que é de Todos** (CNBB, 1978)⁴. Na continuidade desse processo, agentes ligados à Igreja Católica têm participado da formação de um número considerável de associações de catadores/recicladores em grandes cidades brasileiras, como Belo Horizonte e São Paulo, através das comunidades eclesiais de base e de pastorais (Jacobi; Teixeira, 1997).

Conforme o Irmão Antonio Cechin⁵ — um dos religiosos que vêm assessorando a organização dos catadores/recicladores no Rio Grande do Sul desde o

² Refere-se aos setores da Igreja Católica comprometidos prioritariamente com as classes populares, o que “(...) implica ruptura com os interesses e privilégios das classes dominantes” (Frei Betto, 1981, p. 12). Sobre esse tema, ver também Benedetti (1983).

³ Segundo Frei Betto (1981, p. 110-112), os princípios que devem nortear a prática pastoral inserida “na prática popular” são: “(a) opção pelas classes populares”; “(b) respeito e incentivo à autonomia das organizações populares de base”; “(c) incentivo às formas de organização de base que exprimem os interesses objetivos das classes populares”; e “(d) valorização de todas as formas de educação que favorecem o projeto de liberação do povo”.

⁴ O manual da Campanha da Fraternidade de 1979 esclarece que o interesse da Igreja Católica sobre o tema da preservação do meio ambiente prende-se à idéia de que “(...) a Ecologia é um problema profundamente fraterno. Trata-se do bem-estar e da sobrevivência da humanidade e, portanto, dos irmãos. A natureza criada por Deus é destinada a todos os homens. Destruí-la ou prejudicá-la é, portanto, um ato nocivo ao próximo” (CNBB, 1978, p. 10).

⁵ Em entrevista concedida em 02.10.03.

seu início —, ao se começar um trabalho com uma determinada categoria social, o mais importante é estudar profundamente os objetivos, valores e interesses desse segmento da população. Citando Paulo Freire, ele menciona a necessidade de se “(...) incidir diretamente nos temas geradores⁶”. Ele conta como, no trabalho com os catadores na Ilha Grande dos Marinheiros, ele e sua irmã tiveram que recomeçar várias vezes, tendo o sentimento de fracasso em diversos momentos. Um dos motivos dizia respeito às baixas conscientização e autonomia dos catadores, que se colocavam como dependentes dos dois assessores para receber adiantamentos em forma de “vales” pelo material reciclável vendido, que nem sempre dava o retorno financeiro esperado. Dessa maneira, houve problemas nesse começo de interação com os catadores, que chegaram a fazer ameaças de incendiar o galpão de reciclagem. Além disso, eles constantemente enganavam os assessores, pois eram estes que pagavam pelo material após a triagem e prensagem: ao pesarem os resíduos separados, os catadores molhavam fardos de papéis e de papelão, ou colocavam pedras dentro dos tonéis contendo plásticos, para que, em ambos os casos, os materiais apresentassem um peso maior.

Já o Irmão Romildo, do Cesmar, relata que, no começo da Associação Rubem Berta, ele exercia diversas funções como assessor do galpão, “desde a chamada, até a folha de pagamento”, mas agora participa apenas de algumas atividades, auxiliando a direção da associação em questões relativas à comercialização e a trâmites legais e bancários. Referindo-se ao fato de a maioria dos trabalhadores ser do sexo feminino, Irmão Romildo diz que, no começo, ele chegava a ter “medo” de entrar no galpão, mas, paulatinamente, foi se modificando sua opinião e seu olhar sobre as catadoras, e hoje ele afirma que trabalha “para elas”⁷.

Porém entidades católicas, como a Editora Palloti, de Porto Alegre e, até mesmo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), ligada à Congregação Marista, recebem críticas do Irmão Cechin e de algumas lideranças dos catadores/recicladores por não cederem, gratuitamente, todo o seu resíduo reciclável, especialmente papel, aos galpões, preferindo vender grande parte deste para intermediários ou para empresas recicladoras. Cechin, que ajudou a montar uma Pastoral de Ecologia na PUCRS, critica também o assistencialismo dos Maristas no trabalho com a população nas ilhas de Porto

⁶ A concepção de Paulo Freire sobre “temas geradores” leva em consideração “(...) o pensar dos homens referido à realidade, (...) seu atuar sobre a realidade, que é sua práxis” (Freire, 1975, p. 115).

⁷ Em entrevista, em 27.09.03.

Alegre, que, na sua visão, não contribui para que a comunidade forme lideranças e cresça. Outra crítica em relação à Igreja se refere ao trabalho inicial entre os catadores: segundo uma funcionária do DMLU, os agentes da Igreja privilegiam as mulheres, por acreditarem que elas têm mais facilidade e mais adaptabilidade em relação ao trabalho dentro dos galpões ou que elas sejam “mais doutrináveis”.

Em relação aos grupos ecológicos, alguns que remontam aos anos 70 mantinham pouco espaço para a discussão global dos problemas ambientais das grandes metrópoles, vistas simplesmente como “ecossistemas parasitas”, com populações “heterotróficas”, ou seja, dependentes de outros ecossistemas “naturais e produtivos” para sobreviver. Assim, pelo menos em um primeiro momento, a “utopia ecológica”, como menciona Cardoso (1991), não contemplou o debate para tentar resolver questões ambientais nas metrópoles, considerando que elas em si seriam o problema. Essa posição extremada deu lugar, nos anos 90, a uma visão que propugnava o desenvolvimento sustentável, inclusive nas grandes cidades. Dessa forma, estabeleceram-se ou fortaleceram-se organizações não-governamentais, ligadas a questões sobre meio ambiente, com portes e agendas diversas, num espectro que vai desde entidades internacionais, com um corpo técnico de alta qualificação, até grupos locais de apoio a iniciativas de produção e consumo ecológico.

Entretanto a tensão existente entre meio ambiente e pobreza, no caso brasileiro, nem sempre tem sido bem resolvida ou sequer contemplada por algumas ONGs ambientalistas: questões sobre justiça e conflitos socioambientais, como as colocadas por Martinez-Alier (1997) e Herculano (2000), só recentemente vêm sendo incorporadas aos programas dessas entidades.

Quanto à participação do setor público, de acordo com Willing, os sistemas referentes a centros de reciclagem raramente funcionam bem sem um subsídio financeiro oficial. O autor, do Ministério do Meio Ambiente de Berlim, explica que, antigamente, se imaginava, na Europa, que o sistema de reciclagem poderia ser completamente auto-sustentável, mas essa idéia já foi abandonada, admitindo-se que “(...) em qualquer caso, sempre haverá necessidade de se cobrir parte das despesas com recursos públicos; por isto, aqueles estudos que só levam o aspecto econômico/financeiro como base para a implantação destes sistemas nunca funcionam” (Willing, 1989, p. 143)

Na visão de Calderoni (1998), existem interesses específicos na atividade de reciclagem, por parte do poder público, tanto na esfera federal como na estadual ou na municipal. Para o Governo Federal, as vantagens de regular e apoiar os processos de gerenciamento de resíduos, em especial a reciclagem, consis-

tem na economia de divisas⁸, de recursos energéticos, de recursos hídricos, na elevação do nível de qualidade ambiental e em ganhos sociais referentes à geração de empregos e à melhoria das condições de saúde da população. Para os governos estaduais, as vantagens são semelhantes, especialmente na economia de energia e de recursos hídricos. No caso das municipalidades, tomando o exemplo da Cidade de São Paulo, o autor afirma que as vantagens com a atividade de reciclagem correspondem à redução dos custos totais do gerenciamento do lixo, decorrente do desvio de resíduos que seriam aterrados. Além de evitar tais custos, a reciclagem também prolonga a vida útil dos aterros, cuja utilização se configura em um problema cada vez mais grave nas regiões metropolitanas e, evidentemente, contribui para solucionar o problema social devido à catação nas ruas e nos lixões.

Por sua vez, levando em conta que a organização dos galpões deve estar integrada a um sistema municipal de gerenciamento de resíduos, Soares (2002) levanta algumas considerações quanto às atribuições do poder público municipal em programas de coleta seletiva e reciclagem, a saber: educar ambientalmente a comunidade, para que participe e colabore na separação do resíduo doméstico; dar as condições de recolhimento sistemático do material reciclável; criar usinas de reciclagem para a classificação e o pré-beneficiamento dos materiais; fazer estudos de mercado para viabilizar a comercialização dos materiais recicláveis; e fomentar atividades industriais de reciclagem. Observa-se, entretanto, que, conforme o tamanho da população e o volume de resíduos gerado normalmente em cada município, nem todas as prefeituras têm condições técnicas de levar a termo essas tarefas ou sequer existe viabilidade econômica para que esses programas sejam implantados em determinados municípios. Assim, enquanto a educação ambiental e a coleta seletiva não apresentam tantas dificuldades para serem adotadas, por outro lado, a criação de centros de triagem, bem como o apoio à comercialização e à indústria da reciclagem, é tarefa mais desafiante, que exige um maior volume de recursos do ponto de vista tanto financeiro quanto técnico.

Atendo-se à questão da reciclagem, podem-se mencionar a diferença de visões nas determinações de políticas diversas dos municípios sobre as atividades dos catadores/recicladores e a demora na consecução da Política Nacional de Resíduos Sólidos, ainda em tramitação, que deverá servir como

⁸ A economia de divisas através da reciclagem refere-se, principalmente, à redução na importação de matérias-primas como o petróleo, bem como na importação de sucata de aço para as indústrias recicladoras (Calderoni, 1998).

base e orientação para programas estaduais e municipais.⁹ Mesmo considerando-se que a competência sobre assuntos relativos à limpeza pública e ao tratamento do lixo é essencialmente municipal, sente-se a falta de normas gerais que disciplinem questões como tributação e recolhimento obrigatório pós-uso de alguns materiais, a exemplo de baterias, pilhas e pneus de veículos.

Sobre esse tema, Calderoni (1998) alerta para as omissões do Governo Federal e de governos estaduais em relação às políticas sobre resíduos sólidos, principalmente no que toca à falta de regulamentação do mercado de reciclagem, o que privilegia as indústrias recicladoras oligopolistas em detrimento dos catadores/recicladores e até dos sucateiros. Nesse sentido, o autor recomenda a ação governamental, em diferentes níveis, sobre a atividade de reciclagem, pois entende que o setor privado, por si só, não tem condições de desenvolvê-la plenamente.

Além dos aspectos mencionados acima, propõe-se a regulação estatal, para se garantir uma melhor distribuição dos ganhos com o processo de reciclagem, atualmente concentrados na sua ponta final, ou seja, nas grandes indústrias recicladoras. Um terceiro aspecto, relativo à responsabilidade do Governo no fomento dessa atividade, é o apoio à expansão do consumo de produtos reciclados¹⁰ e a taxação maior de bens não reciclados ou não recicláveis em relação aos recicláveis (Calderoni, 1998; Pereira; Santos, 1998). Grimberg e Blauth (1998) acrescentam a essa lista a necessidade de revisão, por parte do Governo Federal, das diretrizes econômicas que facilitam a importação de resíduos, a exemplo das aparas para a indústria de papel reciclado ou do plástico do tipo PET, importado da Argentina por indústrias nacionais, para aproveitar sua capacidade ociosa.

⁹ Em oficina ministrada em fevereiro de 2002, dentro do II Fórum Social Mundial em Porto Alegre, Emerson Kapaz, então Relator da Comissão Especial de Resíduos Sólidos da Câmara dos Deputados, enfatizou que a Política Nacional de Resíduos Sólidos tem como princípios básicos: a descentralização político-administrativa; a universalização do serviço de limpeza urbana; a utilização do princípio poluidor-pagador; a responsabilidade pós-consumo e solidária; e a gestão de ciclo de vida do produto. Os objetivos a serem fomentados com a PNRS, por outro lado, prevêm a reutilização dos produtos, através do uso de embalagens retornáveis; o desenvolvimento de tecnologias limpas; a implantação de programas de educação ambiental e o incentivo à criação de cooperativas de trabalhadores autônomos. Além disso, a PNRS define atribuições para municípios, indústrias e usuários; cria a figura da empresa exclusivamente recicladora, com isenção de impostos; estabelece uma sistemática rígida a ser observada para implantação e gerenciamento de aterros; e propõe a elaboração de um modelo de gestão socioambiental compartilhada para reaproveitamento dos resíduos sólidos com inclusão social.

¹⁰ Sobre isso, Calderoni (1998) chama atenção para o fato de que os órgãos governamentais brasileiros são grandes compradores. Assim sendo, poderiam, de maneira exemplar, privilegiar a aquisição de bens reciclados, como já ocorre em outros países.

Em Porto Alegre, as ações do poder público municipal estão contidas no Plano de Desenvolvimento Econômico do Município, que contempla políticas de inclusão social e cidadania, dirigidas a grupos de vulnerabilidade social, através da geração de trabalho e de renda.

Nos documentos resultantes do III Congresso da Cidade, promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em 2000, colocam-se referências sobre os aspectos ambientais, econômicos e sociais imbricados no processo da reciclagem, respectivamente nos blocos temáticos sobre: Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Desenvolvimento Econômico e Políticas Sociais (Porto Alegre, 2000; 2000a; 2000b).

No item sobre qualificação ambiental do bloco temático Desenvolvimento Urbano e Ambiental, aponta-se a necessidade de se promover o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos no contexto da Região Metropolitana de Porto Alegre como um todo, responsabilizando-se o gerador, inclusive com instrumentos tributários, e fomentando a redução, a reutilização e/ou a reciclagem dos resíduos, em especial de resíduos termoplásticos, não aproveitados nas associações de reciclagem, na RMPA (Porto Alegre, 2000).

Por sua vez, o bloco temático Desenvolvimento Econômico inclui uma série de recomendações e propostas a respeito do trabalho associativo e das formas de produção e consumo solidário, induzidas pelo poder público municipal. Entre essas propostas, situa-se, com destaque, o apoio à cadeia produtiva da reciclagem, que é lembrada como atividade que pode agregar valor ao material reciclável, através das diversas etapas de triagem, beneficiamento e comercialização, podendo, dessa maneira, incrementar a renda dos associados nos galpões de recicladores. Além desses aspectos, contemplam-se igualmente: o incentivo específico a iniciativas de geração de renda organizadas por mulheres, “com assessoria e recursos do poder público”; a criação de novas tecnologias para se poder reciclar alguns tipos de resíduos sólidos ainda não aproveitados; e a ênfase na coleta seletiva dos materiais recicláveis das repartições públicas, garantindo sua destinação às associações de recicladores “legalmente constituídas” (Porto Alegre, 2000a, p. 7).

Já no bloco temático Políticas Sociais, salienta-se a necessidade de desenvolvimento de programas que ampliem ou qualifiquem os projetos relacionados às unidades de triagem de resíduos, bem como aqueles vinculados a reassentamentos de população, os quais, em alguns casos, se sobrepõem à criação de associações de recicladores (Porto Alegre, 2000b).

Se o III Congresso, realizado em 2000, havia contemplado questões pontuais a respeito de temas urbano-ambientais, de desenvolvimento econômico, de políticas sociais e outros, o IV Congresso da Cidade, encerrado em outubro de 2003, centrou-se no “desdobramento das resoluções e na complexificação

do sistema de participação” desenvolvido em Porto Alegre, focando, para isso, os eixos de “Democracia e Gestão” (Porto Alegre, 2003, p. 2). Dentre as diretrizes e propostas destacadas no IV Congresso, assinalam-se: a prioridade à geração e ao acesso a postos de trabalho e renda, “como garantia fundamental da cidadania e da democracia”, e o estímulo à criação de centros de trabalho, viabilizando-se a infra-estrutura para os trabalhadores autônomos. Ressalva-se, contudo, que essas medidas não envolvem investimentos financeiros por parte do poder público (Ibid. p. 34).

Sobre aspectos específicos concernentes à atividade de coleta e reciclagem de resíduos, indica-se como proposta:

“(…) avaliar e proporcionar alternativas válidas e adequadas para financiar serviços de natureza coletiva como coleta de lixo, que sejam viáveis do ponto de vista operacional, porém que considerem o custo do serviço prestado, que diferenciem valores por tipo de atividade e periodicidade da oferta do serviço; analisar a viabilidade de concessão do serviço de coleta seletiva, priorizando os galpões de reciclagem sob a gestão política do DMLU” (Porto Alegre, 2003, p. 23).

Por outro lado, no **Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos de Porto Alegre — 1997**, apresenta-se um sistema de ações e projetos relacionados às questões de coleta e disposição final dos resíduos sólidos. Esse documento explicita a orientação do poder municipal relativamente aos resíduos, tanto no aspecto de tentativa de redução do volume de aterramento, ou seja, do lixo que é destinado aos aterros, quanto no sentido de promoção de empregos através da criação de unidades de reciclagem e do desenvolvimento das indústrias recicladoras (Dutra; Ballestrin apud Fritsch, 2000).

Relativamente às associações de reciclagem, sua criação é explicada pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana como uma forma de atender às necessidades de trabalho “(…) de grupos de determinadas áreas carentes da cidade, ex-catadores, papeleiros, populações subempregadas e desempregados, que, através dessa atividade, buscam uma forma de gerar rendimentos, garantindo sua sobrevivência” (DMLU, 2003a). A diretriz contida nos projetos e nos programas da autarquia municipal é de fornecer integralmente às associações o material coletado de forma seletiva e de capacitá-las tecnicamente para torná-las “mais organizadas” (Fritsch, 2000, p. 63). Além do DMLU, outros órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre interagem com as associações de reciclagem no Município, como exposto no Quadro 4.1.

Quadro 4.1

Órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e suas atribuições em relação às associações de reciclagem — 2002

ÓRGÃOS MUNICIPAIS	ATRIBUIÇÕES
DMLU	Execução da coleta seletiva; fiscalização da coleta seletiva; distribuição das cargas; acompanhamento do trabalho com as unidades de triagem; levantamento de dados; assessoramento técnico às unidades de triagem existentes e em formação.
Smic	Projeto de geração de renda.
Smed	Projeto de alfabetização dos recicladores.

FONTE: ALVES, Carlos Augusto de Azambuja. Unidades de triagem de resíduos sólidos no Município de Porto Alegre — 12 anos depois. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 6., Gramado. **Anais...** Porto Alegre: ABES, 2002. CD-ROM.

O DMLU contempla, por outro lado, a ação pública junto aos “papeleiros”, descritos como pessoas que “vivem da exploração do lixo”, sendo explorados pelos donos dos depósitos para quem eles vendem o material coletado, que, na maioria das vezes, são também donos dos carrinhos utilizados por esses trabalhadores de rua. A “organização dos papeleiros”, segundo a orientação do órgão municipal, tem como objetivo evitar os problemas causados pela separação do lixo nas ruas e livrar os trabalhadores das imposições dos donos dos depósitos, ou seja, os intermediários na cadeia da reciclagem do lixo (Fritsch, 2000, p. 64).

Uma outra ação do poder municipal em Porto Alegre sobre as associações de reciclagem refere-se às construções dos galpões mais recentes (de 1999 em diante), que têm obedecido a padrões arquitetônicos elaborados por técnicos do DMLU “(...) a partir da observação do trabalho, possibilitando minimizar custos energéticos e desgastes físicos dos recicladores” (DMLU, 2003a).

Os acordos do DMLU com as associações de reciclagem em Porto Alegre encontram-se em fase de reformulação de direitos e responsabilidades mútuas, na tentativa de se firmarem convênios específicos para cada uma delas. Nas rodadas de negociações, participam nove das 10 associações de Porto Alegre formalmente constituídas,¹¹ bem como a FARRGS. Ao longo de 2001 e 2002,

¹¹ A Associação de Triagem de Resíduos Sólidos Domiciliares da Lomba do Pinheiro, por sua situação especial com atividades de triagem de material seco e compostagem de material orgânico, tem convênio próprio, já estabelecido com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

foram feitas diversas reuniões mensais, envolvendo os catadores e os diversos órgãos da Prefeitura envolvidos no processo, tais como o DMLU, a Smic, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente e a Secretaria Municipal de Saúde.

A idéia é a de se ter, nos convênios, uma pauta básica relativa a todas as associações e itens particulares para cada uma delas, isto é, cláusulas gerais e cláusulas específicas, caso a caso, resultando em um convênio para cada unidade de triagem. Atualmente, alguns benefícios por parte do poder público municipal são idênticos para todas as UTs, enquanto outros benefícios contemplam, de forma distinta, as diversas unidades. Como exemplo, tem-se que, nas 10 associações, 100% da taxa mensal de água das UTs é paga pela municipalidade, mas a taxa de energia elétrica é assumida integralmente pela Prefeitura apenas em algumas unidades.

Segundo um técnico do DMLU¹², durante o período de abril a setembro de 2003, em que a coordenação da FARRGS esteve “nas mãos” de pessoas ligadas à Federação Anarquista Gaúcha, não foi possível dar seguimento aos debates sobre a determinação ou a revisão de convênios formais entre a Prefeitura Municipal e as associações de catadores/recicladores, devido ao papel relevante da FARRGS nessas negociações. Com o retorno da antiga coordenação à Federação, imagina-se que as negociações para a implementação dos convênios possam ser retomadas. Sobre a relação da FARRGS com o poder público municipal em Porto Alegre, é interessante observar, porém, que a referência sobre a criação da Federação dos Recicladores é apontada pelo DMLU tão-somente como uma possibilidade de fortalecimento da categoria para as negociações de venda dos materiais às indústrias (DMLU, 2003a), não havendo menção à capacidade de organização e capacitação dos trabalhadores para outros fins.

Tecendo críticas à administração municipal, o Irmão Cechin relata que, na sua primeira fase de trabalho junto aos catadores, de 1985 (na época do Prefeito Alceu Collares, do PDT) a 1997 (na gestão de Raul Pont, do PT), ele e sua irmã Matilde tinham uma utopia inicial a respeito do trabalho, que “foi por água abaixo”, em virtude de desacertos com a Prefeitura. Ao ganhar as eleições em Porto Alegre, em 1989, o Prefeito Olívio Dutra, do PT, chamou-o para “administrar as ilhas”, o que foi aceito, tendo em vista a possibilidade de melhoria das condições de vida dos catadores. Quando a Administração Popular (gestão municipal do PT) começou, em 1989, ela “descobriu a roda”, segundo o Irmão Cechin. Ele critica a intervenção do DMLU, no início dos anos 90, com a criação da coleta seletiva oficial, que, ao seu ver, contribuiu para romper o vínculo entre os gerado-

¹² Através de entrevista concedida em 13.10.03.

res do lixo domiciliar e os catadores/recicladores. “O lixo hoje é um horror; na coleta seletiva, vem até bicho morto dentro dos saquinhos, coisa impensável antes, quando o lixo era todo aproveitado.” Para o Irmão Cechin, a coleta seletiva em Porto Alegre “(...) foi implantada de cima para baixo” pela municipalidade, e, por isso, ela hoje estaria “agonizante”.

Nesse contexto, ele afirma que, enquanto o discurso da Administração Popular ressaltava a força dos movimentos populares e o controle que a sociedade civil deveria exercer sobre o Governo Municipal, a prática de gestão não ocorreu dessa maneira. A forma de construção de galpões, segundo o religioso, tampouco teria levado em consideração a rotina do trabalho de reciclagem.

Assim, tanto no aspecto da coleta seletiva, que, nos seus 13 anos de existência, foi “exportada para todo o Brasil”, quanto no gerenciamento da atividade dos catadores/recicladores em Porto Alegre são apontados problemas “incontornáveis”. Segundo o Irmão Cechin, “(...) a coleta seletiva explodiu, fracassou, apesar do esforço sobre-humano [de tentar obter resíduos] junto a supermercados e a condomínios”. No entanto, ele ressalva que isso não significa que não tenha havido um crescimento na coleta de resíduos recicláveis; ao contrário, o “desastre” ocorrido com a coleta seletiva, a seu ver, diz respeito ao agravamento da situação de pobreza na Capital e ao aumento do número de carroceiros, que sobrevivem do lixo “(...) correndo na frente da Prefeitura”, isto é, chegando mais cedo que os caminhões do DMLU aos bairros de Porto Alegre, nos dias respectivos da coleta seletiva oficial. “A Prefeitura chega sempre atrasada.” Com isso, os caminhões acabam circulando com capacidade ociosa, e os carroceiros recolhem, informalmente, muito mais material em comparação à coleta oficial.

Essa informação é confirmada por um funcionário do DMLU¹³: segundo o entrevistado, os caminhões da coleta seletiva dificilmente chegam lotados depois de um percurso, enquanto, até 2002, precisavam fazer duas viagens para os mesmos locais, voltando sempre com carga total. Os bairros que ainda “rendem” em termos de resíduos secos são aqueles situados fora da rota dos carroceiros, como os bairros da Zona Sul de Porto Alegre. Já os resíduos do Centro da Cidade e dos bairros mais próximos, como Menino Deus, Cidade Baixa, Santana e Bonfim, são levados, quase na totalidade, pelos carroceiros, que ainda residem majoritariamente nas ilhas do Guaíba, com fácil acesso às

¹³ Em entrevista concedida em 26.08.03.

áreas centrais. Conseqüentemente, o órgão municipal está reduzindo o corpo de pessoal terceirizado que trabalha na função de gari dentro da coleta seletiva.¹⁴

Por sua vez, com o objetivo de resgatar a coleta seletiva, os funcionários que trabalham na coleta oficial têm cadastrado grandes geradores de lixo seco, como os condomínios residenciais, fazendo acordos com síndicos e moradores para entrar diretamente nesses locais e, com isso, aumentar o volume de resíduos coletados.

Na disputa pelo lixo seco, a argumentação da Prefeitura em relação aos catadores de rua é, dentre outros aspectos, que eles causam problemas relativos ao trânsito na cidade. Sobre essa questão, houve, por parte da EPTC e do DMLU, uma tentativa frustrada de se imporem horários à circulação dos carroceiros que catam resíduos. Já que não existe uma organização dos catadores informais, que trabalham autonomamente, por grupos familiares. Além disso, os catadores utilizam o trabalho de menores, inclusive para a condução das carroças, e, ademais, ao recolherem o resíduo seco, executam a separação nas ruas, abandonando o rejeito não aproveitável em “qualquer esquina”. Nesses casos, os condomínios que fazem acordos com os catadores informais podem ser multados, por estes colocarem restos de lixo em locais indevidos. Ainda segundo técnicos do DMLU, essa possibilidade faz com que, em alguns condomínios, os moradores se desestimulem e até deixem de separar seus resíduos.

Efetivamente, observa-se um claro conflito entre a coleta informal e a oficial. Na medida em que a indústria de reciclagem no sul do Brasil tem avançado consideravelmente, os materiais dispostos no lixo tornam-se cada vez mais valiosos e, em alguns casos, até escassos, constituindo uma opção de retorno financeiro para muitas pessoas. Por sua vez, no confronto de opiniões entre os órgãos públicos municipais e outras entidades externas que lidam com os catadores, verificam-se críticas e questionamentos mútuos, respectivamente, sobre a maneira “antiga” e “doutrinária” de atuação da Igreja ou sobre “o trabalho sem fundamentação na base” que seria exercido autocraticamente pelo poder municipal.

De acordo com Grimberg e Blauth (1998), se algumas prefeituras, principalmente nas grandes cidades, terceirizassem a coleta dos materiais recicláveis, tornando-a tarefa dos catadores de rua ou dos carroceiros, de forma organizada, com assessoria e capacitação, isso poderia levar à viabilização econômica dos programas de coleta seletiva. No entanto, como as próprias autoras assinalam, podem surgir problemas em decorrência do baixo valor de mercado de alguns

¹⁴ À época da pesquisa, a coleta seletiva do DMLU contava com 26 motoristas e 25 garis na situação de funcionários diretos do órgão municipal e mais 36 garis terceirizados de empreiteiras (informação dada em entrevista, em 26.08.03).

tipos de material, que seriam desprezados pelos catadores. Portanto, o programa acabaria funcionando de maneira somente parcial.

Em Dois Irmãos, o contato do poder público municipal com a Associação dos Recicladores dá-se através do Departamento de Meio Ambiente, criado em 1997, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde, Ação Social e Meio Ambiente. Sendo um município pequeno e com apenas uma unidade de reciclagem, pode-se supor que a gestão de resíduos sólidos no Município seja simples, porém o aspecto de alto grau de urbanização no Município, que chega a 99% da população (IBGE, 2001), constitui-se em um desafio para a gestão ambiental, em especial no que diz respeito à coleta e à disposição do lixo domiciliar.¹⁵

O vínculo da Prefeitura Municipal de Dois Irmãos com os recicladores é mediado pelo Contrato de Prestação de Serviços nº 089/99, estabelecido em 1999, onde se estipulam os serviços a serem prestados pela Associação "(...) referentes à separação e/ou catação e reciclagem e/ou compostagem de resíduos sólidos de origem domiciliar", bem como a remuneração correspondente e outros benefícios por parte da Prefeitura.¹⁶

A funcionária encarregada do Departamento de Meio Ambiente relata que o Tribunal de Contas do Estado tem questionado os custos da Prefeitura relativos aos serviços de reciclagem, sendo esse um dos pontos delicados da relação entre o poder público municipal e a Associação. Os recicladores de Dois Irmãos¹⁷ expressam o temor de que, com as próximas eleições municipais, em 2004, havendo troca do partido atualmente no poder, possa ocorrer uma mudança na orientação sobre a gestão de resíduos, com rescisão do contrato ou com sua alteração, acarretando cortes nos valores pagos atualmente.

Outro aspecto desafiante envolve o debate sobre a utilização de aterros sanitários e o acordo recente para que se leve a parcela de material orgânico do lixo municipal e os rejeitos da usina de reciclagem para uma antiga mina, preparada para receber resíduos, no Município de Minas do Leão, na região carbonífera do Estado. A questão que se coloca tem a ver com o risco de que, para "reduzir custos" referentes à coleta seletiva, o poder municipal, em especial nas cidades pequenas, passe a enviar todo o lixo, sem separação entre seco e orgânico, para esse aterro.¹⁸

¹⁵ Segundo informações fornecidas pela Chefe do Departamento, Ivana Collet, em 03.09.03.

¹⁶ Conforme foi explicitado no Capítulo 2.

¹⁷ Em entrevistas concedidas em 28.08.03.

¹⁸ Informação dada por Roque Spies em 21.08.03.

Contudo a Prefeitura Municipal de Dois Irmãos tem atuado de forma colaborativa com os recicladores em assuntos específicos concernentes à coleta e a outros aspectos do gerenciamento de resíduos. Como exemplo, Roque Spies relata um episódio ocorrido em 2002, em que uma empresa gráfica da Cidade misturava material químico, considerado tóxico, aos resíduos comuns que eram coletados pela Prefeitura e levados para a usina. Ante a situação de risco por lidar com esse tipo de material, a Associação solicitou uma reunião com os responsáveis pela gráfica e com representantes da Prefeitura, que não aconteceu, porque o pedido foi ignorado pelos dirigentes da gráfica. Para obrigá-los a mudar de atitude e separar adequadamente os seus resíduos, a Prefeitura suspendeu a coleta dos resíduos dessa empresa e de outras que não separavam os materiais perigosos até que eles concordassem em fazer a separação correta dos resíduos, o que acabou acontecendo rapidamente.

Na questão dos catadores informais, a Prefeitura Municipal de Dois Irmãos também tem zelado pelo cumprimento do acordo com a Associação dos Recicladores, evitando que caminhões e carroças vindas de outros municípios maiores recolham os resíduos nas ruas da cidade.

Quanto à participação em eventos sociais e culturais do Município, a Associação dos Recicladores de Dois Irmãos tem-se feito presente, como na Semana do Meio Ambiente, que ocorre anualmente, no mês de junho, ou no desfile de Sete de Setembro¹⁹, momentos em que os recicladores promovem atividades dentro da programação oficial, com palestras e outras manifestações.

Além das entidades municipais, há que se considerar a atuação do poder estadual no Rio Grande do Sul, através da Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional, que vem acompanhando o trabalho dos catadores de lixo desde 1990.²⁰

Por fim, pode-se apontar a presença de voluntários profissionais que dão apoio aos galpões, como, por exemplo, no Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto, onde existe um conselho gestor (assessores) composto por empresários, médicos, engenheiros e outros profissionais. Além desses, existem algumas outras entidades externas que desenvolvem trabalhos sociais com os catadores, como a GTZ — Sociedade Alemã de Cooperação Técnica, que vem dando apoio ao CEA.

¹⁹ No desfile de Sete de Setembro de 2003, essa participação ocorreu em um caminhão, com os associados exibindo materiais recicláveis prensados, além de faixas e cartazes alusivos à coleta seletiva e ao processo de reciclagem.

²⁰ Ao que já se fez referência no Capítulo 2.

Entretanto alguns dos assessores são apontados como “criadores de problemas” para as associações de catadores/recicladores. Um deles, ex-frei capuchinho e ex-assessor da FARRGS, é descrito como uma “cobra criada” por outro assessor católico, Antonio Cechin, o qual relata que esse assessor “(...) deixou de ser frei e quis fazer seu pé-de-meia, cuidar mais de seus próprios interesses”. Para tanto, montou uma pequena empresa de consultoria de assuntos sobre lixo e esteve à frente do projeto que levou à construção, em 1999, da Usina de Beneficiamento de Material Plástico, junto à Unidade de Triagem da Restinga, em Porto Alegre. A idéia de se construir essa usina como “(...) uma estratégia que necessitava de fortalecimento da capacidade gerencial, bem como da união de todas as associações numa entidade forte e credenciada” (Curso..., 2002, p. 10) foi desenvolvida em conjunto pelos poderes públicos municipal e estadual e pela FARRGS, com o apoio de algumas entidades financiadoras. Entretanto, em virtude de uma série de entraves técnicos e administrativos, a usina não começou ainda a funcionar, prevendo-se que isso só será possível a partir de 2004.

Cabe mencionar, outrossim, a formação do Fórum Lixo e Cidadania, a partir de 1998, como uma arena específica sobre questões sociais e ambientais relativas à gestão dos resíduos sólidos nas cidades. Reunindo técnicos e pesquisadores de órgãos públicos, membros de organizações não-governamentais e de universidades, bem como representantes de associações de catadores/recicladores, no total de mais de 40 entidades, dentre elas o Fundo das Nações Unidas para Infância, o Fórum conta com vários núcleos já estabelecidos nos âmbitos nacional, estadual e municipal, tendo elaborado o Programa Nacional Lixo e Cidadania (Abreu, 2001).

Em junho de 1999, o Unicef, com o apoio de outras entidades participantes do Fórum, lançou uma campanha sob o título Criança no Lixo, Nunca Mais, com o objetivo de transformar as condições de vida das populações que sobrevivem do lixo nas cidades brasileiras, dirigindo-se, em especial, às crianças que acompanham os adultos na atividade de buscar nos lixões não apenas materiais recicláveis para vender, como também o próprio alimento.

Em termos de linhas básicas de atuação, o Programa Nacional Lixo e Cidadania propõe a retirada total das crianças do trabalho no lixo, a ampliação da renda das famílias que sobrevivem da catação nos lixões e nas ruas e a erradicação das áreas degradadas pela destinação inadequada do lixo. As recomendações do Programa são claras no sentido de que não adianta apenas retirar as pessoas que vivem e trabalham nos lixões, se não lhes forem dadas alternativas de sobrevivência e sem proceder ao saneamento apropriado dos depósitos de lixo. Como afirma uma das participantes do Fórum, a idéia subjacente é de que se rompa com a concepção de práticas assistencialistas,

incentivando-se a participação autônoma dos trabalhadores do lixo. Nesse contexto, enfatiza-se a organização dos catadores como a melhor maneira de defesa do seu direito à cidadania, considerando essa organização como “(...) uma necessidade prática, não apenas do ponto de vista de promoção da cidadania, mas voltada também para a ação cooperativista que valorize esses profissionais da coleta seletiva como agentes ambientais e econômicos” (Abreu, 2001, p. 30).

Na visão dos organizadores do Programa Lixo e Cidadania, dentre os catadores de resíduos, os que trabalham nos lixões e aterros se organizam de maneira mais rápida e com menos dificuldades do que os que permanecem nas ruas. A justificativa para isso é que:

“(...) os catadores nos lixões possuem forte senso comunitário, e a grande presença de mulheres [entre eles] facilita o trabalho social — elas ouvem mais, acreditam mais na possibilidade de transformar sua vida e bebem menos do que os homens. Os catadores de rua não atuam numa área restrita, como o lixão, não têm horários, e o trabalho na rua lhes dá a sensação de liberdade; a atividade dispersa e solitária os faz mais individualistas” (Abreu, 2001, p. 35).

Contudo reconhece-se que “(...) promover a auto-organização dos catadores supõe uma intervenção social de fôlego”, que implica projetos não assistencialistas, voltados aos catadores, de sensibilização, capacitação, educação formal e de incentivo ao associativismo e ao cooperativismo (Abreu, 2001, p. 35).

A articulação para a implementação do Programa Lixo e Cidadania nos estados e nos municípios tem-se dado com a participação de diferentes setores governamentais e não-governamentais, seguindo-se o modelo do Fórum Nacional. Como explica uma das participantes do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, não existem regras específicas para a formação de fóruns estaduais ou municipais, desde que se garanta “a visão integral do problema pelo envolvimento de atores de diversos setores”. Para que funcionem, requer-se também a escolha de um grupo coordenador ou de uma secretaria executiva e que uma das entidades se responsabilize pelo registro das informações e por seu repasse para todas as outras entidades participantes. No caso dos fóruns municipais, reforça-se a importância das instâncias locais nas decisões sobre o gerenciamento dos resíduos sólidos, priorizando-se sempre a ação junto aos catadores informais em cada cidade (Abreu, 2001, p. 41).

No Rio Grande do Sul, o Fórum Estadual formou-se a partir da iniciativa de técnicos dos serviços públicos estadual e municipal, bem como da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária, em 2001, com a adesão de algumas associações de catadores/recicladores e, posteriormente, da FARRGS. No caso

de Porto Alegre, o respectivo Fórum Municipal surgiu em 2002, pelo esforço conjunto de técnicos do DMLU, representantes de organizações não-governamentais, de universidades e dos catadores/recicladores.

Como medidas prioritárias, na reunião do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Porto Alegre, em abril de 2003, defendeu-se a idéia de reunir os dois Fóruns — o Municipal e o Estadual —, para que representantes de ambos fossem ao Governo do Estado solicitar a colocação em prática da resolução que trata da segregação interna de resíduos nos órgãos públicos estaduais. Por outro lado, na reunião do Fórum Estadual, em outubro de 2003, foi sugerido lembrar que a coleta seletiva é lei no Rio Grande do Sul e que o apoio aos catadores organizados também é. Foi lembrado, ainda, que se reforce o papel da FARRGS como entidade que reúne os catadores e que pode cumprir a função de capacitá-los.

4.3 - Autonomia e sustentabilidade — significados e buscas

Na formação associativa de catadores/recicladores, um dos propósitos que se colocam no horizonte das dinâmicas de crescimento e de continuidade está relacionado à busca de autonomia e de sustentabilidade para as associações como empresas de autogestão.

A noção de autonomia, para Castoriadis (1982, p. 124), traduz uma visão psicanalítica, em que autonomia (em nível individual) é o domínio do consciente sobre o inconsciente, ou, em termos freudianos, do Ego sobre o Id. O autor também cita Lacan, no aspecto de que, sendo o inconsciente "(...) o discurso do Outro", a autonomia, ainda no nível individual, consistiria em que "(...) o meu discurso deve tomar o lugar do discurso do Outro, de um discurso estranho que está em mim e me domina; fala por mim". Entretanto autonomia não significa a eliminação pura e simples do discurso do Outro, mas "(...) a instauração de uma outra relação entre o discurso do outro e o discurso do sujeito" (Castoriadis, 1982, p. 126). Assim, torna-se impossível conceber a autonomia sem imaginá-la como algo coletivo, social, já que uma autonomia individual, por si só, não poderia transformar as estruturas opressoras da sociedade.

Por sua vez, conforme Carvalho (2003), a questão da sustentabilidade em associações ou cooperativas, como as unidades de triagem/reciclagem, pode ser verificada a partir da delimitação de três dimensões analíticas, complementares entre si, com as quais se avaliam os tipos de relações institucionais desses empreendimentos e suas possibilidades de alcançar a autogestão, a resis-

tência à reificação e à alienação e a superação da heteronomia. São estas as dimensões jurídico-econômica, político-administrativa e psicossocial.

A dimensão jurídico-econômica abarca o conjunto de formas de ordenação legais e econômicas às quais o empreendimento está submetido. Esse campo de análise é composto pelas leis em todos os níveis — tanto as internas ao empreendimento, como regulamentos próprios, quanto as leis gerais do Município, do Estado ou do País. Considera-se também, nessa dimensão, a estruturação econômica da associação ou cooperativa, da qual faz parte o acesso ao crédito, o tipo de mercado e suas parcerias. A dimensão político-administrativa abrange as diferentes formas de exercício do poder e do controle, estando incluídas nesse campo de análise as diversas estruturas de gestão do empreendimento, as formas de dominação e resistência, as formas de acesso às instâncias de decisão, os mecanismos de informação e de formação da força de trabalho e a participação e o acesso aos poderes local e nacional. A dimensão psicossocial engloba “(...) todo o grupo de relações e interações intersubjetivas que se estabelecem entre os trabalhadores”, bem como “as construções intersubjetivas dos significados e das identificações coletivas”, constituindo esse campo de análise “a construção do entendimento coletivo; (...) as identificações e as identidades coletivas dos trabalhadores” (Carvalho, 2003, p. 251). Contudo, como o autor ressalta, é preciso entender que essas três dimensões analíticas, “(...) mais do que se auto-influenciam, se autoconstituem simultaneamente”. Nesse sentido, para que o empreendimento seja efetivamente autogestionário, ele “(...) precisa apresentar viabilidade/sustentabilidade tanto jurídica e economicamente como política e administrativamente, assim como psicossocialmente” (Carvalho, 2003, p. 252). Tomando uma citação de Castoriadis, ele conclui que “(...) a autogestão só tem sentido quando ela combate as condições instituídas de heteronomia” (Castoriadis apud Carvalho, 2003, p. 252).

Levando-se em consideração as três dimensões de análise referenciadas na investigação sobre os níveis de autonomia e sustentabilidade das associações de reciclagem pode-se chegar a alguns resultados.

Segundo o depoimento de um técnico do DMLU, falta iniciativa, por parte das unidades de triagem de Porto Alegre, para procurar diretamente grandes geradores de resíduos, como *shoppings*, supermercados e universidades, o que é feito, atualmente, apenas pelo Centro de Educação Ambiental da Vila Pinto. Todavia, em reunião do Fórum Municipal Lixo e Cidadania de Porto Alegre, em abril de 2003, envolvendo catadores, representantes sindicais e poder público (federal, estadual e municipal), reforçou-se a idéia de que cabe ao DMLU ir direto às grandes fontes geradoras, investindo na questão da coleta seletiva para garantir o suprimento de materiais recicláveis.

O Assessor Antonio Cechin ressalta que “(...) o segredo da nossa utopia inicial está contido nas relações interpessoais ricas entre os produtores de lixo (a população como um todo) e os recicladores”. Ele sugere que se dê formação na área de relações humanas ou de relações públicas a algumas lideranças dos catadores/recicladores, para facilitar o contato destes com “a classe média”, no sentido de tentar-se obter maior volume de fornecimento direto de resíduos. Outra sugestão é a de solicitar aos órgãos públicos (muitos dos quais não fazem ainda a separação entre lixo seco e orgânico) que separem os resíduos e os destinem diretamente a um determinado galpão mais próximo de suas sedes.

Sobre as possibilidades de crescimento da autonomia e da sustentabilidade a partir da implementação da usina de beneficiamento de plásticos, Cechin relata que, em 1992, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro — a Eco-92 —, ele e sua irmã entraram em contato com a Fundação Ford²¹, pensando, na época, na possibilidade de construção de uma usina desse tipo. Contudo, ao voltar a Porto Alegre, os irmãos Cechin perceberam, através de uma pesquisa com os catadores e do trabalho de reciclagem, a dificuldade em manter-se funcionando uma usina como essa, pela necessidade de escala mínima de produção — mesmo com 12 galpões funcionando bem, haveria problemas no fornecimento de plásticos, com um nível mínimo de produtividade e rentabilidade para a usina.

A partir de 1995, contudo, o DMLU encampou a idéia de construção da Usina de Beneficiamento de Material Plástico, junto com a SMIC, a Metroplan e a FARRGS. Tendo sido aprovada no Orçamento Participativo de Porto Alegre e concretizada em 1999, com a doação de um terreno no Bairro Restinga, na Zona Sul de Porto Alegre, com repasse de verbas pelo Governo Estadual para a construção das instalações e com recursos para equipamentos de beneficiamento e para capacitação patrocinados pela Inter-American Foundation²², em convênio com a FARRGS, a Usina teve um custo equivalente a três novos galpões (METROPLAN, 2000). Entretanto, para Cechin, ela se tornou um “(...) elefante branco, [que] vai explodir”.

Na visão de técnicos do DMLU, porém, o projeto da Usina, em Porto Alegre, “(...) foi uma conquista dos recicladores das unidades de triagem e tem como meta principal o incremento do processo de geração de renda desses trabalhadores”, em virtude da perspectiva de agregação de valor em até 200% no “produto final” da Usina. Com o início de suas atividades, acredita-se que haverá

²¹ Financiadora norte-americana de projetos sociais em países em desenvolvimento.

²² Instituição governamental norte-americana que oferece doações a organizações não-governamentais e de base comunitária da América Latina e do Caribe.

“um salto de qualidade” no trabalho desenvolvido pelos catadores, que deixarão de ser simples “triadores”, passando a se enquadrar na categoria de “recicladores” propriamente dita (Machado et al., 2002, p. 95).

Para que ocorra viabilidade econômica na atividade da Usina, porém, é preciso que se tenha, como matéria-prima, pelo menos 69 toneladas por mês de plástico do tipo PET, sem qualquer mistura com outros tipos de plásticos, para não haver o que se denomina “contaminação” do material e, conseqüentemente, perda em termos de aproveitamento para a indústria. Dos demais tipos de plásticos, são necessárias, em média, 85 t/mês de cada um deles para os fins de viabilidade do beneficiamento. O resultado econômico-financeiro traduz-se na agregação de valor ao plástico depois de beneficiado: enquanto o material PET bruto enfardado rende R\$ 0,60/kg após o beneficiamento, na forma de *flakes*, ele passa a valer de R\$ 1,40/kg a R\$ 1,50/kg.²³

No plano original, que redundou na construção da Usina, está previsto que uma parte da matéria-prima, representada pelos plásticos a serem beneficiados, seja doada pelos galpões e que a diferença de valores na comercialização do material “bruto” e do beneficiado seja partilhada entre os trabalhadores da própria Usina e os catadores/recicladores das unidades de triagem que tenham participado do processo anterior de separação e classificação do material.

Não obstante, técnicos do DMLU e membros das próprias associações de catadores reconhecem que, tanto para lidar com os equipamentos de beneficiamento na Usina, quanto para separar o material nos galpões — com um alto controle de qualidade e margem de erro ínfima —, faz-se necessário um elevado nível de qualificação da mão-de-obra e uma ampla conscientização sobre os resultados coletivos em termos de ganhos e de expansão das possibilidades profissionais. Essa não é a realidade em que se encontra atualmente a maioria dos galpões de reciclagem. Assim, a questão de funcionamento da Usina coloca-se como algo a ser debatido e solucionado pelos órgãos públicos, pelos assessores e consultores e pelas associações de catadores/recicladores.

Outro projeto existente em Porto Alegre refere-se à criação da Central de Comercialização de Resíduos, a ser construída com recursos do BNDES na região da Cidade demarcada como Porto Seco (Mello; Silveira, 2003).

O III Seminário de Experiências Brasileiras de Coleta Seletiva, realizado em agosto de 1998, em São Paulo, e que reuniu representantes de associações de recicladores e técnicos do setor de reciclagem de várias partes do País, teve como principal objetivo discutir questões relativas à comercialização dos materiais recicláveis. Nas conclusões e recomendações do Seminário, foram apon-

²³ Conforme informação de técnico do DMLU em 13.10.03.

tados aspectos referentes aos ganhos efetivos dos catadores/recicladores com a venda dos materiais aos sucateiros ou diretamente às indústrias. Os próprios trabalhadores consideram que os preços pagos a eles pelas indústrias não poderiam sofrer grandes elevações, devido ao baixo preço das matérias-primas virgens no mercado.²⁴ Para aumentar os preços dos recicláveis e, conseqüentemente, os ganhos dos recicladores, mencionam-se medidas de aprimoramento do processo de triagem, que permite um melhor aproveitamento e uma melhor qualidade do material, bem como soluções para armazenamento e transporte, com a utilização mais freqüente de contêiners para vidros, metais e papéis, cedidos pelos compradores. Uma outra recomendação consiste em buscar relações mais diretas entre as associações de catadores/recicladores e as indústrias recicladoras, eliminando-se, sempre que possível, os intermediários, “(...) nem sempre organizados e cômicos da importância das experiências (de coleta seletiva e de reciclagem) hoje em curso” (Eigenheer, 1999, p. 38). Além desses aspectos, cumpre observar a necessidade de controle dos associados e de transparência sobre os processos de comercialização e de faturamento das unidades de triagem/reciclagem, para que não haja desvios dos valores recebidos pelas associações.

Um dos temas que se retoma nesta Tese é o da reflexividade, na conceituação de Giddens (1994; 1996; 1997). Nesse sentido, questionam-se os tipos de interações que se estabelecem entre os agentes externos e os catadores/recicladores: agentes do setor público e de outras entidades atuam sobre os trabalhadores, e, por sua vez, estes exercem uma ação de pressão sobre o Estado. Considerando-se as duas ações, que se combinam e se alimentam, pode-se chegar a diferentes situações em termos do poder de organização, de cooperação interna e de pressão por parte dos catadores, por um lado, e do envolvimento/comprometimento dos agentes externos, por outro, como se pode observar no Quadro 4.2.

Considerando-se só os tipos “puros”, que combinam alto poder de organização, de cooperação interna e de pressão dos catadores/recicladores e alto envolvimento/comprometimento dos agentes externos; médio poder de organização, de cooperação interna e de pressão dos catadores/recicladores e médio

²⁴ Observa-se que a expansão das atividades de reciclagem depende fundamentalmente da relação de custos entre as matérias-primas virgens e a sucata, sendo que o valor da matéria-prima virgem incorpora o seu custo de extração, o grau de escassez de suas reservas e seus custos de processamento, enquanto o valor do material reciclável engloba seus custos de coleta, separação, pré-beneficiamento e transporte. Obviamente, quanto maior for o custo das matérias-primas virgens, mais atraente torna-se a atividade de reciclagem (Sayago et al., 1998).

envolvimento/comprometimento dos agentes externos; e baixo poder de organização, de cooperação interna e de pressão dos catadores/recicladores e baixo envolvimento/comprometimento dos agentes externos, têm-se, respectivamente, situações de alta reflexividade, de média reflexividade e de baixa reflexividade.

Quadro 4.2

Matriz de envolvimento dos agentes externos e poder de organização e de pressão por parte dos catadores/recicladores

PODER DE ORGANIZAÇÃO, DE COOPERAÇÃO INTERNA E DE PRESSÃO POR PARTE DOS CATADORES/RECICLADORES	ENVOLVIMENTO/COMPROMETIMENTO DOS AGENTES EXTERNOS (SETOR PÚBLICO, ONGs E OUTROS)		
	Alto	Médio	Baixo
Alto	Alta reflexividade	Alta/média reflexividade	Alta/baixa reflexividade
Médio	Média/alta reflexividade	Média reflexividade	Média/baixa reflexividade
Baixo	Baixa/alta reflexividade	Baixa/média reflexividade	Baixa reflexividade

Nos casos investigados de associações de reciclagem na Região Metropolitana de Porto Alegre, constatam-se as três situações, correspondendo a cada uma das unidades averiguadas. Assim, a Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, pelas suas características, enquadra-se no tipo de alta reflexividade; a Associação Ecológica de Reciclagem Rubem Berta, no de média reflexividade; e a Associação Profetas da Ecologia, no de baixa reflexividade. Contudo é importante salientar que esse esquema de análise leva em consideração, principalmente, as interações com o setor público, que, no decorrer da pesquisa, se mostraram como as de maior influência sobre o desenvolvimento das associações de catadores/recicladores e as suas perspectivas de empoderamento.

Na situação-limite de alta reflexividade, percebe-se que a presença do poder público é fundamental, porém o Estado, por si só, não tem condições de manter os procedimentos relativos à gestão dos resíduos. Na outra ponta, de baixa reflexividade, observa-se que o fraco envolvimento dos agentes externos, em conjunto com um baixo grau de organização e de pressão por parte dos catadores/recicladores, não oferece garantias de continuidade do trabalho associativo.

5 - TRAJETÓRIAS DE TRABALHO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE “PROFISSIONAL” DOS CATADORES/ /REICLADORES: RUMO AO EMPODERAMENTO?

No presente capítulo, abordam-se os temas relativos à identidade e à perspectiva de empoderamento dos catadores/recicladores. Não sendo considerados um grupo profissional no senso estrito, esses trabalhadores têm buscado reconhecimento social através das tentativas de tornarem visíveis as atividades de triagem e reciclagem dos resíduos e de se firmarem enquanto uma categoria ocupacional específica, através de sua organização política, o que vem a contribuir para seu empoderamento, individual e coletivamente.

5.1 - Identidade e profissão: o papel do trabalho na constituição de identidades individuais e grupais

Para a compreensão dos aspectos de construção de um grupo como categoria que exerce preferencialmente uma determinada atividade, é necessário recorrer às delimitações dos conceitos de profissão e de identidade e, especificamente, de identidade profissional.

A discussão conceitual sobre a diferença entre profissão e ocupação é tratada por Bonelli e Donatoni (1996) com referência à bibliografia anglo-saxã. Nesta, o termo profissão limita-se às atividades que requerem um título superior para o seu desempenho; na acepção, portanto, de que “profissionais” são tão-somente os detentores de um diploma de curso superior, utilizado por esses para a conquista de postos no mercado de trabalho.

Pelo fato de que os estudos sobre profissão são originários da Inglaterra e dos Estados Unidos, manteve-se o entendimento, na sociologia das profissões, de que os não portadores de um título superior possuem apenas uma ocupação. Embora essa distinção tenha sido verificada já nos primeiros trabalhos realiza-

dos no Brasil sobre as carreiras profissionais¹, Bonelli e Donatoni asseveram não terem “(...) a pretensão de ignorar as disputas em torno da classificação, bem como as lutas pela inclusão ou exclusão desta ou daquela atividade do universo profissional” (Bonelli; Donatoni, 1996, p. 111). Por outro lado, as autoras mencionam, na sua resenha, os trabalhos de Pereira e Kawamura, os quais apresentam uma visão dicotômica do mundo profissional, no contexto de “(...) uma concepção sociológica que vinculava as profissões com uma tendência a virem aderir a um dos blocos polares da sociedade: a burguesia ou o proletariado” (Bonelli; Donatoni, 1996, p. 125).

A distinção entre profissões e ocupações, contudo, é abordada por Barbosa (1993, p. 24), “(...) não pelo conteúdo do seu saber, mas pela correlação de forças sociais vigentes que define o arco de possibilidades de cada uma delas”.

Citando Wilensky, Machado indica os critérios que definem uma **profissão**, diferenciando-a da **ocupação** através do “caráter técnico da tarefa do profissional” e da existência de “(...) normas e regras profissionais em que ele se orienta para executar sua tarefa” (Wilensky apud Machado, 1995, p. 18). Assim sendo, a institucionalização de uma profissão envolve cinco passos, a saber:

- a transformação da atividade em uma ocupação de tempo integral;
- a criação de escolas de treinamento, para que o conhecimento específico relativo à atividade seja repassado de forma sistematizada e universal;
- a formação de associação profissional;
- a regulamentação da profissão;
- e, por fim, a adoção de um código de ética, com normas e regras profissionais (Wilensky apud Machado, 1995).

Por sua vez, o conceito de identidade, bastante utilizado nas Ciências Sociais e na Psicologia, implica, segundo Velho, a existência de uma alteridade, já que está centrado na percepção do “eu” ou do “nós” em contraponto ao “outro” ou a “outros”. Nas sociedades modernas, que convivem com alto grau de complexidade e diferenciação, as identidades podem ser vistas como versões distintas no interior da mesma sociedade, que se corporificam através de inserções específicas (Velho, citado em Gaspar, 1984).

Cohen observa que a pertinência a um grupo com um conjunto de crenças, normas e tradições particulares, onde exista o reconhecimento mútuo de uma

¹ Como os trabalhos resenhados e analisados em Bonelli e Donatoni (1996), havendo, entre eles, alguns que criticam essa distinção, sem, contudo, ultrapassá-la.

identidade concreta, é fator essencial para o pleno desenvolvimento e expressão da personalidade do indivíduo. Por outro lado, admitindo-se que as identidades pessoais são construídas a partir da cultura à qual o indivíduo está vinculado e que a identidade grupal é parte constitutiva da identidade individual de cada um dos membros do grupo, a autora ressalta que os indivíduos podem pertencer a grupos diversos, exercendo distintos papéis sociais. Conseqüentemente, "(...) as fontes e insumos da identidade individual são múltiplas e heterogêneas" (Cohen, 1999, p. 342).

Fredrik Barth, que se deteve no estudo da organização social das diferenças culturais, reportando-se à pesquisa sobre grupos étnicos, oferece uma perspectiva inovadora ao substituir "a concepção estática da identidade étnica por uma concepção dinâmica". Para tanto, como mostra Lapierre, Barth

"(...) entendeu muito bem e faz entender que essa identidade, como qualquer outra identidade coletiva (e assim também a identidade pessoal de cada um), é construída e transformada na interação de grupos sociais através de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo os que os integram ou não" (Lapierre, 1998, p. 11).

Nessa abordagem, portanto, a questão que se coloca é a de desvelar a essência dos processos de organização social pelos quais se mantêm permanentemente as diferenças entre "nós" e "outros", mesmo em face de processos de mudança das diferenças que dão legitimidade e justificativa à alteridade. Assim, a etnicidade tem um caráter evolutivo, no sentido de que não constitui "um conjunto intemporal, imutável de traços culturais", como crenças, valores, vestuário, rituais e símbolos, mas, ao contrário, ela pressupõe a ocorrência de interações entre o próprio grupo de referência e os outros grupos, provocando transformações na organização social (Lapierre, 1998, p. 11).

Para Barth, os traços que os indivíduos e os grupos têm em conta "(...) não são a soma das diferenças 'objetivas', mas somente aquelas que os próprios atores consideram como significantes" (Barth, 1998, p. 194); a problemática da etnicidade proposta pelo autor coloca, outrossim, o questionamento sobre como são mantidos os limites entre os grupos mesmo em face de mudanças sociais, políticas e culturais. Por outro lado, a manutenção de grupos étnicos em contato "(...) implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais (Barth, 1998, p. 196).

No que toca à identidade de gênero, esta representa, para Joan Scott, a construção de subjetividades masculinas e femininas, mostrando-se flexível e múltipla (Scott, 1995). Porém, ao afirmar que "o pessoal é político", as teóricas feministas também aludiram ao fato de que a construção da identidade sexual é

igualmente política, no sentido de que ela é redescoberta como projeto e não mais como destino. A produção de novas identidades de gênero favorece o questionamento das normas impostas tanto no que concerne aos padrões de feminilidade quanto aos de masculinidade (Gómez, V., 1999).

No aspecto de identidade profissional, reconhece-se a centralidade do trabalho na constituição das identidades individuais e grupais nas sociedades contemporâneas. O papel social de trabalhador configura um dos aspectos de maior importância para o desenvolvimento da personalidade humana. Como aponta Jacques,

“(...) essa identidade, associada a outros atributos socialmente valorizados e julgados como constitutivos do ser humano pelo imaginário social, mostra-se, à consciência do sujeito, como um elemento definatório de grande significação na identidade psicológica” (Jacques, 1997, p. 128).

A construção da identidade profissional inicia-se desde a infância, pela identificação da criança com o modelo adulto ou mesmo através da entrada direta no mercado de trabalho, sendo que, para o adulto, estar inserido no mundo do trabalho representa um “atributo de valor em uma sociedade pautada pelo mérito produtivo” (Jacques, 1997, p. 129). Desse modo, a identidade profissional pode ser compreendida como um processo dialético, onde a identidade pessoal interage com a identidade social e resulta na “(...) consciência de pertencer a determinado grupo social” (Ibid., p. 130), no caso, um grupo de trabalho, com suas normas e códigos próprios.

Características como tipo de formação, reprodução profissional, *status* legal, habilidades especiais, códigos, normas, cultura organizacional e até termos de linguagem técnico-profissional fazem parte do elenco de atributos que concedem identidade a categorias profissionais diversas. Exercer uma determinada atividade e conviver dentro de um contexto específico de relações sociais corresponde a “(...) modos de ser (...) que qualificam os pares como iguais”. Contudo algumas atividades, alguns tipos de trabalho ou algumas categorias profissionais desprestigiadas socialmente ocasionam atributos de “desqualificação ao eu” (Jacques, 1997, p. 130).

Um dos aspectos relacionados a essa questão identitária diz respeito à forma como as mulheres são classificadas em estudos sobre estratificação social, em geral, não pela sua ocupação, considerada “a medida universal da classe social de um indivíduo”, mas pelo critério de estado civil — se são casadas ou não (Delphy, 1984, p. 29).

Outro aspecto diferenciado diz respeito ao investimento que as empresas fazem em relação aos trabalhadores, em termos de capacitação e treinamento: dentro da lógica da divisão sexual do trabalho, não importa somente o que cada

trabalhador faz, mas quem faz. Essa distinção leva a que os empregadores, na maior parte dos casos, invistam menos e contemplem com menos promoções as trabalhadoras do que os trabalhadores homens. Conseqüentemente, como evidencia Souza-Lobo, na identidade do trabalhador de sexo masculino está embutida, de maneira mais concreta, a possibilidade de desenvolvimento profissional, enquanto a identidade da trabalhadora mulher não implica, necessariamente, a construção de uma carreira (Souza-Lobo, 1991).

Finalmente, pode-se vincular a questão dos determinantes de identidade com a motivação para a participação política, sendo essa motivação vista por Rojo como

“(...) a busca de um círculo de reconhecimento que sirva de marco para inscrever a própria ação. A busca de uma identidade coletiva como motivação para a participação política é uma estratégia de redução da incerteza valorativa e de continuidade da identidade individual” (Rojo, 1998, p. 15).

5.2 - Trabalhadores na reciclagem — o reconhecimento de uma nova ocupação

Abordando a questão da ação coletiva em movimentos sociais, Melucci argumenta que ela não é apenas motivada por uma orientação “econômica”, onde se calculam “custos e benefícios da ação”, porém implica, outrossim, a busca de solidariedade e de identidade, “(...) que, diferentemente de outros bens, não são mensuráveis e não podem ser calculados” (Melucci, 1989, p. 53). Nos relatos sobre as trajetórias de formação e de organização dos catadores/recicladores, percebe-se, efetivamente, que a consciência de pertencer a um grupo, isto é, a determinação de sua identidade como uma nova categoria ocupacional ou “profissional” leva em consideração não apenas os ganhos materiais relativos às atividades de reciclagem, mas também os aspectos de “resgate” social dos trabalhadores e/ou de vínculo com o tipo de trabalho que estão executando, pela importância que representa como um serviço de cuidado com o meio ambiente.

Nesse sentido, questionados sobre sua principal motivação para o trabalho na reciclagem,² catadores de nove galpões de Porto Alegre deram respostas

² Em pesquisa realizada pelo convênio entre a UFRGS e a Secretaria Municipal de Educação, em 2001 (Projeto Galpão, 2001).

variadas,³ que podem ser classificadas em três categorias principais: respostas ligadas a fatores de renda e à necessidade de se ter um trabalho; respostas que mencionam o orgulho ou a importância de se trabalhar com o meio ambiente; e respostas “neutras”, que não especificam identidade com o trabalho ou razões econômicas para o engajamento na ocupação de catador/reciclador.

A primeira categoria, que representa 48% das respostas, engloba expressões simples, do tipo “(...) é por necessidade”, “pelo sustento”, “pela oportunidade de trabalhar”, “(...) é lucrativo”, até outras mais elaboradas, que remetem ao acesso a cursos e palestras nos galpões, e algumas que aludem à possibilidade de “resgate social”. A segunda categoria, com 20% das respostas, reúne afirmações breves, relativas à “proteção ambiental” e à reciclagem, havendo alguns catadores que indicam “motivo de orgulho”, ou outros, cuja percepção sobre o trabalho é de que “(...) reciclando, limpamos a cidade”. A terceira categoria compõe-se de respostas indiferenciadas quanto à identidade e à consciência ambiental e corresponde a 32% do total dos entrevistados (Tabela 5.1).

Tabela 5.1

Distribuição, por tipo de motivação para o trabalho na reciclagem, dos catadores de nove associações de Porto Alegre — 2001

MOTIVOS	NÚMERO	% VÁLIDO
Renda e necessidade de trabalho	145	48
Questões ambientais	61	20
Neutros e indiferentes	97	32
TOTAL	303	100

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

³ A pergunta original do questionário era: “O que significa para você trabalhar com o lixo seletivo?”.

Uma pergunta similar — o que significa para você trabalhar com separação de resíduos e reciclagem? — foi dirigida a catadores/recicladores das Associações Dois Irmãos, Profetas da Ecologia e Rubem Berta, obtendo-se resultados diferenciados (Tabela 5.2).

Tabela 5.2

Distribuição dos entrevistados, por tipo de motivação para o trabalho, por associação de reciclagem — 2003

MOTIVOS	DOIS IRMÃOS		PROFETAS DA ECOLOGIA		RUBEM BERTA	
	Número	%	Número	%	Número	%
Renda/necessidade de trabalho	3	20,0	5	46,0	4	31,0
Questões ambientais ..	7	47,0	4	36,0	7	54,0
Renda/trabalho mais meio ambiente	5	33,0	1	9,0	0	0,0
Neutros/indiferentes	0	0,0	1	9,0	2	15,0
TOTAL	15	100,0	11	100,0	13	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Na usina de Dois Irmãos, 47% indicaram motivos ligados à relevância dessa atividade para a preservação ambiental; 20% mencionaram a remuneração obtida como o principal fator de interesse; e os 33% restantes apontaram ambos os aspectos combinados, isto é, possibilidade de sustento e cuidado com o meio ambiente como fatores motivadores que os vinculam ao trabalho de reciclagem.

Na Associação Profetas da Ecologia, 46% colocaram a renda ou a oportunidade de trabalho como o aspecto principal; 36% referiram-se a questões relativas à limpeza da cidade e à preservação do meio ambiente; 9% indicaram tanto o aspecto de renda quanto o de preservação ambiental; e 9% deram respostas que denotam indiferença em relação ao trabalho realizado no galpão.

Na Associação Rubem Berta, a importância da reciclagem para o meio ambiente é assinalada por 54% dos respondentes; possibilidades de trabalho e de renda foram as motivações apontadas por 31% dos entrevistados; e 15% demonstraram indiferença no que diz respeito à atividade exercida.

Outras perguntas colocadas aos catadores/recicladores das associações em estudo referem-se igualmente a aspectos sobre a identidade no trabalho,

ampliando e/ou reforçando as tendências apontadas por eles na questão anterior. Assim, solicitados a assinalar a ordem de prioridade de quatro itens — segurança, respeito, renda e cuidado com o meio ambiente — em relação às atividades desenvolvidas nos galpões de reciclagem, 60% dos trabalhadores da Associação de Dois Irmãos priorizaram o cuidado com o meio ambiente; 27%, o respeito no trabalho; enquanto segurança e renda ficaram com 6,5% das respostas para cada um desses itens. Na Associação Profetas da Ecologia, 55% dos catadores indicaram o item segurança como o mais relevante; seguido do respeito e do cuidado com o meio ambiente, ambos com 18% das respostas; e, finalmente, a renda, com 9% das respostas. Na Rubem Berta, o item mais apontado foi também a segurança, com 46%; em seguida, o respeito e a renda, cada um com 23%; e o cuidado com o meio ambiente, com 8% das respostas (Tabela 5.3).

Tabela 5.3

Distribuição dos entrevistados, segundo aspectos prioritários no trabalho, por associação de reciclagem — 2003

ASPECTOS	DOIS IRMÃOS		PROFETAS DA ECOLOGIA		RUBEM BERTA	
	Número	%	Número	%	Número	%
Segurança	1	6,5	6	55,0	6	46,0
Respeito	4	27,0	2	18,0	3	23,0
Renda	1	6,5	1	9,0	3	23,0
Cuidado com o meio ambiente	9	60,0	2	18,0	1	8,0
TOTAL	15	100,0	11	100,0	13	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Sobre expectativas concernentes à trajetória no trabalho “profissional”, os catadores/recicladores forneceram respostas, que foram agrupadas em três blocos, relativos a: perspectiva de “investimento” e de continuidade no trabalho de reciclagem, inclusive com metas a serem atingidas pelo grupo como um todo; situação de descontentamento e de provisoriedade nesse tipo de trabalho, havendo alguns casos de pessoas que estão prestes a se aposentar ou a sair para buscar outras atividades; pessoas indiferentes ou que não souberam responder (Tabela 5.4).

Tabela 5.4

Distribuição dos entrevistados, segundo tipos de expectativa “profissional”, por associação de reciclagem — 2003

TIPOS DE EXPECTATIVA	DOIS IRMÃOS		PROFETAS DA ECOLOGIA		RUBEM BERTA	
	Número	%	Número	%	Número	%
Investimento e continuidade	13	87,0	2	18,0	4	31,0
Provisoriedade e aposentadoria	2	13,0	6	55,0	8	61,0
Indiferente ou não sabe	0	0,0	3	27,0	1	8,0
TOTAL	15	100,0	11	100,0	13	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, a expectativa de investimento/continuidade é majoritária entre os recicladores: 87% destes afirmam que esta é uma boa opção de trabalho, estando satisfeitos e pretendendo continuar nesse tipo de atividade. Somente duas pessoas (13%) indicaram pretender a aposentadoria em breve ou montar negócio próprio, em outro ramo. Nos comentários daqueles que querem continuar investindo na reciclagem, existem manifestações que denotam a vontade de que eles possam se especializar cada vez mais, utilizando, para isso, técnicas de beneficiamento ainda não disponíveis para a Associação e atingindo um nível mais alto de produção, em condições próximas às das indústrias recicladoras. Nesse sentido, uma das pessoas do grupo, ao referir-se à sua condição de recicladora de resíduos, reiterou convictamente que se trata de uma “profissão” que oferece vantagens e condições de crescimento concreto. Observa-se que uma das expectativas acalentadas pela maioria dos trabalhadores nessa associação refere-se à possibilidade de aquisição de um terreno próprio, para que eles se tornem, desse modo, menos dependentes do poder público municipal.

Na Associação Profetas da Ecologia, ao contrário da anterior, 55% dos trabalhadores situam sua atividade no galpão como algo provisório: no caso dos mais velhos, para a complementação da pensão que já recebem por aposentadoria ou para concluir o tempo de serviço para esta, ou, ainda, no caso dos jovens, “(...) até terminar os estudos e achar um serviço melhor”. Uma pessoa afirma que não pensa em ficar muito tempo, “(...) porque o trabalho é muito duro”. Entretanto diz que sonha em trabalhar com artesanato, aproveitando materiais recicláveis. Apenas duas pessoas (18%) nessa associação preten-

dem continuar trabalhando na atividade de reciclagem, mesmo assim, desde que as condições de trabalho e a renda melhorem; e 27% não quiseram opinar a respeito.

Na Associação Rubem Berta, também de Porto Alegre, o quadro repete-se: 61% dos trabalhadores colocam sua atividade no galpão em termos de provisoriedade, manifestando a vontade de “trocar de profissão” para um trabalho considerado de maior remuneração e prestígio, como uma pessoa que mencionou o desejo de se tornar “instrumentadora cirúrgica”, ou outra, que pretende estudar “Jornalismo ou Publicidade na faculdade”. Entre os 31% de trabalhadores que desejam investir e continuar nessa atividade, há quem almeja, simultaneamente, que o “(...) galpão virasse uma cooperativa e que a Prefeitura tomasse conta, pagasse os direitos [Previdência Social]”. Nessa associação, somente uma pessoa não soube responder essa questão, correspondendo a 8% dos entrevistados.

Para verificar um pouco mais a relação dos catadores/recicladores com a atividade de triagem de resíduos e a consciência do que isso representa para o meio ambiente, foi-lhes questionado se procediam à separação do seu próprio lixo doméstico e o que faziam com o lixo orgânico. Na Associação de Dois Irmãos, todos os recicladores separam o seu lixo doméstico, sendo que 67% dentre eles usam o resíduo orgânico para produzir adubo, através de técnicas de compostagem caseira. Na Associação Profetas da Ecologia, 91% também separam o lixo, porém somente 9% transformam o resíduo orgânico em adubo. Na Associação Rubem Berta, 69% fazem a separação do seu lixo em casa, e 38% utilizam o resíduo orgânico para compostagem. Dentre os 31% dessa associação que não separam o próprio lixo, alguns, em especial os homens, respondem que não são os responsáveis por essa tarefa em casa ou que não existe cooperação entre os membros da família para fazer a seleção do lixo (Tabela 5.5).

Tabela 5.5

Distribuição dos entrevistados, segundo a situação de separação dos resíduos nas residências, por associação de reciclagem — 2003

SITUAÇÃO	DOIS IRMÃOS		PROFETAS DA ECOLOGIA		RUBEM BERTA	
	Número	%	Número	%	Número	%
Separa	15	100,0	10	91,0	9	69,0
Não separa	0	0,0	1	9,0	4	31,0
TOTAL	15	100,0	11	100,0	13	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Sobre a possibilidade de levarem o resíduo reciclável de suas casas para ser triado e pré-beneficiado no galpão em que trabalham, alguns catadores/recicladores da Associação Rubem Berta responderam que não valia a pena e que seria apenas mais peso para carregarem diariamente; aludiam, talvez, à discriminação feita por eles entre o lixo “bom, rico”, que vem de condomínios dos bairros mais centrais, e o lixo “pobre, sem valor”, que vem das vilas populares periféricas.

Além da questão de como os catadores/recicladores vêem seu próprio trabalho e o que esperam dele, é de igual interesse observar suas percepções sobre como são vistos pelos “outros”, ou seja, como crêem que seu trabalho é contemplado na sociedade em geral e, especialmente, na comunidade em que vivem. Para tanto, suas respostas foram classificadas em cinco blocos, desde as percepções mais favoráveis, de que seu trabalho é visto como uma atividade relevante, interessante, sendo amplamente reconhecida na comunidade, até as que apontam a predominância, entre as pessoas de fora do galpão, de visões preconceituosas em relação ao trabalho na reciclagem do lixo (Tabela 5.6).

Tabela 5.6

Distribuição dos entrevistados, segundo o tipo de percepção sobre como seu trabalho é considerado pela comunidade, por associação de reciclagem — 2003

PERCEPÇÃO	DOIS IRMÃOS		PROFETAS DA ECOLOGIA		RUBEM BERTA	
	Número	%	Número	%	Número	%
Relevante/interessante/reconhecido	9	60,0	7	64,0	2	15,0
Começo difícil, melhor agora	3	20,0	0	0,0	0	0,0
Preconceito de alguns, reconhecimento de outros	1	7,0	2	18,0	2	15,0
Preconceito/falta de consciência	2	13,0	1	9,0	7	55,0
Não respondeu, não sabe ...	0	0,0	1	9,0	2	15,0
TOTAL	15	100,0	11	100,0	13	100,0

FONTE: Pesquisa de campo.

Na Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, o percentual de percepções favoráveis é de 60% dos entrevistados. Alguns apontam a importância da mídia local na divulgação e no reconhecimento social do seu trabalho: “(...) saímos bastante no jornal: o pessoal acha bom”; “(...) o trabalho é valoriza-

do pelo município e pela sociedade”; “(...) nosso trabalho é visto como muito bom — temos o primeiro lugar [em triagem/reciclagem] no Rio Grande do Sul!”; “(...) a comunidade vê o galpão como modelo de organização”; “(...) as pessoas respeitam, colaboram, elogiam”. Existem também percepções de como o processo evoluiu, de visões bem menos depreciativas até a situação atual, que consideram de reconhecimento e valorização, correspondendo a 20% do total: “(...) no começo era difícil, há uns nove anos atrás havia preconceito, achavam até que era um lixão, mas com o tempo foi mudando, devido à conscientização”; “(...) já houve polêmica e falta de reconhecimento, mas hoje somos vistos com bons olhos”. Subsistem, contudo, as percepções de que são encarados com preconceito, representando 13% dos recicladores. Além dessas, uma pessoa (7% do total) percebe as opiniões sobre o trabalho na usina como uma mescla, onde algumas visões são favoráveis, e outras, depreciativas.

Na Associação Profetas da Ecologia, 64% dos catadores/recicladores têm percepções de que sua atividade é reconhecida, “igual a qualquer trabalho”. Uma pessoa diz que alguns dos seus conhecidos “(...) acham legal, querem trabalhar com reciclagem também”. Alguns (18%) percebem opiniões diversas na comunidade: “(...) tem pessoas que olham com desdém, e outras que acham bonito”; “(...) as vizinhas estão ‘abobadas’ de como eu consigo fazer esse trabalho, mas elas fazem críticas também”; e há quem nem sequer conta aos vizinhos onde trabalha, dizendo simplesmente que faz biscates, por medo dos preconceitos (9%).

Na Rubem Berta, as percepções de reconhecimento e de valorização são minoritárias: somente 15% dos catadores/recicladores acreditam que seu trabalho é considerado “interessante, diferente” ou, por outro lado, “(...) normal, todo mundo sabe para que serve”. A maioria (55%) crê que seu trabalho é encarado de forma negativa, sendo vistos “(...) como lixeiros, gente que trabalha no lixão”, ou “com nojo, com preconceito”, “com estranheza”, tratados como se fossem “todos sujos”. Um dos trabalhadores relata que teve problemas, uma vez, quando foi abrir conta em uma agência de um banco estatal, em virtude da sua vinculação de trabalho, tendo sido negada a abertura de conta. Duas pessoas mencionam o poder público, dizendo que este “(...) não se interessa por eles”, não os ajuda, não oferecendo incentivos, nem melhorias. Os outros 30% dividem-se igualmente entre pessoas que percebem visões diferentes sobre eles: “(...) existem pessoas que nos vêem como um depósito de lixo, já outros valorizam nosso trabalho” e os que não responderam essa questão.

Percebe-se, através das respostas dos catadores/recicladores, que o auto-reconhecimento de seu papel socioambiental de “agentes ecológicos”⁴ é ainda ambíguo. O cuidado com o meio ambiente e a relevância da atividade de reciclagem são ressaltados por vários trabalhadores, porém, nas duas associações investigadas em Porto Alegre, Rubem Berta e Profetas da Ecologia, a postura é clara no sentido de que estão desempenhando essa função “(...) porque foi o que restou para eles”. Nessas associações, os catadores, em grande maioria, não escolheram sua ocupação, apesar da importância social e ambiental dessa atividade: ambigualmente, vivem do lixo, mas sonham em realizar outros trabalhos.

Na Associação de Dois Irmãos, quando um novo trabalhador entra para o grupo, é explicado a ele o significado de estar ali, trabalhando com o lixo: “(...) não é só a questão de ganhar dinheiro, tem a questão ambiental, de proteção (...)”.⁵ Ao mesmo tempo, contudo, valoriza-se o crescimento individual e coletivo através dos treinamentos e de novos projetos, que lhes permite planejar a continuidade e o aperfeiçoamento do seu trabalho, com a conseqüente valorização monetária.

Dessa maneira, a identidade do trabalho do catador/reciclador vem procurando se firmar entre a posição dos que vêm, para si mesmos, nesse trabalho, somente uma forma de sobrevivência provisória e a dos que visualizam a possibilidade de ter uma atividade efetivamente produtiva e relevante, propiciando “um modo digno de viver” (Bueno, 2001, p. 24).

No Quadro 5.1, coloca-se uma síntese com as principais características sobre identidade “profissional”, relativamente às atividades de triagem/reciclagem, para as três associações pesquisadas na RMPA.

Por outro lado, constata-se, ainda, a invisibilidade dos catadores/papeleiros/recicladores em dados estatísticos oficiais sobre a População Economicamente Ativa no Brasil. Sendo considerada uma ocupação nova, tendo passado por processo recente de reconhecimento e de regulamentação dentro da proposta revisada da Classificação Brasileira de Ocupações — 2000, a atividade de catador não detém uma posição estabelecida no âmbito das estatísticas oficiais ou mesmo em pesquisas sobre empregos e rendimentos de outros órgãos.⁶

⁴ Faz-se menção, no Capítulo 2, à percepção dos catadores/recicladores como agentes ecológicos por parte do resto da sociedade, que utiliza os serviços desses trabalhadores.

⁵ Em entrevista concedida por Odete Spies em 21.08.03.

⁶ Na Pesquisa de Emprego e Desemprego para algumas regiões metropolitanas do Brasil, dentro do método elaborado pelo DIEESE e pela Fundação SEADE de São Paulo, a atividade de reciclador é incluída no item outras ocupações ou ocupações mal definidas,

Quadro 5.1

Síntese das características de identidade “profissional” nas três associações analisadas — 2003

CARACTERÍSTICAS	DOIS IRMÃOS	PROFETAS DA ECOLOGIA	RUBEM BERTA
Motivação para o trabalho	Preservação ambiental	Remuneração/necessidade de trabalho	Questão ambiental — importância da reciclagem
Expectativa "profissional"	Investimento/continuidade	Provisoriedade	Provisoriedade
Percepções sobre como são vistos externamente	Com reconhecimento, valorização	Com reconhecimento	Com preconceito, com estranheza

Na inclusão dos catadores/recicladores na CBO 2000, houve a discussão sobre a denominação a ser adotada para a ocupação, entre os termos “reciclador” ou “catador”. Os próprios trabalhadores da reciclagem não detêm um consenso sobre esse ponto, já que, para alguns deles, os “recicladores” propriamente seriam os trabalhadores assalariados em indústrias de reciclagem (beneficiamento e transformação final do material reciclável), enquanto “catadores” seriam os coletadores e/ou separadores de resíduos, organizados em associações tipo cooperativas populares ou cooperativas de trabalho. Essa polêmica foi levada ao 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis,⁷ realizado em Brasília, entre 4 e 6 de junho de 2001. Enquanto os representantes da Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul defenderam a denominação “recicladores” para os trabalhadores na triagem e no pré-beneficiamento do lixo, representantes de outros estados, como os de Minas Gerais e de São Paulo, preferiram manter a denominação “catadores”, por considerá-la mais abrangente e representativa da sua identidade original. Essa última posição teve predominância no Movimento Nacional dos Catadores, porém as associações de trabalhadores na reciclagem, intituladas “recicladores”, em especial no Rio Grande do Sul, conservam essa designação (Curso..., 2002).

vala comum onde são colocadas as atividades relacionadas a novas profissões ainda não totalmente assimiladas no “mundo do trabalho”.

⁷ Na **Carta de Brasília**, documento resultante desse congresso, os participantes apresentam suas reivindicações ao Congresso Nacional, através de um anteprojeto de lei regulamentando a profissão de catador de materiais recicláveis e determinando “(...) que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis” (Curso..., 2002, p. 81).

Na nova CBO, a ocupação de catador de materiais recicláveis engloba os títulos de “catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), triador de sucata (cooperativa)”, e suas atividades são descritas como as de catar, selecionar e vender “materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis”. Abarcando tanto os catadores de rua quanto os trabalhadores em galpões de triagem/reciclagem, a CBO assinala que “(...) o trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas”. Considera-se que, nas associações ou cooperativas, “(...) surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas”⁸ (Classificação..., 2003).

5.3 - Empoderamento: uma nova categoria de análise

A categoria empoderamento vem sendo utilizada nas últimas décadas, no âmbito de investigações sobre formas alternativas de desenvolvimento, como **desenvolvimento humano sustentável, desenvolvimento humano saudável, desenvolvimento deliberativo** ou **desenvolvimento local**; nas práticas e na bibliografia sobre movimentos de base, notadamente nas análises sobre gênero; e entre ativistas de grupos étnicos, configurando um novo paradigma em termos de processo de desenvolvimento. Entretanto sua generalização ocorreu recentemente, embora sua conceituação seja ainda difusa e pouco clara na maior parte dos trabalhos de investigação que o utilizam.

A palavra empoderamento encontra suas origens no termo da língua inglesa *empowerment*; e, no sentido de processo, seu uso tem se ampliado respectivamente nas línguas espanhola (*empoderamiento*) e portuguesa. Contudo a palavra não é nova entre nós: a edição de 1958 do **Dicionário Caldas**

⁸ Dentre as tarefas respectivas a “administrar o trabalho”, na ocupação de catador, a CBO enumera: vender material; comprar material; negociar preços; coordenar o trabalho dos cooperados; controlar gastos; prestar contas; definir escalas; fazer lista de material; participar de reuniões administrativas; participar de reuniões para tomada de decisões (assembléias geral, ordinária e extraordinária); participar de comissões, comitês; organizar assembléias gerais com cooperados; organizar cursos de capacitação para cooperados e familiares; promover ajuda aos cooperados mais necessitados; organizar eventos sociais da cooperativa; estabelecer parcerias com empresas, órgãos governamentais, ONGs; organizar campanhas de esclarecimento; contratar serviços de calibração de balanças (Classificação..., 2003).

Aulete registra o verbo reflexivo empoderar-se como sinônimo de “(...) apoderar-se, apossar-se”, e o adjetivo empoderado, significando “(...) tornado mais poderoso, crescido em poder”. Em outras referências, pode-se encontrar menção a empoderar como “potenciar” ou “dar poder”, ou “(...) conceder a alguém o exercício do poder”, correspondendo “(...) a uma nova noção de poder, baseado em relações sociais mais democráticas”. Pelo seu prefixo, empoderar denota ação, sendo que, na acepção atual, o empoderamento implica a conversão de um sujeito em agente ativo, em meio a processos que variam de acordo com situações específicas concretas (León, 1998, p. 14).

O enfoque dado à questão do empoderamento está relacionado ao fortalecimento dos atores sociais, assumindo-se que o problema do desenvolvimento não se traduz simplesmente em carências ou precariedade de recursos, mas na existência de oportunidades sociais, políticas e econômicas, no sentido dado por Amartya Sen (2000), de expansão das capacidades humanas (*capabilities*) e das liberdades reais⁹.

Segundo o autor, a condição de agente dos indivíduos (e, em particular, a das mulheres) é central para lidar com as privações materiais e não materiais a que se encontra submetida uma vasta parcela da população humana. Sob essa abordagem, portanto, os indivíduos são vistos como “(...) agentes ativos de mudança, e não como recebedores passivos de benefícios” (Sen, 2000, p. 11). Assim, ao invés de um enfoque apenas na renda, Sen enfoca as capacidades individuais, sendo que a igualdade de oportunidades requer uma igualdade de capacidades; nesse sentido, a pobreza representa “a carência de realização mínima de algumas capacidades elementares” (Dupas, 1999, p. 29) ou o “(...) fracasso das capacidades básicas para alcançar determinados níveis minimamente aceitáveis” (Dupas, 1999, p. 30). O ponto central desse enfoque reside na constatação de que a pobreza não se refere exatamente a uma escassez de bem-estar, mas, sim, à incapacidade para se conseguir bem-estar pela ausência absoluta dos meios necessários.

Entretanto, se, por um lado, para Sen, as capacidades individuais podem ser expandidas através de políticas públicas, por outro lado, de maneira reflexi-

⁹ Sen refere-se às liberdades reais ou substantivas das pessoas como “(...) a liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade”, como, por exemplo, “(...) a liberdade de saciar a fome”; dessa maneira, ele estabelece vínculos entre a privação da liberdade e a carência de serviços públicos e assistenciais e o acesso aos recursos de maneira geral e universal. Fundamentalmente, na sua visão, o desenvolvimento consiste em um “processo integrado de expansão de liberdades substantivas integradas” (Sen, 2000, p. 23). Por outro lado, Sen (2001) interpreta os direitos e oportunidades que os indivíduos têm na sociedade como a **liberdade para conseguir** e não como os sucessos efetivamente obtidos.

va, a orientação dessas políticas pode ser influenciada pela canalização efetiva das capacidades de ação e participação popular. Nessa relação de mão dupla, o aperfeiçoamento de iniciativas dos indivíduos, ou seja, do “papel positivo da condição de agente livre e sustentável” leva, conseqüentemente, à eficácia social (Sen, 2000, p. 26).

Embora Sen não utilize a designação empoderamento, pode-se inferir semelhança a essa noção no processo que ele descreve e na relevância concedida ao aspecto de condição de agente individual, entendido como o de alguém que age ocasionando mudanças, sendo guiado por seus próprios valores e objetivos. Nessa condição de agente, está embutido o potencial de cada pessoa de cuidar de si mesma, isto é, a posição do indivíduo como sujeito do seu próprio desenvolvimento e a capacidade de influenciar o seu entorno, como catalisador de transformações sociais. Assim, pode-se falar em empoderamento individual e coletivo, onde, respectivamente, cada pessoa e o grupo ao qual ela pertence se fortalecem.

Por outro lado, a idéia de empoderamento está conectada ao processo de obtenção de um patamar mínimo de bem-estar, configurado não só em termos de segurança econômica e de reconhecimento social, individual e coletivo, mas também como aumento de consciência, força interior, auto-estima, capacidade de decisão e liderança e outras qualidades pessoais. Nesse sentido, a conquista da autonomia coloca-se como uma das dimensões básicas do empoderamento, percebida como “(...) uma vasta gama de valores e de experiências sociais que têm como centro o princípio da livre determinação do indivíduo, de um grupo específico ou de um conjunto político maior” (Cattani, 1997, p. 27).

Nesse sentido, Giddens (1996) comenta a concepção de Murray sobre a existência de três condições capacitadoras relevantes para a busca da felicidade: segurança e amor-próprio viriam primeiro, um terceiro item diz respeito aos recursos materiais, porém com a ressalva de que se necessita de um pouco mais do que o nível básico de subsistência para ser feliz. Na busca da felicidade, portanto, o problema não é ser rico ou pobre, mas se poder chegar à auto-realização pessoal. Ainda citando o mesmo autor, Giddens lembra que o objetivo da vida humana não se limita à obtenção de um certo padrão de vida, “mas sim à aquisição de valores de vida definidos”, que não podem ser atingidos sem os componentes de autocontrole, de autonomia e de trocas solidárias com a própria comunidade de entorno (Giddens, 1996, p. 188).

Sob o ponto de vista do desenvolvimento humano relacionado a processos de empoderamento, observa-se que diferentes culturas e sociedades têm percepções distintas sobre o que é mais relevante e indicativo em cada processo

específico. Assim sendo, podem-se incluir opções diversas para restaurar, manter e melhorar a condição de agente individual.

Nas diretrizes do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), fortemente influenciado pelas concepções de Sen, o desenvolvimento humano consiste em “(...) um processo de ampliar escolhas (no sentido de oportunidades) das pessoas, bem como de elevar o nível de bem-estar”, ou seja, no sentido de melhorar sua qualidade de vida (Inf. Desenvolv. Hum., 1997, p. 15). Por sua vez, pensando a qualidade de vida como um conceito multidimensional, que abrange tanto aspectos materiais como não materiais, podem-se incluir a autonomia e a autodeterminação sobre a própria vida como fatores-chave para transformar a qualidade de vida de populações em risco social (crianças e jovens pobres, população idosa). Nesse sentido, o *empowerment* (empoderamento) é encarado como um elemento primordial para a mudança em direção ao desenvolvimento humano, sendo um forte alavancador das condições concretas de vida.¹⁰

Podem-se enumerar diferentes fatores encarados como essenciais nos processos de empoderamento, que geram mudanças estruturais nas comunidades, como participação, eqüidade, resgate de identidade, co-responsabilidade, desenvolvimento do capital humano e do capital social, prestação de contas/controlar cidadão, tomada de decisões e cuidados com o meio ambiente.

No caso específico das mulheres, algumas experiências têm procurado levantar e ressaltar o caráter dos processos de empoderamento que tendem a levar ao desenvolvimento individual e social. Na IV Conferência das Nações Unidas Sobre a Mulher, em Beijing, em 1995, onde se firmaram documentos com pedidos por “eqüidade entre os sexos, na distribuição de recursos, do poder e das oportunidades” (Castro, 2001, p. 95), o conceito de empoderamento foi amplamente discutido, dando-se ênfase aos aspectos políticos de acesso a processos de tomada de decisões.

¹⁰ Amartya Sen refere-se ao universo das coisas (mercadorias, bens e serviços), relacionado à noção microeconômica de utilidade em contraponto ao universo das pessoas — características inerentes das pessoas e o caráter de relacionamentos (amigos, comunidade, etc.) —, que ele vincula a uma idéia de não-utilidade. Sen critica a visão dos que defendem apenas a utilidade para avaliar “padrão de vida, qualidade de vida, eficiência dos arranjos sociais, mesmo a justiça de distribuições e redistribuições”, sendo que o “movimento dos indicadores sociais” levou em consideração amplamente esses aspectos de não-utilidade para medir qualidade de vida. A introdução das características das pessoas abre uma visão alternativa ou suplementar, de não-utilidade, sobre a qualidade de vida: as pessoas seriam as melhores (ou as únicas) juízas das suas próprias necessidades de bem-estar (Apud Culyer, 1990. p. 12).

Contudo esse “caráter político-formal” de que se tem revestido a idéia de empoderamento para as mulheres (Prá, 2001) é insuficiente para garantir processos efetivos de progressiva participação e autodeterminação feminina. Como assinala Jaquette (1984), as sanções sociais e ideológicas às mulheres, restringindo um comportamento considerado “impróprio” ou inadequado, “(...) podem ser mais efetivas do que barreiras legais de prevenção à ação política por parte das mulheres” (Jaquette, 1984, p. 13). Citando Bourque e Warren, ela enfatiza as diferenças entre homens e mulheres nos processos de tomada de decisão, notadamente no aspecto de que as mulheres podem ter “influência”, enquanto os homens detêm efetivamente o poder. Nesse contexto, a “influência” é vista pelas autoras como meras estratégias, culturalmente formalizadas e reconhecidas como legítimas por todo o corpo social, que são adotadas pelas mulheres, quando estas não têm acesso direto ao poder, isto é, por estarem excluídas das “instituições-chave” nos campos político, econômico e sociocultural (Bourque; Warren apud Jaquette, 1984). A convivência entre o poder masculino e as estratégias de “influência” femininas dá-se, então, em um marco de posições diferenciadas na ordem social, perpetuadas cultural e institucionalmente.

Ressalva-se também que, embora teoricamente se tenha definido o poder como expressão de controle e dominação, em outras abordagens o poder é entendido como capacidade física, mental ou moral de realização, no sentido do poder-fazer. Essa é a versão mais comumente encontrada nos textos feministas, como o aspecto do poder que é negado a praticamente todas as mulheres e que se deve reverter a favor delas (Hartsock, 1983). Nessa linha de pensamento, o empoderamento implica a “(...) alteração radical dos processos e estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero” (Young apud Deere; León, 2002, p. 52). Nesse sentido, a internalização por parte das próprias mulheres de limitações ao acesso e ao exercício do poder constitui um dos principais desafios à dinâmica de empoderamento, revelando-se crucial a autoconscientização da subordinação de gênero pelas mulheres como passo importante de transformação do seu papel social (Jaquette, 1984). Tendo sido uma prática comum nos movimentos feministas de classe média urbana nos anos 70 e 80, a autoconscientização de gênero¹¹ é hoje ainda uma das maneiras pelas quais grupos e associações de mulheres conseguem trazer para a esfera

¹¹ Os grupos de conscientização, ou *consciousness-raising groups*, surgiram principalmente nos anos 70, na América do Norte e na Europa Ocidental, e seguiam os princípios norteadores de se estruturarem de forma não hierárquica, com participação igualitária e tendo as emoções como fonte e condução das reflexões, dentro do espírito de que “(...) o pessoal é político” (Holzner, 1987).

pública as suas experiências no âmbito privado, interconectando-as e oportunizando a reapropriação da palavra pelas mulheres, dando voz, assim, às suas demandas.¹² Desse modo, reconhece-se que a conscientização pode se dar não somente através da reflexão em pequenos grupos, mas também pelo envolvimento direto em ações sociais de organização comunitária e associativa (Morgen; Bookman, 1988; Holzner, 1987).

Na mesma linha de pensamento, Schuler (1998), citando Stromquist, argumenta que o processo de empoderamento pode ser analisado através de três componentes: o cognitivo, o psicológico e o econômico, sendo todos igualmente importantes no processo. O componente cognitivo remete à compreensão, de parte das próprias mulheres, das condições e causas da subordinação; o psicológico relaciona-se com sentimentos de auto-estima e confiança em si mesmas, requisitos essenciais para que as mulheres possam tomar iniciativas em melhorar suas condições; e o econômico diz respeito à capacidade das mulheres de participarem de atividades produtivas que lhes proporcionem independência econômica e melhora de *status*.

Entretanto, segundo Morgen e Bookman (1988), o poder não é apenas algo que os indivíduos e os grupos possam obter, mas, sim, "(...) uma relação social entre grupos que determina o acesso, o uso e o controle sobre os recursos básicos materiais e ideológicos na sociedade", o empoderamento consiste, fundamentalmente, em "(...) um processo dirigido a consolidar, manter ou modificar a natureza da distribuição do poder em um contexto cultural particular". Dessa maneira, o termo empoderamento relaciona-se a atividades que visam desafiar e transformar as relações básicas de poder em cada sociedade (Morgen; Bookman, 1988).

¹² No Brasil, depois da primeira onda do movimento feminista no começo do século XX, de característica sufragista, a retomada da questão da condição da mulher de maneira sistemática deu-se apenas a partir dos anos 70, notadamente após 1975, declarado Ano Internacional da Mulher pela ONU. Foi nessa época que grupos diversos, tanto aqueles de ação coletiva quanto os de reflexão de cunho quase terapêutico, assomaram à superfície, levando o tema às universidades, aos meios de comunicação, aos partidos e a outros grupos políticos e a outras instituições. Constituídos majoritariamente por mulheres de classe média de instrução universitária, os grupos de "feministas" e as "pesquisadoras" tentavam tornar "visível o invisível", utilizando para isso abordagens históricas e psicológicas sobre questões respectivas à situação da mulher (Alves, B. M., 1980; Alves; Pitanguy, 1981).

5.4 - Determinações e limitações para os processos de construção da identidade “profissional” e empoderamento de catadores/recicladores

Entre os fatores determinantes e/ou limitantes nos processos de construção identitária e na perspectiva de empoderamento dos catadores/recicladores, encontram-se alguns que atingem igualmente todas as associações de catadores/recicladores e outros cujo impacto varia de acordo com a situação específica de cada associação, em termos de localização, de vinculação com o poder público municipal respectivo, de organização interna e de conscientização e qualificação de seus membros.

Um dos fatores “gerais” que tem provocado debates entre os trabalhadores na reciclagem diz respeito à implementação, até janeiro de 2005, do novo Código Civil, prazo em que as atuais associações de catadores/recicladores deverão passar para o *status* jurídico de cooperativa.¹³ Caso não procedam dessa forma, não poderão seguir distribuindo os ganhos auferidos com a venda dos materiais entre os associados, já que, conforme o novo Código Civil, a figura jurídica “associação” não permite a caracterização de entidade com atividade econômica. Além desse aspecto, ao se formarem como cooperativa, os catadores/recicladores ficam sujeitos a uma série de normas quanto a taxas e tributos legais, e ela deve ter, no mínimo, 20 pessoas como membros, diferentemente da constituição de associações, que podem ser iniciadas com apenas duas pessoas.

Entretanto, se o que se coloca nessa situação é, por um lado, o desafio de mudança, por outro lado, percebe-se a oportunidade de crescimento na organização: na passagem do *status* legal de associação para o de cooperativa de triagem/reciclagem, os trabalhadores tornam-se membros-quotistas, responsáveis pelo “patrimônio” adquirido pela entidade, o que incorre em direitos, porém, de igual maneira, em obrigações; assim sendo, pode-se questionar se, com isso, os catadores/recicladores não se tornariam mais vinculados à sua entidade e à própria dinâmica do trabalho.

Dentre os fatores mais específicos de determinação e/ou limitação de construção da identidade e do empoderamento dos trabalhadores na reciclagem do

¹³ Ver Quadro 1.1, Aspectos comparados dos modelos de associação e de cooperativa, no Capítulo 1.

lixo, evidenciam-se questões relacionadas ao próprio meio onde esses trabalhadores se situam, suas interações com os poderes públicos de cada município respectivo e com outras entidades, as estratégias para agregar valor aos materiais recicláveis triados e pré-beneficiados nos galpões e a obtenção de melhores condições de negociação na comercialização dos seus “produtos” com os intermediários ou diretamente com as indústrias recicladoras.

Na Associação Rubem Berta, localizada no bairro de mesmo nome, os trabalhadores convivem diariamente com a violência da periferia da Capital, havendo, entre os associados, aqueles que demonstram falta de esperanças na melhoria de sua qualidade de vida. Essa associação pode ser classificada como uma unidade de triagem convencional, não se destacando, particularmente, dentre as demais existentes na Região Metropolitana de Porto Alegre. Algumas características evidentes são o assistencialismo, a falta de conscientização e de expectativas sobre o próprio trabalho, além da baixa auto-estima, que acompanham a Associação desde sua criação até o momento atual. Os trabalhadores da Rubem Berta, nas suas falas, demonstram ainda esperar muito do poder público municipal e dos assessores católicos, tendo poucas iniciativas próprias. Eles alegam não poder fazer inovações, como as que são efetuadas na usina de Dois Irmãos, que conta com beneficiamento de plásticos e tratamento de efluentes, porque a prefeitura daquele município dá maiores subsídios aos recicladores, comparativamente ao apoio que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre concede aos galpões de reciclagem sob sua “jurisdição”.

Em pesquisa anterior realizada por Feitosa no galpão da Rubem Berta, na área de educação, constatou ela que a escolarização representa apenas uma chance remota de mobilidade social, que não se incorpora às expectativas dos trabalhadores; devido à sua resignação a respeito da posição social que ocupam, os catadores não acreditam na possibilidade de ascensão social pelo estudo. Contudo é ressaltado o caráter de informação e de integração proporcionado pelas aulas, que contribuem para a melhora das relações interpessoais e despertam a curiosidade para outros saberes (Feitosa, 2001, p. 73).

Para o assessor Irmão Romildo, o que falta no galpão da Rubem Berta é organização. Ele enfatiza a importância de que os trabalhadores se convençam de que o trabalho no lixo é o seu “ganha-pão”. Ele lamenta a falta de seriedade e de consciência profissional de alguns catadores, mas acredita que esse aspecto está melhorando.

Antonio Cechin, assessor que também participou na formação da Associação Rubem Berta, argumenta que: “(...) o catador, de tanto trabalhar com o lixo, se convence de que eles são o lixo humano”. Por outro lado, citando Dom Helder Câmara, um dos representantes mais destacados da “opção pelos pobres” na Igreja Católica brasileira, Cechin afirma que “(...) quando as necessida-

des básicas não estão garantidas, tudo passa a ser comum”. Isso se refere à mentalidade de que, entre os catadores, o furto não é encarado como uma transgressão: “(...) o catador não rouba, ele cata; desde crianças, eles são acostumados a pegar tudo que encontram pela frente”.

Cechin complementa suas idéias, expondo sua “utopia” a respeito do trabalho nos galpões e salientando que o importante para os catadores/ recicladores não é reivindicar “cestas básicas, nem dinheiro” das entidades externas, mas ter o material e as condições para cumprir sua função, dispor do lixo, “para trabalhar honestamente”. Ele critica o que chama de “linha dolorista” que percebe nas políticas públicas sobre os catadores em outros estados brasileiros, que se referem a meros paliativos que não alteram substancialmente a situação desses trabalhadores. Como exemplo, Cechin cita o caso, ocorrido em Curitiba, de doação, pela Petrobrás, de 400 carrinhos manuais a catadores de rua, que carregam de 150kg a 200kg de material por vez. “Para que sofrer? Para que ser burro de carga?”, questiona. Ele indaga se, com esse dinheiro, não se poderiam comprar veículos motorizados de pequeno porte, a serem usados coletivamente pelos catadores, ou se propor outro tipo de ação junto a eles.

Nesse sentido, Cechin cita um projeto em convênio com a empresa Agrale, de equipamentos para agroindústria. Essa empresa chegou a produzir um minicarro para coleta de resíduos — o Baby —, e havia expectativa de fabricação de 1.500 destes para substituir, aos poucos, as carroças dos coletores de rua, mas ocorreram falhas técnicas que fizeram com que a experiência não desse certo¹⁴. De acordo com o entrevistado, um Baby em funcionamento pode substituir cerca de 30 carrinhos de mão. Na sua opinião, toda a coleta deveria ficar a cargo dos trabalhadores das associações de reciclagem:

“(...) o DMLU poderia perfeitamente entregar o caminhão [aos catadores] para tornar os galpões auto-suficientes a partir dos próprios meios de buscar o lixo (...) não se consegue que o poder público venha ao encontro [dos interesses dos catadores] para tornar a unidade de reciclagem sempre mais autônoma”.

Se isso não for viabilizado, ele crê que, dificilmente, as associações de catadores/ recicladores terão condições de se tornarem auto-sustentáveis: “(...) a partir do lixo, os catadores não vão conseguir jamais comprar a infra-estrutura de que necessitam”.

¹⁴ De acordo com o entrevistado, em depoimento em 02.10.03, pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul têm avaliado as possibilidades de retomada do projeto, melhorando as condições mecânicas do minicarro, de uma maneira que este consuma relativamente pouco combustível.

Em trabalhos realizados anteriormente sobre galpões de reciclagem em Porto Alegre, foi levantada a perspectiva de que as unidades de triagem/reciclagem se tornem empreendimentos socioeconômicos viáveis, legalizando-se e adotando procedimentos de eficiência comparáveis aos modelos de produção vinculados à economia formal, o que, entretanto, demanda uma ação educacional e política (Cabral, 2001). Entretanto, como Rosa alerta, não se pode perder de vista, outrossim, a limitação imposta pelo mercado aos galpões de reciclagem, determinando os critérios de classificação dos materiais, por meio de exigências quanto à qualidade do produto final (Rosa, 1996).

Uma das questões essenciais que se colocam é a de como agregar valor ao trabalho de triagem/reciclagem. Se os materiais mais valiosos, como latas de alumínio, têm chegado em pouca quantidade aos galpões, como fazer para aumentar o faturamento destes? Nesse sentido, uma proposta que já está sendo experimentada pelo Centro de Educação Ambiental em Porto Alegre é a de serem feitos acordos com supermercados e *shopping centers*, para que os catadores/recicladores da associação ligada ao CEA possam separar os recicláveis dentro do próprio estabelecimento, levando o material triado diretamente para o galpão, localizado na Vila Pinto.

Uma outra limitação refere-se a que, de maneira geral, não existe um controle do processo de produção na reciclagem, nas associações de Porto Alegre, estando este muito mais desenvolvido em Dois Irmãos. Isso faz com que, além de estarem sujeitos a acidentes de trabalho, os catadores/recicladores não disponham de meios para lidar com os altos e baixos da produção de resíduos domésticos, que varia de acordo com a situação macroeconômica geral¹⁵ e com o poder de consumo da população, ou mesmo conforme a época do ano. Em alguns momentos em que a produção de resíduos domiciliares é exacerbada,¹⁶ algumas associações chegam a queimar clandestinamente o excesso de resíduos, para não ver a sua cota mensal reduzida pelo serviço municipal de coleta.

Quanto ao aspecto de conscientização e qualificação dos catadores/recicladores, elemento fundamental para seu empoderamento, as orientações,

¹⁵ Observa-se que, entre os anos de 1994 e 1996 — início do Plano Real —, quando houve a expansão do consumo de alguns produtos, o total anual de resíduos domiciliares em Porto Alegre, que vinha aumentando lentamente desde o início da década de 90, cresceu subitamente 16%, passando a ter um crescimento menos acelerado a partir de 1997 (Reichert, 1999).

¹⁶ Normalmente, as festas de final de ano provocam um aumento acentuado do consumo, o que leva a uma situação de crescimento acelerado na produção e na disposição de resíduos nessa época.

nas associações de reciclagem, mostram uma profunda diversidade. Enquanto, em Dois Irmãos, esse é considerado um ponto central nas relações entre os associados, habilitando-os também para os contatos externos, nos galpões investigados em Porto Alegre, a transmissão de informações e o crescimento pessoal e coletivo não são tratados com a mesma importância.

No documento **Do Lixo à Cidadania: Estratégias Para a Ação** (Abreu, 2001), preparado como parte das medidas para divulgação e implementação de fóruns estaduais e municipais seguindo o modelo do Fórum Nacional Lixo e Cidadania¹⁷, mencionam-se, dentre as “dificuldades, entraves e desafios” para se levar adiante as propostas contidas no seu Programa Nacional, fatores como a predominância do clientelismo e do paternalismo nas relações entre os catadores e outros agentes envolvidos — o que tende a limitar a criatividade e estimula atitudes conformistas — e o baixo nível de auto-estima, respeito mútuo e solidariedade entre os catadores. Nesse contexto, a mobilização social é entendida como “(...) o processo que faz com que as pessoas se sintam responsáveis e capazes de provocar e construir mudanças” (Toro; Werneck apud Abreu, 2001, p. 56).

Não obstante, através de treinamentos ministrados pela FARRGS, os catadores/recicladores têm tido acesso a temas que abordam seu auto-reconhecimento enquanto “(...) trabalhadores pertencentes a uma classe social empobrecida e discriminada e, ao mesmo tempo, a uma categoria de profissionais — não reconhecidos — porém altamente preservadores do meio ambiente e de uma forma alternativa de organizar a própria sobrevivência” (Curso..., 2002, p. 2).

Tangenciando a questão de gênero, observa-se que as perspectivas de empoderamento para homens e mulheres, entre os catadores/recicladores das três unidades de reciclagem investigadas, mostram algumas diferenças,¹⁸ o que se constata nas respostas a diversas perguntas sobre suas expectativas em relação à atividade que desempenham, os aspectos positivos e negativos no trabalho de reciclagem e seus sonhos quanto ao futuro.

Nas respostas masculinas, o que transparece, em geral, é o desejo de se tornarem independentes através de negócios próprios, inclusive na área de

¹⁷ Conforme referência no Capítulo 4.

¹⁸ Há que se levar em conta a proporcionalidade de homens e mulheres em cada uma das três associações pesquisadas e as características de identidade e empoderamento em cada unidade. Assim, a Associação dos Recicladores de Dois Irmãos, que apresenta uma maior interação com o poder público e melhores condições para a conscientização e a qualificação de seus membros em relação às suas congêneres em Porto Alegre, possui uma proporção maior de trabalhadores do sexo masculino.

reciclagem, havendo, nesse sentido, maior conformidade e/ou satisfação em relação ao trabalho executado no galpão. Nas falas das mulheres, entretanto, surgem, com mais frequência, demonstrações de tristeza ou de revolta em relação ao trabalho que realizam, como uma catadora da Rubem Berta, que expressa sua vontade de “(...) largar esta vida”, ou outra que diz que gostaria de “(...) acordar e ver que tudo que passou foi apenas um pesadelo”. Ao mesmo tempo, estas, mais do que os homens, imaginam a possibilidade de saírem desse tipo de trabalho para carreiras “mais prestigiosas”, como duas catadoras que desejam ser médicas, ou outras que pretendem a profissão de professora ou de assistente social.

As diferenças entre as visões de trabalhadoras e trabalhadores nos galpões de reciclagem sobre suas atividades atuais e perspectivas futuras podem estar relacionadas às maneiras distintas pelas quais homens e mulheres são socializados para o mundo do trabalho e à importância relativa atribuída ao crescimento profissional, em se tratando de pessoas do sexo masculino ou do feminino.

Enfim, o que se delineia no quadro das perspectivas de construção de identidade e de empoderamento dos catadores/recicladores é a necessidade de aprofundamento das possibilidades que são oferecidas a estes, isto é, os aspectos positivos que eles vislumbram no trabalho de reciclagem, bem como as dificuldades enfrentadas no seu cotidiano.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscou-se focar as dinâmicas relativas à construção de identidade “profissional” e ao empoderamento de trabalhadores em unidades de triagem/reciclagem, através da análise de processos de organização político-social de associações de catadores/recicladores na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Tendo-se como pano de fundo a iminência de crise socioambiental generalizada, no contexto do que Ulrich Beck (1996; 1997; 1997a) e Anthony Giddens (1996; 2000) denominaram “sociedade de risco”, as soluções adotadas para o problema de acúmulo de resíduos sólidos variam conforme o modelo de desenvolvimento de cada país ou região. Assim, encontram-se situações diversas, desde práticas de deposição dos resíduos em “lixões” a céu aberto, com baixo envolvimento de mão-de-obra, até sistemas integrados de gestão, que implicam um alto grau de conscientização ambiental da população e envolvimento elevado de mão-de-obra.

Como foi relatado, em países em desenvolvimento como o Brasil, o trabalho de coletar resíduos com potencial de reciclabilidade vem sendo desenvolvido, há muitas décadas, por setores marginalizados da população, que freqüentemente vivem nas ruas ou junto aos depósitos de lixo. Frente a essa situação, representantes de poderes locais ou estaduais têm tomado a iniciativa de intervir ou de dialogar com os catadores de rua e com os que vivem sobre os lixões.

Nesse sentido, na Região Metropolitana de Porto Alegre, algumas municipalidades vêm implantando sistemas de gestão onde se fazem acordos com os catadores, fomentando-se sua organização, para que estes passem a trabalhar em forma de associação ou de cooperativa e deixem de separar os resíduos em áreas residenciais ou nas próprias ruas, o que muitas vezes leva à estigmatização dessas pessoas. Em alguns casos, os poderes públicos aproveitam a experiência de projetos já existentes, de responsabilidade de entidades não-governamentais, como a Pastoral dos Moradores de Rua, da Igreja Católica, que lida com essa população.

Alguns desses procedimentos, entretanto, têm se revelado desafiantes ou pouco eficazes. A tentativa de organizar os catadores nas atividades de triagem/reciclagem dentro de galpões construídos para esse fim, conforme princípios associativos ou cooperativos no âmbito do que se define como Economia Solidária, nem sempre é bem-sucedida, devido aos baixos níveis de prática

em trabalho coletivo e de integração social que muitos deles demonstram. Nesse contexto, como relata Abreu (2001), algumas entidades, em especial aquelas vinculadas à Igreja Católica, têm priorizado o trabalho com mulheres catadoras, em virtude, como é alegado, da maior participação destas em movimentos comunitários.

A divisão sexual do trabalho é visível dentro dos galpões de reciclagem, que, via de regra, têm composição majoritariamente feminina. Embora o número de homens venha aumentando em muitos galpões e existam unidades onde eles são a maioria, como é o caso da Associação de Dois Irmãos, os assessores católicos, em geral, referem-se aos integrantes da Associação como “elas”, “catadoras”, “papeleiras”.

Dados empíricos, coletados através da pesquisa **Projeto Galpão: Escolarização nas Unidades de Reciclagem em Porto Alegre**, realizada através do Convênio UFRGS-PMPA/Smed, sobre os galpões de reciclagem na Capital, fornecem elementos para se traçar um perfil desses trabalhadores. O que se obtém como resultado é que existe, efetivamente, uma preponderância de mulheres, de cor negra ou parda e com baixo nível de escolaridade. Quanto ao fator idade, observa-se que mais da metade dos catadores têm até 29 anos, configurando-se uma predominância de jovens. No entanto, ao se fazer o cruzamento das variáveis sexo e idade, percebe-se que os homens são mais representativos nas faixas etárias mais jovens, sendo que, entre as mulheres, existe um percentual significativo na faixa dos 30 aos 40 anos. Esse dado indica que o trabalho na reciclagem atrai homens jovens, que não permanecem nos galpões após os 30 anos, pelo menos não na mesma proporção que as mulheres.

No que diz respeito ao aprofundamento da pesquisa nas três associações de reciclagem selecionadas, constata-se que suas distintas origens e suas relações com diferentes entidades externas levam a configurações e a processos específicos, tanto na dinâmica do trabalho cotidiano quanto nos resultados obtidos em termos de rendimentos e de outros ganhos não materiais, como a construção da identidade profissional e o empoderamento dos trabalhadores envolvidos.

Das três unidades analisadas neste trabalho, as duas que se situam em Porto Alegre tiveram, em sua constituição, a participação de assessores católicos, os quais agruparam pessoas em situação de vulnerabilidade social, que passaram a trabalhar nos galpões; todavia a terceira unidade pesquisada, no Município de Dois Irmãos, surgiu em decorrência de uma circunstância diferenciada, em que o grupo foi formado a partir de um núcleo inicial de pessoas que detinham um conhecimento técnico na área ambiental, que foram chamadas pela municipalidade para executar o trabalho de reciclagem.

Em termos das determinações e das limitações externas para os processos de empoderamento e de constituição da identidade profissional dos trabalhadores do lixo, pode-se apontar uma série de aspectos que estão relacionados às formas de vinculação com os órgãos públicos e com outras entidades.

Verifica-se que o papel do Estado, nesse contexto, é de suma importância. Ficou constatado na pesquisa que, sem apoio governamental, as associações de catadores/recicladores não têm condições de se manter funcionando, isto é, ainda não são sustentáveis dentro de uma lógica de empreendimento econômico capitalista. Porém, levando-se em consideração o fato de que as externalidades negativas relacionadas à degradação ambiental decorrente da disposição incorreta dos resíduos sólidos urbanos não são computadas em termos de valores monetários nas despesas de saneamento, percebe-se que os materiais reciclados poderiam vir a ser mais valorizados, se fossem estabelecidas novas políticas de incentivo a essa atividade e se houvesse o correspondente desestímulo, em termos fiscais e tributários, às atividades que geram problemas ao meio ambiente. Para culminar, as associações defrontam-se, por vezes, com a concorrência de materiais recicláveis provenientes de outros países, especialmente no caso de papel, a preços inferiores aos praticados por elas.

Por outro lado, o trabalho dos catadores/recicladores representa, em termos proporcionais, o segmento de menor remuneração na cadeia de reciclagem de resíduos sólidos, em comparação à proporção de remuneração dos intermediários (sucateiros) e das indústrias recicladoras. Disso decorre a constatação de que a reciclagem não deve ficar refém apenas da iniciativa de grandes empresas privadas, sem a existência de uma regulação estatal que tente redistribuir os ganhos entre os diversos setores produtivos presentes no mercado da reciclagem.

Outro aspecto que perpassa essas relações diz respeito aos tipos de contratos que se fazem com os serviços públicos municipais, no sentido de fornecimento dos resíduos de maneira contínua e eficiente e também, em alguns casos, de alguns benefícios, como subsídios, treinamento ou manutenção de equipamentos. Como foi mencionado, nos três casos investigados, existem diferenças na obtenção de garantias de abastecimento contínuo e de auxílios por parte dos poderes públicos locais respectivos. Esse aspecto contribui para um grande diferencial na remuneração mensal dos trabalhadores de cada galpão, pois, se, em Dois Irmãos, essa remuneração média mensal corresponde a um valor considerado satisfatório pelos próprios recicladores, em Porto Alegre, ela gera descontentamento e desejo de "(...) mudar de vida, largar tudo".

Sobre a questão dos subsídios, existem pontos de vista diversos entre os trabalhadores das associações, pois, enquanto algumas lideranças pleiteiam autonomia em relação aos órgãos públicos, outros membros reivindicam mais assistência em termos de treinamento e assessoria, para melhorar as condições de trabalho, e isenção de taxas e de impostos, em função da importância ambiental do seu trabalho.

Nos aspectos de organização do trabalho, qualificação e conscientização dos trabalhadores, nota-se que a Associação de Dois Irmãos apresenta uma relação capital/trabalho bastante superior à das outras duas, sendo a inovação tecnológica um motivo de constante busca dos trabalhadores dessa unidade. A qualificação, vista por Castro (1993) como uma instância relevante que contribui para a construção da identidade pessoal ou grupal, recebe uma atenção muito maior entre os recicladores de Dois Irmãos comparativamente aos das duas associações da Capital. Embora os níveis de escolaridade nas três associações não sejam muito distantes, havendo, em todas, uma predominância de pessoas com o ensino fundamental incompleto, o interesse no aprendizado e no crescimento individual e grupal é bem mais evidenciado no caso de Dois Irmãos, que apresenta também a melhor situação no que se refere à utilização de equipamentos de segurança e os maiores índices de produtividade entre as unidades de triagem/reciclagem examinadas, além de uma postura de maior integração em termos de consciência social e ambiental.

Sobre as motivações, as percepções e as expectativas relativamente ao trabalho nos galpões, nota-se uma atitude de baixa valorização quanto à sua ocupação por parte dos catadores das associações de Porto Alegre; em Dois Irmãos, porém, os trabalhadores manifestam satisfação no que concerne às atividades de reciclagem, expressando a vontade de investir na “profissão”.

Outra questão abordada no trabalho diz respeito a conflitos internos e a relações de poder que se colocam usualmente no cotidiano das associações, sendo mais comuns as que envolvem tomada de decisões entre as bases e as diretorias das associações, referentes a ausências de trabalhadores ao serviço, ou sobre o valor da partilha no final de cada mês.

Como outro motivo de conflito, menciona-se a permanência de um vasto contingente de catadores de rua na RMPA, o qual recolhe uma parcela considerável do material que seria destinado aos galpões de reciclagem. Essa situação constitui um dos principais dilemas tanto para as associações quanto para os poderes públicos, que se dividem entre aqueles que toleram os catadores de rua, por eles coletarem uma parte do material e lhe darem destinação através de sucateiros, e os que acreditam que deve haver um controle maior sobre essa atividade, dando-se ênfase a políticas que promovam as associações através dos sistemas de coleta seletiva oficial e da construção de novos galpões.

Além desses, os conflitos que envolvem a formação da FARRGS levam a impasses sobre as possibilidades de organização dos catadores/recicladores como um movimento ou como um pré-sindicato. Vivendo na ambigüidade de não corresponderem exatamente a um movimento social organizado e nem a um grupo “profissional” estrito senso, não se inscrevendo no setor formal, mas também não sendo totalmente informais, devido ao vínculo que mantêm com o Estado, os catadores/recicladores exercem uma ocupação que começa a se tornar visível, fazendo reconhecer um segmento de trabalhadores que executa uma tarefa social e ambientalmente relevante. Assinala-se, nesse sentido, que, em alguns momentos, a FARRGS serve como intermediadora e como poder de pressão sobre os órgãos externos, dando também capacitação a membros das associações para atuarem junto a esses órgãos.

De maneira geral, tendo-se em conta a emergência e a relevância da questão da geração e da disposição dos resíduos sólidos em uma metrópole como um dos mais sérios problemas ambientais urbanos, a tentativa de equacionar esse problema através da criação de nichos de trabalho para segmentos da população de baixa renda pode se revelar frutífera, desde que as entidades envolvidas no processo atentem para as necessidades e as dinâmicas específicas dos catadores/recicladores, que vêm, aos poucos, conquistando uma identidade própria e, dentro de ritmos particulares, empoderando-se nas suas trajetórias.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria de Fátima. **Do lixo à cidadania: estratégias para a ação**. Brasília: UNICEF/Caixa Econômica Federal, 2001.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ALONSO, José Antônio Fialho. **Trajectoria das relações econômicas internacionais sob o capitalismo**: uma tentativa breve de sistematização. [S. l. : s. n.], 1995. (Cópia).
- ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (in)sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ALVES, Carlos Augusto de Azambuja. Unidades de triagem de resíduos sólidos no município de Porto Alegre — 12 anos depois. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 6., Gramado. **Anais...**. Porto Alegre: ABES, 2002. CD-ROM.
- ANDER-EGG, Ezequiel. **Técnicas de investigación social**. Buenos Aires: Editorial Humanitas, 1995.
- ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.
- AVRITZER, Leonardo. Teoria Democrática, esfera pública e participação local. **Sociologias**, Porto Alegre: PPGS/IFCH/UFRGS, ano 1, n. 2, p. 18-43, jul.-dez. 1999.
- BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, n. 36, p. 3-32, 2. sem. 1993.
- BARROS, Luiz. Os desafios do Terceiro Setor. **Diário do Comércio**. São Paulo, 30 jul. 2003. Disponível em <http://net.dcomercio.com.br> Acesso em: 19 nov. 2003.

BARROS, Ricardo Paes de; MACHADO, Ana Flávia; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto. **A desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero.** Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para discussão, n. 453).

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joceline. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth.** São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

BATISTA JUNIOR, Paulo Nogueira. "Globalização" e administração tributária. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 217-237, 1997.

BECK, Ulrich. A reiventação da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva — política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997.

BECK, Ulrich. Autodissolução e auto-risco na sociedade industrial: o que isso significa? In: BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva — política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997a.

BECK, Ulrich. **O que é globalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECK, Ulrich. Risk society and the provident state. In: LASH, Scott; SZERSZYNSKI, Bronislaw; WYNNE, Brian. **Risk, environment and modernity.** London: Sage Publications, 1996.

BECK, Ulrich. **Un nuevo mundo feliz: la precariedad del trabajo en la era de la globalización.** Barcelona: Paidós, 2000.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva — política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP, 1997.

BENEDETTI, Luiz Roberto. Igreja, estado, sociedade: ensaio de avaliação. In: ENCONTRO DAANPOCS, 7, Águas de São Pedro. **[Trabalho apresentado]** Águas de São Pedro 1983. Reunião do grupo de trabalho "Religião e Sociedade".

BHOWMIK, Sharit. As cooperativas e a emancipação dos marginalizados: estudos de caso de duas cidades na Índia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver — os caminhos da produção não capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

- BONELLI, Maria da Gloria; DONATONI, Silvana. Os estudos sobre profissões nas ciências sociais brasileiras. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 41, p. 109-142, 1. sem. 1996.
- BRAGA, Tania. Principais limitações à internalização da dimensão ambiental nas práticas urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9., Rio de Janeiro. **Anais...**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, v. 3, p. 1322-1333.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Cidades sustentáveis**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: MMA, 2000.
- BROWN, Lester. **Nova York**: a capital mundial do lixo. Disponível em: <http://www.wwiuma.org.br> Acesso em: abr. 2002.
- BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 2, p. 25-106, 2002.
- BUENO, Paulo Fernando Zanardini. Gênero e ação ecológica: a participação feminina nos galpões de reciclagem. In: SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS, 13. Porto Alegre [Trabalho apresentado]. Porto Alegre: UFRGS, 2001. p. 1-27.
- BURGER, W. et al. **The informal sector**: concepts, issues and policies. The Hague: Institute of Social Studies, 1985.
- BUTTEL, Frederick. Sociologia ambiental, qualidade ambiental e qualidade de vida: algumas observações técnicas. In: HERCULANO, Selene C.; FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo Firpo de Souza (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: EdUFF, 2000.
- BUTTEL, Frederick. Instituições sociais e mudanças ambientais. **Idéias**, Campinas: Unicamp, ano 8, n. 2, 2001.
- CABRAL, Sueli Maria. **Trabalhadores do lixo**: o relato de uma pedagogia da desordem. 2001. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH-USP, 1998.
- CAPPELLI, Silvia (Org.). **Resíduos sólidos**. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2002.

CARDOSO, Adauto. A utopia em construção: modernidade, ecologia e urbanização. In: PIQUET, Roselia; RIBEIRO, Ana Clara Torres (Org.). **Brasil, território de desigualdade: descaminhos da modernização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed./Fundação Universitária José Bonifácio, 1991.

CARVALHO, Ricardo Augusto Alves de. Sustentabilidade: princípios. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Mary Garcia. "Feminização da pobreza" em cenário neoliberal. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 1, p. 89-96, 2001.

CASTRO, N. A. Qualificações, qualidades e classificações. **Educação e Sociedade**. Campinas: Papyrus, n. 45, p. 211-224, ago. 1993.

CASTRO, Rogério Álvaro Serro de. As "Associações" no novo Código Civil. **Jornal do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.jornaldomeioambiente.com.br> Acesso em: 3 dez. 2003.

CATTANI, Antonio David. Autonomia. In: — (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1997.

CATTANI, Antonio David. Crítica da economia solidária. **Cultura Vozes**, v. 96, n. 6, p. 10-21, 2002.

CATTANI, Antonio David. Formação profissional. In: — (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1997a.

CEPOLLARO, Giancarlo. Gottmann: a metrópole transacional. In: DE MASI, Domenico. **A sociedade pós-industrial**. São Paulo: SENAC, 1999.

CHHACHHI, Amrita. **Concepts in feminist theory: consensus and controversy**. West Indies: University of West Indies, Sept. 1986. Paper apresentado no Seminário Gender in Caribbean Development.

CLASSIFICAÇÃO Brasileira de Ocupações. Apresentação. Disponível em: <http://www.tem.gov.Br/Temas/CBO> Acesso em: 15 jul. 2003.

COHEN, Jean L. Para pensar de novo a privacidade: a autonomia, a identidade e a controvérsia sobre o aborto. In: LAMAS, Marta et al. **Cidadania feminista**. México: Metis Productos Culturales, 1999. Edição especial de Debate Feminista.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM - CEMPRE. **Lixo Municipal**: manual do gerenciamento integrado. São Paulo: IPT/CEMPRE, 2000.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM - CEMPRE. Brasileiro desconhece reciclagem. **Boletim Informativo**, dez. 2002.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Manual da campanha da fraternidade 1979**: preserve o que é de todos. Brasília: CNBB, 1978.

CORAGGIO, José Luis. **Economía urbana**: la perspectiva popular. Quito: Ediciones Abya-Yala, 1998.

CORRÊA, Mariza. Mulher e família: um debate sobre a literatura recente. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, n. 18, p. 27-44, 2. sem. 1984.

COSTA, A. C. F. da.; SATTLER, M. A. Catadores informais: elo do processo de coleta dos materiais recicláveis presentes no lixo urbano da cidade de Porto Alegre. In: FRANKENBERG, Cláudio Luis Crescente; RAYA-RODRIGUEZ, Maria Teresa; CANTELLI, Marlize (Org.). **Gerenciamento de resíduos e certificação ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

COSTA, Albertina O.; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências da mudança. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP, n. 1, ago. 1992.

CROCKER, David. Qualidade de vida e desenvolvimento: o enfoque normativo de Sen e Nussbaum. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 31, p. 99-133, 1993.

CULYER, A. J. Commodities, characteristics of commodities, characteristics of people, utilities, and the quality of life. In: BALDWIN, Sally; GODFREY, Christine; PROPPER, Carol (Org.). **Quality of life**: perspectives and policies. London: Routledge, 1990.

CURSO de geração trabalho e renda: Programa Peti. Porto Alegre: FARRGS, 2002.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 2002.

DELEVATI, Dionei Minuzzi et al. A produção de resíduos sólidos na Região da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: LIXO E SUSTENTABILIDADE, 3. **Anais...** . Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002a.

DELEVATI, Dionei Minuzzi et al. Centro de Educação Ambiental. In: SEMINÁRIO REGIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: lixo e sustentabilidade, 3. **Anais...** . Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2002.

DELPHY, Cristine. Women in stratification studies. In: LEONARD, Diana (Ed.). **Close to home: a materialist analysis of women's oppression**. Amherst: The University of Massachusetts, 1984.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/dmlu> Acesso em: 10 out. 2003.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA. **Coletas**. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/dmlu> Acesso em: 10 out. 2003a.

DOIS IRMÃOS. Prefeitura Municipal. **Dois Irmãos** — limpa e ecológica. Dois Irmãos: [s. n.], 2003. Mimeo.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e o futuro do capitalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DUPAS, Gilberto. A lógica da economia global e a exclusão social. **Estudos avançados**, São Paulo: IEA/USP, v. 12, n. 34, p. 121-159, set.-dez. 1998.

ECONOMIC ROUNDTABLE. **Homeless in LA: A Working Paper for the 10-Year Plan to End Homelessness in Los Angeles County**. Los Angeles: Economic Roundtable, 2003. Disponível em: <http://www.economicrt.org/publications.html> Acesso em: 16 nov. 2003.

EIGENHEER, Emílio (Org.). **Coleta seletiva de lixo: experiências brasileiras** n. 1. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

EIGENHEER, Emílio (Org.). **Coleta seletiva de lixo: experiências brasileiras** n. 3. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1999.

EVANS, Peter. Beyond "**Institutional Monocropping**": institutions, capabilities, and deliberative development. [S. l.: s. n.], 2002. Mimeo.

- FEDOZZI, Luciano. **Orçamento participativo: reflexões sobre a experiência de Porto Alegre**. Porto Alegre: Tomo Editorial; Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal (FASE/IPPUR), 1997.
- FEITOSA, Débora Alves. **Tensão e desordem: escolarização e imaginário de mulheres recicladoras**. 2001. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- FIGUEIREDO, Paulo Jorge Moraes. **A sociedade do lixo — os resíduos, a questão energética e a crise ambiental**. Piracicaba: Editora Unimep, 1995.
- FIORI, José Luís. **Em busca do dissenso perdido**. Rio de Janeiro: Insight Editorial, 1995.
- FISCHER, Nilton. A história de Rose: classes populares, mulheres e cidadania. **Cultura Vozes**, São Paulo: Vozes, v. 89, n. 6, p. 38-44, 1992.
- FISCHER, Nilton. Cidadania e Ação Social: contribuições a partir da categoria “formação”. **Veritas**, Porto Alegre: PUCRS, v. 42, n. 2, p. 283-290, jun. 1997.
- FISCHER, Nilton. Revisitando a educação popular a partir das mulheres papeleiras. In: JACQUES, Maria da Graça Correa et al. **Relações sociais e ética**. Porto Alegre: ABRAPSO/Regional Sul, 1995.
- FISCHER, Nilton. **Movimentos sociais contemporâneos e educação popular: aproximações possíveis, complexidades emergentes**. Porto Alegre: [s. n.], 2000. Mimeo. Projeto de pesquisa.
- FLORES, Jonas Leandro. **O retrato da exclusão**. Porto Alegre: [s. n.], 2000. Mimeo.
- FREI BETTO. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.
- FRITSCH, Ivânea Elisabete. **Resíduos sólidos e seus aspectos jurídicos, legais e jurisprudenciais**. Porto Alegre: Unidade Editorial da Secretaria Municipal de Cultura, 2000.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL. **Gerenciamento dos resíduos sólidos — município de Porto Alegre**. Porto Alegre: Metroplan, 2000.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Pesquisa Nacional Sobre as Mulheres**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br> Acesso em: 26 abr. 2002.

FUNGERIK, Archon; WRIGHT, Erik Olin. Experimentos em democracia deliberativa. **Sociologias**, Porto Alegre: PPGS/IFCH/UFRGS, ano 1, n. 2, p. 100-143, jul.-dez. 1999.

GALEAZZI, Irene. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: FEE, v. 1, p. 61-68, 2001.

GASPAR, Maria Dulce. **Desvio e estigma**: discussão sobre o campo teórico desses conceitos. [S. l.: s. n.], 1984. Mimeo.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. **Orçamento participativo** — a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva** — política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: UNESP, 1997.

GIDDENS, Anthony. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. **Cadernos CRH**, Salvador, n. 21, jul.-dez. 1994.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Modernity and self-identity**: self and society in the late modern age. Stanford, California: Stanford University, 1991.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrol**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. São Paulo: UNESP, 1996.

GODELIER, Maurice. As relações homem-mulher: o problema da dominação masculina. **Encontros com a Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 26, p. 9-29, 1980.

- GOMES, Gisane. Gerenciamento de resíduos sólidos em Porto Alegre e qualidade de vida. In: FRANKENBERG, Cláudio Luis Crescente; RAYA-RODRIGUEZ, Maria Teresa; CANTELLI, Marlize (Org.). **Gerenciamento de resíduos e Certificação Ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- GÓMEZ, José Maria. Globalização da política: mitos, realidades e dilemas. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GÓMEZ, Verônica. Gênero, identidade e espaço público. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 9., Porto Alegre. **[Trabalho apresentado]**. Porto Alegre: [s. n.], 1999.
- GRIMBERG, Elisabeth; BLAUTH, Patrícia. **Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores**. São Paulo: Instituto Polis, 1998. (Polis, n. 31)
- GUIVANT, Julia. Reflexividade na sociedade de risco: conflitos entre leigos e peritos sobre os agrotóxicos. In: HERCULANO, Selene C.; FREITAS, Carlos Machado de; PORTO, Marcelo Firpo de Souza (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Ed. UFF, 2000.
- GUIVANT, Julia. Trajetórias das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social. **BIB: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 46, 2. sem. 1998.
- GUTMAN, Pablo. Problemas y perspectivas ambientales de la urbanización en América Latina. **Medio Ambiente y Urbanización**, Buenos Aires: CLACSO/ /CIFCA, p. 149-171, 1982.
- HARDOY, Jorge Enrique; SATTERTHWAITTE, David. Problemas ambientales en ciudades del Tercer Mundo: es éste un problema mundial que no es tomado en cuenta? **Medio Ambiente y Urbanización**, Buenos Aires: Instituto Internacional de Medio Ambiente y Desarrollo - IIED - América Latina, v. 31, n. 8, p. 3-12, jun. 1990.
- HARTSOCK, Nancy. **Poder y cambio político**. Lima: Centro Flora Tristán de la Mujer Peruana, 1983.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, n. 39, 1996.
- HERCULANO, Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene; PORTO, Marcelo; FREITAS, Carlos de (Org.). **Qualidade de vida e riscos ambientais**. Niterói: Ed. UFF, 2000.

HIRATA, Helena. Apresentação. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

HIWATASHI, Erica. **O estudo de cadeias no processo de reciclagem dos resíduos domiciliares inorgânicos de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

HIWATASHI, Erica; NASCIMENTO, Luís Felipe . A preliminary study of the recycling chain in Porto Alegre. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON MANAGEMENT OF TECHNOLOGY, 7. [**Trabalho apresentado**]. Orlando/USA; [S. n.], 1998.

HOLZNER, Brigitte. **Consciousness-raising as a feminist method of empowerment: concepts, issues and limitations**. Leiden, Holanda: 1987. Discussion paper para o simpósio "The Gender of Power".

HUERGO, Mayra Hias Moreira et al. Unidade de Triagem de Resíduos Sólidos do Hospital Psiquiátrico São Pedro. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 6., 2002, Gramado. **Anais...** . Porto Alegre: ABES, 2002. CD-ROM.

IBGE. **Censo demográfico 2000: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

INFORME PED ESPECIAL. Porto Alegre: FEE, jan. 2002.

INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO - IDH - 1997. [S. l.]: PNUD, 1997.

INFORME SOBRE DESARROLLO HUMANO - IDH - 2001. [S. l.]: PNUD; Ediciones Mundi, 2001.

JACOBI, Pedro. A percepção de problemas ambientais urbanos em São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 31, p. 47-55, 1993.

JACOBI, Pedro. Meio ambiente urbano e qualidade de vida: aspectos teórico-metodológicos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 16, Caxambu. **Anais...** . Caxambu; MG: ANPOCS, 1992.

JACOBI, Pedro; TEIXEIRA, Marco A. **Criação do capital social: o caso da ASMARE**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JACQUES, Maria da Graça. Identidade e trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1997.

- JACQUES, Maria da Graça. **Trabalho, educação e construção da identidade**. Tese (Doutorado) — Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- JAQUETTE, Jane. Female participation in Latin América: raising feminist issues. In: ANNUAL MEETING OF THE AMERICAN POLITICAL SCIENCE ASSOCIATION [**Trabalho apresentado**]. Washington: Aug-Sept 1984.
- JELIN, Elizabeth. Construir a cidadania: uma visão desde baixo. **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 33, p. 39-57, 1994.
- JORNAL JÁ. [S. l.: s. n.], n. 311, p. 13, nov. 2003.
- KABEER, Naila. Empoderamiento desde abajo: qué podemos aprender de las organizaciones de base? In: LEÓN, Magdalena (Comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo; Universidad Nacional de Colombia, 1998.
- LAPIERRE, Jean William. Prefácio. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik BARTH. São Paulo: UNESP, 1998.
- LARANGEIRA, Sonia M. G. Qualificação. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1997.
- LASCH, Christopher. **O mínimo eu: sobrevivência psíquica em tempos difíceis**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- LASCH, Christopher. **The culture of narcissism**: american life in an age of diminishing expectations. New York: Norton, 1991.
- LASSANCE, Maria Célia Pacheco. **A profissionalização da mulher**: um estudo da identidade profissional em adultas jovens em profissões tradicionalmente masculinas e em profissões tradicionalmente femininas. Dissertação (Mestrado) — Curso de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1987.
- LEÓN, Magdalena. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In: — (Comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo; Universidad Nacional de Colombia, 1998.
- LIEDKE, Elida Rubini. Trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1997.

LISBOA, Teresa Kleba. **Heroínas em luta na conquista de suas glórias: um estudo sobre o processo de "empoderamento" das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis.** Tese (Doutorado) — PPGS, Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MACHADO, André Luiz et al. Usina de reciclagem de plásticos das unidades de triagem de Porto Alegre. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 6, Gramado, 2002. **Anais...** . Porto Alegre: ABES, 2002. CD-ROM.

MACHADO, Maria Helena. Apresentação. In: — (Org.). **Profissões de saúde: uma abordagem sociológica.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

MAINWARING, Scott. **The church and the catholic popular movement in Brazil.** [S. l.: s. n.], 1983. Mimeo.

MAINWARING, Scott; VIOLA, Eduardo. New social movements, political culture and democracy. Brazil and Argentina in the 1980s. **TELOS**, n. 61, Fall 1984.

MARCUSE, Peter. **The informal sector as a structure of relationship among groups.** [S. l.: s. n.], 2000. Mimeo.

MARTINEZ-ALIER, J. Justiça ambiental e distribuição ecológica de conflitos. In: FERREIRA, Leila da Costa (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI.** São Paulo: Bontempo Editorial, 1997.

MEGONE, C. B. The quality of life: starting from Aristotle. In: BALDWIN, Sally; GODFREY, Christine; PROPPER, Carol (Org.). **Quality of life: perspectives and policies.** London: Routledge, 1990.

MELLO, Maria Inês; SILVEIRA, Eliane. Preservação ambiental e geração de renda em 13 anos de coleta seletiva. **Agora Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 104, jul. 2003.

MELO, Marcus André B. C. de. Ingovernabilidade: desagregando o argumento. In: VALLADARES, Licia; COELHO, Magda Prates (Org.). **Governabilidade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n. 17, p. 49-66, jun. 1989.

MENEZES, Ana Luisa Teixeira de. **"Libertar, Libertar... tu pensa que é fácil?": uma pesquisa-ação-participante sobre gênero e trabalho com mulheres recicladoras de lixo.** Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1994.

MENEZES, Ana Luisa Teixeira de; GOULART, Marilu Silveira. Reciclando identidades: mulheres no lixo! In: STREY, Marlene Neves (Coord.). **Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

MORGEN, Sandra; BOOKMAN, Ann. Rethinking women and politics: an introductory essay. In: BOOKMAN, Ann; MORGEN, Sandra (Ed.). **Women and the politics of empowerment**. Philadelphia: Temple University, 1988.

MOTTA, Mara Luisa Alvim. Belo Horizonte. In: EIGENHEER, E. M. (Org.). **Coleta seletiva de lixo — experiências brasileiras n. 2**. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

MULHER E TRABALHO. Porto Alegre: FEE, v. 2, 2002.

NARDI, Henrique Caetano. **Trabalho e ética: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal (1970-1999)**. Tese (Doutorado) — PPGS, Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

NARDI, Henrique Caetano; TITTONI, Jaqueline; BERNARDES, Jefferson Souza. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1997.

NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Comp.). **La calidad de vida**. México D. F.: Fondo de Cultura Económica, 1996.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **A utilização do "referencial ambientalista" como justificativa à implantação do sistema de Coleta Seletiva de Lixo em Porto Alegre**. 1995. Dissertação (Mestrado) — PPGS, Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1995.

OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. Porto Alegre: "Aqui as mulheres não se escondem". **Mulher e Trabalho**. Porto Alegre: FEE, v. 2, p. 159-169, 2002.

ORLIKOWSKI, Wanda J. The duality of technology: rethinking the concept of technology in organizations. **Organization Science**, v. 3, n. 3, p.398-427, Aug. 1992.

PELIANO, Ana Maria T. M. (Coord.). **O mapa da fome III: indicadores sobre a indigência no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. (Documento de política, n. 17).

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PEREIRA, Sandhya Alves; SANTOS, Régis Fagundes Galvão. Porto Alegre. In: EIGENHEER, E. M. (Org.). **Coleta seletiva de lixo** — experiências brasileiras n. 2. Rio de Janeiro: In-Fólio, 1998.

PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO 1989. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

PESQUISA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

PIMENTEIRA, Cícero Augusto Prudêncio. **Aspectos sócio-econômicos da gestão de resíduos sólidos na cidade do Rio de Janeiro** — uma análise insumo-produto. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

PNSB: dúvida sobre resíduos. Aguaonline. Disponível em: <http://www.aguaonline.com.br> n. 105. Acesso em: 19 abr. 2002.

POCHMANN, Márcio. **O trabalho sobre fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

POCHMANN, Márcio. **Políticas de trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança**. São Paulo: LTr, 1995.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Apresentação. In: CONGRESSO DA CIDADE, 4. Porto Alegre, 2003. [**Anais eletrônicos...**]. Disponível em: http://www.portoalegre.rs.gov.br/congresso_cidade/Default.asp Acesso em: 10 dez. 2003.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Econômico. In: CONGRESSO DA CIDADE, 3. Porto Alegre, 2000a. [**Anais eletrônicos...**]. Disponível em: http://www.portoalegre.rs.gov.br/congresso_cidade/Default.asp Acesso em: 10 dez. 2003.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Desenvolvimento Urbano e Ambiental. In: CONGRESSO DA CIDADE, 3. Porto Alegre, 2000. [**Anais eletrônicos...**]. Disponível em: http://www.portoalegre.rs.gov.br/congresso_cidade/Default.asp Acesso em: 10 dez. 2003.

PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Políticas Sociais. In: CONGRESSO DA CIDADE, 3. Porto Alegre, 2000b. [**Anais eletrônicos...**]. Disponível em: http://www.portoalegre.rs.gov.br/congresso_cidade/Default.asp Acesso em: 10 dez. 2003.

POSTHUMA, Anne Caroline; LOMBARDI, Maria Rosa. Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: v. 11, n. 1, jan.-mar. 1997.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (Org.). **Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. da Universidade/UFRGS; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, 2001.

PROJETO GALPÃO. **Escolarização nas unidades de reciclagem em Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS-PMPA/SMED, 2001. (cópia em disquete).

PROJETO GALPÃO. **Lixo não é lixo**. Porto Alegre: SMED, SMIC, DMLU/PMPA; FARRGS; UFRGS, 2001a.

RECICLOTECA. **Informativo Recicloteca**, [S. l.: s. n.] n. 2, jul.-set. 1997. Disponível em: <http://www.recicloteca.org.br> Acesso em: 10 out. 2003.

REICHERT, Geraldo. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos — uma proposta inovadora. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria: Editora da UFSM, n. 18, p. 53-68, jan.-jun. 1999.

REIS, Carlos Nelson dos. A relação Estado-Sociedade: o desmonte das instituições sociais e a exclusão social. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2., São Paulo. **Anais...** . São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política; PUC/SP, 1997.

RODGERS, Gerry. **Overcoming exclusion: livelihood and rights in economic and social development**. Genebra: International Institute for Labour Studies, 1994. (Discussion Papers).

RODRÍGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver — os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ROHDE, Geraldo Mário. Estudos de impacto ambiental: a situação brasileira. In: VERDUM, R.; MEDEIROS, R. (Org.). **RIMA — relatório de impacto ambiental**. Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1995.

ROJO, Raúl Enrique. **Participación política**. [S. l.: s. n.], 1998. Mimeo.

ROSA, Russel Teresinha Dutra da. Depois do incêndio: reflexões sobre a experiência de um curso com recicladores de lixo. **Espaços da Escola**, Ijuí: v. 11, n. 42, p. 29-43, out.-dez. 2001.

ROSA, Russel Teresinha Dutra da. **Educação informal na reciclagem de resíduos sólidos urbanos**. Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.

ROWBOTHAM, Sheila. The trouble with "patriarchy". In: FEMINISTANTHOLOGY COLLECTIVE (Ed.). **No turning back: writings from the women's liberation movement 1975-80**. London: The Women's Press, 1981.

RUBERG, Claudia; AGUIAR, Alexandre; PHILIPPI JUNIOR, Arlindo. Promoção da qualidade ambiental através da reciclagem de resíduos sólidos domiciliares. In: FRANKENBERG, Cláudio Luis Crescente; RAYA-RODRIGUEZ, Maria Teresa; CANTELLI, Marlize (Org.). **Gerenciamento de resíduos e certificação ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SABOIA, Joao L. M. **Salário e emprego no Brasil: um estudo de longo prazo**. Rio de Janeiro: FEA/IEI/UFRJ 1988.

SANDRONI, Paulo. **Novo dicionário de economia**. São Paulo: Best-Seller, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUEZ, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Produzir para viver — os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAYAGO, Daiane Ely et al. **Resíduos sólidos: propostas de instrumentos econômicos ambientais**. Brasília: MPO/SEPURB, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. **Boletim de Ciências Sociais**, Florianópolis: UFSC, n. 35, out.-dez. 1984.

SCHNEIDER, Sérgio; SCHMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 9, p. 49-86, 1998.

SCHULER, Margatet. Los derechos de las mujeres son Derechos Humanos: la agenda internacional del empoderamiento. In: LEÓN, Magdalena (Comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo; Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre: FAGED/UFRGS, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul.-dez. 1995.

SCOTT, Joan. Survey articles — women in history. **Past and Present**, n. 101, Nov. 1983.

- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. A problemática ambiental e o processo de urbanização no Brasil. **Pólis**, São Paulo: Polis, n. 3, p. 15-21, 1991.
- SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Pedagógica e Universitária Ltda., 1974.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.
- SENNET, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.
- SERVA, Maurício. Gestão urbana e qualidade de vida. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 25, n. 4, p. 219-223, out.-dez., 1991.
- SILVA, Lorena Holzmann da. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. da Universidade (UFRGS), 1997.
- SINGER, Paul. Desemprego e exclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v. 10, n. 1, jan.-mar. 1996.
- SINGER, Paul. **Economia política do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SISON, Marites. **Garbage problem rooted in money and politics**. Philippine Center for Investigative Journalism. Disponível em: <http://www.pcij.org> Acesso em 28 nov. 2003.
- SOARES, Mário Rogério Kolberg. Resíduos sólidos: conceitos, responsabilidades, gerenciamento e destino final. In: CAPPELLI, Sílvia (Org.). **Resíduos sólidos**. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2002.
- SOUZA, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil — a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA-LOBO, Elisabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

STOLCKE, Verena. Mulheres e trabalho. **Estudos Cebrap**, Petrópolis: Vozes, n. 26, 1980.

TEIXEIRA, Mário Buede. **Planejamento ambiental: referencial básico e roteiro para formulação do Plano Ambiental Municipal.** Dissertação (Mestrado) — Pós-Graduação em Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

TOCCHIO, Sérgio. A evolução e os desafios do programa de coleta seletiva do lixo em Curitiba. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria: Editora da UFSM, n. 18, p. 102-108, jan.-jun. 1999.

TODESCHINI, Remígio. Empreendimentos solidários em expansão. In: GUIMARÃES, Gonçalo (Org.). **Sindicalismo e cooperativismo: a economia solidária em debate — transformações no mundo do trabalho.** São Paulo: Unitrabalho, 1999.

TOLOSA, Hamilton C. A pobreza absoluta. In: ALBUQUERQUE, Roberto C. de (Coord.). **O Brasil social: realidades, desafios, opções.** Rio de Janeiro: IPEA, 1993.

TORRES, Haroldo; MARTINE, George. Reordenação econômica, meio ambiente e urbanização: dilemas da trajetória recente dos NIEs. In: SIMPÓSIO SOBRE URBANIZAÇÃO ACELERADA E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL. **[Trabalho apresentado]**. Brasília: [S. n.], 1992.

TRABALHADORES da reciclagem avançam na sua organização. **Vento Sul**, Porto Alegre: CAMP, ano 1, n. 4, out. 2003. Edição especial.

VILHENA, André. **A evolução da coleta seletiva e reciclagem do Brasil.** Porto Alegre: CEMPRE, 2002. (Documentos do Recicleshaw 2002).

VILLEGAS, German Alberto Jaramillo. Recuperar: de basuriegos a empresários. In: O LIXO como instrumento de resgate social. Porto Alegre: AEBA/METROPLAN, 1989.

VIOLA, Eduardo; LEIS, Héctor Ricardo. Governabilidade e mudança climática: desafios e impasses globais e brasileiros. **Idéias**, Campinas: Unicamp, ano 8, n. 2, 2001.

WENDHAUSEN, Eugênia da Silva; LIMA, Teresinha Carvalho de. Projeto de Vida na Ilha Grande dos Marinheiros: uma experiência de resgate social. In: O LIXO como instrumento de resgate social. Porto Alegre: AEBA/Metroplan, 1989.

WIERINGA, Saskia E. Una reflexión sobre el poder y la medición del empoderamiento de género del PNUD. In: LEÓN, Magdalena (Comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo; Universidad Nacional de Colombia, 1998.

WILLING, Eckhard. Valorização do lixo (resíduos): funções econômicas e sociais. In: O LIXO como instrumento de resgate social. Porto Alegre: AEBA/Metroplan, 1989.

YOUNG, Kate. El potencial transformador en las necesidades prácticas: empoderamiento colectivo y el proceso de planificación. In: LEÓN, Magdalena (Comp.). **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Ed. Universidad Nacional de Colombia, 1998.

APÊNDICE

- 15 - Por que veio morar aqui?
 por motivos de trabalho
 por motivos familiares
 outros Quais?

Escolaridade e qualificação

- 16 - Qual é o seu nível de escolaridade?
 analfabeto
 alfabetizado
 ensino fundamental incompleto
 ensino fundamental completo
 ensino médio incompleto
 ensino médio completo
 ensino superior incompleto
 ensino superior completo
- 17 - Estudou quando criança?
 sim Até que série? não
- 18 - Fez algum treinamento específico sobre a atividade de separação de resíduos e de reciclagem?
 sim não Qual?
- 19 - Gostaria de fazer algum treinamento ou curso? sim não Qual?

Identificação de todos os membros da família (que vivem na mesma casa)

20 - Informe sobre os componentes da família:

NOME	PARENTESCO	IDADE	ESCOLARIDADE	SITUAÇÃO DE TRABALHO		RENDA (R\$)
				E (1)	D (2)	
1 -						
2 -						
3 -						
4 -						
5 -						
6 -						
7 -						
8 -						

(1) Empregado. (2) Desempregado.

Experiência profissional, renda e previdência

21 - Relacione funções/atividades desenvolvidas e rendas respectivas:

FUNÇÕES/ATIVIDADES JÁ DESENVOLVIDAS	RENDA (R\$)
1 -	
2 -	
3 -	
4 -	

22 - Renda atual do trabalho no galpão:

23 - Contribuição social para o INSS: () sim () não

24 - Tem outra atividade remunerada (trabalho pago), além do trabalho no galpão atualmente? () sim () não Qual?

Condições de trabalho

25 - Turnos e dias de trabalho no galpão:

TORNOS	SEGUNDA- -FEIRA	TERÇA- -FEIRA	QUARTA- -FEIRA	QUINTA- -FEIRA	SEXTA- -FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
Manhã							
Tarde							
Noite							

26 - Total de horas trabalhadas por semana no galpão:

27 - Que tipo de tarefas faz com mais frequência no galpão?

28 - Utiliza equipamentos de segurança?

Itens	Sim	Não
a) uniforme	()	()
b) calçado	()	()
c) luvas	()	()
d) capacete	()	()
e) máscara	()	()
f) óculos	()	()
g) proteção para ouvidos	()	()

29 - Já sofreu acidente de trabalho no galpão?

() sim De que tipo? () não

30 - Quem se responsabiliza, no horário de trabalho, pelo cuidado com as crianças de até seis anos?

() creche Justifique:

() outros Quais?

Orçamento familiar e condições de vida

31 - Quanto gasta por mês com moradia e alimentação?

32 - Reside em:

- casa própria rua
 casa alugada albergue
 casa cedida outros Qual?

33 - A casa onde reside está em terreno regularizado?

34 - A casa em que mora é:

- de madeira
 mista
 de material
 outros Quais?

35 - Quantas peças tem a casa?

36 - A casa possui:

Itens	Sim	Não
a) água encanada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b) luz	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c) banheiro dentro da casa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d) fogão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e) geladeira	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f) televisão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g) telefone fixo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

37 - Possui telefone celular?

- sim não

Condições de saúde

38 - Realiza tratamento de saúde?

- sim não Qual?

230

39 - Vai ao dentista regularmente? Quando foi a última vez?

40 - Vai ao oculista regularmente? Quando foi a última vez?

Quando o respondente for do sexo masculino, pular para o próximo bloco

a) é gestante?

sim não

b) realiza pré-natal?

sim não

c) costuma fazer exame de prevenção de câncer de mama?

sim não Data do último exame:

d) costuma fazer exame de prevenção de câncer de colo do útero?

sim não Data do último exame:

e) utiliza método anticoncepcional?

sim não Qual(is)?

f) os(as) filhos(as) são vacinados?

sim não

Documentação

41 - Que documentos possui?

certidão de nascimento Onde foi registrado?

certidão de casamento Onde foi registrado?

carteira de identidade carteira de trabalho

carteira de motorista CIC/CPF

título de eleitor

certidão de nascimento dos filhos

outros Quais?

Acesso e participação cultural e social

42 - O que faz no tempo que não está trabalhando?

- vê TV cuida da casa e dos filhos
 ouve rádio descansa
 joga futebol passeia
 outros Quais?

43 - Quais os programas de TV e de rádio que assiste?

44 - Produz objetos de arte ou algum tipo de artesanato a partir dos materiais recicláveis com que trabalha? sim não De que tipo?

45 - Participa de eventos educacionais/culturais/religiosos da comunidade?
 sim não De que maneira?

46 - E em eventos sociais/políticos da comunidade (como Clube de Mães, OP, Conselho Municipal do Meio Ambiente, etc.)? sim não De que maneira?

47 - Qual o principal problema de sua comunidade?

Questões de identidade

48 - Por ordem de prioridade, enumere quais os itens que você acha mais importantes em relação à sua atividade no galpão:

- segurança respeito renda cuidado com o meio ambiente

49 - Você considera o trabalho de separação de lixo e de reciclagem no galpão:

- muito importante importante pouco importante
 sem importância não pensou a respeito

232

- 50 - Como crê que sua associação é vista pelos “outros” (comunidade, poder público, outras associações)?
- 51 - O que significa para você (pessoalmente) trabalhar com separação de resíduos e reciclagem?
- 52 - Em casa, você separa o seu lixo? () sim () não O que faz com o resíduo orgânico?
- 53 - Que aspectos positivos e negativos você vê em sua atividade?
- 54 - Quais são suas expectativas quanto à sua trajetória profissional?
- 55 - Qual é o seu sonho? O que gostaria de fazer no futuro?
- 56 - O que faria se ganhasse na loteria?

Apêndice 2: Roteiro de entrevista semi-estruturada

Dados gerais e de identificação

- 1 - Nome:
- 2 - Associação:
- 3 - Data de formação da Associação:
- 4 - Tempo de trabalho na Associação:
- 5 - Cargo na associação: Há quanto tempo no cargo?
- 6 - Escolaridade:
- 7 - Endereço:
- 8 - Telefone de contato:

Questões sobre trabalho, renda e previdência

- 9 - Quantas pessoas trabalham no galpão atualmente? Quantos homens e mulheres?

- 10 - Turnos e dias de trabalho no galpão:

TURNOS	SEGUNDA-FEIRA	TERÇA-FEIRA	QUARTA-FEIRA	QUINTA-FEIRA	SEXTA-FEIRA	SÁBADO	DOMINGO
Manhã							
Tarde							
Noite							

234

11 - Total de horas trabalhadas por semana no galpão?

12 - Intervalos para alimentação:

a) lanches -.....minutos

b) almoço -minutos

c) janta -minutos

13 - Que tipo de tarefa é executado com mais frequência no galpão?

14 - O trabalho é predominantemente individual ou em equipe?

15 - Dividem as tarefas entre homens e mulheres? () sim () não De que forma?

16 - Que tipos de máquinas e equipamentos utilizam?

17 - E quais são as técnicas de separação/beneficiamento dos resíduos?

18 - Quem são os principais compradores dos seus produtos (e que produtos)?

19 - Qual o volume médio de resíduos que entra no galpão (t/dia)?

20 - Qual o faturamento médio mensal da Associação?

21 - Qual a renda média atual no trabalho no galpão?

22 - Os trabalhadores contribuem para o INSS?

() todos () alguns () nenhum

23 - Em que modalidade é paga a contribuição para o INSS?

24 - Costumam fazer treinamentos e palestras sobre questões relativas ao trabalho? () sim () não Com que frequência?

Questões sobre segurança do trabalho

25 - São utilizados equipamentos de segurança?

Itens	Sim	Não
a) uniforme	()	()
b) calçados	()	()
c) luvas	()	()
d) capacete	()	()
e) máscara	()	()
f) protetor auricular	()	()

26 - Qual a frequência de acidentes nos últimos três meses?

27 - Como é o atendimento em caso de acidente?

Questões organizacionais

28 - Qual é a forma de entrada e de inserção de novos trabalhadores na Associação?

29 - Como se dá a escolha dos dirigentes e com qual frequência?

236

30 - Quais são as formas de participação no processo decisório da Associação?

31 - Como se dá a participação de homens e de mulheres nas decisões?

32 - Quais são os principais desafios enfrentados por sua associação?

33 - Em uma ou poucas palavras, qual é a “cola” de sua associação?

Vínculos com entidades externas

34 - Como é a relação da Associação com o poder público municipal?

35 - A Associação tem feito reivindicações ao poder municipal?

() sim () não Quais?

36 - E como é a relação com o poder público estadual?

37 - A Associação tem feito reivindicações ao poder estadual?

() sim () não Quais?

38 - E com a FARRGS, como é a relação?

39 - E com outras associações?

40 - E com a comunidade do município/bairro do entorno?

41 - Participa de eventos educacionais/culturais/religiosos da comunidade?

() sim () não De que maneira?

42 - E em eventos sociais/políticos da comunidade? () sim () não De que maneira?

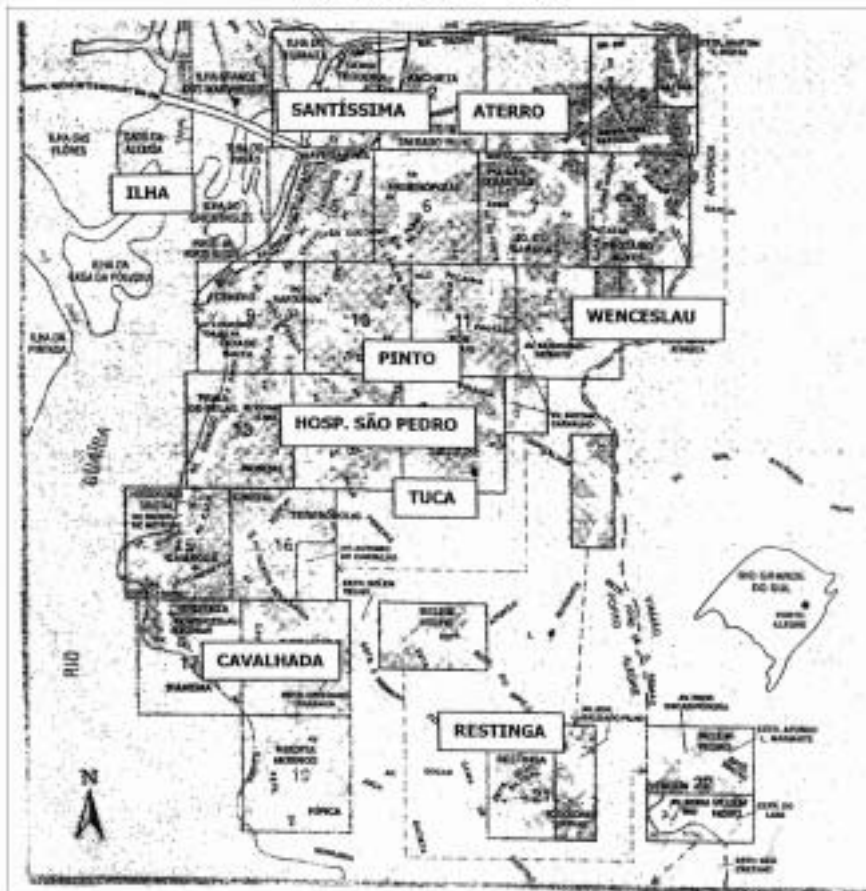
Questões de identidade

- 43 - Como crê que sua associação é vista pelos “outros” (comunidade, poder público, outras associações)?
- 44 - O que significa para você (pessoalmente) trabalhar com separação de resíduos e reciclagem?
- 45 - Que aspectos positivos e negativos você vê em sua atividade?
- 46 - Quais são suas expectativas quanto à sua trajetória profissional?
- 47 - Qual é o seu sonho? O que gostaria de fazer no futuro?

ANEXO

Mapa 1

Localização geográfica das unidades de triagem de Porto Alegre — 2003



FONTE: Assessoria às unidades de triagem do DMLU.

EDITORAÇÃO

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial.

Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira.

Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos.

Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner.

Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.

Capa: Paulo Sérgio Sampaio Ribeiro.